



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE FLORIANÓPOLIS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO – PPGJOR

Camila Collato

Jornalismo Ambiental em Santa Catarina: direitos humanos e da Natureza sob a
perspectiva dos grupos RBS e NC

Florianópolis-SC

2023

Camila Collato

Jornalismo Ambiental em Santa Catarina: direitos humanos e da Natureza sob a perspectiva dos grupos RBS e NC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestra em Jornalismo.

Orientador: Prof. Jorge Kanehide Ijuim, Dr.

Florianópolis-SC

2023

Collato, Camila

Jornalismo Ambiental em Santa Catarina : Direitos humanos e da Natureza sob a perspectiva dos grupos RBS e NC / Camila Collato ; orientador, Jorge Kanehide Ijuim, 2023.

284 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Jornalismo Ambiental. 4. Direitos humanos e da Natureza. 5. Análise Crítica do Discurso. I. Ijuim, Jorge Kanehide. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Camila Collato

Jornalismo Ambiental em Santa Catarina: Direitos humanos e da Natureza sob a perspectiva dos grupos RBS e NC

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 24 de novembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Jorge Kanehide Ijuim, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Carlos Augusto Locatelli, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Marília de Nardin Budó, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Jornalismo.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Jorge Kanehide Ijuim, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minha irmã, por sempre me incentivarem a seguir meu aperfeiçoamento tanto como pessoa, quanto profissionalmente.

Ao meu companheiro, pela compreensão das ausências, apoio emocional e suporte técnico ao longo da pesquisa.

Aos meus amigos e amigas, que talvez não compreendam o quanto os (as) admiro e estimo.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), André Vanderlinde e Hugo Urdaneta, que contribuíram para a consolidação metodológica desta pesquisa.

À Biblioteca Pública de Santa Catarina, pela prestatividade em atender esta pesquisadora mesmo em um contexto sanitário adverso e pela manutenção de um arquivo que é parte fundamental da história do jornalismo catarinense.

Ao Grupo Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor) da UFSC, que manteve não só nossas mentes, mas também nossos corações são durante o período da pandemia de Covid-19 e depois dela.

Ao meu orientador, por me ensinar que mais do que construir uma carreira acadêmica, o importante é almejar uma vida acadêmica.

Aos colegas e docentes do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC, pelo suporte e contribuições.

Por fim, a todos pesquisadores e pesquisadoras que ousam vislumbrar uma ciência (e cientistas) mais humana, integradora e a serviço do bem viver.

RESUMO

A presente pesquisa analisa os discursos das notícias e reportagens de jornalismo ambiental veiculadas nos jornais *A Notícia* (AN), *Diário Catarinense* (DC) e *Jornal de Santa Catarina* (JSC), no período de 2014 a 2018, em Santa Catarina (Brasil), últimos anos de circulação impressa diária regular destes periódicos no estado. Tal investigação objetiva compreender se os discursos presentes nos textos jornalísticos contribuem para a promoção de uma conscientização crítica e reflexiva dos leitores acerca dos temas pautados, conjugada socialmente à efetivação de direitos humanos básicos – à vida, a um ambiente ecologicamente equilibrado, por exemplo – e da Natureza. Para tanto, os procedimentos metodológicos estão divididos em duas etapas: a primeira, uma análise de conteúdo exploratória de 376 edições dos três jornais, a fim de obter uma amostragem representativa dos cinco anos contemplados pelo recorte temporal desta pesquisa, com a categorização das notícias e reportagens encontradas em sete identificadores temáticos e; a segunda, uma análise crítica do discurso (ACD) das três reportagens de jornalismo ambiental selecionadas a partir de critérios de pontuação qualitativa, sintetizados a partir da discussão teórica entre os autores e autoras referenciados nesta investigação. Esta última etapa examina sob quais referenciais e modos os conceitos e temas ambientais são elaborados e expressos nas reportagens e notícias de jornalismo ambiental no estado, os possíveis sentidos que emergem dessas interações entre seres humanos, não humanos e meio ambiente e as relações de poder potencialmente implícitas no contexto de produção jornalística. A partir dos resultados apresentados, foi possível considerar que o jornalismo ambiental, quando praticado pelos grupos econômicos de comunicação hegemônicos em Santa Catarina (RBS e NC) por meio do AN, DC e JSC: a) privilegia uma constituição antropocêntrica de sentidos, apoiando-se em uma base científica moderna em relação ao meio ambiente, sendo este abordado majoritariamente por meio do dualismo humano x Natureza; b) é fragmentário, ao apresentar uma baixa interlocução entre áreas de conhecimento e saberes e; c) por vezes, fatalista, ao furtar-se do papel de fomentador de um debate público crítico sobre responsabilidades e possíveis soluções diante dos problemas ambientais enfrentados pela população. Destaca-se ainda a baixa participação dos cidadãos, com a predominância de fontes documentais e oficiais, e um jornalismo ambiental orientado para a construção de sentidos de apelo modernizante por meio de discursos econômicos de matriz capitalista.

Palavras-chave: Jornalismo; Jornalismo ambiental; Meio Ambiente; Direitos Humanos e da Natureza; Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

This research analyzes the discourses of environmental journalism reports and news published in the newspapers *A Notícia* (AN), *Diário Catarinense* (DC) and *Jornal de Santa Catarina* (JSC), from 2014 to 2018, in Santa Catarina (Brazil), last years of regular daily printed circulation of those papers in the state. This investigation aims to understand whether the discourses present in journalistic texts contribute to the promotion of a critical and reflective awareness among readers about the topics on focus, socially combined with the implementation of basic human rights – to life, to an ecologically balanced environment, for example – and the rights of Nature. For this purpose, the methodological procedures are divided into two stages: the first one, an exploratory content analysis of 376 editions of the three newspapers, in order to obtain a representative sample of the five years covered by the time frame selected for this research, with the categorization of the news and reports in seven thematic identifiers and; the second, a critical discourse analysis (CDA) of the three environmental journalism reports that were selected based on a qualitative scoring criteria, synthesized from the theoretical discussion among the authors referenced by this investigation. This last stage examines under which references and ways environmental concepts and themes are elaborated and expressed in environmental journalism reports and news in the state, the possible meanings that emerge from these interactions between human, non-human beings and the environment and the potentially implicit power relations in the context of journalistic production. From the results presented, it's possible to consider that environmental journalism, when practiced by the hegemonic economic communication groups in Santa Catarina (RBS and NC) through AN, DC and JSC: a) privileges an anthropocentric constitution of meanings, relying on a modern scientific basis in relation to the environment, which is mainly approached by a dualistic view *human x Nature*; b) it is fragmentary, as it presents little dialogue across areas of knowledge and knowings and; c) fatalistic, avoiding the role of promoting a critical public debate about responsibilities and possible solutions for the environmental problems faced by the population. Also noteworthy is the low participation of citizens, with the predominance of documental and official sources, and an environmental journalism oriented towards the construction of meanings with a modernizing appeal through capitalist economical discourses.

Keywords: Journalism; Environmental journalism; Environment; Human and Nature Rights; Critical Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – reprodução do modelo da concepção tridimensional.....	153
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – AN: Distribuição dos conteúdos registrados por gênero e ano.....	170
GRÁFICO 2 – DC: Distribuição dos conteúdos registrados por gênero e ano.....	171
GRÁFICO 3 – JSC: Distribuição dos conteúdos registrados por gênero e ano.....	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Quantitativo de edições e conteúdos registrados por jornal.....	169
TABELA 2 – Notícias e reportagens, por jornal, com temas relacionados ao meio ambiente....	173
TABELA 3 – Relação gênero/tema Notícia.....	174
TABELA 4 – Relação gênero/tema Reportagem.....	174
TABELA 5 – Relação gênero notícia x tema, por jornal.....	176
TABELA 6 – Relação gênero reportagem x tema, por jornal.....	177
TABELA 7 – Distribuição de notícias e reportagens de capa por ano.....	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABJC – Associação Brasileira de Jornalismo Científico
- Acaert – Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e TV
- Acaprena – Associação Catarinense de Preservação da Natureza
- ACD – Análise Crítica do Discurso
- ACI – Associação Catarinense de Imprensa
- ACP – Ação Civil Pública
- AD – Análise do Discurso
- Adjori – Associação dos Jornais do Interior
- ADPF – Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental
- Agapan – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
- AN – A Notícia
- Apremavi – Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
- BPSC – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
- Carf – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
- COP – Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
- Crea/SC – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
- DC – Diário Catarinense
- Eco-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio de Janeiro-RJ, 1992
- ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FATMA – Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente
- FIFA – Federação Internacional de Futebol
- FILAC – Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe
- FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
- Furb – Universidade Regional de Blumenau
- GPDA/UFSC – Grupo de Pesquisa Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco da Universidade Federal de Santa Catarina
- HRC/UN – Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (Human Rights Council, em inglês)

IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
JSC – Jornal de Santa Catarina
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
NEJ – Núcleo de Ecojornalistas
ONU – Organização das Nações Unidas
PDS – Partido Democrático Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUMA/UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PP – Progressistas
PPGJOR/UFSC – Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina
PPS – Partido Popular Socialista
PSD – Partido Social Democrático
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
Psol – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
RBS – Rede Brasil Sul
RIC – Rede Independência de Comunicação
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEJ – Society of Environmental Journalists
Sema – Secretaria do Meio Ambiente
SETMA – Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente
STJ – Superior Tribunal de Justiça (STJ)
SUSP – Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos de Florianópolis
TRF-4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região
UDN – União Democrática Nacional
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Considerações iniciais.....	15
1.2 Justificativas e objetivos.....	16
1.3 Estrutura.....	20
1.4 Nota da autora.....	21
CAPÍTULO I – HUMANO, NATUREZA E MEIO AMBIENTE.....	23
2.1 Distintas naturezas: percurso histórico-conceitual.....	23
2.2 Meio Ambiente e Direitos Humanos.....	37
2.2.1 Natureza, Ambiente e Meio Ambiente: similaridades e diferenças.....	37
2.2.2 Do Direito Natural (jurnaturalismo) aos Direitos Humanos.....	42
2.2.3 Dos Direitos Humanos aos Direitos da Natureza.....	52
CAPÍTULO II – JORNALISMO E MEIO AMBIENTE.....	66
3.1 Jornalismo, sociedade e conhecimento.....	66
3.1.1 Esfera pública à brasileira.....	68
3.1.2 Do opinativo ao informativo. Para quem?.....	74
3.1.3 Conhecimento e singularidade.....	79
3.1.4 “Civilizar” a Natureza.....	86
3.2 Da pauta ambiental ao Jornalismo Ambiental.....	89
3.2.1 Jornalismo Ambiental e Complexidade.....	98
3.2.2 Uma práxis por uma visão multidimensional.....	102
3.3 Jornalismo Ambiental, democracia e a construção de metacidadanias ecológicas.....	106
3.3.1 Contribuições ao processo democrático.....	106
3.3.2 Cidadania enquanto direito individual e coletivo.....	112
3.3.3 Cidadania como uma construção coletiva.....	114
3.3.4 Do signo da divulgação ao signo da relação.....	120

CAPÍTULO III – DISCURSO DO JORNALISMO AMBIENTAL CATARINENSE.	124
4.1 Apresentação do objeto empírico.....	124
4.1.1 Os jornais.....	124
4.1.2 Grupo RBS: presença em SC e a venda estratégica para o Grupo NC.....	128
4.1.3 De pílulas a páginas: quais os interesses do Grupo NC?.....	136
4.2 Contornos verdes dos impressos catarinenses.....	139
4.2.1 Contextos e conjunturas.....	139
4.2.2 Percurso metodológico.....	150
4.2.2.1 <i>Procedimentos iniciais.....</i>	158
4.2.2.1 <i>Conformação do corpus da análise.....</i>	168
4.3 ANÁLISE DO CORPUS.....	183
4.3.1 Visão geral.....	183
4.3.2 Análise discursiva individualizada: reportagens selecionadas.....	191
4.3.2.1 <i>A Notícia – Sem aterro público, rejeitos acabam em lugar inadequado.....</i>	195
4.3.2.2 <i>Diário Catarinense – Descobridor de espécies.....</i>	210
4.3.2.3 <i>A Notícia – Turismo e lazer em sintonia.....</i>	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241
REFERÊNCIAS.....	249
ANEXOS.....	273

INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O imaginário brasileiro sobre o meio ambiente e a Natureza nos reporta à visão de densas florestas, rica flora e fauna abundante. Ao encontrarmos palavras como “sustentabilidade”, “ambientalismo”, “preservação” em notícias ou reportagens é quase automática a associação imagética com a Amazônia. Grandes árvores nos vêm à mente, assim como rios que mais parecem mares e vastas áreas intocadas. Da mesma forma, o Pantanal, celebrado culturalmente até por meio da popular linguagem da telenovela brasileira¹, também é um bioma presente nas representações populares e que nos remete a esse ente abstrato então chamado “Natureza”: onças-pintadas, planícies alagáveis, milhares de espécies de peixes e aves coloridas. Tudo saltando aos olhos em imagens sonoras ou visuais em matérias televisivas, fotográficas ou textuais.

Esta pesquisa surge especialmente de uma lacuna que se evidencia quando escapamos do eixo Norte – Centro-Oeste e a floresta densa e úmida dá espaço a matas mais abertas, planaltos arbustivos e à restinga litorânea. Em uma breve pesquisa *online* sobre “jornalismo ambiental catarinense” ou “jornalismo ambiental em Santa Catarina” na plataforma Google Acadêmico (*Scholar Google*) é possível detectar a escassez de pesquisas locais especializadas no campo em nosso estado. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui o único Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPGJOR/UFSC) público do estado e, desde sua criação, de 2009 a 2019, um total de apenas três dissertações abordaram a atividade jornalística quando revestida de temas ambientais: *A Participação do público na cobertura radiofônica do desastre de 2008 em Blumenau* (Zimmermann, 2012); *O discurso das mudanças climáticas no Diário Catarinense* (De Rosa, 2013); e *Da Samarco ao Jornal Nacional: relações entre a comunicação organizacional e o telejornalismo no desastre em Mariana – MG* (Varela, 2018), sendo esta última sobre a cobertura que não se debruça sobre a imprensa catarinense – restando apenas duas produções acadêmicas em uma década. Afora o ineditismo apontado, esta pesquisa encontra, também, aderência à linha de pesquisa *Cultura e*

¹ A telenovela *Pantanal*, escrita por Benedito Ruy Barbosa, com direção-geral de Jayme Monjardim, foi exibida pela rede Manchete em 1990 e até hoje é considerada uma das melhores produções do gênero da televisão brasileira (De Maio, 2009). O *remake* da telenovela foi ao ar na Rede Globo, em 2022.

Sociedade deste programa de pós-graduação, pois dialoga diretamente com os estudos do jornalismo ligados aos fenômenos da modernidade, suas implicações sociais e sua prática nos espaços públicos.

Como catarinense e graduada em Jornalismo pela UFSC, verifiquei a necessidade de elucidar melhor o que se passa no estado. As primeiras perguntas que moveram esta investigação foram: se um leitor abrisse um jornal catarinense, em um dia qualquer, ele se depararia com notícias ou reportagens ambientais? Se sim, com que tipo de jornalismo ambiental ele teria contato? Onde e como este meio ambiente se apresentaria? E vejamos, a proposta se deu no sentido de justamente fugir da saliência, da reportagem especial elaborada com tempo e recursos específicos, geralmente com fartas páginas bem ilustradas nas edições de domingo. O objetivo foi perscrutar o conteúdo cotidiano, aquele que circula na mão dos cidadãos quase como que despreziosamente. Este foi o alvo desta curiosidade científica. A partir disso, outros questionamentos acompanharam as perguntas iniciais: como estamos reportando/noticiando os temas ambientais em nossa imprensa estadual? Estariam os jornalistas contribuindo para a educação dos leitores sobre essas questões, ou ainda estamos presos a clichês e reducionismos turísticos e econômicos? A natureza “intocada”, “indomável” ou “vingativa”, materializada nos desastres, se impõe como dominante em nossas reportagens, em detrimento dos aspectos humanos, sociais, culturais e da Natureza em si? Afinal, as notícias e reportagens de jornalismo ambiental, produzidas em Santa Catarina, estabelecem relações discursivas com uma gama de direitos – como a efetivação dos Direitos Humanos e da Natureza – para além do idealismo romântico ou da lógica fatalista e econômica, aliando-se assim ao interesse público, à cidadania e à educação de seus leitores?

1.2 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

Santa Catarina está inserida integralmente na Mata Atlântica e abriga distintas formações, tais como florestas ombrófilas, campos, mangues, restingas. Logo, sua população humana também integra este bioma que, historicamente, foi o mais impactado pelos ciclos econômicos² e pela urbanização no Brasil – de acordo com a Fundação SOS Mata Atlântica,

² A extração do pau-brasil, a cana-de-açúcar, o ouro e o café são alguns exemplos de ciclos econômicos brasileiros estreitamente ligados à degradação da Mata Atlântica. Ver: Young, 2005.

restam apenas 12,4% da cobertura original da floresta no país. Em território catarinense, remanesce aproximadamente 29% de florestas apenas, o que confirma que as interações humanas com o meio ambiente acarretam resultados nem sempre benéficos em longo prazo (Vibrans *et al.*, 2015). Questões como a ocupação irregular do solo, os aterramentos em áreas marítimas, as construções ilegais sobre áreas de preservação e a remoção da cobertura vegetal para pastagens, plantios ou construções, por exemplo, têm consequências diretas para as pessoas, como a alteração do ciclo da água (e, conseqüentemente, do regime de chuvas, impactando na sua disponibilidade para consumo humano), degradação e erosão de encostas, aumento de áreas de inundação e propagação de vetores de doenças.

Em cada região do estado é possível citarmos alguma interação econômica e/ou social que impactou ou segue impactando o meio ambiente: a atividade turística e o adensamento populacional no Litoral; a extração de carvão mineral no Sul; a tomada dos campos da Serra pelas plantações de *Pinus* para a indústria madeireira; a industrialização têxtil e a urbanização em áreas declivosas no Vale do Itajaí; a poluição da água e dos solos pela atividade agroindustrial no Oeste; a deficiência generalizada de saneamento básico nos municípios catarinenses e os impactos regionais da construção de barragens para a produção de energia elétrica são apenas alguns exemplos³ (Alves, 2019; Carvalho, 2008; Lenzi, M. H.; Gonçalves, T. C, 2020; Gonçalves, De Assis Mendonça, 2007; Mateddi, 1994; Moretto, 2010). Tudo isso perpassa o âmbito do jornalismo ambiental, “um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária” (Bacchetta, 2000, p. 18). Mas como a efetivação dessa participação e o poder de decisão tem se desenrolado e se distribuído na prática? Será que o jornalismo ambiental produzido em Santa Catarina tem ido ao encontro de uma formação cidadã? E será que os jornalistas e leitores catarinenses conhecem, de fato, o meio ambiente no qual estão inseridos ou é mais fácil falarmos da Amazônia do que da degradação das

3 Ainda como referências: Segunda operação conjunta combate extração ilegal de madeira na reserva do Sassafrás. **Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina**. Florianópolis, 3 nov. 2020. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/noticias/1536-segunda-operacao-conjunta-combate-extracao-ilegal-de-madeira-na-reserva-do-sassafras>; "Ao menos 140 municípios de SC não têm nem projeto de saneamento básico", afirma Funasa. **CBN Diário**. Florianópolis, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/ao-menos-140-municipios-de-sc-nao-tem-nem-projeto-de-saneamento-basico-afirma-funasa>; Com mina abandonada no Sul de SC, água ácida vai parar direto em rio. **G1 SC**. Florianópolis, 13 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/07/mina-abandonada-no-sul-de-sc-representa-ameaca-ambiental-diz-mpf.html>.

nossas encostas ou restingas? Fica evidente assim a relevância do caráter pedagógico da atividade jornalística especializada nesse ramo.

O jornalismo ambiental objetiva gerar conexões e promover debates, elementos essenciais para o livre exercício da cidadania em um contexto democrático. Porém se o horizonte ético da função se distancia dessa tônica, poucos serão os efeitos positivos da atividade profissional (Bueno, 2007). Entrelaçando esse raciocínio com a temática dos Direitos Humanos, fica nítida a relação entre a “igualdade de todos em dignidade e direitos” (Organização das Nações Unidas, 1948) quando tratamos de questões básicas como direito ao acesso à água potável, a uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado que torne possível o pleno desenvolvimento da vida humana. Sendo assim, o jornalismo ambiental anda de mãos dadas com a efetivação desses direitos, uma vez que trabalha – ou deveria trabalhar – de forma sistêmica e multidisciplinar, a fim de que seja abarcada da melhor maneira possível a complexidade da experiência humana no planeta.

Diante deste cenário, para nos apropriarmos efetivamente de nossos espaços locais e globais enquanto sujeitos, é fundamental voltarmos o nosso olhar para o que se encontra próximo a nós e reconhecermos onde nos inserimos nesse mosaico ambiental. Por isso essa pesquisa delimitou seu alcance à imprensa catarinense, especificamente aos jornais impressos diários de maior circulação da NSC Comunicação, do Grupo NC (anteriormente vinculados ao Grupo RBS): *Diário Catarinense*, *A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina*. O primeiro possui abrangência estadual, sendo os dois últimos com produção voltada às duas regiões industrialmente mais ativas do estado: Norte e Vale do Itajaí, respectivamente. As três regiões sede dos jornais concentram sete das dez maiores cidades do estado, incluindo a região metropolitana da Capital, Florianópolis, com um somatório populacional de mais de dois milhões de pessoas⁴. Limitamo-nos ainda ao período mais recente no qual os jornais mantinham circulação impressa diária regular (em outubro de 2019, os três jornais foram reformulados para o formato de revista semanal, aos finais de semana, e sua produção jornalística migrou integralmente para o ambiente digital). Portanto, analisamos notícias e

⁴ População de SC cresce em 2021: veja 10 cidades mais populosas em atualização do IBGE. ND+, Florianópolis, 27 de ago. de 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/indicadores/populacao-de-sc-cresce-em-2021-veja-10-cidades-mais-populosas-em-atualizacao-do-ibge/>. Acesso em 11 de jan. de 2022.

reportagens de jornalismo ambiental dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, a fim de verificarmos “o estado da arte” nos momentos finais destes impressos em um contexto crucial da troca de comando destes jornais: das mãos do maior conglomerado de mídia do Sul do país, o Grupo RBS, para o grupo farmacêutico NC.

Esta investigação visa, portanto, analisar os discursos das notícias e reportagens de jornalismo ambiental produzidas, destacando em que medida estes contribuem ou não para um jornalismo a serviço do interesse público, da promoção da cidadania e da efetivação dos Direitos Humanos e da Natureza. A partir da formação do *corpus* pretendeu-se compreender se os discursos presentes nos textos jornalísticos contribuem para a promoção de uma conscientização crítica e reflexiva dos leitores sobre os temas pautados, conjugada socialmente à efetivação de direitos humanos básicos – à vida, a um ambiente ecologicamente equilibrado, por exemplo – e da Natureza.

Uma vez que o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (Orlandi, 2001) e que o discurso é um fenômeno social moldado por processos cognitivos coletivos constituídos sob determinadas condições sociais de produção e de interpretação (Fairclough, 2001b, p. 16-22) esta investigação utiliza como fio metodológico a Análise do Discurso (AD). Reservada as semelhanças entre as vertentes francesa e inglesa da AD, optamos por privilegiar a última, sua vertente crítica (ACD), com base na obra de Norman Fairclough, por seu caráter declaradamente engajado com a mudança social, para compreender: a) de que modo os sentidos de Natureza e meio ambiente são sedimentados nas reportagens e notícias (do que se fala); b) quais são as vozes presentes ou ausentes nas notícias e reportagens (quem fala); c) as práticas sociais e ideológicas que permeiam o discurso ambiental das notícias e reportagens nos meios de comunicação impressos da RBS/NSC (como se fala); e d) apurar, a partir dos resultados obtidos, se os discursos presentes nas reportagens e notícias se comprometem ou não com a promoção de uma maior conscientização do público leitor acerca dos temas ambientais, contribuindo para a transformação, ou não, do contexto socioeconômico e/ou cultural local (mobilização).

O Jornalismo é um espaço de construção de sentidos por excelência, dado seu caráter dialógico e intersubjetivo. Afinal, sua produção parte do pressuposto de que há um jornalista que “conversa” ou “fala” com/a um público. Essa relação, apesar de historicamente marcada

pelo paradigma da objetividade (tributário do pensamento cartesiano e positivista), que reivindica um acesso pleno do produtor da notícia/reportagem à realidade tal qual, resultando numa imparcialidade plena na relação objeto/sujeito, hoje é encarado de forma mais madura, admitindo-se que a objetividade pura não é alcançável.

Assumir essa característica como um dos pressupostos do jornalismo leva-nos a reconhecer que o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo direcione a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia de que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer (BENETTI, 2010, p. 108).

Ponderadas tais limitações acerca da objetividade, é necessário considerar que esse jornalista, esse público e essa produção existem e se desenvolvem em um determinado tempo e espaço socialmente, culturalmente, linguisticamente e ideologicamente determinados. Dessa forma, os enquadramentos, os termos escolhidos, a valoração das pautas, a escolha das fontes a serem ouvidas, tudo cria e recria constantemente os conhecimentos que permeiam e outros que se constituem no fazer jornalístico. Ou, nas palavras de Meditsch (2002, p. 11): “A hipótese de uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social”.

1.3 ESTRUTURA

Como forma de estruturação deste trabalho, os capítulos foram organizados da seguinte maneira. O primeiro, Humano, Natureza e Meio Ambiente, traz um percurso histórico e teórico-conceitual sobre as relações entre os seres humanos e a Natureza, evidenciando os distintos contextos que expressam movimentos de integração ou separação dessas categorias. Também procedemos às correlações entre a efetivação dos Direitos Humanos, Direitos da Natureza, preservação ambiental, bem como a noção de uma Natureza que se realiza para além da ideia romântica de ambiente natural “intocado”, em relações de caráter complexo com os sistemas sociais, econômicos, políticos e culturais trazendo a noção de um meio ambiente humano.

A segunda parte, *Jornalismo e Meio Ambiente*, encadeia os conceitos explicitados na primeira com o campo da prática e a teoria jornalística, evidenciando a gênese do Jornalismo sob o sistema capitalista, a ciência moderna e os fatores que levaram a atividade a abarcar a dimensão ambiental em seu escopo temático.

Finalizando, o terceiro capítulo se dedica à apresentação do objeto empírico e à análise discursiva em si das notícias e reportagens de jornalismo ambiental presentes nos jornais *Diário Catarinense*, *A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina*, coletadas nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, períodos em que mantiveram edições impressas diárias regulares no estado de Santa Catarina. Ao fim, como síntese da análise, há um diagnóstico sobre quais são as práticas discursivas, sociais e ideológicas predominantes no jornalismo ambiental praticado e produzido pelo grupo de mídia hegemônico do estado.

1.4 NOTA DA AUTORA

Esta pesquisa iniciou no segundo semestre de 2020, sendo seu resultado final, a dissertação, submetida à apreciação da banca avaliadora em novembro de 2023. Infelizmente neste período, especificamente em abril de 2023, denúncias de assédio e apropriação intelectual envolvendo o pesquisador português Boaventura de Sousa Santos vieram a tona na mídia, abalando aquelas e aqueles que, como eu, tomaram suas obras como base para a construção de fundamentos teóricos que privilegiam uma visão contra hegemônica dos direitos humanos e a partir do Sul global.

Como mulher pesquisadora latino-americana com estudos e produção acadêmica no campo do jornalismo ambiental e dos direitos humanos e da Natureza, não poderia deixar de incluir neste trabalho menção a este episódio, uma vez que, diante da impossibilidade da revisão total dos eixos argumentativos que balizaram esta pesquisa em relação aos prazos acadêmicos vigentes, o referido autor foi mantido no rol de referências teóricas. Caso contrário, uma abordagem contra-hegemônica dos direitos humanos construída sobre outras contribuições seria prospectada entre a bibliografia contemporânea disponível nos mais diversos campos.

Tendo em vista o repúdio a qualquer conduta de assédio moral, sexual ou de violência psicológica no âmbito universitário ou em qualquer outro da vida social, por questões éticas,

não poderia deixar de externar a minha solidariedade às mulheres que, inscritas num contexto académico hostil, optaram – não sem ônus – em denunciar eventuais abusos.

As investigações seguem em curso.

CAPÍTULO I – HUMANO, NATUREZA E MEIO AMBIENTE

Sem o homem, isto é, antes da história, a Natureza era una. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das partições que o uso do Planeta pelos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. Una, mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a Natureza é agora unificada pela história, em benefício de firmas, estados e classes hegemônicas. Mas não é mais a Natureza amiga, e o Homem também não é mais seu amigo.

(Milton Santos, 1992, p. 98)

2.1 DISTINTAS NATUREZAS: PERCURSO HISTÓRICO-CONCEITUAL

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. A frase escrita por Marx e Engels, que abre um dos textos mais famosos do mundo, o *Manifesto Comunista* (1848), chegou a mim quando eu era ainda uma adolescente que, embora não tivesse muita experiência, tinha a necessidade de compensar a falta de vivência por meio da leitura. Já a percepção e o entendimento de que as sociedades e suas contradições se fundam e se desenrolam em determinados espaços dos quais tiram os recursos e criam os meios para a (re)produção da sua riqueza – que virá a ser acumulada e má distribuída até os dias atuais – esta chegou mais tardiamente.

Poderíamos então, inspirados na frase, humildemente reformulá-la para uso das reflexões que se desdobram a seguir: a história (escrita) de todas as sociedades existentes que se reivindicam modernas e/ou contemporâneas até hoje é a história das lutas contra a Natureza – seja essa natureza encarada como a essência ou característica intrínseca; ou a Natureza⁵ enquanto ambiente e meio físico, espacial e temporal de reprodução da vida humana⁶. Nas

5 Utilizarei ao longo dessa pesquisa, a exemplo de Gudynas (2019, p. 13), o termo Natureza, grafado em letra maiúscula, para me referir “a um meio ambiente, como conjunto ao sistema, em que prevalecem paisagens, fauna e flora originais (desde silvestre até graus intermediários de intervenção humana)”, diferenciando assim da *natureza* como a essência ou propriedade de algo. Portanto, para essa reflexão inicial, apesar de privilegiar o desenrolar histórico do *pensamento sobre* a Natureza, não negamos a sua existência concreta.

6 “[...] segundo Marx, a diversidade das culturas estaria alicerçada nas diferentes maneiras que os grupos humanos possuem para organização e reprodução do seu modo de ser, ou seja, de como "manifestam suas

palavras de Milton Santos (2005, p. 141), “A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno”. Ironicamente, no momento histórico em que esta pesquisa se desenvolve, estamos novamente lutando contra visões muito bem construídas de uma experiência humana moderna apartada do meio ambiente – uma natureza humana que se vê não natural; e uma luta que se coloca novamente contra a Natureza desencadeada pela aceleração dos efeitos das mudanças climáticas.

Parto da premissa, compartilhada por autores como Lenoble (1990), Carral (2016), Santos (2005)⁷, White Jr. (1967), dentre outros, de que a concepção e a relação humana sobre/com a Natureza se transforma de acordo com a modificação da autocompreensão humana sobre seu lugar, seu papel e seu propósito (se há algum) na Terra. Em sua obra *História da Ideia de Natureza*, o francês Robert Lenoble traça um percurso histórico com base no pensamento ocidental eurocêntrico sobre as diversas modificações conceituais do termo: de uma Natureza até então vista enquanto extensão do indivíduo, mágica e indiferenciada até os passos rumo a uma noção de Natureza manipulável, passível de ser controlada e modulada pelos artificios da mente humana. A partir dessa visão, conforme indicamos inicialmente, “a anarquia da Natureza ou as diferentes ordens imaginadas para ela traduzem, em grande parte, a sujeição das almas ou a sua maneira de se situar no mundo” (Lenoble, 1990, p. 77). Para o autor, a conformação gradual da consciência levou os seres humanos paulatinamente à constituição da alteridade da espécie.

Porém, cabe assinalar que ao longo do desenrolar histórico nem todas as sociedades conformarão uma alteridade em relação à Natureza que necessariamente implique uma oposição radical, como é o caso, por exemplo, dos povos indígenas originários das Américas. Sob essa ótica, Carvalho (2001, p. 62), apoiando-se no antropólogo francês Philippe Descola, sublinha que as cosmologias amazônicas, no geral, percebem o universo da Natureza “como formado por pessoas (sujeitos sociais), possuidoras de instituições e comportamentos

vidas”. Assim sendo, o pensamento marxista não se apresentaria simplesmente como um enfoque redutor da vida às suas manifestações estritamente econômicas, mas seria, antes de tudo, uma maneira de pensar o homem como um ser que se realiza física e historicamente” (Carvalho, 2001, p. 60-61).

7 “O que hoje se chamam agravos ao meio ambiente, na realidade não são outra coisa senão agravos ao meio de vida do homem, isto é, ao meio visto em sua integralidade. Esses agravos ao meio devem ser considerados dentro do processo evolutivo pelo qual se dá o confronto entre a dinâmica da história e a vida do planeta” (Santos, 2005, p. 141).

similares aos dos homens”, diluindo-se assim as fronteiras entre o mundo da cultura (humano) e o natural (animais, vegetais). Mesmo não sendo o ponto de partida dominante desta pesquisa vale demarcar, igualmente, discussão levantada por Tavolaro (2001, p. 27-40), assentada em teóricos como Lévi-Strauss e da Escola de Frankfurt, a qual evidencia a ingenuidade da visão de que sociedades de organização mais simples não possuíam/possuem processos cognitivos de organização sobre o seu ambiente, pois dispõem de formas próprias de classificação, sentido e ordenação dos elementos naturais, de modo que a adaptação (diferente de uma postura de *passividade*) à Natureza se dá num sentido de autopreservação social. Mesmo procedimentos como rituais e danças já buscavam, de uma forma ou outra, certo tipo de controle ou domesticação dos fenômenos naturais:

Neste sentido as populações indígenas, ao atuarem em seu processo de vida, se relacionam política e socialmente, constroem um mundo que será regido por representações culturais, fruto das relações dos homens entre si e destes com as outras formas de vida. E neste processo que se origina a comunicação, a linguagem, e por conseguinte, a produção das idéias do imaginário, ou seja: a construção da visão de mundo, da representação do mundo que, de certa forma, vai organizar as ações desses grupos com o seu meio ambiente, o seu mundo envolvente. O homem e a terra são elementos inseparáveis e, segundo Marx, a necessidade da reprodução humana insere o homem enquanto elemento histórico e social sempre em conjunto com a natureza⁸ (CARVALHO, 2001, p. 60-61).

Nas sociedades modernas as formas de controle e domesticação da Natureza vieram a ser substituídas pelas fórmulas matemáticas, sendo essa “a vigente modalidade do mimetismo, caracterizada por seu caráter racional, já que, no momento em que a técnica suplanta a magia, a mímese refletora do ritual dá lugar à reflexão controlada da ciência” (Tavolaro, 2001, p. 36). Ponderadas essas questões e, uma vez que para esta pesquisa é central a compreensão sobre o desenvolvimento da visão eurocêntrica ocidental hegemônica de Natureza (transplantada e difundida no continente americano por meio de violentos processos de colonização), para, a partir desta conseguir tecer as devidas críticas, retornamos à discussão iniciada por Lenoble.

⁸ A perspectiva ecológica em Marx, em especial do seu conceito de regulação do metabolismo social ao metabolismo da Natureza tem sido trabalhada e ganhado evidência por meio de teóricos ecossocialistas como Michael Löwy, John Bellamy Foster (2000) e Kohei Saito (2021).

Assim como o filósofo suíço Thomas Kesselring (2000, p. 154) julgamos importante retomar, para considerações e própria reflexão do (a) leitor (a), a origem etimológica da palavra Natureza, originária do latim *natura*, ou ser nato/nascer. Ainda em *natura,ae* temos as definições: “natureza, razão natural, universo, substância, índole, temperamento”⁹. Nos gregos encontraremos os conceitos *physis* (Natureza), que compreende tudo o que há; e *tèchne* (Arte/Artesanato), enquanto capacidade humana de construir coisas (palavra da qual facilmente podemos deduzir os termos técnica e tecnologia). Zilda Gorresio (2017, p. 61) expõe ainda que a concepção de *physis* levou os pré-socráticos a trabalharem com a noção de *kósmos*: “A *Phýsis* é um *kósmos*, isto é, a natureza é vida dotada de movimento e ordem intrínseca a ela mesma. E já que para os gregos o que é dotado de movimento próprio é divino, em sendo assim, a *Phýsis* ou Natureza é divina”. Kesselring (2000, p. 156) complementa o raciocínio ao retomar que, para os gregos, nos seres vivos a *psyche* (a alma), seria o princípio do movimento.

A *physis* seria dotada de três caracteres: primeiro, o paradigma da vida orgânica, o que levaria muitos filósofos a projetarem, posteriormente, sobre a organização do Estado ou do cosmos a ideia de organismo; segundo, o processo circular (*kyklós*), de surgir e desvanecer; e terceiro, a existência de uma essência/princípio (*arché*) (Kesselring, 2000, p. 155-156).

A palavra grega *Phýsis*, "é um derivado da raiz *phy*, que quer dizer brotar, crescer. O sufixo *sis*, em grego, corresponde ao *tione*, em latim, e *ção*, em português. [...] Podemos dizer, então, que *Phýsis* significa 'brotação', isto é, o ato dinâmico de nascer e de brotar" (MURACHCO, 1996a, p. 14). *Phýsis* carrega, portanto, o sentido de devir, de tornar-se, de vir a ser. Designa o crescimento espontâneo de algo não por um fator extrínseco, mas pela força que lhe é intrínseca. Designa a própria experiência do devir de tudo que existe. Por isso, a palavra *Phýsis* tem um sentido muito abrangente, pois abarca tudo que é em qualquer nível de ser: o céu, a terra, um animal, uma pedra, uma planta, o ser humano, mas também um sentimento, um deus, tudo que é, é uma expressão de *Phýsis* [...] (GORRESIO, 2017, p. 60-61).

A *physis*, portanto, como apontam pré-socráticos como Heráclito, possui um movimento e ordem inerentes (Gorresio, 2017, p. 61). Nesse ciclo de eterno de movimento e repouso, a Natureza é “não criada e imperecível” sendo ela mesma “o princípio daquilo que surge e

9 DE QUEIROZ, Otávio, A. P. **Dicionário Latim-Português**. São Paulo: LEP S.A, 1963.

desaparece” (Kesselring, 2000, p. 156). Ou seja, não há um início (gênese) linear ou um Criador.

Se Sócrates abriu caminho pedindo licença aos deuses, Platão deu os primeiros passos rumo à ordenação da Natureza, inspirado pela política e pela matemática pitagórica, de modo a lhe conferir certa regularidade e hierarquia. Mas ainda assim, os resquícios do passado mágico encontraram subterfúgios em seu pensamento, que contemplava a ideia animista de uma “Alma do Mundo”. Coube a Aristóteles influenciar os períodos seguintes – em especial, o pensamento da Idade Média, por meio de São Thomas de Aquino (Séc. XIII) – uma vez que o filósofo estende à Natureza uma “percepção desinteressada” (Lenoble, 1990, p. 53-80) desenvolvida sob um sentimento estético sobre ela (Castro, 2019, p. 20). Nesse período fica claro, por meio da crítica aristotélica às cosmogonias anteriores, a compreensão de que as coisas não são mais uma extensão da consciência humana, mas que existem “em si mesmas”, de maneira “separada”, o que Lenoble (1990, p. 68-69) considera um movimento de *transferência de interesse* do “sobrenatural” para as “existências naturais” quando do acesso à Natureza¹⁰. Em outras palavras, há uma ordem *objetiva* na Natureza e não apenas uma ordem humana (Lenoble, 1990, p. 73). Em Aristóteles também encontra-se uma abordagem finalista da Natureza, uma vez que, ao observar os elementos e as coisas enquanto *fatoss*, inicia-se a abordagem de conectar estes *fatoss* a *leis abstratas* (Castro, 2019, p. 21).

No Ocidente cristão da Idade Média (Séc. V – XV) surge então um impasse a ser sanado: para os gregos não há nada fora da Natureza, porém para o cristianismo a Natureza é o espaço da criação divina. Mas Deus não está *na* Natureza, pois, enquanto Criador, ele se posiciona *fora* dela¹¹. De acordo com Kesselring (2000, p.158) essa contradição foi sanada pelo movimento filosófico promovido pela escola Escolástica, cujo expoente encontra-se em São Thomás de Aquino, ao inferir que a atribuição individual de cada ser, ou seja, sua *physis*, é determinada por Deus, que, por consequência, torna-se também o fundamento.

10 Ainda de acordo com o historiador francês, ambos os sentidos da palavra natureza permanecem ativos em Aristóteles: a natureza particular de cada ser; e a Natureza enquanto soma de todos os seres.

11 White Jr. (1967) assinala que o estudo religioso cristão com base na Natureza para a melhor compreensão de Deus denomina-se *teologia natural*. Essa corrente se justifica uma vez que sendo Deus o criador da Natureza, ela também revela sua mentalidade divina.

A Natureza adquiriu assim um componente normativo que se manifestou, por exemplo, na convicção de que a Arte¹² deveria imitar a Natureza. Sem essa implicação normativa no conceito medieval de Natureza, a discussão sobre o direito natural no começo da Idade Média – como em Hugo Grotius (1583-1655) – permaneceria incompreensível. **E sem a ideia do direito natural não haveria a ideia moderna dos direitos humanos, isso é, direitos que competem, por natureza, a cada ser humano** (KESSELRING, 2000, p. 158, grifos nossos).

Pertinente é ainda a lembrança que traz Lenoble (1990, p. 206) ao recordar a relação da raiz da palavra Natureza com ser nato/nascer (*natura/natio*), já explicitada, e correlacioná-la à noção de uma *moral natural* que permeia e regula a sociedade medieval. Afinal, tal sociedade será uma imagem dessa Natureza normativa, hierárquica, assim “como a nossa física é à imagem da nossa sociedade atual” (Lenoble, 1990, p. 206). Além de Aristóteles, a inspiração em Platão seguirá presente, visto o impulso em direção ao heliocentrismo de Copérnico e de Kepler: “[...] na filosofia platônica, o sol é um símbolo central: o sol é a fonte da vida e, como tal, representa para Platão a ideia suprema, a ideia do *bem*. A representação de que o sol, e não a Terra, era o centro do universo era natural para os platônicos” (Kesselring, 2000, p. 160).

O Século XVI marca enorme desenvolvimento literário e artístico no tocante à temática da Natureza, ainda fortemente associada ao imaginário greco-romano por meio do Renascimento. Mas abalos significativos são sentidos com a Reforma Protestante e as chamadas Grandes Navegações, que colocam em xeque a unidade cristã e seu reflexo do que seria então um “mundo civilizado” coeso. Cada vez mais se impunha à Natureza despir-se da sua espiritualidade residual (recobrada pelos artistas renascentistas) para acomodar-se a um lugar diferente que também seria novo para aqueles seres humanos, cada vez menos inseridos num *todo* e cada vez mais jogados numa espiral de um destino *individual* (Lenoble, 1990, p. 233-256). Lenoble toca então num ponto que consideramos crucial (e que cinco séculos depois, se mantém vivo especialmente nos discursos econômicos): o protestantismo fruto da Reforma irá, diferentemente do catolicismo, ter uma postura fortemente antinaturalista.

12 A palavra Arte aqui empregada pode ser interpretada como expressão da *téchne* (Arte/Artesanato) grega.

O pensamento protestante começa por desprezar a Natureza, que já não tem de ser, nem nas “demonstrações racionais” da teologia nem na vida sacramental, a mediadora entre Deus e o homem: a graça já não passa por ela. Mas exatamente por isso o pensamento protestante encontrar-se-á melhor preparado para o novo estado da ciência, que verá na Natureza uma mecânica sem alma e para a nova física, que deixará de ser uma contemplação das formas para passar a ser uma ferramenta de exploração (LENOBLE, 1990, p. 241).

Não por acaso Max Weber, no início do Século XX, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* ressalta o predomínio da crença protestante entre os proprietários do capital e empresários, assim como dos trabalhadores das mais altas camadas técnicas e comerciais nas empresas (Weber, 2004, p. 22). De igual forma, White Jr. (1967, p. 1205), em seu clássico ensaio *The Historical Roots of Our Ecologic Crisis*, afirma que “O que as pessoas fazem sobre sua ecologia depende do que elas pensam sobre elas próprias em relação às coisas ao seu redor. A ecologia humana é profundamente condicionada por crenças sobre nossa natureza e destino – isto é, pela religião”¹³. Sem dúvidas, uma Natureza *ferramenta* é muito mais útil ao desenvolvimento capitalista do que uma Natureza vista como *Grande Mãe*. Mas não nos adiantemos.

O Século XVII reserva a Revolução Mecanicista, na qual sai da cena principal a fruição estética e entra a Ciência moderna ávida por dissecar essa Natureza que, agora, desprovida de espírito, está disponível para a manipulação. Se a Natureza não é mais âmbito da graça do Criador, restou ao ser humano tornar-se seu senhor (Kesselring, 2000, p. 161; Lenoble, 1990, p. 260). Curioso como a simples mudança de olhar para a Natureza (tanto ambiental, quanto humana) prenuncie a emergência de uma Ciência nova. Thomas Kuhn disserta sobre esse ponto no capítulo nono de seu famoso *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Intitulado *As revoluções como mudanças de concepção de mundo*, neste capítulo Kuhn provoca o leitor ao relatar como os astrônomos ocidentais começaram a *ver* as mudanças “no céu imutável” somente após os estudos de Copérnico. Entretanto, os chineses, cujas cosmologias abraçavam a possibilidade das mudanças no céu, já haviam descoberto

13 No original: “What people do about their ecology depends on what- they think about themselves in relation to things around them. Human ecology is deeply conditioned by beliefs about our nature and destiny – that is, by religion”.

muitas outras estrelas antes e observado as manchas solares que viriam a ser contempladas por Galileu. Ou seja, eles já habitavam *outro mundo* muito diferente daquele dos ocidentais (Kuhn, 1998, p. 151-152). Esse deslocamento do olhar e das formas de habitar na Terra, esse novo paradigma que se desvela, se anuncia novamente frente aos desafios da crise climática global, com um apelo crescente (e urgente) a uma Ciência de caráter Complexo (Morin, 2005) – falaremos mais sobre isso no capítulo seguinte.

Segundo Gorresio (2017, p. 62) “Em Copérnico, Kepler e Galileu, a concepção da Natureza é entendida ainda como ordem necessária, mas de caráter matemático, porém perde a noção finalista” – até chegarmos ao método de Bacon e à filosofia de Descartes. Tanto a pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica (PUC), quanto Kesselring (2000, p. 161) evidenciam como sintomática da cisão Humano x Natureza a divisão cartesiana entre *res extensa* (mundo dos corpos materiais) e *res cogitans* (mundo do pensamento), na qual a Natureza será encaixada na primeira categoria enquanto substância que “não pensa, imperfeita, finita e dependente”. O filósofo suíço conclui que “[...] as posições de Deus e do Homem se invertem: a razão humana não está mais representada segundo o modelo da razão divina, mas, ao contrário, uma está representada pela outra” (Kesselring, 2000, p. 162). Com o mundo sendo mecanismo, uma extensão, caberia ao ser humano, enquanto imagem de seu Criador, e representante da essência do *pensamento* (importante salientar que o cartesianismo comporta também a dissociação entre *corpo* e *mente* no nível individual), constituir uma Ciência que desvendasse então as leis divinas da Natureza, obrando para o aperfeiçoamento da própria criação (Lenoble, 1990, p. 265-271). Castro (2019, p. 23) assinala ser possível verificar também certo traço finalista na abordagem de Descartes sobre a Natureza, porém essa finalidade diz respeito unicamente ao Homem, uma vez que “não é possível prever as ações de Deus”.

Pouco a pouco até mesmo os planetas, vistos como incorruptíveis, deixam para trás sua aura de perfeição e o terreno da biologia e da medicina se desvinculariam dos humores macrocósmicos. Entretanto, mesmo com a gradual perda da preponderância da religião sobre a Natureza, esse rompimento não se desencadeou subitamente sem resistências ou movimentos de ruptura e reintegração, que ora pendiam mais para um ou para o outro polo. Já demonstramos aqui o esforço empreendido pelos teólogos cristãos medievais em manter vias

abertas para a “demonstração natural da existência de Deus” (Lenoble, 1990, p. 279) ao acolher os clássicos gregos. Da mesma forma, Descartes e Newton também não se desvinculam completamente de Deus em suas argumentações. Nesse contexto efervescente, repousa também outro antigo debate, o da liberdade *versus* determinismo: afinal, aberta a possibilidade de intervir nos processos naturais, seriam todos os eventos naturais passíveis de serem alterados? E mesmo se alterados, seu resultado final já não estaria ditado por cadeias causais?

Na tradição filosófica da Idade Moderna, então, a liberdade *ou* está negada (como dizem Hobbes, o empirismo inglês, o behaviorismo contemporâneo) *ou* está banida para um mundo ideal fora da Natureza (como sugerem Descartes e, mais ainda, Kant). O Homem *ou* é inteiramente Natureza – o que significa que ele é pura e simplesmente um objeto entregue às leis naturais e, assim, não tem livre arbítrio – *ou*, ao contrário, ele é também um *sujeito* mas, enquanto tal, reside fora da Natureza, sem qualquer possibilidade de mexer nela (KESSELRING, 2000, p. 162).

Cabe evidenciar que a relação Natureza/Liberdade em Kant, apresentada brevemente por Kesselring, deve ser encarada com cuidado uma vez que, de acordo com Rosalvo Schütz (2009), o filósofo prussiano desenvolveu em sua produção intelectual pelo menos três concepções distintas de natureza (mecânico-causal; suprassensível; totalidade orgânica), sendo apenas uma delas referente à concepção pressuposta pelas ciências naturais modernas, que seria aquela tratada em *Crítica da Razão Pura* (1781) e nos *Prolegômenos* (1783): a mecânico-causal. O problema da liberdade será melhor elaborado em seu enfoque da natureza suprassensível (*übersinnliche Natur*) em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) e da *Crítica da Razão Prática* (1788). Ambas as perspectivas denotam a permanência do caráter dualista do pensamento filosófico ocidental, de um ser humano que habita mundos irreconciliáveis: o inteligível e o sensível (Schütz, 2009, p. 247-248).

Na busca pelo balanço entre empirismo e racionalismo na questão da validação universal da Ciência, Kant postula a existência de juízos *a priori* (fundados na razão) e *a posteriori* (fundados na experiência empírica). Para o autor, o conhecimento imediato do objeto não é possível, mas as *condições de validade* universal dos juízos empíricos sobre o

objetos, sim. Dessa maneira, nas palavras de Schütz (2009): “A natureza é, tão somente, um constructo nosso, aquilo que nós, munidos de nossas categorias do entendimento e de nossas formas de percepção, podemos afirmar da mesma”¹⁴. Gorresio (2017) evidencia essa postura do idealismo kantiano que condiciona a concretude do mundo ao sujeito, sendo que a noção de Natureza enquanto *kósmos*, ou seja, enquanto realidade ordenada em oposição ao caos, com leis e princípios que a regem, seria uma ilusão: “A natureza para Kant não é um princípio metafísico, um sistema vital divino de conexões necessárias, mas a possibilidade da Razão, ou das leis universais originárias da Razão, graças às quais é possível a experiência empírica” (Gorresio, 2017, p. 63).

Dentro deste espectro, há limitações para a penetração da Ciência moderna no conhecimento da Natureza, pois tudo o que não é passível de redução às formas de percepção ou às categorias do entendimento, não deve ser alvo de enunciação científica. Schütz (2009) arremata que, para o filósofo

[...] é impossível tematizar questões como a responsabilidade ética, a liberdade ou mesmo a unidade orgânica e autocriadora da natureza, uma vez que estas questões ultrapassam seus limites. Sempre que a ciência ultrapassa estes limites, segundo Kant, ela não percebe que “com seus conceitos aliás legítimos, foi além dos limites de seu uso” (Prol. § 33). A concepção de natureza aqui explicitada por Kant é a expressão do significado que, de modo geral, a natureza assume para as ciências modernas. Respalado pelo argumento da utilidade tecnológica, este significado muitas vezes é apresentado como a única compreensão verdadeira da mesma. Consequentemente, a natureza não pode ser compreendida e concebida como tendo uma realidade em si, como sendo uma realidade autônoma, pois é apenas o sujeito conhecedor que se impõe sobre uma natureza que só pode mais ser concebida como objeto morto. Com a separação entre o mundo fenomênico e o mundo das coisas em si, Kant deixou claro que a ciência empírico-matemática só pode reunir as impressões de nossos sentidos conforme categorias de nosso entendimento, nunca, no entanto, compreender a natureza como sua própria relação de efeitos (Wirkungszusammenhang) (SCHÜTZ, 2009, p. 244-245).

14 “Segundo nosso autor [Kant], as **formas de percepção** – espaço e tempo – e as **categorias do entendimento** – qualidade, quantidade, relação e modalidade – são as condições *a priori* de qualquer possibilidade de conhecimento científico. Com referência a elas, e não a uma realidade fora de nós, é que é possível a universalidade científica. Tudo que vem a nós pelas experiências sensíveis só pode vir a nós através destas categorias e dentro das formas de percepção disponíveis. Ao mesmo tempo, porém, diferentemente dos racionalistas, sem a experiência sensível o conhecimento também não seria possível. Aquilo, portanto, que chamamos de natureza no conhecimento científico é, sempre e apenas, aquilo que nós mesmos, dentro dos limites e através dessas condições previamente dadas, podemos afirmar da natureza. Não podemos, de forma alguma, afirmar que isto é a natureza em si (*numen*). É apenas a forma como ela nos aparece (*fenomenon*) dentro desses limites” (Schütz, 2009, p. 241, grifos nossos).

Ou seja, as ciências empíricas e matemáticas conseguem abarcar apenas “um dos mundos”: aquele no qual as formas de percepção e as categorias do entendimento reunidas conseguem expressar-se sob um determinado conhecimento científico – de forma resumida, o mundo que é possível termos conhecimento sobre ou o “mundo das coisas que nos parecem”. Porém quando as mesmas buscam interferir “na realidade em si” (mundo das coisas tal como são em si mesmas ou mundo numênico, como expressa Kant) elas estão extrapolando seus limites e lançando mão de instrumentos inadequados. Se tudo fosse calculável, como preconizam tais ciências, a liberdade seria impossível, incluindo-se a liberdade dos sujeitos humanos que habitam a realidade em si.

O pesquisador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) afirma ainda: “Por isso, quando a realidade fenomênica é apresentada com sendo realidade absoluta, ela tem influência negativa sobre a razão, pois não permite mais a tematização de qualquer coisa que ultrapasse esses limites restritos” (Schütz, 2009, p. 245). Lenoble (1990) também estende críticas à postura mecanicista reservada à Natureza ao afirmar que o homem não conforma-se em ver a si mesmo enquanto máquina da mesma maneira que não consegue reduzir a Natureza ao nível de uma *coisa* apenas. Esse nível de “extraversão objetiva total”, segundo o autor, nos condena à solidão posto que “Nem sequer existiria ciência sem a alma das coisas que no-las torna desejáveis de conhecer, sem a alma dos homens a servir através da ciência. O contato com o exterior exige uma vida interior, com a parte de introversão que pressupõe” (Lenoble, 1990, p. 117).

Conforme ponderado anteriormente, a aproximação de uma Natureza dessacralizada e seus efeitos sobre o modo de ser-estar humano na Modernidade não foi algo que se deu de um dia para outro. O Século XVIII evidenciou os conflitos conceituais e morais ocasionados pela ruptura mecanicista trazida pelo século anterior, demonstrando a convivência de ideias opostas, tais como a aproximação racional e passional contemplativa da Natureza, com destaques ao Neoclassicismo e Romantismo; e outra de dominação matemática sobre a mesma. Período notadamente marcado pela Revolução Industrial (1760-1840), Lenoble (1990, p. 293) afirma que o Século XVIII foi fortemente anticlerical, mas que esse anticlericalismo e antirreligiosidade (o *naturalismo ateu*, como denomina) se dará

especialmente no âmbito da esfera da elite intelectual, não sendo estendida essa compreensão ao povo – impregnado pelas novas concepções de mundo somente no Século XIX – o que parece uma constatação razoável quando traçamos um paralelo com o desenvolvimento do conceito de esfera pública de que se ocupará Habermas (1962) e com as ponderações de White Jr. (1967) sobre como a fusão entre ciência (de origem especulativa e aristocrática; o *cérebro*) e tecnologia (orientada para a prática e associada às classes mais baixas; as *mãos*) se reflete como resultado de uma aproximação entre o topo e a base da pirâmide social.

Lenoble constata também que a Natureza do físico e do filósofo desta época já toma rumos radicalmente distintos: o primeiro caminha na direção cada vez mais calculável e determinista dos fenômenos, enquanto que o segundo ainda busca na Natureza (agora encarada pelas lentes da ciência) referenciais políticos, sociais e morais, como é possível visualizar no esvaziamento do poder mítico-divino da monarquia absolutista (afinal, de que vale um “Rei Sol” quando o Sol já não emana ao espírito nada além de luz num vácuo infinito? *Natura e natio* unem-se novamente) ou no resgate do mito do “bom selvagem” na obra rousseauiana que ilustra a corrupção da natureza humana, primordialmente boa, pelo processo civilizatório da sociedade (Lenoble, 1990, p. 300-301).

Tavolaro (2001, p. 43-47), do mesmo modo, se aproxima com cautela da afirmação de uma ruptura total Homem x Natureza causada pelo pensamento racional moderno ao estudar, especialmente, o caso da sociedade inglesa do Século XVIII, por meio do historiador Keith Thomas (1988). Para o sociólogo brasileiro, há um paradoxo pois a racionalização trouxe um resgate do mundo natural por meio da reflexividade, da secularização das visões de mundo e da aproximação científica no estudo das plantas e animais. Esses três elementos teriam levado à quebra de preconceitos de ordem mítico-religiosa em relação aos seres não humanos, que gradativamente vão perdendo o *status* bestial ou de impureza, permitindo posturas mais respeitadas no trato com os mesmos (posturas e cosmovisões estas que se mantiveram nas sociedades tradicionais e originárias não alcançadas pela racionalidade moderna dual, como é o caso das cosmogonias indígenas). Como exemplos, ele ilustra a modificação de comportamentos sociais em relação aos animais domésticos e a ênfase ao cultivo de flores, árvores e ao paisagismo. Porém, resta evidente que o ressurgimento de certo cuidado ou

apreço estético pela Natureza vincula-se em certa medida ao fato da degradação do ambiente urbano em virtude da atividade industrial em ascensão:

O amor pelo campo e as idas freqüentes dos moradores das cidades às zonas rurais, fundamentalmente nos finais de semana, também têm explicação, em parte, na deterioração física e moral do ambiente urbano. Novos riscos estavam presentes, já que o carvão, indústrias de tecido e cervejarias tornavam ar e água extremamente insalubres para o cotidiano das pessoas (TAVOLARO, 2001, p. 47).

Já que adentramos o Século XIX e à discussão do posicionamento humano em relação aos animais não humanos e aos vegetais, teremos a Teoria da Evolução de Darwin para trazer um novo golpe: “Depois de ter perdido sua posição privilegiada no centro do Universo com o estabelecimento da cosmologia copernicana, o Homem perdeu, agora, sua prioridade ontológica em relação aos animais e às plantas. Enquanto espécie gerada pela evolução, o Homem é um *produto* da Natureza” (Kesselring, 2000, p. 164). Junto ao abalo existencial trazido com a publicação de *A Origem das Espécies* (1859), veio a inserção do acaso e da indeterminação na engrenagem mecanicista e a constatação, por meio da segunda lei da termodinâmica, de que o universo não tende à organização, mas sim ao caos¹⁵. Decai, desse modo, a visão cíclica da Natureza. Nesse período histórico há ainda o extravasamento da lógica científica moderna das ciências naturais para as ciências sociais em consolidação (Santos, 1988, p. 51). A “física social” (que viria a tornar-se a Sociologia) de Augusto Comte, expoente do Positivismo, se, por um lado, impulsionou avanços para o desenvolvimento socioeconômico dentro da lógica capitalista, por outro, sem dúvidas, passou por distorções que estimularam posturas profundamente racistas, como foi o caso do darwinismo social. Paralelamente, naturalistas como Humboldt (1769-1859) mantiveram em seus trabalhos uma inspiração e apreciação estética sobre a Natureza conjugada à sua exploração geográfica, combinando traços do Romantismo do século anterior à metodologia científica moderna sedimentada, gerando trabalhos de grande importância literária e científica.

15 O grau de desordem de um sistema físico (entropia), em sistemas isolados onde ocorrem processos irreversíveis, aumenta sempre.

No Brasil, a transferência forçada da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro-RJ, em 1808, fomentou a criação de bibliotecas, museus, institutos de pesquisa e da imprensa. No final do século, a ideia de Natureza predominante na elite econômica, cultural e política é ambígua. Isso porque esta segue vinculada, de acordo com Araújo (2001, p. 156), a uma visão classicista senhorial de inspiração religiosa, apesar dos esforços de alguns intelectuais de fazer valer o ideário positivista. Ao mesmo tempo, a concepção de progresso, influenciada pelo contismo e transplantada da Europa, coexiste com o discurso de uma “natureza fecunda e abundante”, filiada à noção de uma “natural vocação agrícola” do território tropical (noção essa alinhada, claro, aos objetivos comerciais capitalistas dentro da divisão internacional do trabalho) fez com que a economia baseada na exploração latifundiária e na monocultura se mantivesse hegemônica. Ao comparar as profundas modificações trazidas pela aplicação da termodinâmica ao processo industrial europeu (força motora) em relação à utilização da força mecânica ainda predominante no Brasil, Araújo (2001, p. 156, grifos nossos) conclui que “[...] enquanto para o fisiocratismo¹⁶ brasileiro o progresso era baseado na ideia de *gestão* das forças naturais, o progresso para o mundo termodinâmico era definido pela *produção* das forças naturais”.

Nesse contexto cada vez mais complexo, técnica e Natureza se mesclam e se contrapõem em fluxos de oposição e integração. O ser humano se vê ao mesmo tempo deslumbrado por uma ciência secularizada e positivada, porém sem um “lugar seu” em uma Natureza dessacralizada que ainda, de certa maneira, exerce sua influência não apenas sobre a matéria “não pensante”, mas também sobre si mesmo. Segue o dilema cristão ocidental, resumido e posto à prova pelo evolucionismo: “Apesar do homem possuir seu corpo feito do barro, ele não é simplesmente parte da Natureza, pois é feito à imagem de Deus” (White Jr, 1967, p. 1205). Então, quais formas de interpretar e se relacionar com o mundo, para além de uma perspectiva dual (Humano x Natureza), se evidenciam mais adequadas para a contemporaneidade, quando ainda é possível detectarmos a reclamação de espaços de diferenciação entre um e outro?

16 A escola fisiocrática (Séc. XVIII), de origem francesa, é considerada a primeira escola da Economia científica. De acordo com seus autores, a riqueza das nações deriva das terras agrícolas, da agricultura, sendo as demais atividades (comércio e indústria) segmentos complementares. Fisiocracia significa “poder da natureza” (De Mera *et al*, 2020).

2.2 MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

A partir do histórico inicial apresentado resta a constatação da íntima conexão entre o desenvolvimento da relação Humano – Natureza e a emergência do pensamento científico, assim como a busca de autoentendimento pelo lugar do ser humano no cosmos. Mencionamos a Revolução Industrial, ponto de partida de profundos processos de degradação ambiental na modernidade e Kesselring (2000) também já evidencia a correlação seminal entre a ideia do direito natural e dos direitos humanos (jusnaturalismo – direito à vida, à liberdade e à própria defesa). Porém, antes de prosseguirmos, cabe assinalarmos as distintas aproximações existentes acerca dos termos comumente empregados no debate ambiental.

2.2.1 Natureza, Ambiente e Meio Ambiente: similaridades e diferenças

Apesar de frequentemente serem utilizados pela mídia como termos sinônimos julgamos, a exemplo de Ribeiro e Cavassan (2013) e Dulley (2004), ser uma reflexão necessária debater tal diferenciação – especialmente enquanto jornalistas – quando nos fazemos questões como: qual é o real objetivo de determinada lei ou política ambiental? O quê, qual ou quem é alvo da política almejada? Estamos incluindo em nossas preocupações apenas aquelas de caráter antropocêntrico ou estamos considerando também os demais seres? Diante de distintas interpretações, podemos vislumbrar desde já uma indagação que estará contida da discussão do capítulo seguinte: o jornalismo ambiental catarinense opera sob a base conceitual moderna de Natureza e ou de meio ambiente?

O conceito de Natureza que tratamos até aqui – para além da sua concepção enquanto meio ambiente físico natural, local que abriga as paisagens e as espécies; ou da sua concepção enquanto substância/característica/propriedade que define algo, dentre outros tantos significados – desdobra-se também em mais duas abordagens. A primeira trata a Natureza enquanto abstração: o que se pensa sobre ela em determinados contextos sócio-históricos, como esse conceito se modifica ao longo do tempo nas distintas sociedades e os reflexos associados a esta abstração. A segunda abordagem, tem como base a percepção, sendo a

Natureza algo concreto e passível de ser apreendido pelos sentidos. Ribeiro e Cavassan (2013), partindo de Whitehead (1993), afirmam que

[...] a natureza ora pode ser entendida como um relato daquilo que o pensamento conhece (mente → natureza), ora como um relato da ação da própria natureza sobre a mente (natureza → mente) Assim, essa expressão adquire dois significados, sendo aplicada tanto para aquilo que tem uma existência e é percebido (realismo) quanto para aquilo que é pensado (representação). Para nós, esse é um dos motivos pelo qual surgem inúmeras confusões conceituais, ou seja, uma mesma expressão é utilizada para referir-se a duas abordagens distintas. Acreditamos ser necessário utilizar diferentes terminologias para esses dois significados (natureza real ou causal e natureza representada ou pensada) Desse modo, iremos considerar que a natureza existe independentemente de se pensar sobre ela (imagine, por exemplo, a Terra sem humanos; a natureza existiria em si mesma, continuaria seu curso normalmente) (RIBEIRO, CAVASSAN, 2013, p. 65-66).

Dulley (2004, p. 17) também compreende a existência concreta da Natureza para além da abstração humana ao afirmar ironicamente que “Para que se possa melhor compreender as questões ambientais torna-se necessário aceitar que a natureza, ao contrário do que pode parecer, não foi criada apenas para a espécie humana”. Parece-nos, desse modo, que os autores consideram a natureza real ou causal dentro de uma classificação conceitual similar a de Gudynas (2019, p. 13).

Quanto ao conceito de ambiente, Ribeiro e Cavassan (2013) e Dulley (2004) acrescentam que, quando tratamos da Natureza representada, fruto da capacidade humana de pensar culturalmente com base no acúmulo e reflexão dos conhecimentos preexistentes, estamos falando de ambiente e não mais de Natureza: “Consequentemente, se o homem não existisse, a natureza continuaria a existir, mas o ambiente não, pois não mais existiria natureza representada” (Ribeiro; Cavassan, 2013, p. 66). Porém, a expressão ambiente seria insuficiente, na visão dos pesquisadores, para abarcar as particularidades de todos os seres vivos, pois para cada ser há um ambiente particular – ou seja, o seu próprio meio ambiente. Por exemplo, animais não humanos que gozam de mobilidade não necessariamente interagem de igual forma que os vegetais com os elementos vivos e não vivos de um mesmo ambiente, conformando-se, assim, distintos meios ambientes para cada um. Na visão de Enrique Leff

(2001, p. 17), “o ambiente não é a ecologia¹⁷, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento”. Parece-nos que a definição de ambiente de Leff se aproxima mais a de meio ambiente humano de Ribeiro e Cavassan:

O meio ambiente humano é determinado temporalmente e percebido em função de representações particulares; está em relação dinâmica no sentido de que é permanentemente construído e, portanto, estabelecido e caracterizado por diferentes culturas em espaços específicos (Reigota, 1998, 2009) e também de acordo com a ontogenia da espécie humana. Essa entidade é compreendida como um espaço relacional no qual o indivíduo está inserido e age sobre todo um sistema social, político e econômico, pois é capaz de percebê-lo. Assim, construímos nosso próprio mundo externo, nosso *umwelt*, nosso meio ambiente subsidiados por processos sógnicos (perceptivos), ou seja, pelas atividades receptoras e efetoras que caracterizam a nossa espécie (RIBEIRO; CAVASSAN, 2013, p. 72).

Milton Santos (2005, p. 141) é ainda mais categórico ao ampliar o debate afirmando que “não existe meio ambiente diferente de meio”. O geógrafo brasileiro reforça a importância de se pensar o meio ambiente dentro de uma perspectiva material e histórica. Para ele, a Natureza abstrata/representada não é ambiente, e sim, Natureza tecnicizada. E mais: para o autor, quando no debate ambientalista o então denominado meio ambiente vem a substituir a Natureza histórica, vista agora então como Natureza-espetáculo, opera-se um processo de ocultação do significado da história (Santos, 1992, p. 99-102) – e, por consequência, dos atores econômicos, políticos e sociais responsáveis pelos processos de sua tecnicização e exploração.

Leff (2001), assim como Santos, também denuncia formações ideológicas no terreno ambientalista que buscam imprimir uma falsa unidade no quesito das responsabilidades

17 A palavra ecologia deriva do grego *oikos* (casa), e *logos* (estudo), ou seja, o “estudo da casa”. Já o meio ambiente, seria “a casa em si”. De forma similar, a palavra economia também deriva do grego *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei), podendo ser entendido como “administração da casa” ou “gestão da casa” (Lima, 2021). Næss (2003, p. 36) utiliza o termo ecologia para significar “o estudo interdisciplinar científico das condições de vida dos organismos em interação uns com os outros e com seus arredores, orgânicos e inorgânicos também”. O filósofo norueguês utiliza ainda os termos meio (*milieu*) e ambiente/meio ambiente (*environment*) de maneira intercambiável. Darwin já referenciava a “economia da natureza” em *A Origem das Espécies* ao descrever as relações de “interdependência dos organismos vivos, entre si e com o próprio ambiente, provocando, evolutivamente, a diversidade biológica” (Lourenço, 2019, p. 167-168).

compartilhadas. Como exemplo, enunciados do tipo “todos os homens que viajam na nave Terra” deixam de lado fundamentalmente (e convenientemente) as gritantes desigualdades entre os “companheiros de viagem” (Leff, 2001, p. 66-67; Ferdinand, 2022). Para o pesquisador mexicano, a noção de meio ambiente está atualmente associada aos efeitos negativos imprimidos pela humanidade sobre a Natureza – degradação, poluição, superexploração, etc. Isso porque o meio, apesar de ser frequentemente associado aos estudos sistêmicos e das inter-relações na biologia, na economia e na antropologia, dentre outras áreas, não é propriamente objeto de estudo de nenhuma ciência. O meio¹⁸ ressurge então (acoplado a ambiente) como um conceito relativo e contextual ao processo de complementaridade e articulação das ciências, cobrando um sentido estratégico no processo político de supressão das “externalidades do desenvolvimento” – a exploração econômica da natureza, a degradação ambiental, a desigualdade na distribuição social dos custos ecológicos, a marginalização social, etc. – que persistem apesar da possível ecologização dos processos produtivos, da capitalização da natureza e da sistematicidade interdisciplinar do saber (Leff, 2001, p. 78).

O meio para Leff (2001, p. 72) é “uma rede de relações capaz de agrupar todo o saber em busca de seu objeto, é o plasma onde se dissolve ou coagula aquele excedente de saber que ultrapassa o campo do conhecimento científico”, ao mesmo tempo em que o ambiente é “a falta insuperável do conhecimento, esse vazio onde se aninha o desejo de saber gerando uma tendência interminável para a completude das ciências, o equilíbrio ecológico e a justiça social” (Leff, 2001, p. 78).

Diante da pluralidade de sentidos abarcadas, é possível avaliar que a alteração do posicionamento humano quando do olhar sobre os conceitos inevitavelmente leva ao deslocamento e/ou amplitude ou contração destes. Quanto mais esse posicionamento se afasta de uma perspectiva integradora, mais facilmente adota-se uma postura antropocêntrica em relação ao meio/ambiente/meio ambiente. Em sentido oposto, quanto mais visa-se a uma integração humana com o meio/ambiente/meio ambiente, nos aproximamos das posturas ecocêntricas ou biocêntricas.

¹⁸ Aqui é importante salientar *meio* enquanto sinônimo de *forma/via/procedimento/ferramenta* para alcançar um fim.

Há inúmeras ramificações dentro destas três classificações aqui apresentadas no debate sobre ética e moral ambiental. Sinteticamente, o antropocentrismo privilegia os seres humanos em detrimento aos demais seres vivos e não vivos, representando a cisão por excelência entre Humano/Natureza. Sob essa ótica, as demais espécies e ecossistemas só possuem valor por sua instrumentalização ou utilidade para os humanos. O ponto de partida é o ser humano. A abordagem ecocêntrica, por sua vez, reconhece a necessidade de preservação dos ecossistemas e demais organismos sem necessariamente atribuir importância quanto ao seu uso pelos humanos, reconhecendo a existência de valores intrínsecos, porém esses valores são fruto de um olhar subjetivo humano estendido a esses ecossistemas e suas relações. Aqui, o ponto de partida são os ecossistemas. Por fim, a abordagem biocêntrica, como o próprio prefixo sugere, toma como ponto focal os valores próprios na vida, seja de indivíduos, espécies ou ecossistemas. “Nesse caso, defendem-se valores próprios nos seres vivos, nos elementos não vivos, e também no meio ambiente, em paisagens ou ecossistemas em geral. Além disso, o desenvolvimento dos processos vitais e evolutivos, sem interferência humana, é um valor em si mesmo” (Gudynas, 2019, p. 58). Ecocentrismo e biocentrismo, por vezes, se sobrepõem, porém não se equivalem, apesar de encontrarmos muita imprecisão na utilização desses conceitos, especialmente em documentos do campo jurídico quando da discussão dos Direitos da Natureza.

Ante o exposto, como base para as análises e sínteses desta pesquisa a seguir, portanto, privilegiaremos o uso dos termos ambiente e meio ambiente, por se demonstrarem mais apropriados para subsidiar o debate contemporâneo sobre o tema, além de se apresentarem mais abrangentes, tanto em relação ao ser humano, (compreendendo suas relações culturais, políticas, sociais e econômicas com os demais indivíduos da mesma e de outras espécies), assim como em referência às interações das demais comunidades bióticas do planeta. A exceção se dará ao nos referirmos ao reconhecimento de Direitos da Natureza, uma vez que essa terminologia já se encontra em uso e popularizada no campo jurídico. Também partimos das perspectivas ecocêntrica e biocêntrica, em detrimento do antropocentrismo, por abarcarem a tão necessária e urgente virada rumo à complexidade em relação ao conhecimento e à apreensão do mundo.

2.2.2 Do Direito Natural (jusnaturalismo) aos Direitos Humanos

Ao trazermos o percurso histórico e conceitual sobre a ideia de Natureza fica demonstrada a busca das sociedades ocidentais, desde a Antiguidade, por uma fundamentação do seu pensamento, ação ou de uma suposta essência humana, na Natureza. Quanto ao surgimento do Estado, à administração da justiça e regulação social não haveria de ser diferente: já relatamos a busca de uma relação especular entre organização social e natural. Enquanto o poder estatal positivo tem a função de conferir direitos aos sujeitos (o Estado deve agir para efetivá-los, como é o caso do direito à saúde, à educação, etc.), outros direitos possuem característica negativa, ou seja, o Estado deve se abster de agir para que estes possam ser plenamente realizados pelos indivíduos e, inclusive, lhes é negada a alienação dos mesmos (vida, liberdade e propriedade¹⁹). Esse direito negativo, que seria anterior ao surgimento do Estado, estaria enraizado precisamente no chamado mundo da natureza (Homem; Brandão, 2015, p. 09). Por essa razão, o Direito Natural (jusnaturalismo) estaria acima dos demais direitos, acima até mesmo do próprio indivíduo (Deus/Natureza) ou dentro dele próprio (natureza/essência). Esse entendimento, portanto, induz a uma noção de infalibilidade do Direito Natural, sempre justo e correto (Miguel, 2003, p. 308).

Miguel (2003, p. 308) demarca quatro períodos distintos de tal corrente: jusnaturalismo na Antiguidade (leis derivadas da natureza divina), jusnaturalismo cristão (expressivo na Escolástica com Tomás de Aquino, lei natural como expressão da vontade divina captada pela razão); jusnaturalismo racionalista (Séculos XVII e XVIII, fundamento da divindade da razão humana) e jusnaturalismo contemporâneo (pós 2ª Guerra Mundial, tendo o direito natural presença na pessoa humana – o personalismo jurídico). Em passo com o espírito da época, a ascensão antropocêntrica do Direito Natural se deu notavelmente na sua fase racionalista, pois constata-se que “foi pela observação humana que se conferiu o fundamento do referido direito natural ao próprio homem” (Homem; Brandão, 2015, p. 10),

19 A discussão da propriedade como um Direito Natural está ligada especialmente à obra de John Locke (1632-1704). Sousa (2018, p. 50-51) sinaliza que há um problema na abordagem política do autor inglês, que gera um duplo aspecto na análise acadêmica sobre a *propriedade* em sua obra, sendo justamente a falta de definição objetiva do termo: “Pode-se pensar, em um primeiro momento, que Locke pensa a *propriedade* em termos de “posse sobre um objeto material”, mas o autor também parece compreender que o direito de adquirir essa mesma posse sobre algo é também um *direito*, que constitui em si mesmo uma *propriedade* inerente aos indivíduos”. Além disso, Locke correlaciona *propriedade* e *trabalho* gerando mais questionamentos posteriores.

tendo como expoentes filosóficos Kant e Locke. Assim, a própria condição humana *per se* é que torna reivindicáveis tais direitos.

Apoiados nesse pressuposto, são presumíveis os problemas que se manifestariam. O primeiro deles já ressaltamos, que é a modificação da noção de (N)natureza e de natural de acordo com o contexto histórico e social de cada sociedade ao longo do tempo: “Qual é o direito fundamental do homem segundo a sua natureza? O direito do mais forte, como queria Spinoza, ou o direito à liberdade, como queria Kant?”, provoca o filósofo italiano Norberto Bobbio (2004, p. 17). Outro é o conceito de justiça – também refém do mesmo condicionante contextual dos conceitos anteriores – e que, como evidencia Miguel (2003, p. 309), só se realiza por meio da experiência e não por meio de abstrações ou deduções puramente racionais. E essa potência e o primado da razão, como assinala Bobbio (2004, p. 15) foram, por vezes, desmentidos pela experiência histórica. O segundo é que o próprio jusnaturalismo, tão tributário de um fundamento absoluto, acaba freando – quando não se opondo frontalmente – ao aperfeiçoamento dos próprios direitos:

Basta pensar nos empecilhos colocados ao progresso da legislação social pela teoria jusnaturalista do fundamento absoluto da propriedade: a oposição quase secular contra a introdução dos direitos sociais foi feita em nome do fundamento absoluto dos direitos de liberdade. O fundamento absoluto não é apenas uma ilusão; em alguns casos, é também um pretexto para defender posições conservadoras (BOBBIO, 2004, p. 15).

Com a positivação do Direito, ou seja, sua cristalização enquanto norma jurídica, em leis escritas e documentadas, ocorre então um deslocamento quanto ao modo como o direito se faz conhecer. Enquanto o Direito Natural é conhecido por meio da razão, o Direito Positivo se faz público por meio da declaração de uma vontade alheia – de quem cria as leis, ou seja, o legislador (Bobbio, 1995, p. 20-23). Seguindo essa linha, com a passagem da sociedade europeia medieval para a Modernidade, em consonância com o espírito científico florescente, passa a valer no campo jurídico aquilo que está devidamente escrito e regulado, com a monopolização da produção jurídica pelo Estado. O positivismo jurídico encara o direito como um fato, e não como valor, tal como o cientista que observa de longe um fenômeno

abstendo-se de emitir juízos. Dessa forma, impõe-se o cumprimento da norma independentemente de sua legitimidade (se a norma em questão é justa ou não) ou de sua eficácia (efeito da ação), dando margem para a aplicação de normas de caráter autoritário, por exemplo.

Porém como bem demonstra a História, as situações sociais concretas, as lutas e os conflitos humanos ultrapassam a abstração racional, sendo que, quando da aplicação material da lei, inevitavelmente lacunas (muitas vezes, propositais) e choques entre direitos são comuns – tanto que uma das grandes questões que se apresenta à Filosofia do Direito é a confusão frequente que há na identificação equivocada do Direito com a Lei, sendo que essa última seria apenas a expressão positivada do primeiro, não encerrando em si o conteúdo completo do mesmo. Para saná-los, o (a) operador (a) do Direito acaba tendo que recorrer a outras fontes como a jurisprudência (conjunto de decisões emanadas por tribunais superiores sobre situações de fato) dentre outras predominantemente “não objetivas”, se pensadas sob a perspectiva positiva, tais como a analogia, os costumes e doutrinas da área (Soares, 2008, p. 48-61). Além disso, distintamente do Direito Natural, que se pressupõe universal, o Direito Positivo somente possui validade dentro do espaço de abrangência da norma (por exemplo, leis brasileiras só se aplicam no âmbito de competência do Estado brasileiro; leis estaduais apenas no âmbito de competência daquele estado, etc.). Revela-se mais um conflito entre o Direito Natural e Direito Positivo justamente pelo caráter mutável das sociedades e dos seus valores: muitas condutas e atividades consideradas legais em determinadas épocas, hoje – partindo de uma perspectiva ocidental e latino-americana – nos parecem inadmissíveis de um ponto de vista ético e moral. Em síntese: o Direito Natural é imutável, o Positivo, não. De igual modo, condutas que são legais em determinados territórios, não o são em outros. Portanto, o questionamento à norma positivamente legal, porém naturalmente injusta (ou o inverso), é uma constante até os dias atuais, uma vez que o Direito Natural se preocupa com aquilo que é bom, enquanto que o Positivo estabelece aquilo que é útil (Bobbio, 1995, p. 22-23).

Boa parte da síntese entre Direito Natural e Direito Positivo se deu especialmente no pós 2ª Guerra Mundial, com o reconhecimento de direitos reivindicáveis em face da condição humana. Não que tratados não tenham sido feitos anteriormente com o objetivo de resguardar

os então chamados direitos naturais do homem, limitando o poder do governante sobre o indivíduo²⁰. Citando os documentos célebres e referenciados nesse quesito, temos na Revolução Francesa a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* (1789), e a *Declaração de independência dos Estados Unidos e Constituição Americana* (1776), que consagra o processo de separação das então colônias inglesas na América do Norte, sendo que ambas versam em seu início que “todos os homens nascem livres e iguais e possuem direitos naturais inalienáveis”. Cada vez mais tais direitos deixam de ser mera orientação moral ou ética e passam a se configurar enquanto obrigações que vinculam Estados por meio de uma relação jurídica com seus cidadãos (Homem; Brandão 2015, p. 10-12). Dois séculos depois a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), em seu primeiro artigo, manterá basicamente a mesma redação: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” (Organização das Nações Unidas, 1948, p. 02). Pertinente se faz a observação de Bobbio, que frisa:

Ainda que a hipótese do estado de natureza tenha sido abandonada, as primeiras palavras com as quais se abre a Declaração Universal dos Direitos do Homem conservam um claro eco de tal hipótese: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” O que é uma maneira diferente de dizer que os homens são livres e iguais por natureza. E como não recordar as primeiras célebres palavras com que se inicia o Contrato social de Rousseau, ou seja: “O homem nasceu livre e por toda a parte encontra-se a ferros”? A Declaração conserva apenas um eco porque os homens, de fato, não nascem nem livres nem iguais.' São livres e iguais com relação a um nascimento ou natureza ideais, que era precisamente a que tinham em mente os jusnaturalistas quando falavam em estado de natureza. A liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser (BOBBIO, 2004, p. 18).

A noção de construção, de vir a ser, nos localiza novamente sob a perspectiva de que a efetivação dos Direitos Humanos está inevitavelmente atrelada ao processo histórico de mudança política e social e, como tal, é alvo de disputas e modificações ao longo do tempo.

20 Cabe ressaltar que o indivíduo a ser resguardado era o então “cidadão pleno” do Século XVIII, ou seja: o proprietário, como observa Nemetz (2004, p. 238). Com a substituição do regime Absolutista pela República, o advento da burguesia como classe econômica e política e a Revolução Industrial, a tão exigida igualdade perante a lei, bem como a noção de cidadania ficam, por consequência, atreladas à noção burguesa capitalista.

Até este momento, seguimos com as mesmas condicionantes anteriores quando falávamos sobre os direitos naturais. Porém, como assinala de forma perspicaz Bobbio, a inovação trazida pela Declaração de 1948, e que muitas vezes não é percebida, reside no seu caráter (ainda que questionável) de universalidade concreta. Isso porque pela primeira vez “um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vive na Terra” (Bobbio, 2004, p. 18). Para além de discussões sobre fundamentos, as nações signatárias da Declaração, em consenso, concordaram que alguns valores são comuns e acolhidos, de fato, ou seja, por meio de norma positivada, por seus respectivos povos. Agora, o que virá a ser essa liberdade e igualdade, a ser construída consensualmente pelos distintos governos, revela-se como uma outra etapa:

A Declaração Universal contém em germe a síntese de um movimento dialético, que começa pela universalidade abstrata dos direitos naturais, transfigura-se na particularidade concreta dos direitos positivos, e termina na universalidade não mais abstrata, mas também ela concreta, dos direitos positivos universais (BOBBIO, 2004, p. 19).

Sem esse primeiro movimento abstrato não seria possível avançarmos numa discussão abrangente sobre Direitos Humanos, sobre quais seriam os mecanismos necessários para sua efetivação e, também, realizar a devida crítica acerca dos termos econômicos, políticos e sociais sob os quais tais Direitos foram cunhados e interpretados.

A primeira crítica a ser considerada, como bem ponderam Santos e Chauí, é o fato de que hoje “A grande maioria da população mundial, não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos” (Santos; Chauí, 2013, p. 42). A autora e o autor demonstram como contemporaneamente os Direitos Humanos têm sido invocados de forma recorrente para justificar interesses frontalmente contrários aos mesmos, e afirmam que o caráter regulatório/emancipatório prescrito pelos Direitos Humanos dizem respeito às sociedades metropolitanas (Norte Global), excluídas as coloniais (Sul Global), estando estas últimas radicalmente separadas das primeiras por meio de linhas fundadas pelo pensamento abissal, cuja principal característica é a impossibilidade da co-presença (Santos, 2007, p. 71).

Se analisarmos essa afirmação em conjunto com a questão do ineditismo da universalidade de fato, apresentada por Bobbio em relação à Declaração da ONU de 1948, podemos constatar que houve um avanço no plano formal, uma vez que quando das declarações da Revolução Francesa e Americana, no Século XVIII, os seres humanos que deveriam ter seus direitos naturais resguardados sequer eram todos: mulheres, crianças, idosos, populações negras e indígenas escravizadas e das colônias europeias são colocados a parte neste “rol da dignidade humana” da civilização ilustrada. Cerca de duzentos anos depois, esse cenário se transforma significativamente – pelo menos, em teoria. Porém o peso demasiado que se coloca sobre as declarações francesa e estadunidense enquanto gêneses puras de um sistema internacional de Direitos Humanos linear, que culmina então com a Declaração Universal na primeira metade do Século XX, ignora dois séculos de processos e lutas sociais em benefício da afirmação de uma matriz hegemônica de pensamento liberal fortemente atrelada aos direitos individuais, civis e políticos, além de alimentar uma ilusão teleológica que reafirma uma narrativa triunfalista na qual “todas as outras gramáticas de dignidade humana que competiram com a dos direitos humanos eram inerentemente inferiores em termos éticos ou políticos” (Santos; Chauí, 2013, p. 46).

Portanto, é necessário ponderar, como propõe Reis (2011, p. 104) que “uma vez iniciada a discussão sobre a natureza ou universalidade dos direitos, os resultados desse processo são quase sempre imprevisíveis, e muitas vezes implicam numa expansão do que são considerados direitos, ou daqueles que são considerados humanos”. A autora enfoca os chamados “efeitos colaterais” do reconhecimento dos Direitos Humanos, que se dão à margem das intenções originais dos proponentes e cita como exemplo a incorporação do universalismo abstrato por parte do movimento feminista francês, evidenciando as contradições presentes entre o discurso de liberdade e igualdade e práticas de exclusão.

A pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) traz, também, por meio dos estudos do historiador Nick Nesbitt (Universidade de Princeton/EUA), o impacto da declaração francesa sobre a Revolução Haitiana, uma vez que os proprietários brancos de terras, primeiramente, buscaram utilizar as novas ideias como justificativa para um projeto de autogoverno, com a finalidade de manter sua posição de privilégio dentro da hierarquia colonial. Porém, os planos se veem frustrados pelo ambiente de confronto generalizado pré

república. “De fato, o Haiti foi o primeiro país no mundo a incluir na sua constituição algo que posteriormente se tornará parte integrante da maior parte de documentos de direitos humanos: um artigo que condena a discriminação de qualquer indivíduo tendo por base a sua raça” (Reis, 2011, p. 105). Mas o status constitucional por si só não confere segurança ou efetividade do direito, uma vez que a desigualdade, o preconceito e a violência empregada às populações negra e indígena seguiram no continente sul-americano:

A discrepância chegou a ser tamanha que no caso brasileiro, por exemplo, desenvolveu-se uma linhagem específica de conservadorismo que acreditava que o “liberalismo” (e em consequência os direitos humanos) era uma espécie de planta exótica que não se adaptava bem aos trópicos. No Brasil e em outros lugares da América Latina, essa visão foi abraçada não apenas pelos intelectuais conservadores, como também em grande medida foi assumida por atores políticos e sociais mais identificados com a esquerda, que por razões diferentes também enxergavam na linguagem dos direitos humanos a expressão da ideologia liberal, insuficiente para responder aos problemas sociais e políticos locais, de modo que buscaram expressar suas reivindicações dentro de outras linguagens, com destaque para o nacionalismo e o marxismo (REIS, 2011, p. 106).

A questão da autodeterminação e da não interferência externa também será uma tônica presente nas Constituições das jovens repúblicas latino-americanas, tendo em vista sua história de espoliação colonial (e também, posteriormente, devido ao acréscimo da influência estadunidense sobre a América Latina pós 2ª Guerra Mundial). Vale lembrar que tanto o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, quanto o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (que compõem a Carta Internacional dos Direitos Humanos junto à Declaração Universal dos Direitos Humanos), que versam especificamente sobre a autodeterminação em seus artigos primeiros, só serão editados em 1966.

Ainda de acordo com Reis (2011, p. 106), outra derivação original dos Direitos Humanos no contexto latino-americano se cristalizou na Constituição Mexicana de 1917, que “[...] definiu, como nenhuma outra antes na história, direitos sociais e econômicos, e também estabeleceu limites à propriedade privada da terra a partir do critério de função social da propriedade”. Consideramos essa contribuição especialmente rica para a quebra de uma noção monolítica e sucessória sobre as chamadas gerações ou dimensões dos Direitos Humanos,

teoria desenvolvida pelo jurista tcheco-francês Karel Vasak (1979) – e presente na Era dos Direitos de Bobbio – com base nos princípios da Revolução Francesa: liberdade (1^a), igualdade (2^a) e fraternidade (3^a)²¹. Também a incorporação da função social da terra trouxe consigo um conteúdo fortemente ligado ao modo de vida indígena, que possui uma lógica relacional com seu meio ambiente distinta do branco europeu que privilegia resguardar o indivíduo acima da comunidade.

A partir dessas exposições, é visível o impacto do reconhecimento dos Direitos Humanos sobre os territórios colonizados, um efeito então indesejado pelas metrópoles europeias. Mesmo no pós 2^a Guerra Mundial, Reis (2011) assinala os embates de forças políticas na formação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a resistência de nações como França e Inglaterra no reconhecimento universal de tais direitos por meio de uma organização internacional, assim como os Estados Unidos temiam a denúncia internacional de seu regime de segregação racial. Porém, o efeito discursivo já estava posto e não foi possível recuar, tendo em vista que os governos destes países se apoiaram na retórica dos direitos humanos para conquistar o apoio popular interna e externamente no momento em que o conflito mundial estava em curso:

A perspectiva de uma “nova ordem internacional baseada no respeito aos direitos humanos” alimentou o surgimento de movimentos de pressão, de organizações da sociedade civil, que junto com países médios e pequenos pressionaram fortemente para que a recém-criada ONU incorporasse o tema dos direitos humanos. Foi essa pressão que fez com que os direitos humanos fossem citados na carta, que a comissão de direitos humanos fosse criada, e que temas como a discriminação racial entrassem na agenda da nova instituição, ainda que, em um primeiro momento, essa pressão não tenha sido suficiente para incluir um compromisso imediato com a descolonização (REIS, 2011, p. 109).

21 Sinteticamente a teoria das gerações de Direitos Humanos de Vasak propõe a seguinte categorização com base nos acontecimentos históricos: a 1^a geração (liberdade) diz respeito aos direitos à liberdade (direitos negativos), aos direitos civis e políticos – direito à liberdade de expressão, proteção à integridade humana, direito ao voto/ser votado, etc. A 2^a geração (igualdade) traz a garantia aos direitos sociais e econômicos: saúde, educação, trabalho, moradia, etc.; e a 3^a geração (fraternidade) representaria o momento dos chamados direitos difusos e coletivos: direito ao meio ambiente, à paz, a autodeterminação dos povos, proteção ao patrimônio artístico, histórico, cultural, etc. A crítica à noção de gerações se dá justamente por seu caráter sucessivo, como se uma geração substituísse a anterior, o que não se dá no caso dos Direitos Humanos. Até mesmo tal ordem histórica é questionável. Por questões como essas, juristas como o brasileiro Ingo Wolfgang Sarlet privilegiam o uso do termo *dimensões* (Junior; Nogueira, 2012).

Uma segunda crítica possível à Declaração Universal dos Direitos Humanos seria seu caráter antropocêntrico estreito. Pode parecer absurdo esse tipo de consideração uma vez que o foco da declaração é o ser humano. Porém esse ser humano não existe fora de um meio ambiente, assim como sua reprodução – tanto biológica, quanto social – não se descola dessa condição. Em seus trinta artigos, nenhum versa sobre o direito ao meio ambiente mesmo em um cenário pós-guerras marcado pela devastação de largos territórios. Nem mesmo menção à Natureza ou ao meio ambiente enquanto “recurso” ou como meio para realização plena da vida humana é posta em tela.

Essa ausência de uma referência mínima ao meio ambiente é, particularmente, interessante quando desenrolamos sobre ela uma perspectiva econômica global, pois tanto durante a 2ª Guerra Mundial, quanto no pós-guerra, as nações do Norte Global necessitaram de insumos como madeira, carvão, têxteis, borracha ou alimentos que foram fornecidos pelos países do Sul global. Sunseri (2015) destaca em particular o caso da exploração das florestas da Tanzânia, na África, durante o período:

Os estrategistas de guerra alemães e japoneses entenderam que controlar as florestas de territórios ocupados aliviava quarentenas econômicas ao substituir produtos naturais pelas matérias-primas industriais perdidas nas ligações comerciais pré-guerra, incluindo petróleo, carvão, borracha e produtos químicos. Enquanto os historiadores da guerra muitas vezes ignoraram suas conexões com o ambiente natural, historiadores do meio ambiente raramente incorporaram o impacto da Segunda Guerra em suas análises²² (SUNSERI, 2015, p. 239, tradução nossa).

O pesquisador da Colorado State University (EUA) relata também a inserção da silvicultura científica nas colônias africanas como mecanismo de controle e engenharia social. Esse processo reivindicava as áreas florestais para o estado, alçando-as ao status de áreas protegidas, desalojando as populações camponesas tradicionais e substituindo as árvores

22 No original: “German and Japanese total-war planners understood that controlling the forests of occupied territories eased economic quarantines by substituting natural products for industrial raw materials lost from prewar trade linkages, including petroleum, coal, rubber, and chemicals. While historians of the war have often ignored its connections to the natural environment, historians of the environment have rarely incorporated the impact of World War II in their analyses”.

tropicais nativas (mais rígidas e de difícil corte e transporte) por culturas de rápido crescimento, como pinheiros e eucaliptos, sendo que “muitas dessas florestas incluíam santuários de chuva²³ e sepulturas ancestrais que os africanos usavam como títulos sociais e reivindicações de terra” (Sunseri, 2015, p. 240-241, tradução nossa).

Na Amazônia brasileira, o extrativismo da seringueira para a fabricação de borracha, a produção de juta e a utilização das várzeas dos rios para a produção de alimentos, impulsionadas pelo governo na década de 1940, estiveram fortemente ligadas aos interesses econômicos internacionais, em especial, do Japão e dos Estados Unidos com a presença de empresas como a Companhia Industrial Amazonense, Ford e Goodyear (Homma, 2003; Silvan, 2018). Em 1940, no seu Discurso do Rio Amazonas, o presidente Getúlio Vargas exaltou, em um vigoroso exemplo do espírito positivista, a luta secular da nação para conquistar a terra, dominar a água e sujeitar a floresta: “[...] tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem” (Homma, 2003, p. 99).

Também foi feita uma ode ao “instinto pioneiro, de resistência indobrável e indomável coragem” do nordestino que se embrenhou na floresta para abrir caminhos nos seringais e na produção juteira. Fato era que havia escassez de mão de obra, o que prejudicava fortemente os planos desenvolvimentistas para a região, sendo os trabalhadores nordestinos amplamente recrutados das zonas atingidas pela seca (1942). Estima-se que, ao final da 2ª Guerra, em 1945, 30 mil nordestinos tenham sido vitimados por doenças tropicais (Homma, 2003, p. 107). Silvan (2018) expõe que a superexploração predatória do trabalho rural, como denomina, não era restrita à região Norte do país, mas algo sistêmico:

Com a cadeia produtiva da juta, intensificou-se na região a ação do moinho de gastar gente, que a rigor não era e não é uma exclusividade da Amazônia. É preciso reiterar que essa não era uma situação peculiar, específica da região, estendendo-se por praticamente todo o Brasil rural e gerando conflitos sociais de toda ordem, como a Revolta de Canudos, na Bahia, a Guerra do Contestado, em Santa Catarina, e as ações insurrecionais promovidas pelas Ligas Camponesas em vários estados. O moinho amazônico não acionava sua mó para a satisfação das necessidades básicas e essenciais dos habitantes da região, mas moía, espoliava e superexplorava de

23 Locais sagrados nos quais eram realizados rituais em favor das chuvas.

maneira predatória seus próprios trabalhadores para dar conta das demandas e necessidades da Europa e dos Estados Unidos, além da própria região Sudeste do País, especialmente do estado de São Paulo (SILVAN, 2018, p. 66).

Conclui-se, enfim, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é, longe de ser perfeita, um documento como qualquer outro, refém das condições materiais e históricas de seu tempo. Tanto que a Organização das Nações Unidas funda seu Programa para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP) somente em 1972, época de forte efervescência dos movimentos ambientalistas. A partir disso, podemos verificar que a compreensão sobre a dignidade humana e das dimensões dos Direitos Humanos, não está pronta e tampouco atende de forma homogênea às distintas particularidades e saberes de cada sociedade, mas são um vir a ser contínuo, como postula Bobbio. No caso da América do Sul, da África e da Ásia, muitos de seus territórios e populações partilham uma história comum: a de serem constantemente utilizadas como zonas de sacrifício²⁴ em favor do desenvolvimento econômico das potências do Norte global. Por consequência, as narrativas que pautam a arena dos direitos no Sul global possuem nuances que posicionam seus movimentos populares por emancipação em um locus estratégico para a síntese entre os direitos humanos e da Natureza.

2.2.3 Dos Direitos Humanos aos Direitos da Natureza

Como entidades biológicas que somos, nosso direito à sobrevivência e bem-estar depende tão imediatamente do sistema Terra quanto qualquer outra espécie. O direito humano é um caso particular do direito da natureza porque o homem é, ele mesmo, um caso particular, um elemento entre outros, da biosfera.

(Luiz Marques e Sabine Pompeia, 2018)

24 O conceito de zonas de sacrifício, que dialoga com o de racismo ambiental, origina-se no interior dos movimentos de Justiça Ambiental, em especial, nos Estados Unidos. São locais que concentram populações de baixa renda e minorias e nos quais são instalados empreendimentos com alto potencial poluidor (lixões, pedreiras, indústrias químicas, depósitos de resíduos, etc.), muitas vezes, com incentivo político e econômico para sua atividade.

Se o processo de consolidação dos Direitos Humanos enquanto uma linguagem capaz de unificar, ainda que com suas limitações e problemáticas a serem equalizadas, as diferentes narrativas existentes sobre a dignidade humana, o salto para o reconhecimento da dimensão ambiental (ou ecológica) dos Direitos Humanos não poderá tardar tanto tempo por uma razão muito simples: a nossa própria existência enquanto espécie depende disso. O princípio da dignidade humana (assim como o da proteção à vida), basilar para as cartas constitucionais de muitos países, possui sua fundamentação moderna no pensamento iluminista kantiano, que confere uma posição superior ao ser humano por possuir razão. Portanto o ser humano, em virtude de suas capacidades cognoscitivas, conscientes de si mesmas, detém um valor intrínseco, é tratado sempre como sujeito e não como objeto, característica que não o permite ser utilizado como mero meio e fim, deve ser tratado como finalidade de qualquer política – o que seria a garantia à liberdade, à educação, à saúde, à cultura, ao trabalho senão formas de alcançar a dignidade humana? Nesse sentido, ao exemplificarmos campos da experiência humana como a educação e a cultura, não é possível que esses sejam plenamente vivenciados e realizáveis sem outros seres humanos: há, sem dúvidas, uma faceta social da dignidade humana que só é desenvolvida quando a realizamos com/no outro (Sarlet; Fensterseifer, 2008, p. 176-180).

A dificuldade das sociedades ocidentais de matriz europeia de compreenderem as camadas que constituem a interdependência humana (intra e interespecies) se dá, em vasta medida, graças ao pensamento cartesiano que consagrou a divisão fundamental entre ser humano e Natureza, reduzindo-a a um instrumento e a um mecanismo. Os animais não humanos e os elementos não vivos, incapazes de racionar, são, portanto objetos, não passíveis de atribuição de um valor intrínseco, pois esse valor só pode ser atribuído aos mesmos pelos seres humanos, consagrando-se assim a visão antropocêntrica por excelência (Sarlet; Fensterseifer, 2008, p. 185; Gudynas, 2019, p. 20-21). Porém, essa falaciosa divisão tem sido exposta explicitamente, cada vez mais, desde a Revolução Industrial nos visíveis impactos à qualidade da vida humana em decorrência da poluição dos solos, da água e do ar nas cidades e no meio rural; da contaminação química dos alimentos pelos pesticidas; e por meio de

demonstrações mais dramáticas – e que somatizam em nível global o conjunto da degradação ambiental acumulada – que são as mudanças climáticas e as pandemias.

Nas décadas de 1960 e 1970, diante de instabilidade geopolítica, dos riscos da ameaça nuclear global e da incerteza generalizada sobre o futuro da humanidade, o movimento ambientalista ganhou expressividade na esteira de publicações como *Primavera Silenciosa* (1962), de Rachel Carson, e seguiu pressionando o debate sobre a relação predatória entre Economia e Natureza em títulos como *Os limites do crescimento* (1972), de Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers e William W. Behrens III; *Small Is Beautiful: Economics as If People Mattered* (1973), de E.F. Schumacher; *Steady-state economics* (1977), de Herman Daly; e *The Entropy Law and the Economic Process* (1971) do economista e matemático romeno Georgescu-Roegen, que aliou o processo econômico com a segunda lei da termodinâmica, demonstrando que o sistema de circulação fechado da economia neoclássica é apenas uma aparência²⁵ (Leff, 2006, p. 223-227; Cechin, 2010). Também foi a época da realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo, em 1972. No Brasil, o ambientalista José Lutzenberger, um dos fundadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) – uma das mais antigas entidades ecológicas do país – e que mantinha relações acadêmicas e de amizade com Herman Daly, preconizava as limitações e a necessidade de modificação do paradigma econômico fundado sob uma ótica de crescimento infinito e advogava que a crise ambiental reside fundamentalmente num problema ético na relação humana com o meio ambiente (Pereira, 2016).

Nos Estados Unidos do Século XIX, figuras como John Muir, um dos precursores do movimento preservacionista moderno, deu os primeiros passos para o que viria a ser o sistema de parques nacionais daquele país, assim como nomes da literatura como Walt Whitman, Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau (estes dois últimos, expoentes do movimento

25 Esses autores lançam bases para o campo da Economia Ecológica, que compreende o sistema econômico como um sistema aberto, reconhecendo, portanto, a existência de um limite para a extração de recursos e da capacidade de absorção dos resíduos gerados pelos ecossistemas. Diferentemente do que ocorre com a Economia Ambiental, que não reconhece os recursos naturais enquanto entraves para o crescimento econômico. A Economia Ambiental faz uso de mecanismos para valoração de tais recursos – por exemplo, sanções econômicas a empresas poluidoras, instituição de mercados de crédito de carbono, etc. – porém ainda compreende a economia enquanto sistema fechado (Lima, 2021).

transcendentalista) se voltaram para a Natureza para formular estratégias de resistências subjetivas à crescente pressão massificadora da sociedade industrial, ainda que de um ponto de vista antropocêntrico. Malcom Ferdinand (2022, p. 181-195) tece exceções à Thoreau ao identificar uma práxis impregnada pelo anticolonialismo e pelo combate à escravidão na trajetória do autor, ao mesmo tempo em que direciona duras críticas a Muir cuja formulação discursiva da *wilderness* convenientemente ignorou das paisagens os escravizados e os ameríndios. Aldo Leopold com sua ética da terra (*A Sand County Almanac*, 1949) lançou as bases para o ecocentrismo nos primeiros anos do Século XX, aprofundando problemáticas e expondo novas contradições na relação entre ser humano e meio ambiente, em uma aproximação de caráter conservacionista. A partir de sua obra é possível incitarmos novamente o questionamento da real motivação humana para a preservação ambiental: se suas bases apoiam-se em aspectos morais de fundo emocional (amor, compaixão) ou pelo reconhecimento racional da dignidade inerente aos seres não humanos (Lourenço, 2019, p. 197-270) – o que, honestamente, encaramos como uma falsa dicotomia no debate uma vez que ambas são legítimas e passíveis de conciliação.

Outro pesquisador que impulsionou o movimento ecológico a partir da década de 1970 foi o filósofo norueguês Arne Næss (1912-2009), reconhecido pelo movimento da ecologia profunda (*deep ecology*), baseado em uma plataforma composta por oito pontos principais que abrangem: a afirmação do valor intrínseco da vida humana, não humana²⁶ e a importância da diversidade; o reconhecimento acerca do excessivo impacto humano sobre as formas de vida não humana; a urgência de revisão das bases econômicas, tecnológicas, ideológicas e da lógica de crescimento populacional; a necessidade de modificação da ideologia que prioriza a elevação de padrão de vida por outra que privilegie o bem-estar e a qualidade de vida; e a convocação àqueles que se identificam com tais princípios para que se engajem efetivamente na implementação das mudanças prescritas (NÆSS, 2003, p. 29). Næss, diferencia o ambientalismo raso do profundo ao argumentar que a maioria dos movimentos ecológicos apenas se preocupa em arranhar a superfície dos problemas (NÆSS, 2003, p. 28):

26 Næss, apesar de utilizar o termo vida, não limita sua preocupação aos organismos vivos. Ele estende o termo “vida” para o que a classificação biológica consideraria não vivo: rios, paisagens, culturas, etc. “Slogans como ‘deixe o rio viver’ ilustram bem esse uso mais amplo tão comum em tantas culturas” (NÆSS, 2003, p. 29).

Nós “progredimos” ao ponto em que os objetivos de uma boa vida devem ser considerados ameaçadores; estamos intrinsecamente implicados em um sistema que garante o bem-estar de curto prazo em uma pequena parte do mundo por meio de aumentos destrutivos da riqueza material. Os privilégios são reservados regionalmente porque um aumento semelhante de abundância na África, Ásia ou América do Sul não é desejado e aceleraria o advento de um Armagedom ambiental (NÆSS, 2003, p. 25, tradução nossa)²⁷.

A problemática escondida atrás dessa “boa vida” de que fala Næss, está assentada nada menos do que na exploração da Natureza e do trabalho humano (remunerado e não remunerado), dentro de uma lógica predatória vigente entre as nações do Norte e Sul global. Nessa lógica, o Sul global arca com as chamadas “externalidades” sociais e ecológicas para sustentar a tal “boa vida” do Norte – a reprodução de um *modo de vida imperial* como é denominado por Brand e Wissen (2021). Apesar das profundas crises que esse modelo acarreta, o modo de vida imperial é normalizado e almejado, também, pelas nações do Sul, que buscam a fatia da riqueza global que lhes foi historicamente negada às custas de seus próprios territórios e cidadãos a fim de alcançar os patamares de acesso aos bens de consumo dos países do Norte²⁸:

É nessa exata situação que nos encontramos hoje. À medida que países emergentes como China, Índia e Brasil se desenvolvem como economias capitalistas, suas classes médias e altas adotam as práticas e representações da “boa vida” típicas do Norte global, aumentando também sua demanda por recursos e a necessidade de se externalizarem custos, como as emissões de CO₂. Consequentemente, eles se tornam concorrentes do Norte global, não apenas no âmbito econômico, mas também no ecológico. O resultado são as tensões ecoimperiais que se cristalizam nas políticas climáticas e energéticas ao redor do mundo, por exemplo (BRAND; WISSEN, 2021, p. 47).

27 No original: We have ‘progressed’ to the point where the objectives of the good life must be considered threatening; we are intricately implicated in a system which guarantees short-term well-being in a small part of the world through destructive increases of material affluence. The privileges are regionally reserved because a similar increase of affluence in Africa, Asia or South America is not intended and would hasten the advent of an environmental Armageddon.

28 Gudynas (2019, p. 135) lembra a forte herança colonial, no continente sul-americano, do mito de Eldorado: a visão de um continente de inúmeras riquezas que deveriam ser exploradas – e que foram e ainda são, basta fazer uma breve retrospectiva dos ciclos econômicos extrativistas.

Næss também foi um dos responsáveis pela difusão do termo ecosofia, composto pelos termos ecologia e filosofia, cujos sentidos não se justapõem simplesmente. Há dois significados usuais quando empregamos o termo filosofia: o primeiro se refere a um campo de estudo e de aproximação ao conhecimento, e o segundo às visões de mundo e códigos de valores particulares do sujeito que norteiam suas decisões (NÆSS, 2003, p. 36). A ecosofia se localiza junto ao segundo significado, quando esta visão de mundo e valores do indivíduo se ocupam das questões que envolvem a si, a coletividade e a Natureza:

Então uma ecosofia se torna uma visão de mundo ou sistema filosófico inspirado pelas condições da vida na ecosfera. [...] Uma mudança consciente de atitude relativa às condições da vida na ecosfera pressupõe que nós nos associamos a uma posição filosófica em todos os problemas essenciais de tomada de decisão. Por consequência, o pensamento contextual e sistêmico deve ser enfatizado ao longo deste trabalho (NÆSS, 2003, p. 38, tradução nossa)²⁹.

Para o filósofo francês Félix Guattari (1930-1992), a ecosofia é uma relação da subjetividade com a exterioridade que se dá na articulação ético-política-estética entre três eixos ecológicos principais da experiência humana: meio ambiente, relações sociais e produção da (de) subjetividade(s). Para além da preocupação com a devastação ambiental e com a deterioração dos modos de vida tradicionais, o autor desdobra a ecosofia em subcampos, como a ecosofia social e a ecosofia mental. A primeira seria responsável por uma modificação e criação de novas práticas que reinventem os modos de ser no trabalho, na esfera privada (casal, família) e no contexto urbano; e a ecosofia mental, por sua vez, serviria como ferramenta de reinvenção da relação corpo – sujeito, abrindo caminhos para novas formas de exploração do inconsciente com seu entorno em busca de um enriquecimento desta

²⁹ No original: So an ecosophy becomes a philosophical world-view or system inspired by the conditions of life in the ecosphere. [...] A conscious change of attitude towards the conditions of life in the ecosphere presupposes that we associate ourselves with a philosophical position in all essential problems of decision-making. Therefore, contextual and systems thinking is to be emphasized throughout this work.

relação que escape às pressões massificadoras contemporâneas, contribuindo assim para a singularidade dos indivíduos (Guattari, 1990).

Em aproximação semelhante, o mexicano Enrique Leff, desenvolve suas análises a partir dos entrelaçados conceitos de epistemologia ambiental, racionalidade ambiental e saber ambiental. Para o pesquisador a crise ambiental, expressão de uma crise de civilização, da razão, do pensamento e do conhecimento, pressiona os paradigmas vigentes ainda enraizados dos Séculos XVII, XVIII e XIX. Enquanto não houver uma transformação profunda dos princípios epistemológicos e das bases que sustentam a racionalidade produtiva vigente, por meio de uma interdisciplinaridade ambiental, não avançaremos para soluções efetivas e nem na internalização de um saber ambiental (Leff, 2011, p. 318). Esse tipo de saber preconizado por Leff se funda em um pensamento complexo (Morin, 2005), distinto do pensamento cartesiano-positivista multilante e unidimensional, capaz de construir novas estratégias de reapropriação do mundo e da Natureza, em acordo com princípios éticos que incorporam um forte senso de empatia, além do reconhecimento da diversidade e do encontro entre diferentes identidades. Aqui há um diálogo com a produção de subjetividades singulares por meio da ecossocia de Guattari, pois o pesquisador mexicano denuncia as tensões de um mundo globalizado sobre o ser individual e coletivo, de modo que identidades híbridas surgem para afirmação de seus sentidos frente a pressões homogeneizantes. “Deveremos impulsionar as gramáticas do futuro (Steiner), para poder decidir o que ainda não é, para que os seres culturais expressem suas verdades e se entrelacem em um diálogo entre identidades coletivas diversas” (Leff, 2009, p. 20). Para isso, não basta anexar aos diversos compartimentos da Ciência uma “dimensão” ambiental, mas promover uma integração de fato (Leff, 2009, p. 60-72).

O saber ambiental de Leff guarda também afinidade com a contra-epistemologia da ecologia de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos (2007). Santos evidencia que a distribuição socialmente desigual do conhecimento científico fez com que houvesse uma conversão e divisão abissal entre sujeitos do conhecimento e objetos de conhecimento. Tal distribuição seria impossível de ser sanada num contexto capitalista e colonial, cabendo a adoção de práticas contra-hegemônicas de integração, interação e interdependência entre saberes científicos e não-científicos (tradicionais e de senso comum) para alcançarmos uma

justiça cognitiva. Essa integração não invalida o conhecimento científico, apenas expõe suas limitações internas e externas, a medida que contribui para tomarmos consciência da incompletude inerente a todas as formas de conhecimento:

[...] nenhuma forma singular de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas elas são, de diferentes maneiras, incompletas. A incompletude não pode ser erradicada porque qualquer descrição completa das variedades de saber não incluiria a forma de saber responsável pela própria descrição (SANTOS, 2007, p. 27).

A interlocução dos autores aqui expostos é apenas parte de um espectro científico composto por diferentes áreas que têm se voltado para interpretações éticas, filosóficas e, até mesmo, espirituais, a fim de resgatar dimensões da relação ser humano e meio ambiente ignoradas desde a cisão cartesiana. Esse movimento de busca por novas gramáticas de vida e de consolidação de epistemologias decoloniais a partir Sul global têm servido de base para a revisão e declínio inevitável do conceito de Natureza instrumental e de um meio ambiente atrelado unicamente à lógica produtiva. O resgate por parte da Academia se debruça desde a proposição ecofeminista de Françoise d'Eaubonne, aprofundada e popularizada pela filósofa e ativista ambiental indiana Vandana Shiva, que aproxima as lutas ecológicas e feministas ao postular uma nova cosmologia e uma nova antropologia capazes de reconhecer que a vida na natureza só se mantém “por meio da cooperação, do cuidado mútuo e do amor” (Mies; Shiva, 1993, p. 15), até cosmovisões dos povos originários que indicam que muitas das respostas para os problemas ecológicos contemporâneos estão assentadas num saber ambiental indígena bem sedimentado:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história.

Agora, no começo do século XXI, algumas colaborações entre pensadores com visões distintas originadas em diferentes culturas possibilitam uma crítica dessa ideia. Somos mesmo uma humanidade?

Pensemos nas nossas instituições mais bem consolidadas, como universidades ou organismos multilaterais, que surgiram no século XX: Banco Mundial, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Quando a gente quis criar uma reserva da biosfera em uma região do Brasil, foi preciso justificar para a Unesco por que era importante que o planeta não fosse devorado pela mineração. Para essa instituição, é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu, e os nossos netos ou tataranetos — ou os netos de nossos tataranetos — vão poder passear para ver como era a Terra no passado. Essas agências e instituições foram configuradas e mantidas como estruturas dessa humanidade. E nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser (KRENAK, 2019, p. 07-08).

Eis que então, no dia 8 de outubro de 2021, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (HRC/UN, em inglês) finalmente reconheceu, por meio da Resolução 48/13, o direito humano a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável. A decisão chegou semanas antes da abertura da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26), realizada em Glasgow (Escócia), entre 31 de outubro e 12 de novembro de 2021. Em 23 de março de 2021, o HRC/UN, por meio da Resolução 46/17, já havia reafirmado as obrigações dos Estados na proteção dos Direitos Humanos, incluídas as ações de proteção ao meio ambiente e aos ativistas ambientais, denominado no documento como defensores dos direitos humanos ambientais. No texto, a Organização reconheceu ainda que a liberdade para buscar, receber, transmitir informações e de participar efetivamente dos assuntos públicos conduzidos pelos governos incluem-se no exercício dos direitos humanos para a proteção da vida (Conselho De Direitos Humanos das Nações Unidas, 2021, p. 03), alcançando por extensão o campo da Comunicação e, por consequência, do Jornalismo.

Dois meses antes da COP26, em 9 de agosto de 2021, relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC AR6 WGI, em inglês) lançou prognósticos pouco otimistas sobre o futuro do planeta. Para frear o ritmo das mudanças climáticas e limitar o aquecimento global a 1,5° C acima dos níveis da era pré-industrial, é preciso reduzir drasticamente a dependência de combustíveis fósseis até 2030 – o que

difícilmente irá se concretizar, tendo em vista que as vinte maiores economias mundiais concentram 80% das emissões e não há mecanismos claros para incentivar ou auxiliar os países em desenvolvimento na sua transição energética. As conclusões do documento estimularam falas duras do secretário-geral da ONU, António Guterres, na abertura da Conferência em Glasgow, que enfatizou: “Chega de brutalizar a biodiversidade. Chega de nos matarmos com carbono. Chega de tratarmos a Natureza como um toalete. Chega de queimar, furar e minerar nosso caminho para o fundo. Nós estamos cavando nossa própria cova”.

Trinta e três anos antes da ONU reconhecer formalmente o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável, o artigo 225 da Constituição Brasileira de 1988 já apresentava a seguinte redação: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Com isso, o direito a um meio ambiente sadio é considerado, no Brasil, um direito fundamental. Cópia quase que integral deste artigo se encontra reproduzida no artigo 181 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Para além do compromisso presente, registra-se, assim, constitucionalmente um dever intergeracional, além de conferir uma dupla função aos cidadãos (ou, à coletividade, como indica o texto): uma de direito e outra de dever para com a preservação.

De acordo com Melo *et al* (2017, p. 06) o Brasil serviu como inspiração, no tocante à temática ambiental, para os países vizinhos elaborarem seus ordenamentos jurídicos com especial atenção ao tópico. Porém, a expressão da preocupação ambiental na Constituição brasileira não foi devida tão somente à boa vontade e consciência ecológica dos constituintes, mas fruto da organização e da luta política dos movimentos socioambientais e dos povos originários. O reconhecimento do direito dos indígenas às suas terras, assim como sua admissão enquanto sujeitos de ação jurídica (CRFB 1988, Art. 232) foram passos importantes não só na luta pela preservação ambiental, como também cultural do país. O líder indígena Ailton Krenak, em entrevista a Campos (2018), teceu as seguintes reflexões sobre aquele momento:

Eu acho que na Constituinte a gente conseguiu perceber a potência que esses direitos que nós carregávamos traziam em si mesmos, e como que eles podiam projetar para além da nossa geração, para as gerações futuras, novos espaços de atuação, de conhecimento, de saber mesmo. Então, eu acho que a nossa participação na Constituinte de 88 ela foi muito rica e reflexiva porque a gente estava ao mesmo tempo descobrindo novos direitos, projetando para o futuro esses novos direitos e inventando, na verdade, inventando novas dimensões de mundo, inventando novos lugares de vivência de exercício da cultura, da subjetividade (CAMPOS, 2018, p. 376).

Krenak complementa, em sua entrevista, discorrendo sobre a necessidade de pensarmos políticas ambientais sob uma perspectiva projetiva, de modo a assegurarmos um meio ambiente saudável e a justiça ambiental e ecológica intergeracional:

São essas visões de vanguarda, futuristas, que fizeram com que a gente conseguisse pensar leis para o futuro e não para o presente, entendeu. [Porque] se você pensar um conjunto de normas para o presente, o futuro tá ferrado. É o que acontece com o meio ambiente. O meio ambiente, nós ainda estamos viciados a pensar o meio ambiente como presente e o meio ambiente não pode ser pensado como presente, ele tem que ser pensado como futuro, e um futuro distante. É por isso que os nossos rios viram esgoto. Porque quando você pensa o meio ambiente presente você joga merda no rio, joga o sofá velho no rio, a geladeira velha no rio, todo mundo faz isso. Você chega em qualquer cidade os rios são esgotos, porque os caras não pensaram no futuro. Se tivessem pensado no futuro, eles iam saber: no século XXI a água vai ser um item raro e no século XXII, quem sabe, ele seja restrito ao uso de uma elite, o resto vai beber esgoto mesmo (CAMPOS, 2018, p. 384).

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) e do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), publicado em 2021, confirmou que os maiores índices de áreas preservadas e de biodiversidade se encontram em territórios demarcados de comunidades indígenas e tradicionais, sendo essas comunidades protagonistas na luta contra as mudanças climáticas, a fome e a desnutrição. O documento trouxe conclusões importantes, apesar de tecnicamente vincular-se de forma enfática à questão econômica. Em suas mais de cem páginas, em vários momentos a FAO/ONU parece se preocupar mais em ressaltar o quanto economicamente é benéfica a preservação do modo de vida indígena e das comunidades tradicionais, do que efetivamente enfatizar a importância e a urgência de conservar seus

modos de vida e seu meio ambiente pelo simples fato de terem direito à existência. Expressões como “grande capacidade de apreensão de carbono” ao se referir às florestas, ou “ressarcimento por serviços ambientais” prestados pelas comunidades permeiam o documento que claramente se alinha a perspectiva de que um capitalismo “verde” seja viável.

Nesse contexto, a América Latina em um movimento pioneiro fortemente inspirado pelas cosmovisões dos povos tradicionais, tem se estabelecido como referência quando o tema é direito ambiental e, para além disso, no reconhecimento dos chamados Direitos da Natureza, um capítulo jurídico inédito que extrapola e complementa a noção de direitos humanos ambientais referenciada nos recentes documentos da Organização das Nações Unidas. Tal mobilização se encontra em compasso com o chamado Novo Constitucionalismo latino-americano (Barbosa; Teixeira, 2017), tendo como expoentes países como Bolívia e Equador. Ao superar a lógica antropocêntrica que confere apenas ao ser humano a titularidade e o status de sujeito de direitos, os Direitos da Natureza se fundam na perspectiva biocêntrica ao reconhecer os valores intrínsecos dos animais não humanos e demais entidades integrantes do meio ambiente (Gudynas, 2019, p. 103). Desse modo, a preservação ambiental não é mais vista como uma conveniência necessária para mitigarmos os impactos sobre a saúde ou sobre a qualidade de vida humana, mas simplesmente pelo fato que os seres que coabitam a Terra possuem sua parcela de direito em desfrutar e se desenvolver plenamente no planeta. Desse modo, um rio, uma floresta, uma espécie de aves e etc. podem ser sujeitos de direitos e terem sua dignidade reconhecida legalmente, atributo até então só conferido aos seres humanos.

Retomando as considerações de Sarlet e Fensterseifer (2008, p. 194-199), para além da conclusão da existência de uma dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana, os autores consideram ser possível reconhecer a dignidade como valor inerente a outras formas de vida não-humanas uma vez que a vida, de modo geral, contém o elemento dignidade, especialmente quando consideramos as reiteradas evidências científicas acerca da interdependência existencial entre as espécies. Em sua análise, Sarlet e Fensterseifer identificam, por exemplo, dispositivos da Constituição brasileira como o art. 225 que veda práticas que levem à extinção de espécies ou submetam animais à crueldade, além da tutela da função ecológica da fauna e da flora (dimensão ecossistêmica que engloba o ser humano). Essas determinações não implicam, diretamente, ganho econômico ou existencial direto para

o ser humano, realçando uma aproximação com os paradigmas ecocêntrico e biocêntrico. Gonçalves e Tárrega (2018) seguem semelhante linha de pensamento ao ponderar que,

Se a natureza é capaz de um agir ordenado (por leis naturais) orientado a um propósito (a criação, manutenção, desenvolvimento e renovação da vida), propósito esse que gentilmente contempla aos seres humanos, há de se lhe reconhecer uma razão (agir ordenado orientado a um propósito), e pois, um valor intrínseco, dignidade (GONÇALVES; TÁRREGA, 2018, p. 356).

Gudynas (2019, p. 104) afirma que quando tratamos de Direitos da Natureza em um contexto constitucional há três componentes mínimos: ético (valores do meio ambiente não humano), moral (geração de obrigações, tais como a preservação da biodiversidade) e político (leis e normas). Sem uma reformulação ética e moral profunda, a ação política se torna inviável. Exemplo excepcional de articulação dessas três esferas foi a inserção dos Direitos da Natureza na Constituição do Equador (2008) e da Bolívia (2009), a partir da assimilação do conceito indígena de Bem Viver, ou *Sumak Kawsay* (em quíchua/quechua) e *Tekove-porã* (em guarani). A *Pachamama* (mãe terra) foi reconhecida como espaço de vida e não apenas como um espaço de recursos a serem extraídos, manipulados e transformados.

Como bem observa Acosta (2011, p. 318-339), não se trata de uma “renúncia à razão ou um refúgio em misticismos ou irracionalismos políticos”, e sim de um avanço sobre a própria compreensão dos limites ambientais que pressionam para uma desmercantilização da Natureza, a qual passa da condição de subordinada à subordinante. O objetivo central dos Direitos da Natureza é o resgate do direito à existência de todos os seres, destacando-se uma relação estrutural e complementar com os Direitos Humanos: ou seja, aplica-se de forma vinculada uma justiça ambiental (voltada aos seres humanos, no sentido da restauração do dano ambiental) e uma justiça ecológica (voltada à Natureza, com foco na restauração dos ecossistemas afetados) (Acosta, 2011, p. 343-355). Além disso, não se postula uma defesa de uma “Natureza intocável”, mas sim direitos que garantam a manutenção dos conjuntos de vida em sua totalidade.

Alguns exemplos de ações jurídicas com base na reivindicação dos Direitos da Natureza já se concretizaram como no caso do rio Vilcabamba (Equador), do rio Whanganui (Nova Zelândia), do rio Atrato (Colômbia) e dos rios Ganges e Yamuna (Índia) (Melo, 2019; Silva, 2020). No Brasil, em 2017, dois anos após o rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana-MG, a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, representada pela Associação Pachamama, ingressou, como sujeito de direito, perante a Justiça Federal de Minas Gerais. Porém a ausência de base legal no ordenamento brasileiro para que a bacia pudesse figurar como parte legal no processo levou ao julgamento da ação sem resolução do mérito (Silva, 2020, p. 53-55). Em Florianópolis-SC, o Grupo de Pesquisa Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco da Universidade Federal de Santa Catarina (GPDA/UFSC), em conjunto com organizações da sociedade civil, propôs uma Ação Civil Pública Estrutural (ACP) na qual reivindica os direitos da Lagoa da Conceição após rompimento de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), em janeiro de 2021, que levou ao extravasamento da matéria orgânica para o corpo d'água. Em novembro do mesmo ano, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) emitiu nota técnica na qual salienta os impactos causados pelo rompimento da ETE como florações de algas, mortandade de peixes, anoxia (falta de oxigênio na água), alterações na coloração e odor da água, processos de sucessão ecológica, dentre outros (Agecom UFSC, 2021).

Mudanças como estas diagnosticadas no campo científico, jurídico, ético, filosófico, moral e social suscitam a reflexão sobre quais serão os próximos passos a serem trilhados na consolidação dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza, cada vez mais entrelaçados e interdependentes. Porém tais debates e as alterações notórias das posturas normativas externadas por instituições acadêmicas, legais e dos organismos nacionais e internacionais que atuam na seara dos direitos parecem, a primeira vista, não reverberar quando aproximamos o tema do campo jornalístico. As limitações da cobertura da mídia hegemônica, quando essa se debruça sobre o meio ambiente, bem como os apontamentos para outras práxis possíveis no Jornalismo serão apreciadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – JORNALISMO E MEIO AMBIENTE

3.1 JORNALISMO, SOCIEDADE E CONHECIMENTO

Como abordado no capítulo anterior, a cisão entre ser humano e Natureza e a consequente cegueira socioambiental vivida pela parcela ocidental da humanidade possui raízes intimamente conectadas com o desenvolvimento da ciência moderna. Entre o Século XVI e primeiros anos do Século XX, um enorme salto tecnológico transformou o planeta, salto esse possível graças a uma ciência que emergiu de mãos dadas com o sistema econômico capitalista. O mecanicismo cartesiano e o positivismo comteano serviram bem aos propósitos das elites econômicas e políticas que se consolidaram no poder (Santos, 1988, p. 49-52). Com uma ciência que privilegiou o objeto em detrimento do sujeito, essa nova razão, uma *razão indolente* como denominada por Santos (2002), se tornou a base predominante sobre a qual diversas áreas do conhecimento gradualmente se conformaram e foram se cerrando cada vez mais em suas fronteiras (disciplinas) na busca de se destacar e de se afirmar como campos autônomos e dignos de uma fatia do “prestígio científico”.

A indolência da razão, apontada pelo teórico português, se expressa em quatro maneiras: a *razão impotente* – aquela que não concebe a si mesma exercício diante de uma necessidade exterior a ela própria; a *razão arrogante* – que se julga livre e dispensa a demonstração da própria liberdade; a *razão metonímica* – que se julga a única forma de racionalidade, não reconhecendo a existências de outras e, quando o faz, é para sua instrumentalização, tomando partes pelo todo; e a *razão proleptica* – que, ao planificar o futuro nos moldes da linearidade, julga já conhecê-lo, dominando-o a partir do presente (Santos, 2002, p. 238-241). Se os efeitos multilantes dessa racionalidade são perceptíveis a partir das ciências naturais, quando há o extravasamento de metodologias próprias destas ciências para as ciências sociais, em seu período de conformação no final do Século XIX e início do Século XX, as consequências são ainda mais profundas. Afinal, da mesma forma que seria possível formular leis gerais para os processos naturais, seria possível perscrutar os processos sociais sob as mesmas lentes, descobrindo seus mecanismos de funcionamento e os

utilizando para a maximização da ordem e da produtividade econômica (Santos, 1988, p. 51-52; Morin, 2005, p. 16-21).

A pretensão de analisar *atos sociais* como *coisas*, conforme registrada por Santos (1988, p. 52) em suas leituras de Durkheim, além de ser intrinsecamente problemática pela óbvia contradição que se apresenta de plano (pessoas não são coisas), trouxe ainda o problema da universalização do *sujeito que observa* e do *sujeito que é/a ser observado*, uma vez que o *sujeito que observa*, ou melhor, que está apto para proceder “adequadamente” a esta avaliação dos fatos sociais é majoritariamente ocidental, encarnado em sua forma clássica pelo homem branco cisgênero burguês heterossexual europeu. Esse tipo muito específico de cientista e de ciência levará ao ocultamento, quando não ao apagamento deliberado da diversidade do mundo de maneira conveniente à Europa, considerado o contexto neocolonial nas Américas, África e Ásia. A mesma ciência responsável pelos avanços tecnológicos das indústrias, dos transportes e das comunicações foi (e ainda é) utilizada como justificativa para a subalternização de populações, para o apagamento das epistemologias originárias, para a escravização e genocídio de corpos racializados – esses, sim, tratados então como coisas³⁰ (Ferdinand, 2022). Como bem nos lembra Medina (2008, p.18), a eficiência científica positivista é, não apenas metodológica, mas também, *política*.

Os arranjos de poder configurados pelo capitalismo emergente levaram a uma reorganização da dinâmica das relações entre os grupos e classes sociais. A vontade divina e absoluta emanada por meio dos monarcas foi substituída por campos de negociação pública, nos quais as distintas pautas circulantes buscam agora afirmar-se como prioritárias e, sobretudo, legítimas. Ou seja, para além do exercício de dominação dos corpos, se tornou necessário construir uma área de influência e de dominação ideológica capaz de legitimar as ações e decisões das elites políticas e econômicas. Habermas (2003, p. 27-28) destacou a presença de dois elementos novos no sistema de trocas no capitalismo primitivo do Século XIV: o de mercadorias, sendo o mais evidente, mas também o de *informações*. Inicialmente o fluxo de informações se dá no âmbito restrito das associações comerciais e profissionais, não

30 A revista *Nature*, um dos periódicos científicos mais destacados do mundo publicou, em 28 de setembro de 2022, o editorial *How Nature contributed to science's discriminatory legacy* (Como a *Nature* contribuiu para o legado discriminatório da ciência) no qual realiza um mea-culpa sobre o legado discriminatório da publicação. Acessível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-022-03035-6>

havendo interesse na publicidade. O correio e a imprensa se organizam sem grandes rupturas com a lógica feudal, não havendo alterações substanciais:

Até então, o antigo sistema de comunicação da representatividade pública não se vê fundamentalmente ameaçado pela nova esfera pública definida publicitariamente. As notícias transmitidas profissionalmente ainda não são publicadas; as novidades publicadas sem qualquer regularidade ainda não foram transformadas em notícias (HABERMAS, 2003, p. 30).

O desenvolvimento da imprensa e sua expansão se conectam intimamente a esse processo de aprofundamento e globalização do capitalismo – que faria com que as notícias se tornassem, também, mercadorias (Habermas, 2003, p. 35; Medina, 1988, p. 15-17) – em conjunto com a formação dos estados nacionais. Dessa gênese compartilhada decorre a relação mutualista entre os que detém meios de comunicação, os representantes políticos e as camadas sociais que concentram o poder econômico. Para além da homogeneização de técnicas e conteúdos, a imprensa viria a funcionar como um elemento ideológico universalizante, capaz de contribuir para a construção de uma visão comum de mundo (Sodré, 1983, p. 01-08), em um mundo que se apresentava cada vez mais diverso, especialmente entre os Séculos XVI e XIX. E esse encadeamento de transformações iniciou com a formação de espaços sociais, físicos e simbólicos, que permitiriam tais pontos de virada.

3.1.1 Esfera pública à brasileira

Na Europa ocidental dos Séculos XVII e XVIII, conteúdos informacionais então restrito aos círculos comerciais gradualmente passaram a ser disponíveis para uma camada de “homens leigos cultos”. Para além da divulgação de caráter econômico, revistas surgiram como instrumentos pedagógicos e também como meios de disseminação científica entre círculos eruditos, especialmente na França e na Prússia. Estes materiais foram sendo

incorporados aos jornais que, sob controle dos senhores feudais, passaram a encomendar esses textos à elite burguesa intelectual, dando os primeiros contornos de uma esfera e opinião públicas (Habermas, 2003, p. 35-41) que contribuiriam para a ascensão desta classe social.

Com as modificações dos processos de reprodução social que se imbricaram nos lares burgueses, há uma alteração na percepção que o próprio burguês possuía de si: “O status de homem privado combina o papel de dono de mercadorias com o de pai de família, e o de proprietário com o de ‘homem’ simplesmente” (Habermas, 2003, p. 44). A emancipação econômica e a manutenção da vida tributárias à racionalidade do mercado, também induzem uma espécie de autonomia psicológica de um sujeito que, no intercâmbio público de ideias com os demais, busca compreender a si próprio (Habermas, 2003, p. 60-68). As cidades, além de concentrarem as trocas comerciais, se transformam nos novos centros culturais onde escritores, cientistas e artistas se reúnem em cafés e *salons*, em contraposição aos ambientes restritos à corte. Nesses locais a aristocracia se encontra com a classe média cidadina, mesmo que a influência política ainda seja monopólio da primeira (Habermas, 2003, p. 42-50). Essa nova sociabilidade, além de pressupor uma igualdade no acesso a determinados espaços físicos e discursivos, também permitiu delegar a um público não especializado e não aristocrático o exame sobre diversos temas culturais, científicos, políticos e filosóficos. A esfera pública se forma neste espaço entre a esfera privada (mercado) e o poder estatal – não se confundindo a esfera privada com a esfera íntima, apesar de a última ser contida pela primeira especialmente pela manutenção da família enquanto instituição socialmente estruturante (Habermas, 2003, p. 73):

[...] esfera pública e esfera privada não estão desconectadas; pelo contrário, cada uma tem ressonância na outra. A esfera pública capta e realça as temáticas existentes na esfera privada, problematizando-as e trazendo-as para o debate público. A esfera privada, por sua vez, incorpora os debates e agrega informações que influenciam na vida cotidiana e possibilitam refletir sobre a mesma (LOSEKANN, 2009, p. 43).

A condição de participação na esfera pública é a do debate público argumentativo racionalmente conduzido e, para que haja tal racionalidade, foi necessário contrapor-se à lógica do segredo, até então vigente na esfera política encarnada na figura do monarca. A publicidade torna-se condição fundamental para que nasça uma opinião pública originada na prevalência do melhor argumento, independentemente de ser uma opinião pública mais ou menos qualificada (Losekann, 2009, p. 42). Como consequência, essa argumentação passa a se ocupar não apenas dos temas que regulam ou impactam a esfera privada (mercado), como também acerca da legitimidade para formulação normativas, sob a forma de leis gerais e abstratas, na esfera política. Em síntese: razão e soberania devem, a partir de então, ser convergentes. E, como já esperado, a compreensão da esfera pública enquanto um *locus* socioconceitual uniforme e homogêneo (refere-se comumente no singular, *a* esfera pública, e não *as*, o que será revisto pelo próprio Habermas posteriormente e ponto de análises críticas e revisões por autores contemporâneos) se constitui a partir do viés da mesma racionalidade moderna que valida a existência de um certo tipo de *homem universal* (Habermas, 2003, p. 46-74; Losekann, 2009, p. 38-52).

A conjuntura para o florescimento e afirmação da imprensa como protagonista na instituição da esfera pública como instância intermediária entre o privado e o Estado e de disputa pelas decisões políticas não poderia ser mais clara. Na Inglaterra, epicentro da Revolução Industrial, houve um impulso com o fim da censura prévia no Século XVII. Em 1803, os jornalistas conseguem um local reservado na Casa dos Comuns, no parlamento inglês, para a cobertura política. Na França, a Revolução apressou o processo de efervescência da imprensa política, que sofreu uma baixa após o golpe de Napoleão. Na Alemanha, onde o burguês se destacaria das demais classes principalmente com base na distinção cultural, os círculos de leituras e debates tornaram-se o gérmen da opinião pública (Habermas, 2003, p. 86-93).

Porém a realidade era diferente do outro lado do Atlântico. No Brasil, então colônia de Portugal, o cenário apresentaria alterações apenas com a transferência da Corte Portuguesa, em 1808, e com a consequente abertura dos portos – cessando o pacto colonial vigente. Até então, era proibida a imprensa e a circulação de livros entre a população da colônia, que

conseguia ter ciência dos acontecimentos e das ideias circulantes na Europa por meio de obras contrabandeadas pelos navios – Sodré (1983, p. 29) afirma, com um toque de acidez, que os comerciantes brasileiros eram os únicos *realmente* informados em razão de suas correspondências com o exterior. Além disso, uma estrutura social de base rural patriarcal e escravista garantiu a perpetuação de uma grande massa de analfabetos, na qual a palavra escrita não era um instrumento cotidiano de troca de informações e onde as cidades não eram epicentros comerciais ou industriais, pois a economia seguiu alinhada aos desejos dos grandes proprietários de terras. Quando finalmente se instalou a imprensa em solo brasileiro, esta serviu prioritariamente para cumprir funções ligadas à burocracia estatal ou religiosa, sendo simbólico que aquele considerado o primeiro jornal brasileiro (ou direcionado ao Brasil), o *Correio Braziliense*, acabou por ser editado em Londres por Hipólito da Costa (1808-1822) (Lustosa, 2003; Sodré, 1983, p. 09-28; Melo, 2006, p. 77-91).

Enquanto no continente europeu a esfera pública se tornava gradualmente um organizador político do estado burguês parlamentarista em ascensão, convertendo o poder do monarca em um poder administrativo, e a liberdade empresarial começa a operar tanto no âmbito da escolha da empresa, dos funcionários, da regulamentação, fixação de salários, quanto das questões concernentes à herança, por exemplo; no Brasil a Coroa utilizava os primeiros jornais (se assim podemos chamá-los) como porta-vozes oficiais e meios para publicizar as vantagens do absolutismo em decadência. Para além do esforço local, o governo joanino se dispôs a patrocinar publicações em Portugal e na Inglaterra para tentar conter o avanço das ideias liberais do *Correio Braziliense* (Habermas, 2003, p. 93-99; Sodré, 1983, p. 29-34). Neste cenário, Sodré (1983, p.34) sequer considera essas primeiras publicações no Brasil como imprensa, uma vez que as próprias condições sociais e materiais para seu desenvolvimento local eram insípidas. Morel (2008) reconhece a existência de uma imprensa periódica no Brasil desde 1808, porém considera que a mesma somente terá papel significativo na constituição de uma opinião pública a partir de 1820, quando há o impulsionamento para a circulação de periódicos devido ao processo de desvinculação da metrópole (Morel, 2008, p. 196). Mesmo assim, as tiragens eram pequenas e visavam especificamente os assinantes, havendo ainda leituras públicas em espaços coletivos em razão do analfabetismo reinante na população (Lustosa, 2003, p. 64).

Quando finalmente se tornou possível abrir uma livraria no Brasil sem que tal ato se configurasse um crime, o ideário Iluminista se torna disponível (às classes que tinham condições de acessar o ensino no Brasil) e auxilia a fomentar um espírito anticolonialista: ler e escrever “representavam um esforço de libertação” (Sodré, 1983, p. 39). Convém ressaltar uma distinção entre as realidades aqui expostas: enquanto a Revolução Científica e o Iluminismo, de mãos dadas com o capitalismo, levaram à expansão e consolidação da burguesia na Europa, construindo as condições para a autorreflexão subjetiva da própria classe burguesa que a permite disputar o poder político por meio da “arena” da esfera pública, no Brasil do primeiro terço do Século XIX tanto a burguesia, quanto a classe ilustrada nacional eram diminutas – tendo em vista a preponderância do modelo econômico colonial com base na propriedade da terra e a ausência de universidades (este último aspecto contrário ao que foi operado nos territórios americanos invadidos pelos espanhóis). A circulação de livros e jornais já escassa no território era agravada pela carência de redes terrestres e marítimas de distribuição, então limitadas ao eixo Rio – São Paulo e com baixa inserção no interior (Sodré, 1983, p. 208-209).

Apesar de já ser possível identificar, na esteira das liberdades individuais, ressurgências do discurso em prol da liberdade de imprensa nos impressos, particularmente quando da revolução constitucional portuguesa (1820), essa liberdade era muito bem delimitada: não poderia “alterar a tranquilidade pública”, “propagar doutrinas subversivas”, “atentar contra a religião e os bons costumes” e, evidentemente, posicionar-se contra “a pessoa do rei”. Em outras palavras, a liberdade era algo a ser cautelosamente concedido aos demais e gerenciado pela classe colonial dominante para que essa pudesse manter seus privilégios fosse o Brasil uma colônia, fosse o Brasil uma nova nação (Sodré, 1983, p. 41; Morel, 2008, p. 196-198). A concepção de opinião pública defendida nas publicações no início da década de 1820 segue o mesmo caminho: a opinião pública era algo ideal e abstrato, um guia prudente e sábio que deveria estimular a razão e a moderação para “bem conduzir o povo”. Entretanto, na década seguinte operam-se disputas quanto ao sentido de “opinião pública”, que ganha contornos mais normativos do que puramente intelectuais (Morel, 2008, p. 198-200). Morel (2008, p. 200), em sua análise dos jornais deste período, elencou três principais concepções de opinião pública circulantes na imprensa do Rio de Janeiro na época:

a primeira sendo a “ideia de uma opinião produzida de forma mais ou menos espontânea pelo senso comum dos indivíduos”; b) a segunda, a opinião pública como a vontade da maioria; c) e por último, opinião pública como fruto de uma reflexão filosófica pelos ilustrados.

Apesar de aspirar a valores da modernidade liberal, a sociedade brasileira seguia estruturada em relações arcaicas (Morel, 2008, p. 206) e essa dicotomia se refletia na permanência de processos de comunicação da época colonial. Quando os debates públicos pró ou contra a Independência alcançaram sua fase mais aguda nos impressos, entrou em cena a ciência como argumento para justificar posicionamentos:

Brasil era uma terra de mestiços, negros e indígenas sem possibilidade de edificar uma verdadeira civilização – diziam os partidários de Portugal. Os portugueses são decadentes, parasitários das riquezas alheias e incapazes de construir uma nação próspera – diziam os partidários do Brasil, que nem sempre era o lugar de nascimento de quem assumia tais posições. Aos insultos típicos dos panfletos da época, agregavam-se os argumentos de ordem “científica”: geográficos, climáticos, históricos, culturais e etc. Dessa forma, foram-se cristalizando identidades peculiares para uma dessas partes do reino português forjadas em um determinado contexto econômico e social, marcado pela crise do chamado “sistema colonial” (MOREL, 2008, p. 197-198, tradução nossa)³¹.

Socialmente, as estruturas se mantiveram com relativa estabilidade, apesar de discursos mais inflamados dos então denominados liberais exaltados, que advogavam pelos valores de liberdade e igualdade com foco na mobilização política e na proximidade com as camadas sociais menos favorecidas. Contrabalanceando esse movimento, os ilustrados que se julgavam agentes da opinião pública – clero, militares, comerciantes, funcionários públicos – também se dirigiram às classes populares imbuídos de uma missão pedagógica de “lançar as luzes da

31 No original: Brasil era una tierra de mestizos, negros e indios sin posibilidad de edificar una verdadera civilización – decían los partidarios de Portugal. Los portugueses son decadentes, parásitos de las riquezas ajenas e incapaces de construir una nación próspera – decían los partidarios de Brasil, que no siempre era el lugar de nacimiento de quienes asumían tales posiciones. A los insultos, típicos del estilo de los panfletos de la época, se agregaban los argumentos de orden “científico”: geográficos, climáticos, históricos, culturales, etc. De esta forma, se fueron cristalizando identidades peculiares para cada una de estas partes del reino portugués forjadas en un determinado contexto económico y social marcado por la crisis del llamado “sistema colonial”.

razão e da civilização” sobre essa parcela da população para integrá-la ao trabalho e à cidadania (uma cidadania não plena, cabe observar). Nada inédito se considerarmos que essa orientação de unir “pensamento esclarecido” e imprensa se faz presente desde séculos anteriores, como identificou Lückman (2020, p. 86).

As forças políticas em desenho também delimitaram os contornos editoriais dos jornais que dividem-se, então, entre posicionamentos de direita conservadora (absolutista), direita liberal (monarquistas constitucionais) e esquerda liberal (que comportava aspirações republicanas) (Morel, 2008, p. 203-206; Sodré, 1983, p. 83-112). Alcançada a independência, o foco das elites recaiu sobre a estruturação e divisão do poder estatal. O que não se alterou, entretanto, foi a estabilidade da base latifundiária escravista, que sofrerá tremores apenas durante e após a Guerra do Paraguai (1864-1870) por causa da requisição constante de efetivo para as fileiras do Exército: efetivo composto por pessoas até então escravizadas nas lavouras brasileiras e que engrossariam as fileiras do conflito. Uma nova onda de profusão de jornais se deu nesta época pavimentando as condições para a abolição da escravidão (1888), a proclamação da República (1889) e para justificar e defender a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil, que chegariam para substituir a mão de obra escravizada nas monoculturas e desempenhar um papel fundamental nas pretensões “civilizatórias” das elites: embranquecer a população (Costa; Schucman, 2022, p. 470-471).

3.1.2 Do opinativo ao informativo. Para quem?

Quatro anos após a Guerra do Paraguai (1874) se instalou no Rio a agência telegráfica Reuter-Havas (criada em Paris, em 1835, e denominada France Press pós 2ª Guerra Mundial)³², apontando para não só uma modificação no padrão de difusão, como também no estilo textual de organização das informações que possibilitariam a conformação de um novo gênero, a notícia, e sua característica marcante: o lide. Até aquele momento, os traços literários e opinativos predominavam nos jornais, mas começariam a ceder espaço para uma

32 Dezesesseis anos depois, em 1851, é fundada a Reuters, em Londres – Inglaterra. Ver: <https://www.reutersagency.com/en/about/about-us/>

redação mais direta e preocupada em evidenciar os fatos. Sobre o jornalismo do Século XIX, Felipe Pontes (2009) afirma:

O romantismo exerce influência no jornalismo em sua paixão pelo presente, pelas figuras da cidade, ao mesmo tempo em que o *flaneur* literário – pesquisa empírica de tipos, ações e situações reais para a composição de personagens – influencia a prática da apuração jornalística. O positivismo é a vertente que influencia a ascensão da objetividade e a analogias do exercício de apuração e redação ao método científico (PONTES, 2009, p. 153).

Como também observa o autor, a lente positivista sobre o jornalismo fez com que os envolvidos em sua prática buscassem, inicialmente, sua fundamentação epistemológica na própria prática, afastando-se, num primeiro momento, das justificativas de ordem teórica e filosófica. Ou, ainda, como comumente se escuta: “jornalismo se aprende fazendo” (Melo, 2004, p. 76). Medina (2008, p. 19) provoca: “que meditem os jornalistas e os cientistas se não é esse o princípio que rege a pesquisa empírica – coleta de informações de atualidade ou coleta de dados sobre fenômenos em estudo no laboratório científico”.

Vale nota o peculiar contexto brasileiro naquele momento que, como explicitado anteriormente, era paradoxal: ao mesmo tempo em que o jornalismo transformava-se em empreendimento capitalista, a classe representativa do capitalismo por excelência, a burguesia, ainda não possuía força suficiente para se fazer enquanto poder político, que seguiu concentrado nos latifundiários. Sodré (1983, p. 276) sintetiza da seguinte forma: “a imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional”. E o poder da elite oligárquica brasileira pré-capitalista (adicionado aqui uma provocação para as próximas reflexões) derivou da posse e uso da *terra* e da exploração indiscriminada dos seus *recursos*.

O empirismo pragmático desenrolou-se no rastro da consolidação da imprensa de massa, na segunda metade do Século XIX, e o direcionamento considerável de uma fatia de investimentos econômicos à atividade jornalística fez com que o jornalismo deixasse de ser um empreendimento individual e se configurasse como empresa capitalista. Com mais fatores em jogo, novas visões sobre a profissionalização daqueles que se dedicavam a tais funções surgiram como consequência da demanda de especialização do trabalho a fim de que fossem atendidos não apenas os anseios dos leitores ou exercida a “missão de espalhar as luzes sobre a nação”, mas particularmente para suprir os interesses econômicos dos anunciantes, proprietários e investidores, estando a classe política direta ou indiretamente presente nestes três grupos (Sodré, 1983, p. 275-281; Lage, 2001, p. 16-18). O jornalista se tornou, gradativamente, uma figura menos responsável pelo convencimento do público a adotar certo ponto de vista do periódico ou de determinado grupo político e mais pelos processos de: recolher, tratar e difundir informações. Sai de cena a figura do intelectual com aspirações liberais e entra a do trabalhador assalariado.

José Marques de Melo destaca o nascimento das primeiras escolas dedicadas ao ensino do Jornalismo na Europa e nos Estados Unidos, na Universidade de Breslau (1806, atual Polônia) e no Washington College (1869), respectivamente. “O curso europeu tinha perfil academicista, orientando-se no sentido de alavancar uma ‘ciência da imprensa’. Por sua vez, o curso norte-americano era mais modesto, pretendendo simplesmente ‘aperfeiçoar tipógrafos’, ou seja, ampliar seu conhecimento no âmbito das artes e das ciências” (Melo, 2004, p. 75). Desde então, essa tem sido colocada como a batalha fundamental no campo jornalístico que se reflete na imprensa brasileira: pragmatismo ou interpretação? De qualquer forma, ambas as abordagens se deram dentro de um mesmo paradigma científico, o da ciência moderna positivista, sendo a disputa do poder simbólico travada dentro de parâmetros como utilidade, acuracidade e objetividade (Medina, 2008, p. 24-25).

Charron e Bonville (2016) partem das reflexões de Thomas Kuhn (1997) sobre as revoluções científicas ao sistematizar as modificações do jornalismo na América do Norte sob a ótica dos paradigmas. A partir da compreensão do Jornalismo como prática discursiva espacial e temporalmente situada, os autores definem paradigma jornalístico como

Um sistema normativo criado por uma prática fundamentada no exemplo e na imitação, constituído de postulados, de esquemas de interpretação, de valores e de modelos exemplares com os quais se identificam e se referem os membros de uma comunidade jornalística em um dado âmbito espaço-temporal, que unem os integrantes à comunidade e servem para legitimar a prática (CHARRON; BONVILLE, 1996, p. 58 *apud* CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 68).

Os pesquisadores elencam então quatro paradigmas: *jornalismo de transmissão* (Século XVII); *jornalismo de opinião* (Século XIX); *jornalismo de informação* (surge a partir de 1880 e se consolida a partir de 1920); e *jornalismo de comunicação* (a partir da década de 1970). Já dentro de um contexto de jornalismo de informação, Mattelart (1997, p. 23) afirma que, desde a década de 1910, os primeiros estudos que se debruçaram sobre a Comunicação nos Estados Unidos vinculavam-se “ao projeto de construção das ciências sociais sobre bases empíricas. Seu enfoque microssociológico dos modos de comunicação na organização da comunidade harmoniza com uma reflexão sobre a função do instrumento científico na resolução dos grandes desequilíbrios sociais”. Identifica-se aqui o extravasamento da racionalidade e da lógica das ciências naturais para as ciências sociais, conforme salientamos no início deste capítulo por meio de Boaventura de Sousa Santos. Nesse momento, o impacto operado pela massificação dos jornais sobre a prática jornalística e sua influência para uma guinada do eixo da *opinião* para a *informação* como ponto focal da área se sobressai. Mas este primado da informação, do fato objetivo, seria suficiente para sustentar toda uma nova área de estudos, de uma nova forma de nos relacionarmos com o mundo? O que haveria o Jornalismo a acrescentar à formação cognitiva social e para a percepção coletiva da realidade?

Muitas das primeiras produções bibliográficas sobre o Jornalismo no âmbito acadêmico, em especial nos EUA, privilegiaram definições das rotinas técnicas constituintes da função jornalística mais do que fundamentos teóricos que destacassem a área como um campo legítimo de conhecimento. Era a necessidade de “disciplinar o ofício” (Medina, 1988, p. 19-20). A naturalização da estrutura da notícia (especialmente com o lide), dos

procedimentos de apuração (entrevistas com distintas fontes envolvidas, pesquisa em documentos oficiais, dentre outros muito similares à investigação) e o fechamento do texto de acordo com padrões editoriais preestabelecidos, trouxeram a agilidade para se ter uma edição nova rodando ao final de cada dia, suprimindo, como consequência, eventuais remanescências literárias. Essas rotinas, tão caras aos jornalistas, acabariam por carregar em seu interior mecanismos de conformidade e controle sobre o conteúdo gerado, por parte das empresas e conglomerados de comunicação (Deuze, 2005; Fidalgo, 2008; Soloski, 1993). Mas também trouxeram certa segurança ao jornalista que, ancorado no princípio da objetividade, conseguiu então justificar ao público e às chefias, *racionalmente*, suas escolhas: porque priorizar X ao invés de Y, porque cortar esta e não aquela declaração da reportagem, sob quais parâmetros e como editar um texto para que o mesmo consiga ser enquadrado nas páginas do jornal ou da revista sem perder a atratividade (Tuchman, 2016, p. 129). Fatores como *atualidade, interesse do público, veracidade e clareza* são indicados cada vez mais como propriedades a serem perseguidas pelos profissionais, ainda que sem o aprofundamento de um debate crítico sobre cada um (Medina, 1988, p. 20).

A reboque de duas guerras mundias, floresceram os estudos funcionalistas sobre a comunicação de massa (*Mass Communication Research*), mas também acerca dos seus efeitos sobre os públicos e a possível manipulação da opinião pública. Surge o contraponto teórico proposto pela Escola de Frankfurt, que se debruçou sobre as consequências negativas dos meios enquanto ferramentas para a dominação e exercício de poder ideológico. Este posicionamento quebrou com a premissa da sociologia funcionalista de que os meios de comunicação seriam sempre benéficos para o desenvolvimento e regulação da democracia moderna e evidenciou como os próprios meios, ao reproduzirem valores dominantes em um sistema social, acabam contribuindo para a manutenção do *status quo* – o próprio Lasswell, responsável pela consolidação da teoria dos efeitos ilimitados ou “agulha hipodérmica”, aponta a *transmissão da herança social* como uma das três funções principais do processo de comunicação na sociedade (Mattelart, 1997, p. 31-51). Agora, o consenso sobre qual ou que tipo de herança é socialmente válida para ser digna de transmissão às gerações futuras, é outro debate.

Tendo como inspiração norteadora a confluência entre Marx e Freud, distintos pesquisadores da Escola conduziram suas investigações no âmbito das artes, da cultura e da comunicação. Autores como Adorno e Horkheimer desenvolveram o conceito de indústria cultural; Benjamin estudou as consequências da reprodutibilidade técnica sobre a arte; Marcuse explicitou os efeitos da racionalidade técnica e da razão instrumental sobre a conformação social – estendendo suas análises inclusive à questão da linguagem; e Habermas, ao investigar as origens da esfera pública burguesa, demonstrou ainda os reflexos da intrusão da racionalidade do sistema (Estado e mercado) sobre o mundo da vida (cultura, sociabilidade, subjetividades) e o consequente esgarçamento do tecido social decorrente da colonização indevida do primeiro sobre o segundo. A sociedade e seus indivíduos estariam mais sujeitos à “fabricação de opinião pública” através dos meios de comunicação, do que propriamente informados ou se tornando pessoas mais “ilustradas” pelos mesmos. (Mattelart, 1997, p. 52-58). O dilema restou explícito: seriam os meios de comunicação meros instrumentos para a perpetuação da ideologia burguesa dominante ou haveria potencial para que, por meio deles, uma nova forma de conhecimento emergente operasse as transformações sociais necessárias às camadas sociais e categorias historicamente subalternizadas?

3.1.3 Conhecimento e singularidade

De acordo com Meditsch, (2002, p. 10) atividade jornalística esteve associada, historicamente, mais à degeneração do conhecimento do que à sua construção, pois o jornalista seria um “simplificador” das ciências, tornando-a demasiadamente vulgar e até mesmo deturpando sua finalidade. Por sua efemeridade e velocidade de produção, o Jornalismo seria incapaz de trazer elementos contextuais capazes de contribuir para o esclarecimento dos leitores. Ao mesmo tempo, o Jornalismo se posiciona discursivamente perante distintos públicos como um elo essencial entre os mesmos e as instâncias de poder, e cujo trabalho é vital para a manutenção de um sistema democrático saudável – lembremos da exaltação da liberdade de expressão na constituição dos Estados modernos. Essas contradições refletem, em grande parte, as lutas internas do campo que ora busca embasar sua

legitimidade epistemológica num conhecimento científico de inspiração positivista, a fim de galgar certo *status* na sociedade moderna; ora enaltece suas características transformadoras reforçando junto à esfera pública seu papel de cão de guarda (*watchdog*) da sociedade.

Uma das contribuições iniciais mais conhecidas para o debate do Jornalismo enquanto forma de conhecimento é a do sociólogo Robert Ezra Park, por meio de seu artigo *News as form of Knowledge* (1940). Nele, o autor tratou da notícia, produto e gênero clássico do jornalismo, e não do Jornalismo em si, porém introduziu pistas importantes para as investigações na área. Ao localizar a notícia entre um “conhecimento de” (*aquaintance with*) – vinculado ao senso comum – e o “conhecimento sobre” (*knowledge about*) – relacionado ao conhecimento científico – Park a inseriu num nível intermediário, exercendo para o público “as mesmas funções que a percepção cumpre para o indivíduo: não apenas o informa, mas sobretudo o orienta, dando ciência a cada um e a todos daquilo que se passa” (Trinta; Neves, 2004, p. 04). A partir deste trabalho de Park, podemos também tecer considerações sobre o papel do Jornalismo para a cognição social, como uma ferramenta de construção social da realidade.

Berger e Luckmann (2004) argumentam que a maioria dos conhecimentos partilhados pelos indivíduos em suas vidas cotidianas é o conhecimento do senso comum, sendo este uma “atitude natural” da consciência. Enquanto sujeitos somos socialmente incapazes de traduzir, transmitir ou verbalizar muitas das realidades que vivenciamos externa ou internamente, uma vez que nossa consciência transita constantemente entre diferentes espaços de significação (da vigília ao sonho, do devaneio à atenção plena). Porém, apesar desses deslocamentos, nossa consciência eventualmente retorna àquele espaço denominado como real, no qual compartilhamos o mesmo referencial temporal com os demais sujeitos, onde travamos interações dialógicas com o(s) outro(s) e, a partir do qual, acessamos direta ou indiretamente distintas experiências. Os autores afirmam ainda que “a realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos” (Berger; Luckmann, 2004, p. 49)³³: assim realizamos transações simbólicas permanentemente em nossos encontros, pois tipificamos a outra pessoa ao mesmo tempo em que atuamos com ela também em situações típicas. Quanto mais nossas interações sociais se distanciam do contato face a

33 Entende-se aqui tipificar como o ato de caracterizar algo classificando-o em tipos.

face, mais esse *continuum* de tipificações se torna anônimo, de modo que a própria estrutura social torna-se “a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas” ((Berger; Luckmann, 2004, p. 52). Dessa forma, vamos nos constituindo enquanto sociedade por meio do compartilhamento de significados através da interação comunicativa, produzindo e reproduzindo simbolicamente, ainda que à distância, relações objetivas/objetificantes com essas projeções que fazemos do(s) outro(s). Correia (2012, p. 83) sintetiza da seguinte forma:

A realidade oferecida pelas notícias é envolta pelos modos de conhecimento típicos dos jornalistas e pelos modos específicos que estes possuem de estruturar o conhecimento através da linguagem. Jornais, rádio, televisão e portais web não se limitam a monitorizar os acontecimentos do mundo real. Constroem representações e relatos da realidade que são configurados pelos constrangimentos que emanam das convenções, ideologias e formas de organização típicas das empresas jornalísticas (CORREIA, 2012, p. 83).

Esse posicionamento convida a um exercício de interação entre correntes opostas, ou seja, nem um mero “espelho” da realidade e nem um mero dispositivo de manipulação das massas: o Jornalismo, por estar neste local intermediário entre o “conhecimento de” (senso comum) e o “conhecimento sobre” (conhecimento científico) e fazer de seu instrumento de trabalho a linguagem, seja ela em diferentes manifestações (verbal, visual, sonora, gestual), atua como elemento de relação entre os diversos discursos e esferas existentes na sociedade, sem deixar de ser produto de sujeitos históricos socialmente (e ambientalmente) situados e, assim sendo, assujeitados por coerções diversas. Entretanto, a abrangência de ação do Jornalismo é circunscrita à estrutura da realidade temporal e socialmente compartilhada que denominamos *presente*. Portanto, é dentro desse marco do presente socialmente compartilhado que residirá o conhecimento produzido pelo Jornalismo: um conhecimento ancorado na *singularidade* dos fatos. Nas palavras de Meditsch (2002, p. 11), “o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar”.

Adelmo Genro Filho fez da singularidade o expoente da sua proposta de teoria para o Jornalismo. Retomando as categorias lógicas de singular, particular e universal da filosofia hegeliana, por meio de Luckács, o pesquisador brasileiro procurou se descolar das demais teorias críticas de inspiração marxista que posicionavam o Jornalismo como mero instrumento de reforço do pensamento hegemônico das classes dominantes, vide a tradição da Escola de Frankfurt, encargo que, por certo, ele pode assumir quando desenvolvido de forma acrítica. Ao mesmo tempo em que teceu contrapontos, Genro Filho reconheceu os méritos do jornalismo informativo moderno, porém, não o limitou a uma ferramenta de propaganda dos pressupostos ideológicos e teóricos burgueses. O autor destaca assim:

“A ideologia da objetividade e imparcialidade do jornalismo **corresponde não ao fato ou possibilidade real da existência desse tipo de informação**, mas, ao contrário, ao fato de que as necessidades sociais objetivas e universais de informação só podem ser supridas **conforme uma visão de classe**” (GENRO FILHO, 1987, n.p, grifos nossos).

Ao estarmos imersos em um determinado contexto concreto histórico, social, econômico, ambiental, étnico-racial e de gênero, só podemos apreender os fenômenos por meio de uma determinada visão de mundo, mas isso não invalida o conteúdo do real da informação outrora apresentada. O que há de ser reconhecido e debatido é como o Jornalismo, enquanto forma social de conhecimento, mesmo tributária do capitalismo industrial e da ciência moderna, pode vir a utilizar-se desse próprio conhecimento para ir além do discurso homogêneo burguês (classista, racista, sexista e especista), que oculta suas próprias qualidades por meio de uma ideologia convenientemente percebida como “senso comum”.

Como bem observa Fairclough (2001b, p. 71; 2003, p. 18), a ideologia – enquanto representação de mundo com aspectos capazes de contribuir para o estabelecimento, manutenção ou mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração – é mais eficaz quando seu funcionamento é menos explícito, pois a partir do momento que se toma consciência de que a sustentação das desigualdades de poder é uma das características do senso comum ele deixa de sê-lo e, logo, deixa de funcionar ideologicamente. Quando da

tomada de consciência, o produtor, no caso em tela, o jornalista, se relaciona (ou, como coloca o pesquisador, *textualiza*) com o mundo de maneira diferente, impelindo por consequência o intérprete a modificar a sua própria interpretação. Na mesma esteira, Adelmo Genro Filho defendeu a articulação do Jornalismo com o conceito de *práxis*, em que o jornalista se coloca enquanto sujeito crítico diante dos fenômenos com os quais se depara no mundo. Pontes (2015), ao analisar a contribuição teórica adelmiana, expõe que o autor sustentou que há uma alteração da atribuição do conceito de dialética³⁴ dentro das teorias marxistas quando da definição e inserção da *práxis* como fundante de uma ontologia do ser social. A partir deste movimento de Genro Filho, de apropriar-se da *práxis* por meio da dialética como *método*, Pontes (2015, p. 323) afirma ser possível inferir que “o conhecimento agregado ao concreto tem o potencial de reconhecer os processos nodais e propor caminhos para a transformação social sob a égide da história”. Porém não é apenas mero conhecimento agregado, mas *consciência sobre o conhecimento e sua ação material*. Em resumo, a *práxis* enquanto intervenção no mundo, acaba por tornar-se, ela mesma, produtora e produto de um processo de reflexão sobre a própria atividade e sobre o sujeito diante da complexidade dos fenômenos vivenciados socialmente.

Convém salientar ainda argumentação apresentada por Adelmo em relação às visões reducionistas relacionadas ao Jornalismo e, em destaque, à notícia. Park afirmou que a notícia “não é história porque, uma dentre outras coisas, ela trata, no geral, com eventos isolados e não busca relacioná-los entre si, seja na forma de sequências causais ou na forma de sequências teleológicas”³⁵ (Park, 1940, p. 675, tradução nossa). Para ele, passado ou projeções de futuro se tornam relevantes apenas quando servem para “iluminar o que é atual e presente”. Apesar da correta distinção entre História e Jornalismo, também resgatada por Pontes (2009), a primeira vista parece que a notícia unicamente revela o fato de tal modo que este em nada se articula com o desenrolar sócio-histórico coletivo e individual. Como se fosse possível isolar um fragmento de realidade de toda e qualquer variável, sem considerar sua própria natureza

34 Pontes (2015, p. 323), a partir de Genro Filho (1986), pontua três sentidos para dialética: 1) dialética da natureza; 2) ontológico; e 3) método e teoria do conhecimento. Para o debate filosófico aprofundado sobre esse tema, verificar Pontes (2015), Capítulo 4.

35 No original: News is not history because, for one thing among others, it deals, on the whole, with isolated events and does not seek to relate them to one another either in the form of causal or in the form of teleological sequences.

hologramática, como podemos inferir a partir de Edgar Morin. Afinal de contas, o fato (singular) emerge em virtude das relações (pré)estabelecidas entre as diversas esferas de produção, mediação e disputa (particular) dentro de um contexto social e histórico (universal), sendo os dois últimos condição essencial para existência do primeiro. Logo o primeiro carrega consigo a síntese das relações dialéticas dos demais. No mesmo artigo, em sequência, o sociólogo estadunidense sustentou que cada público possui seus próprios preconceitos, limitações e universo de discurso particular: “um fato só é um fato em algum universo de discurso” (Park, 1940, p. 679) o que é uma afirmação coerente. Porém, o que ocorre quando um determinado universo de discurso (do mercado, por exemplo) exerce poder ideológico ao ponto de (pré) estruturar outros universos discursivos acerca do que é digno de ser notícia ou não? O que fazer quando se identifica uma “colonização discursiva”? (Fairclough, 2001b, p. 163-166). Como nos lembrou Boaventura de Sousa Santos (2002, p.248), a universalidade da humanidade além de ser uma invenção moderna é uma escala dominante produtora de inexistências. Ela acaba por engendrar apagamentos culturais e históricos em nome de um movimento globalizante homogeneizador. As relações de poder inter e intradiscursivas não podem ser ignoradas.

Os desdobramentos destes aspectos de poder refletem-se não apenas na predominância de um tema/área em detrimento de outro(a) (espaço de publicação, tempo de reportagem, recorrência, etc.), como também na avaliação de noticiabilidade e nas fontes escolhidas para as matérias. Silva (2005, p. 104-105) realizou um levantamento bibliográfico comparativo sobre os valores-notícia sistematizando-os em doze grandes grupos: a) impacto; b) proeminência; c) conflito; d) entretenimento/curiosidade; e) polêmica; f) conhecimento/cultura; g) raridade; h) proximidade; i) surpresa; j) governo; k) tragédia/drama; e l) justiça. Nota-se, ademais, que os subcritérios relacionados pela autora neste quadro referencial só fazem sentido quando contextualizados. Há, portanto, duas formas de se aproximar do tema da noticiabilidade: uma de ordem técnica, operacional e organizacional e outra sociológica-cultural (Silva, 2022, p. 19-21). A pesquisadora expressa também que “o fenômeno notícia supera o gênero notícia, o típico do jornalismo informativo, e ocupa lugar central em tudo que envolve o universo jornalístico”. Adelmo Genro Filho, por sua vez, afirmou:

Assim como cada disciplina científica constrói os fatos com os quais trabalha, a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo. São os fatos jornalísticos, objeto das notícias, que constituem a menor unidade de significação. O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir "seus fatos". Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas (GENRO FILHO, 1987, n.p).

O pesquisador também acentuou a inevitabilidade de serem tais *fatos jornalísticos*, escolhas, uma vez que resultam de “cortes arbitrários em um todo contínuo”. Mas a abrangência de tal escolha está delimitada pela matéria objetiva – socialmente e historicamente constituída – mesmo sob enfoques subjetivos ou ideológicos diversos. Para tornar essa visualização mais clara, o autor colocou como exemplo a seguinte situação: Pedro atira em João e este último resulta morto. Agora, se Pedro “matou”, “assassinou”, “tirou a vida”, “executou sob coação de terceiro” são interpretações que não se desvinculam do fato de Pedro ter atirado em João e João ter morrido em decorrência disto. “A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição dessa substância” (Genro Filho, 1987, n.p) – e, também, de escolhas discursivas.

Ao adotar a singularidade fenomênica como ponto estruturador do texto jornalístico, o jornalista busca reconstituir uma experiência do imediato, de dar aos sujeitos acesso ao mundo de uma forma diferente, como disse Meditsch. Este acesso à realidade por meio do singular é a forma de conhecimento do Jornalismo por excelência e esse acesso singularizado se moldará de acordo com as contingências de cada tempo. A singularidade se expressa não apenas em forma (como é o caso da estruturação textual da notícia), mas também em conteúdo, como pondera Pontes (2015) ao afirmar que, “quanto mais investimento intelectual e formativo os jornalistas oferecem aos leitores para reconstituir a dimensão fenomênica do fato social, mais força ganha essa singularidade, pois ela, em sua exposição, trará a dimensão dos conceitos que materializam os fatos sociais” (Pontes, 2015, p. 178). Sendo assim, a singularidade se assenta e interage no/com o particular e o universal – não os dispensa.

Adelmo, do mesmo modo, reclamou certa cautela quando comparam-se as funções do Jornalismo às funções de percepção do indivíduo, pois para o indivíduo a imediaticidade do

real é ponto de *partida*, enquanto que para o Jornalismo ela é *chegada* – vide reflexo na técnica de redação em pirâmide (Genro Filho, 1987, n.p). Isso sem adentrarmos profundamente no debate acerca da própria percepção, pois há uma tendência de considerarmos a consciência perceptiva nos mesmos termos da consciência científica, como assinala Merleau-Ponty (1999, p. 56). Ao afirmar que o Jornalismo busca uma *simulação* e não uma *correspondência* entre percepção individual e fenômeno, Genro Filho sublinhou que a própria percepção, assim como o senso comum, não é um nível de apropriação simbólica homogêneo e contorna eventuais deslizamentos teóricos que pudessem retomar uma “teoria do espelho”. Mas o teórico constatou que há sim “uma predominância do aspecto ‘positivo’ (no sentido comteano) do fenômeno ou da coisa” sobre a percepção individual, alimentada pelo senso comum – que, como já avaliamos, é ideológico.

3.1.4 “Civilizar” a Natureza

O espírito moderno encarou o meio ambiente como um repositório de recursos à disposição para a investigação, manipulação e extração para finalidades econômicas. No Brasil, a economia mantinha (e mantém) uma base extrativista com ciclos sucessivos de esgotamento socioambiental (pau-brasil, cana-de-açúcar, borracha, ouro, café e atualmente soja, carne, minérios e hidrocarbonetos) e a justificativa primeira para essa exploração se deu justamente pela perpetuação de uma visão de que a abundância natural era uma “dádiva” e a “vocação natural” do país. Porém a “dádiva” acabou por selar o traiçoeiro destino brasileiro como exportador de matérias-primas para os grandes centros do capitalismo, destino partilhado pelas demais nações do Sul global.

O martinicano Malcom Ferdinand (2022) elucida como a estrutura econ mica com base nas *plantations*³⁶ formou o núcleo essencial do *habitar colonial* nas Américas. Segundo o autor, o *habitar colonial* se define como “uma engenharia ecológica das paisagens da Terra em *plantations*” (Ferdinand, 2022, p. 58-59), que além de beneficiar os colonizadores europeus, exerce três tipos de imperialismo: ecológico; socioecon mico e político; e ontológico. Esse

³⁶ *Plantation*: modo de sistema agrícola baseado no latifúndio monocultor escravista com foco no mercado de exportação.

habitar foi responsável pela quebra de uma relação ecumenal, isto é, da relação geográfica e ontológica da humanidade com a extensão terrestre. Com a dissolução dos modos tradicionais de uso racional da terra, operaram-se ainda rupturas de ordem paisagística, biodiversitária e metabólica com o meio ambiente. As paisagísticas são as mais fáceis de visualizarmos por meio da derrubada intensiva das florestas para abrir espaço para a *plantation* e a pecuária – no Brasil, basta vermos os efeitos sobre a Mata Atlântica e, hoje, sobre a Amazônia, Pantanal e Cerrado. Biodiversitárias, pois a perturbação do equilíbrio ecológico ocasionou não só um desequilíbrio nas cadeias de predatórias e de dependência entre as espécies humanas e não humanas, como levou à homogeneização das espécies. E, por fim, metabólica, uma vez que há o desequilíbrio no intercâmbio das trocas energéticas efetuadas entre campo e cidade. Por meio destas trocas ecológicas desiguais, as nações colonizadoras externalizaram, com sucesso, para suas colônias, os custos ambientais (Ferdinand, 2022, p. 61-65). Cientes desses processos de apropriação desigual, é um tanto irônico percebermos o advento de uma sociabilidade ambientalista no Século XIX nos países do Norte global com o objetivo de “frear os feitos devastadores da modernidade sobre o meio ambiente” (Tavolaro, 2001, p. 133-137), ao mesmo tempo que suas populações seguiam (e seguem) usufruindo dos benefícios resultantes da devastação – porém, oportunamente, a devastação agora não mais precisa ocorrer no “quintal de casa”.

A pesquisadora Luciana Murari, em seu livro *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*, expôs que a intelectualidade brasileira consolidou em seu imaginário a luta do brasileiro contra a Natureza durante o fim do Século XIX e início do Século XX. Para localizar este imaginário, a pesquisadora utilizou como referencial principalmente a produção literária acerca da Amazônia e do sertão no período. Como exemplos da estreita relação entre Literatura e Jornalismo neste período podemos exemplificar dois casos. O primeiro de Euclides da Cunha, correspondente para *O Estado de São Paulo* (Sodré, 1983, p. 269) e autor de *Os Sertões* (1902), obra impregnada pelo determinismo que retrata a Guerra de Canudos e considerada o primeiro livro-reportagem do jornalismo no Brasil; e o segundo de Visconde de Taunay, militar e correspondente na Guerra do Paraguai para *A Semana Illustrada*³⁷, autor de

37 *A História da Imprensa no Brasil*, de Sodré (1987), evidencia a estreita relação entre os escritores da época e o jornalismo. Nomes como Machado de Assis, Lima Barreto, Aluísio Azevedo, Paulo Barreto (João do Rio), Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, Olavo Bilac, Eça de Queiroz e Monteiro Lobato, dentre outros,

Inocência (1872), romance regionalista que retrata uma família do sertão de Santana do Paranaíba (MT). A luta Homem vs Natureza se refletia também por meio de uma associação psicológica na qual vinculavam-se comportamentos eventualmente rudes ou violentos dos habitantes destas regiões às “pressões maléficas do meio natural”. Assim sendo, como era necessário derrubar a “floresta selvagem e hostil”, era preciso “civilizar a nação”. Àqueles que auxiliavam à “desbravar” esses territórios, era conferido o reconhecimento do sacrifício em prol do país (Murari, 2009, p. 161-163).

Percebe-se aqui a convivência de dois pensamentos distintos no quadro desenhado pela intelectualidade brasileira: o primeiro exalta a abundância e a diversidade enquanto fonte de inspiração estética e de contemplação; e o segundo utiliza a abundância como justificativa para a própria exploração e exigência de uma domesticação do meio. Na miscelânea de correntes científicas importadas da Europa e presentes na elite ilustrada brasileira pós-1870, Murari (2009, p. 50-115) identifica a presença do positivismo, do cientificismo, do darwinismo, do darwinismo social, do spencerismo e do evolucionismo com usos conceituais tão diversos a ponto de haver formulações teóricas, sociopolíticas e raciais muitas vezes contraditórias. O ponto em comum, porém, foi o sentido organicista (analogia com o organismo) que tomava a forma humana como arquétipo de inteligibilidade da Natureza, criando a correspondência entre biológico e social, dando assim condições para elevar a sociologia ao *status* científico.

Domingues (1996) situa a agricultura no escopo central da ideologia da unidade nacional brasileira. Para a pesquisadora, a construção na nação assentou-se em ciências que pudessem proporcionar o conhecimento das riquezas naturais e o povoamento do interior (tais como geografia, geologia, etnografia, zoologia, botânica e astronomia) posicionando o meio ambiente enquanto objeto político. Murari (2009, p. 162) produz argumentação em linha similar, acrescentando que “a agricultura foi geralmente vista como uma forma de civilizar a natureza, incorporando-a à cultura” mesmo sendo a tecnologia empregada no plantio nada civilizada: o método de derrubadas e queimadas extensivas levavam a um rápido esgotamento do solo (menos de uma década de uso), gerando uma necessidade constante de expansão das fronteiras agrícolas em busca de terras virgens férteis. A abertura de ferrovias para eram presentes (explicitamente ou por meio de pseudônimos) nas publicações e na administração dos jornais.

escoamento da produção cafeeira e a edição da Lei de Terras³⁸ por Dom Pedro II, em 1850, tornaram ainda mais grave o cenário de destruição ambiental, o atraso técnico sobre a agricultura e a concentração da propriedade de terras nas mãos das oligarquias latifundiárias (Murari, 2009, p. 162-165; Westin, 2020):

Os latifundiários entenderam que a escravidão, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao fim e que os seus cafezais corriam o risco de ficar sem mão de obra. A Lei de Terras eliminaria esse risco. Uma vez tornadas ilegais a invasão e a ocupação da zona rural, tanto os ex-escravos quanto os imigrantes pobres europeus ficariam impedidos de ter suas próprias terras, ainda que pequenas, e naturalmente se transformariam em trabalhadores abundantes e baratos para os latifúndios (WESTIN, 2020, n.p).

Por mais que pensemos que esta lógica pereceu junto com o Brasil colônia, ela segue viva por meio da manutenção desses ideários na esfera pública com a contribuição da imprensa. Rememorando as considerações iniciais deste capítulo e o contexto brasileiro de contradições quando do surgimento da imprensa (ânsia de modernização com estrutura social e econômica de base oligárquica e pré-capitalista), podemos desenvolver algumas reflexões e indagações sobre como o Jornalismo no Brasil contribuiu para reforçar e perpetuar a predominância de discursos economicistas e antropocêntricos sobre o meio ambiente e a urgência de repensá-los e praticá-los a luz de um paradigma científico que proponha sua superação por meio de sua expressão enquanto Jornalismo Ambiental.

3.2 DA PAUTA AMBIENTAL AO JORNALISMO AMBIENTAL

Para além das rápidas transformações nos modos de vida, o início do Século XX foi marcado por duas guerras mundiais e pela certeza de que a humanidade poderia rapidamente dar fim em si mesma. Até a primeira metade do século, o Brasil viu o modelo econômico

38 Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm

exportador com base na cafeicultura se desfalecer, assim como a República Velha, com a quebra da bolsa de Nova Iorque e a crise global de 1929. Getúlio Vargas entrou em cena e com ele os esforços de industrialização tardia do país, concentrados especialmente no Sudeste. Para além da exploração da pecuária e agrícola, foram fundadas a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942) e o Brasil ingressou na economia dos hidrocarbonetos, com a fundação da Petrobrás (1953). No período de governo de Juscelino Kubitschek, com seu lema de “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”, o país seguiu na mesma esteira do discurso modernizante e de interiorização, com a construção da nova capital, Brasília, e a priorização das obras de infraestrutura energética e de estradas, privilegiando a adoção do modelo de transporte individual baseado no automóvel, com incentivos à instalação de montadoras estrangeiras no país, em detrimento do planejamento de vias e modais de transporte coletivo.

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985) observou-se um novo movimento de ocupação da Amazônia vista como um “território vazio”, sendo a abertura da rodovia Transamazônica (BR 230) um dos legados de desmatamento, grilagem e violência indígena mais caricatos do período³⁹. Como resultado deste processo, a taxa de urbanização cresceu no Brasil de forma vertiginosa, entre 1940 e 1980, retrato da expansão da economia capitalista urbana industrial retardatária e periférica, sinalizando uma rachadura no ciclo histórico da sociedade brasileira com o ambiente rural:

[...] neste curto espaço de tempo, a segunda metade do século passado, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, com uma taxa de crescimento média anual de 4,1%. A cada ano, em média, foram acrescidos 2.378.291 habitantes às cidades, fazendo com que a população urbana, em meio século, apenas, aumentasse 7,3 vezes (DE BRITO *et al.*, 2012, p. 07).

39 Os repórteres da *Folha de São Paulo* Fabiano Maisonave e Lalo de Almeida percorreram os mais de mil quilômetros da Transamazônica e realizaram uma análise sobre os impactos da rodovia na atualidade. Ver MAISONNAVE, Fabiano; ALMEIDA, Lalo de. Transamazônica: crime e abandono. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de out. de 2016. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~jrgarcia/macroeconomia_ecologica/Noticias/Transamazônica%20crime%20e%20abandono%20-%20Cotidiano%20-%20Folha%20de%20S.Paulo.htm#territorio-livre. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

Em 1972 a revista *Realidade*, da editora Abril, estampou na capa da sua edição de maio, um dossiê de duzentas e vinte oito páginas chamado “Nossas Cidades”, fruto de seis meses de reportagem sobre a explosão populacional nas principais cidades brasileiras. Depoimentos de entrevistados do tipo: “Brasília é particularmente *boa para os pulmões*; Além de *salubre* e linda não voltaria para o Rio com o triplo do meu ordenado.”; ou “Gosto de Porto Alegre assim como ela é. *Detesto a fatuidade dos técnicos que decidiram melhorar a natureza, serrando árvores centenárias, fazendo jardins em formas cimentadas* escondendo a beleza do Guaíba [...]” (grifos nossos), já evidenciavam a relação de gosto ou desgosto dos moradores com a modificação dos ambientes urbanos e a exaltação de locais ecologicamente mais preservados.

A ebulição política, tecnológica e social das décadas de 1960 e 1970 prenunciava o nascimento de um novo paradigma no Jornalismo, o de *comunicação* (Charron; Bonville, 1996, p. 28-31). A evolução das telecomunicações, a informatização das redações e a digitalização em curso exigiram uma nova adequação de mercado das empresas jornalísticas e isso incluiu a segmentação temática da imprensa, uma vez que a complexidade da sociedade industrial demandou conteúdos mais elaborados levando a um cenário de especialização (Belmonte, 2017, p. 111; Cerozzi, 2015, p. 150). Porém nem todas as especialidades jornalísticas avançaram na mesma velocidade e de maneira consensual.

Desde a industrialização ocidental mais pessoas e seres não humanos se viram afetados pelas consequências da expansão capitalista sobre o meio ambiente. Imagens de cidades europeias com ruas e casas cobertas de fuligem negra, devido à queima do carvão mineral para movimentar as fábricas, rios e canais poluídos pelo descarte dos rejeitos fabris estão presentes até hoje, tanto na literatura, quanto em produções culturais audiovisuais. A ascensão urbana trouxe consigo a aceleração da degradação da qualidade da água, do solo, do ar, o incremento das condições para a proliferação de vetores de doenças e a troca energética desigual para com as localidades produtoras de alimentos, levando à subalternização das áreas rurais, como já mencionamos. Neste contexto, a classe trabalhadora, principal sujeita aos efeitos da privação de terras e das crises sanitárias, passou então a incorporar em suas reivindicações a exigência de melhorias da condição laboral com vistas à saúde coletiva (Freitas, 2003).

Os primeiros deslocamentos do jornalismo em relação a pauta ambiental surgem na segunda metade do Século XX, na Suécia (1961), com a cobertura de questões ambientais na televisão pública, e na França (1969), por meio da criação da primeira entidade de jornalismo ambiental que se tem ciência, a Association des Journalistes-Écrivains pour la Nature et l'Écologie (Associação dos Jornalistas-Escritores para a Natureza e a Ecologia) (Belmonte, 2017). O jornalista uruguaio Víctor Bacchetta (2000, p. 19), por sua vez, destaca a atuação pioneira do jornalista ambiental brasileiro Randáu Marques que, em 1960, questionou o uso do termo “defensivo agrícola”, e passou a utilizar a denominação agrotóxico⁴⁰ em seus trabalhos (dois anos antes da publicação do célebre *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, que denunciou os efeitos nocivos do pesticida DDT). Em 1968, em plena ditadura militar, Marques foi preso sob a acusação de subversão ao escrever em um jornal de Franca (SP), então importante polo exportador, sobre a contaminação dos trabalhadores da indústria por chumbo. Sua atuação firme seguiu durante as décadas posteriores com fortes denúncias à poluição petroquímica na região de Cubatão (SP), oposição à instalação de usinas nucleares em São Paulo, além da cobertura de deslizamentos na Serra do Mar e de crimes ambientais.

Globalmente, foi na década de 1970 que o meio ambiente ganhou amplitude noticiosa com a realização da Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia, 1972). O temor da radioatividade como arma de guerra iniciou um movimento pelo direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado que possibilitasse a perpetuação das futuras gerações, denotando uma preocupação intergeracional com a manutenção da vida no planeta. O avanço tecnológico não mais era visto como uma bênção do triunfo da razão, mas também como um legado a ser cuidadosamente manejado.

A partir da multiplicidade de problemáticas em ebulição, abre-se uma via para questionarmos se o mero tratar de assuntos “de meio ambiente” configura-se como uma prática de Jornalismo Ambiental dentro das redações. Afinal, o quê e em que este ramo especializado do Jornalismo se diferenciaria dos demais? Haveria uma autonomia do Jornalismo Ambiental em relação ao Jornalismo Científico, ou o primeiro se configuraria como um subtipo do último? Quais são as diferenças que o jornalista deve levar em conta na

40 Atribui-se a gênese oficial, por assim dizer, do termo agrotóxico a Adilson D. Paschoal em seu livro *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções*, publicado em 1977, no Brasil.

hora de produzir uma notícia ou reportagem ambiental? Essas fronteiras ainda um tanto turvas são comuns e fruto de uma especialização relativamente recente dentro do campo jornalístico.

Segundo Belmonte (2017), até a década de 1980 o Jornalismo Ambiental no Brasil era considerado uma subárea do Jornalismo Científico, sendo seus trabalhos impulsionados pela atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948, e pela Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), fundada em 1977. Apesar da correlação genética, gradualmente o Jornalismo Ambiental se distanciou tanto em conceito, quanto em prática do Jornalismo Científico, ainda desenvolvido nas redações sob as lentes hegemônicas do positivismo. Melo (2006) teceu duras críticas ao “atrofiado” jornalismo científico brasileiro, o qual afirmou ter se desenvolvido majoritariamente sob uma matriz ideológica capitalista que privilegia o sensacionalismo. O pesquisador citou três principais características funcionais da especialidade: a primeira, seria a de manter a *mitologia da ciência*, colocando a pesquisa e o cientista fora da sociedade e com isso contribuindo mais para a manutenção de poder da própria ciência do que para a democratização do conhecimento; a segunda seria a perpetuação da ideia de *neutralidade da ciência*, sendo a atividade científica retratada como independente das demais instâncias econômicas e sociais de poder e decisão; e por fim, a terceira, a reprodução dos *preconceitos da própria ciência*, ao privilegiar a cobertura de temas das áreas Exatas e Aplicadas em desprestígio às Ciências Humanas. Com isso, o jornalismo científico se converteu em instrumento de transferência tecnológica no Norte para o Sul global (acentuando um quadro de dependência) e de manutenção do poder (Melo, 2006, p. 115-118).

O incentivo efetivo para a consolidação de um campo diferenciado veio no início dos anos 1990, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), sediada no Rio de Janeiro (RJ), em junho de 1992; e o Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento (*Green Press*), promovido de 20 a 24 de maio de 1992, em Belo Horizonte (MG), no qual se definiram princípios éticos para a cobertura dos temas ambientais, tais como:

VII. É dever dos meios de comunicação e dos jornalistas informar sobre opções de desenvolvimento, que promovam o acesso de todos os bem-estar, sem causar danos ao meio ambiente.

VIII. A imprensa deve proporcionar informações que permitam ao público obter um retrato claro, preciso, objetivo e **não fragmentado** da realidade.

IX. São deveres da imprensa **informar sobre as práticas** lesivas ao meio ambiente, **alertar quanto aos seus efeitos** sobre os ecossistemas e **contribuir para a educação** da sociedade.

X. O trabalho jornalístico deve estar **comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária**, em **todas as fases de produção e veiculação** da notícia.

XI. A imprensa tem o dever de expressar a **pluralidade de pontos de vista** sobre os assuntos de meio ambiente e desenvolvimento (GREEN PRESS, 1992, grifos nossos).

A pesquisadora Eliege Maria Fante (2020) revelou, em sua tese, as estreitas relações entre jornalistas e movimentos ambientalistas como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), que levariam à criação do Núcleo de Ecojornalistas (NEJ) no Sul do país, em 1990. No mesmo ano, nos Estados Unidos, foi fundada a Society of Environmental Journalists (SEJ), denotando, de acordo com Friedman (2004, *apud* Hansen, 2020, p. 39) um amadurecimento do campo, que capilarizou suas coberturas para além de reportagens sobre poluição, englobando temáticas como uso e manejo de solos, aquecimento global, conservação de recursos e biotecnologia. Todavia, mesmo com uma guinada na atenção global da imprensa sobre o meio ambiente, ele ainda seguiu tratado como secundário nos países latino-americanos.

Para Bacchetta (2000, p. 20) esse caráter secundário ocorre devido ao fato de ser impossível ignorar completamente o tópico “meio ambiente” por razões mercadológicas, porém, ao mesmo tempo, há um não aprofundamento deliberado das pautas para evitar confrontos com os resultados econômicos, sociais e políticos inerentes. De acordo com Arnt (1994, p. 79, *apud* Belmonte, 2017, p. 115-116) para conseguir se inserir na pauta do dia, o meio ambiente teria que ser abordado nos periódicos brasileiros dentro de um viés modernizante, tamanho preconceito com o tema entre os proprietários das empresas jornalísticas. Só assim seria possível contornar a imagem da Natureza exótica tropical, cimentada pela literatura e pelo jornalismo no século passado, e conquistar algum espaço dentro da disputa política. Modernizar, neste caso, remete ao uso dos “ativos” naturais, do

manejo de “recursos” e da reformulação das estratégias extrativistas para aproveitar o potencial da biodiversidade brasileira. Em resumo, para modernizar, o meio ambiente deveria ser discutido pelo jornalismo em termos (discursos) econômicos.

Indispensável ressaltarmos também uma distinção conceitual entre Comunicação Ambiental e Jornalismo Ambiental. Assim como Bueno (2007) e Girardi, Schwaab, Massierer e Loose (2012), compreendemos o Jornalismo Ambiental enquanto “espécie” do “gênero” Comunicação Ambiental. Comunicação Ambiental, de acordo com Pezzullo e Cox (2018, p.34, tradução nossa), são “modos pragmáticos e constitutivos de expressão – nomeação, modelação, orientação e negociação – de nossas relações ecológicas no mundo, incluindo aquelas com sistemas, elementos e espécies não humanos”. Esses modos se configuram ainda como funções: a *pragmática*, que consiste em interações verbais e não verbais que carregam um propósito instrumental – informar, requisitar, educar, alertar, persuadir, rejeitar; e a *constitutiva*, enquanto modos de interação verbais e não verbais que moldam, orientam e negociam significados, valores e relações. A função constitutiva seria responsável por promover formas particulares de relacionamento ao evocar crenças e sentimentos capazes de mobilizar, desempenhando um papel crucial no que o público considerará, ou não, um problema (Pezzullo; Cox, 2018, p. 34-35). Del Vecchio de Lima *et al* postulam uma construção e concepção da Comunicação Ambiental

[...] a ser pensada em prol de uma real compreensão dos efeitos das mudanças ambientais e do despertar da cidadania, contribuindo para a participação política e, posteriormente, quiçá, uma mobilização global. Nesse contexto, para que o efetivo exercício da cidadania em relação ao meio ambiente seja possível, é preciso que exista acesso à informação de qualidade e produção de conhecimentos que permitam o empoderamento dos interlocutores (DEL VECCHIO DE LIMA *et al*, 2015, p. 82).

Ao passo que a Comunicação Ambiental pode englobar a divulgação e a promoção da causa ambiental por pessoas e profissionais não pertencentes ao ramo jornalístico, o Jornalismo Ambiental caracteriza-se como uma função especializada dentro de um campo delimitado da Comunicação, o Jornalismo, sendo desenvolvida por um grupo específico de profissionais vinculados à imprensa (Bueno, 2007, p. 34), e impregnada por marcas típicas,

como: produção textual pautada por procedimentos particularizados de seleção dos fatos com base em critérios de noticiabilidade; periodicidade; rotinas e relações com fontes que assegurem a credibilidade da produção; além de formatos e gêneros próprios – com destaque para o gênero informativo (notícia/reportagem) (Silva, 2005; Melo; Assis, 2016; Hansen, 2020).

Para Girardi *et al.* (2012, p. 137) o Jornalismo Ambiental não é uma cobertura centrada em temas “de meio ambiente” e sim, uma concepção jornalística que traz intrinsecamente uma visão sistêmica e plural, cedendo e criando espaços para múltiplas vozes. Loose (2012, p. 04) também interpreta que o Jornalismo Ambiental dá um passo para além da cobertura especializada em temas de meio ambiente, pois inclui em seu escopo as coletividades, a sustentabilidade e qualidade de vida no planeta, sendo seres humanos e meio ambiente interdependentes. Belmonte *et al.* (2014, p. 12) sustentam a mesma linha argumentativa de Girardi *et al.* e Loose, ao afirmar que o Jornalismo Ambiental consiste em uma abordagem plural e contextualizada e acrescenta à especialidade a particularidade da incorporação do discurso sobre riscos e limites, apontando nexos e causas, mas também possíveis soluções.

Diante dessa concepção, a relação simbiótica do Jornalismo Ambiental com as pautas sociais, econômicas, políticas e culturais torna-se essencial para seu pleno desenvolvimento, exercício e para o cumprimento de sua *função pedagógica* na sociedade contemporânea (Bueno, 2007, p. 35). Mencionada a função pedagógica do Jornalismo Ambiental, conforme definição de Bueno (2007), salientam-se outras duas identificadas pelo autor: as funções informativa e política. A *função informativa* refere-se à necessidade dos cidadãos de estarem a par das questões ambientais e dos impactos dos processos, posturas e modelos de consumo e desenvolvimento sobre o meio ambiente. A *função política*, por sua vez, volta-se à participação ativa da sociedade sobre as questões ambientais que podem afetá-la negativamente. As três funções elencadas por Bueno vão ao encontro das manifestações realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na década de 1980, sobre a importância do papel pedagógico dos meios de comunicação acerca da temática ambiental e da responsabilidade dos especialistas, sejam da área ou não, sobre suas ações e decisões nesta seara:

A educação ambiental deve ser ministrada a pessoas de todas as idades, em todos os níveis e no âmbito da educação formal e não formal. **Os meios de comunicação de massa têm a grande responsabilidade de colocar seus enormes recursos a serviço dessa missão educativa.** Os especialistas em questões ambientais, bem como aqueles cujas ações e decisões possam ter um impacto perceptível no meio ambiente, devem receber no decorrer da sua formação os conhecimentos e competências necessárias e adquirir plenamente o sentido das suas responsabilidades a este respeito (UNESCO, 1980, p. 10, tradução e grifos nossos)⁴¹.

Novamente detecta-se um distanciamento da concepção de uma prática jornalística especializada sustentada em abordagens técnicas que minimizem ao máximo as chamadas “influências externas” – sejam políticas, ideológicas ou econômicas – em sua produção. Afinal, as responsabilidades apontadas pela Unesco recaem, indubitavelmente, sobre gestores, formuladores de políticas públicas, governantes e seus respectivos programas políticos; e também sobre grupos de mídias, profissionais da imprensa e pesquisadores. Apoiados nestes apontamentos, é possível afirmarmos que trabalhar com o meio ambiente dentro da perspectiva do Jornalismo Ambiental é ser e estar consciente e engajado sobre as consequências do seu fazer diário e atuar intencionalmente para instigar mudanças social e ambientalmente positivas (Loose; Sobrinho, 2018, p. 53-54).

Se o exercício do Jornalismo Científico busca a manutenção de atributos analíticos demarcados, o Jornalismo Ambiental anda a passos largos rumo ao diálogo com um paradigma científico emergente de características complexas. Como assinalam Bacchetta (2000) e Bueno (2007), o Jornalismo Ambiental adentra inevitavelmente os campos ético e filosófico, pois preocupa-se em demonstrar possíveis repercussões das ações humanas sobre o meio ambiente, chocando-se com postulados da ciência moderna que excluem a possibilidade de expressão de julgamentos de valor ou opiniões. Sob essa perspectiva, rotinas jornalísticas consagradas que visam garantir parâmetros tão caros aos jornalistas, como a objetividade, se

41 No original em espanhol: La educación ambiental debe impartirse a personas de todas las edades, a todos los niveles y en el marco de la educación formal y no formal. Los medios de comunicación social tienen la gran responsabilidad de poner sus enormes recursos al servicio de esa misión educativa. Los especialistas en cuestiones del medio ambiente así como aquellos cuyas acciones y decisiones pueden repercutir de manera perceptible en el medio ambiente, han de recibir en el curso de su formación los conocimientos y las aptitudes necesarios y adquirir plenamente el sentido de sus responsabilidades a esse respecto. (UNESCO, 1980, p. 10).

demonstram insuficientes para dar conta das urgências ambientais contemporâneas. Um exemplo trazido por Hansen (2020) é a premissa do equilíbrio no Jornalismo, ou seja, a ideia de sempre “dar voz aos dois lados” de um mesmo tema para assegurar imparcialidade à notícia ou reportagem. O autor afirma que fontes interessadas em manipular a opinião pública se utilizam deliberadamente deste rito jornalístico para promover suas posições ideológicas e propagar o negacionismo, em especial, no que se refere às mudanças climáticas.

Nesse jogo em que jornalistas seguem perseguindo certezas, o Jornalismo Ambiental provoca uma práxis alicerçada no oposto: as incertezas são sua matéria-prima. Especialmente porque o desenrolar das mudanças ecológicas habitualmente se processam em períodos alargados, o que também vem a ser um desafio para o Jornalismo, cujos traços distintivos são a factualidade e a celeridade. Sendo a incerteza um fator constituinte não passível de ser minimizado, ganha corpo a advocacia pelo reconhecimento do atributo complexo desta especialidade.

3.2.1 Jornalismo Ambiental e Complexidade

Quando falamos em complexidade, o nome de Edgar Morin é uma constante no campo acadêmico. O teórico francês dedicou boa parte de sua produção intelectual à compreensão da temática, em especial, no tocante à urgência de um novo paradigma científico que possa dialogar com o(s) conhecimento(s) em tais termos. Morin define a complexidade como *aquilo que é tecido junto*, ou seja, uma trama indissociável entre acontecimentos, ações, retroações, interações, acasos e determinações que trazem consigo inevitavelmente a desordem, a incerteza e a ambiguidade (Morin, 2005a, p. 13). A ordem e o progresso positivistas já não são mais assim tanto causa-consequência uma da outra: a partir da convergência de estudos de distintos campos, como teoria da informação, biologia, física, dentre outros, Morin demonstra as lacunas existentes no atual modelo científico hegemônico, o qual considera limitado devido a um “uso degradado da razão” (Morin, 2005a, p. 09). Podemos estabelecer paralelos entre a *razão indolente* de Boaventura de Sousa Santos e o exame do pesquisador francês sobre o desenvolvimento acrítico da ciência que, de acordo com sua perspectiva, gerou um novo tipo de ignorância ligado ao próprio fazer científico.

Para Morin, há um paradigma de simplificação estabelecido, que opera sobre três princípios: *disjunção*, *redução* e *abstração*. Marco notável do pensamento disjuntivo se deu com Descartes com a separação entre sujeito e objeto, que acarretou uma necessidade de redução da complexidade em especialidades cada vez mais bem delimitadas levando à compreensão limitada (abstração) de uma realidade histórica e material que é ao mesmo tempo una e múltipla (Morin, 2005a, p. 11-13). “A patologia da razão é a racionalização que encerra o real num sistema de ideias coerente, mas parcial e unilateral, e que não sabe que uma parte do real é irracionalizável, nem que a racionalidade tem por missão dialogar com o irracionalizável” (Morin, 2005a, p. 15).

Mas como caminhar rumo a um paradigma complexo sem inclinarmos para um discurso holista vazio? Primeiramente, Morin (2005a, p. 17) sinaliza um esforço de superação da mitologia da “natureza sobrenatural do Homem” cultivada pelo cristianismo e pelo humanismo ocidental, reintegrando a humanidade aos demais seres, a fim de distinguir o ser humano sem reduzi-lo ao meio. O segundo ponto seria não confundir complexidade com completude e, tampouco, associar o complexo a uma gradação da dificuldade. A complexidade identifica, conecta, reconhece relações e interações, entretanto, não possui pretensão de totalidade, pois a própria totalidade pressupõe a existência do seu oposto, a unidade. Deste modo, é possível o reconhecimento da simplicidade no conhecimento, sem que haja simplificação do mesmo. Assim podemos dar um passo em direção à reconexão de saberes que foram fracionados ou descartados como inferiores ou sem utilidade:

“[...] o pensamento complexo tenta dar conta daquilo que os tipos de pensamento mutilante se desfaz, excluindo o que eu chamo de simplificadores e por isso ele luta, não contra a incompletude, mas contra a mutilação. Por exemplo, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional” (MORIN, 2005b, p. 176-177).

Uma terceira consideração é o entendimento de que a complexidade não rejeita a racionalidade. Ela apenas a situa como *mais uma forma* possível de apreensão do mundo, e não a *única forma*. Outra intersecção com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos é possível de ser vislumbrada no seu conceito da *ecologia de saberes*, que se assenta na admissão dos limites internos e externos do conhecimento, sendo os primeiros delimitados pelas possibilidades de intervenção no real e os segundos, e pelo reconhecimento das intervenções alternativas possibilitadas por outras formas de conhecimento. Não se busca assim legitimar outras formas de conhecimento rebaixando ou descredibilizando o conhecimento científico, mas sim utilizá-lo de maneira contra-hegemônica, permitindo-se explorar a pluralidade da própria ciência por meio de outras epistemologias (negras, decoloniais, feministas, indígenas e ambientais), conectando saberes científicos e não científicos (Santos, 2007, p. 26).

Na senda da complexidade, Morin propõe um itinerário possível para esse exercício de pensamento. Exercício, pois o próprio autor considera não ser possível chegar à complexidade por meio de definições preestabelecidas, sendo necessário percorrer alguns caminhos, tais como o da *irreduzibilidade do acaso e da desordem*, uma vez que são componentes presentes no universo e partícipes na evolução; da *transgressão da abstração universalista*, que elimina a singularidade, a localidade e a temporalidade (como também já indicam Boaventura de Sousa Santos e Milton Santos em suas críticas à globalização); da *complicação*, que considera a infinidade probabilística contidas nas interações; da relação entre *ordem, desordem e organização*, tomando como referência os estudos do químico Ilya Prigogine sobre estruturas organizadas geradas em condições de desordem; da própria *organização*, que faz um sistema composto por diferentes elementos ser ao mesmo tempo uno e múltiplo; da *crise da clareza e da separação nas explicações*; e do *retorno do observador na sua observação* (Morin, 2005b, p. 177-187).

A partir desse percurso, o pensamento complexo nos convida à teoria e à prática sob alguns princípios: *sistêmico ou organizacional*; *hologramático*; do *ciclo retroativo*; do *ciclo recorrente*; da *auto-eco-organização*; *dialógico*; e o da *reintrodução do conhecido em todo o conhecimento*. No primeiro princípio, o pesquisador aponta que o todo não é a mera soma das

partes – ele pode ser mais ou menos do que as partes, de acordo com as qualidades potencializadas ou inibidas nessa organização. Da mesma forma, quase como que um antigo sopro hermético, o princípio hologramático nos recorda que o todo está nas partes, assim como as partes estão no todo. O ciclo retroativo por sua vez, quebra com a chamada causalidade linear, pois a inter-relação entre causa e efeito se dá por múltiplas retroações; da mesma forma que o quarto princípio, o do ciclo recorrente, transpõe a regulação por meio da autoprodução e da auto-organização sendo assim, também, um ciclo gerador. A auto-eco-organização une autonomia e dependência, pois os seres vivos são auto-organizadores que se autoproduzem retirando energia e informações do ambiente que os rodeia. Por sua vez, o princípio dialógico possibilita a aceitação racional de união entre concepções contraditórias para formulação de um mesmo fenômeno complexo; e o princípio da reintrodução do conhecido em todo o conhecimento traz que todo o conhecimento, seja ele científico ou não, é uma reconstrução/tradução feita por um espírito/inteligência em um contexto culturalmente e temporalmente determinado (Morin, 2005b, p. 177-193).

Loose (2012, p. 04) define da seguinte maneira sua visão acerca do Jornalismo Ambiental: é uma especialidade comprometida, sobretudo, com a vida. E não apenas com a vida humana, mas a vida em geral, em uma perspectiva que se aproxima da abordagem biocêntrica. Morin (2005b, p. 261-262) considera o ser, a existência e a vida não enquanto qualidades primárias, mas sim enquanto qualidades emergentes globais – e enquanto *realidades de emergência*. Isto porque os três resultam de processos de interação e organização entre as partes e o todo. Com essa consideração, o pesquisador salienta um princípio explicativo complexo que é a “não redução do fenomenal ao generativo”, reorientando o olhar para a importância de compreender que os produtos ou efeitos finais dos processos possibilitam a geração do seu próprio recomeço, numa relação de *recorrência*. Talvez seja esta uma das maiores contribuições que o Jornalismo Ambiental traz para o fazer jornalístico, a “ambientalização” de todas as esferas e editorias, pois o jornalista ambiental nada mais é do que um profissional que ousa pensar e encarar o mundo de forma diferente: nada é fragmentado ou compartimentalizado em caixas do saber (Girardi *et al.*, 2012). Afinal, não há desenvolvimento econômico sem reflexos no bem-estar humano, assim como não existem tragédias ambientais que não contenham cá ou lá com uma mão da economia. Da

mesma maneira, não há problema de saúde coletiva que não comporte, intrinsecamente, algum tipo de fator ambiental. Seja pelo fato de nossas cidades serem construídas e planejadas sem a operação de uma racionalidade ambiental (Leff, 2006); pelo avanço humano sobre áreas verdes liberando doenças endêmicas (Zimmer, 2019); ou então pela intervenção socioeconômica ou cultural nos ambientes rurais. Em resumo, “os jornalistas ambientais compreendem a interdependência entre o meio ambiente e a economia, relação essa comumente ignorada ou negada pelos vários grupos da sociedade e em geral invisibilizada nas editoriais dos jornais” (Fante, 2020, p. 37).

3.2.2 Uma práxis por uma visão multidimensional

O Jornalismo Ambiental deve buscar ir além do depoimento do técnico, do cientista, do *expert*. Ele deve ouvir e conceder voz e vez às comunidades tradicionais, ao cidadão diretamente envolvido/afetado, aos agricultores, aos ribeirinhos, às mulheres etc. As mudanças e impactos ambientais certamente são vivenciados e sentidos com propriedade por esses protagonistas que, muitas vezes, são ignorados por possuírem conhecimentos populares comumente tachados como “inferiores” e, assim sendo, não legitimáveis pela racionalidade hegemônica. Somente por meio desta compreensão é que a atividade jornalística especializada na área ambiental poderá superar as síndromes elencadas por Bueno (2007): 1) a *síndrome do zoom ou do olhar vesgo* – relacionada à fragmentação da cobertura e falta de caráter inter e multidisciplinar; 2) a *síndrome do muro alto* – que remete a uma tentativa de despolitização do debate ambiental por meio da desvinculação entre a vertente técnica (comprometida com a perspectiva empresarial) e as demais vertentes (econômica, política e sociocultural); 3) a *síndrome da lattelização das fontes* – a tendência de redução das fontes consultadas àquelas produtoras de conhecimento especializado, em especial do tipo acadêmico, não isentas de contaminação por interesses pessoais e/ou profissionais; 4) a *síndrome das indulgências verdes* – na qual o jornalismo ambiental se presta a um papel de “marketing verde” ou de propositor de soluções individuais cosméticas para problemas coletivos (como é o caso do apelo aos consumidores pela substituição de canudos plásticos por reutilizáveis, por exemplo, mas que não questiona a geração de lixo da cadeia plástica industrial, esta sim mais agressiva

e volumosa); e por fim 5) a *síndrome da baleia encalhada* – em que o jornalismo ambiental se limita à espetacularização da tragédia ambiental.

Semelhante a alguns dos apontamentos de Bueno, Rögener e Wormer (2017) elencam dez critérios para um jornalismo ambiental de qualidade: 1) *ausência de alarmismos ou banalização* (riscos e oportunidades nem exagerados, nem minimizados); 2) *documentação* (estudos, fatos e números sobre questões ambientais – elucidação das evidências); 3) *especialistas, transparência de fontes e conflitos de interesse* (menção a fontes de alegações e avaliações factuais; grau de independência e objetividade dessas fontes são mencionados e declarações centrais são apoiadas por ao menos duas fontes); 4) *visões a favor e contra* (apresentação de visões essenciais e relevantes); 5) *releases* (reportagens vão muito além dos releases); 6) *novidade* (explicar se o problema é novo ou recém-descoberto, se é uma tecnologia ambiental inovadora ou uma nova solução; regulamentação potencial ou semelhante, ou se já existe); 7) *soluções potenciais e caminhos de ação, sem greenwashing* (descrição de formas de resolução ou de se evitar a questão ambiental); 8. *dimensão geográfica* (local, regional, global; apresentação de escala geográfica do problema ambiental e conexão entre as perspectivas); 9) *dimensão temporal* (sustentabilidade; escala temporal do problema ou fenômeno); e 10) *contexto ou custos* (considerar aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos do tema ambiental, além dos científicos, de saúde e técnicos). Merecida observação cuidadosa quanto ao item quatro, considerando a não promoção do negacionismo ambiental.

Loose, Camana e Belmonte (2017, p. 04) enumeram seis fatores que dificultam o agendamento e a problematização de notícias ambientais na esfera pública: 1) processos longos; 2) incerteza científica; 3) complexidade técnica; 4) noção de risco; 5) interesses econômicos; e 6) conflitos sociais. A preocupação quanto às dificuldades no fazer jornalístico ambiental e seu reflexo na qualidade da cobertura oferecida ao público não é infundada: trazendo uma perspectiva do Norte Global, Sachsman e Valenti (2020) constatam que mais da metade dos adultos nos Estados Unidos se informam sobre notícias científicas, inclusive ambientais, por meio da mídia em geral, por documentários ou por outros tipos de programas científicos em vídeo. Reportagens ambientais mais aprofundadas são encontradas nos jornais. Redes de televisão, por sua vez, raramente empregam jornalistas ambientais especializados.

Esse cenário leva a uma constatação alarmante para os repórteres ambientais diante do declínio da mídia impressa diária, do *downsizing* (achatamento) das empresas de comunicação e da reconfiguração das equipes de reportagem.

Questão oportuna possível de ser averiguada é a influência das organizações, blocos e entidades internacionais que demandam adequações econômicas às exigências verdes dos “novos tempos” sobre a cobertura ambiental brasileira. Sem o cumprimento de algumas condições impostas por tratados econômicos, por exemplo, países como o Brasil estão sujeitos a sanções ou boicotes aos seus produtos (em geral, *commodities*) no mercado capitalista mundial. Segue-se então reproduzindo acriticamente o discurso de um meio ambiente a ser explorado enquanto recurso, e tal qual, sempre disponível para o uso humano – mas, claro, agora com uma regulação aqui ou ali, afinal, “o crescimento não pode parar”. Essa é a matéria jornalística que escorrega puramente na “compensação ambiental”, no “crédito de carbono”, “nos serviços ecossistêmicos” e nos “ativos ecológicos”, reforçando a visão antropocêntrica que sempre é possível manipular e controlar a Natureza, quantificando e valorando em escalas monetárias sua importância (Gudynas, 2019, p. 20-26). É o reforço do viés modernizante sugerido por Arnt (1994, p.79, *apud* Belmonte, 2017, p. 115-116) que, ao invés de contribuir para a construção coletiva de novos enfoques sobre a relação do ser humano com o meio ambiente, apenas explicita que a unidade de medida utilizada pela “régua social” para medir o que seriam ações socioambientais corretas é o dinheiro.

Vilmar Berna (2000, p. 13-15) identifica implicações negativas desta adoção discursiva do campo econômico, pois afasta o debate ambiental das classes populares, em especial nos países do Sul Global, que passam a enxergar a defesa de um meio ambiente saudável como uma pauta técnica (excluídos seus conteúdos éticos e políticos) e elitista, uma vez que as pessoas e/ou grupos que ganham destaque publicamente nesses temas, em especial na mídia, já possuem as necessidades básicas para uma vida digna (como alimentação, moradia, educação e saúde) supridas. A responsabilidade do jornalismo recai justamente em explicitar as conexões entre os temas ambientais e o cotidiano das pessoas. Caso contrário, desestimula-se a mobilização coletiva, reforça-se ou o fatalismo, ou a crença na infalibilidade das soluções tecnológicas, ou propaga-se uma visão romântica da Natureza, como se o direito a um meio ambiente saudável fosse algo reservado às plantas e animais e não diretamente

correlacionado à qualidade de vida (também) humana: “Para a maioria, lutar para eliminar as valas de águas servidas a céu aberto, as más condições de trabalho nas fábricas, etc., não é parte da luta ambiental. Infelizmente, os programas de televisão sobre questões ambientais contribuem muito pouco para desmistificar essa imagem da ecologia” (Berna, 2000, p. 14, tradução nossa)⁴².

Sobre a construção da cobertura ambiental na mídia tradicional, Hansen (2020, p. 42-43), com base em Miller & Dinan (2015), também afirma que, apesar de comumente o Jornalismo Ambiental reivindicar para si uma diferença fundada em sua alta capacidade crítica e de *advocacy*, a reportagem acaba por seguir o mesmo padrão das reportagens em geral, que é uma orientação voltada à autoridade – seja ela governamental, científica, técnica ou política – e à incorporação dos *releases* recebidos pelas assessorias. Essa tendência contribui para um cenário onde setores econômicos e industriais conseguem influenciar e até mesmo manipular os espaços de comunicação pública por meio de grupos de fachada, *think tanks* e coalizões formados com a finalidade de promover evidências convergentes com seus interesses. Mesmo quando grupos ambientalistas utilizam táticas de *blame-casting*⁴³ para realçar a responsabilidade por danos ambientais às corporações ou governos causadores, suas tentativas são suplantadas por estratégias de desassociação perpetradas pelas assessorias e bem-sucedidas junto à imprensa.

Por isso, estamos em acordo com Girardi *et al.* (2012, p. 149) ao defender que “o jornalista ambiental tem o papel de buscar as inter-relações esquecidas nos diversos discursos”, identificando relações de poder e desvelando os silenciamentos impostos pela ideologia dominante, numa autorreflexão constante. Somente tendo em mente (e em ato) os pressupostos desta práxis é que o jornalista ambiental será apto a contribuir para a circulação de informações qualificadas e que pautem a problemática ambiental para além do catastrofismo entorpecedor, dando subsídios para que os indivíduos sociais consigam exercer sua cidadania ativamente (Del Vecchio de Lima *et al.*, 2015, p. 82). Quando essa articulação se estabelece, por meio da escuta, do diálogo, da correlação, da incorporação de saberes e do

42 No original: Para la mayoría, luchar por eliminar las zanjas de aguas servidas a cielo abierto, las malas condiciones de trabajo en las fábricas, etc., no es parte de la lucha ambiental. Infelizmente, los programas de la televisión sobre cuestiones ambientales contribuyen muy poco para desmitificar esa imagen de la ecología.

43 Estratégia que visa responsabilizar alguém por uma situação ou resultado indesejável.

confronto e acolhimento de distintas visões de mundo, é possível então suscitar a emergência de outras formas de experiências democráticas cidadãs. Somente abraçando uma prática pedagógica crítica, inter e multidimensional, o engajamento sociopolítico e o pensamento complexo é que o jornalista então poderá ser exitoso ao produzir uma notícia ou reportagem ambiental.

3.3 JORNALISMO AMBIENTAL, DEMOCRACIA E A CONSTRUÇÃO DE METACIDADANIAS ECOLÓGICAS

Os compromissos do Jornalismo para com a consolidação e promoção da democracia e da cidadania têm sido extensivamente tratados pelo campo, inclusive com investigações e proposituras de especializações próprias, sob denominações como jornalismo cívico, jornalismo público, jornalismo engajado, jornalismo participativo, jornalismo comunitário, jornalismo cidadão, entre outros (Chagas, 2009; Dornelles, 2008; Soares, 2008), tendo como elemento comum a busca por um protagonismo ativo dos cidadãos nos seus processos. Quando adentramos o Jornalismo Ambiental, a correlação com os conceitos de cidadania e democracia são inevitáveis, uma vez que as características próprias da especialidade demandam do jornalista uma atuação cívica e militante (Bueno, 2007; 2009). Para esta seção, acentuaremos a discussão sobre o modelo de democracia deliberativa de base habermasiana e do conceito de metacidánias ecológicas proposto pelo pesquisador uruguaio Eduardo Gudynas que dialogam de forma articulada com a concepção de Jornalismo Ambiental previamente exposta.

3.3.1 Contribuições ao processo democrático

“Não há cidadãos sem democracia, nem democracia sem cidadãos”. Com essa afirmação simples, porém longe de ser simplória, a jornalista e pesquisadora brasileira Criseli Montipó (2022) explicita a dependência entre democracia e cidadania a partir da retomada histórica de uma gênese que não compartilha apenas lugar histórico (Antiguidade Clássica), como também a manutenção da desigualdade:

Na Grécia, apenas homens livres participavam do poder. Na Idade Média há um apagamento da ideia de representação e direitos, justamente quando há legitimação religiosa e monárquica. No Renascimento, a ideia de democracia retoma fôlego. Já na Modernidade capitalista, a democracia foi pensada para que os burgueses resolvessem seus conflitos de interesse no sistema, sem a participação dos trabalhadores (MONTIPÓ, 2022, p. 05).

Ao adotarmos como referencial a obra de Jürgen Habermas, o sistema, neste caso o mercado, foi a espinha dorsal da reivindicação burguesa por “liberdade” e “igualdade”. Conforme já assinalamos, o nascimento dos direitos civis foi imbuído deste ideário liberal, cujo sujeito típico tributário de direitos era específico. Logo, a democracia ideal, pura, aquela que prevê a participação direta do povo sem intermediários não viu seu desenvolvimento nem na Modernidade, nem na contemporaneidade ocidental, sendo mérito dos movimentos sociais a conquista de maiores espaços de participação popular. Montipó (2022) argumenta que só é possível haver soberania popular e respeito aos direitos humanos com autonomia, e esta somente floresce quando há um fluxo preponderante de informações na sociedade: “Sem esse conjunto articulado, a democracia é mera formalidade mascarada de cidadania” (Montipó, 2002, p. 06). De igual maneira, Habermas (1995, p. 40) ao tratar sobre modelos normativos de democracia (liberal, republicana e deliberativa), alertou para a exigência de uma base de sociedade civil autônoma como pressuposto para a existência de uma autodeterminação cidadã, não dependente nem do Estado e nem do mercado (sistema), de modo a proteger a comunicação política⁴⁴ da absorção por um ou por outro. Somente assim é possível haver um processo inclusivo de formação da opinião pública e da vontade política, levando ao exercício de um *poder comunicativo* que, então, se traduz por meio de eleições e resoluções parlamentares.

44 “A política é entendida como uma forma de reflexão de um complexo de vida ético (no sentido de Hegel). Ela constitui o meio em que os membros de comunidades solidárias, de caráter mais ou menos natural, se dão conta de sua dependência recíproca, e, com vontade e consciência, levam adiante essas relações de reconhecimento recíproco em que se encontram, transformando-as em uma associação de portadores de direitos livres e iguais” (Habermas, 1995, p. 39-40).

A comunicação ocupa um lugar especial nos trabalhos do teórico frankfurtiano sobre a democracia. De um paradigma do conhecimento fundamentado na filosofia da consciência, Habermas parte para outro baseado na linguagem (teoria do discurso), tendo em vista a crítica a um conhecimento moderno racional de cunho instrumental e reducionista (Medeiros; Marques, 2003, p. 05). Desloca-se o eixo da análise do sujeito em si para a produção discursiva entre sujeitos e sua (re)produção na realidade, ou melhor, nos chamados *mundo da vida*⁴⁵ e no *sistema* (Estado e economia). Em contraposição a uma *razão instrumental* e um *agir instrumental*, estratégicos e voltados para fins, que visam à coordenação e utilizam a barganha como meio, o filósofo propõe uma *razão e um agir comunicativo* sustentados pela linguagem argumentativa orientada para a cooperação e para a geração de consensos. Modifica-se, a partir deste ponto de vista, uma conjuntura de ênfase a uma cidadania de caráter privatista e despolitizada:

O eixo do modelo liberal não é a autodeterminação democrática dos cidadãos deliberantes mas sim a normatização (em termos de Estado de Direito) de uma sociedade centrada na economia que, mediante a satisfação das expectativas de felicidade de pessoas privadas empreendedoras, deve garantir um bem comum entendido, no fundo, de modo apolítico (HABERMAS, 1995, p. 47).

A ação comunicativa como chave no modelo de democracia deliberativa se vincula diretamente à atividade discursiva característica da esfera pública, instância social intermediária entre os diversos sistemas que compõem a sociedade e onde diferentes argumentos racionalmente conduzidos concorrem entre si (Habermas, 1995). Locatelli (2011, p. 46) afirma que é por meio desse “mercado de ideias” circulantes na esfera pública que se configura a opinião pública. Na medida em que opiniões individuais sobre temas específicos são submetidas aos ritos do debate e da controvérsia na esfera pública, o melhor argumento se torna preponderante de acordo com sua capacidade de agregar apoios e posições argumentativas similares a respeito da temática em pauta. Essa arena simbólica pode servir à

45 Locatelli (2011, p. 41) sintetiza o conceito habermasiano de *mundo da vida* da seguinte maneira: “substrato das relações cotidianas do qual emerge a sociedade civil, onde indivíduos e grupos assumem formas de representação coletiva.”

sociedade civil como contrapeso às pressões do uso racional instrumental da comunicação. Neste sentido, o autor, com base em Habermas, indica duas funções essenciais da esfera pública: 1) identificação e detecção de problemas que afetam a sociedade; e 2) tematização e debate dos problemas identificados e proposição de soluções para os mesmos. Porém, o pesquisador faz uma ressalva ao assinalar que a esfera pública não possui condições de pôr em prática, por si mesma, as soluções encontradas, cabendo sua transmissão via canais comunicativos para instâncias formais de poder (legislativo ou judiciário), restando à esfera pública o protagonismo relativo à vigilância sobre tais sistemas formais (Locatelli, 2011, p. 47). Logo “na esfera política, as decisões que tiverem maior grau de compatibilidade com os encaminhamentos processados pelos discursos na esfera pública gozarão de maior grau de legitimidade” (Maia, 2008a, p. 118).

Esta vigilância sobre a agenda pública remete à clássica tarefa de “*watchdog* da sociedade civil” associada à imprensa. Apesar de uma visão pessimista sobre os *media* cultivada por teóricos críticos clássicos, hoje o debate sobre a influência meios de comunicação sobre a democracia tende a ser mais cauteloso, afastando-se da polarização bem/mal, uma vez que a própria complexidade das sociedades contemporâneas acaba por exigir a mediação da deliberação pública (Maia, 2008a, p. 93). Rousiley Maia (2008b, p. 18) admite que os *media* não são neutros, pois são instituições políticas, econômicas e cultural-profissionais que estabelecem relações de tensionamento com demais atores sociais (Maia, 2008a, p. 95). Sendo “um sistema inserido no todo social e no contexto sócio-histórico”, os *media* são agentes capazes de “pré-estruturar a esfera pública”, informando e reconstituindo espaços de discussão não midiáticos (fóruns, audiências, conversas informais, dentre outros) e, portanto, participam do “fazer político através do qual sentidos e instituições são sustentados ou transformados” (Maia, 2008b, p. 16), contribuindo para o incremento da democracia (Gomes, 2008).

O linguista Norman Fairclough, com base em Roger Silverstone (1999), segue para além de Maia ao afirmar que os *media* não só são agentes pré-estruturantes ou espaços reconstituídos de discussão pública, como são parte do aparato de governança uma vez que a ação e a interação à distância nas sociedades modernas são, inevitavelmente, mediadas por alguma tecnologia (imprensa, rádio, televisão, internet):

O que geralmente é chamado de 'mídia de massa' é, pode-se argumentar, uma parte do aparato de governança – um gênero de mídia como o noticiário de televisão recontextualiza e transforma outras práticas sociais, como política e governo, e é por sua vez recontextualizada nos textos e interações de diferentes práticas, incluindo, fundamentalmente, a vida cotidiana, onde contribui para a formação de como vivemos e os significados que damos às nossas vidas (Silverstone 1999) (FAIRCLOUGH, 2003, p. 34, tradução nossa)⁴⁶.

Normativamente, entre as funções do jornalismo junto ao sistema político, Maia (2008a, p. 98) enumera: 1) disponibilizar informações aos cidadãos para que possam realizar escolhas conscientes; 2) fiscalizar a atuação dos representantes eleitos, evitando abusos e garantindo a proteção de direitos; 3) propiciar um ambiente de “fórum de debates” entre membros do governo, partidos e sociedade civil; e 4) ser um agente de mobilização. Na avaliação da pesquisadora, aos profissionais da comunicação recaem responsabilidades como “criar visibilidade e agenciar os discursos desses grupos” e “produzir interpretações dos fatos, construir narrativas, formular juízos e recomendações” (Maia, 2008a, p. 101). Essas atribuições reverberam nos critérios do processo democrático sistematizados por Robert Dahl (2001, p. 49-50): participação efetiva; igualdade de voto; entendimento esclarecido; controle do programa de planejamento; e inclusão dos adultos. Maia (2008a, p. 115-116) detecta ainda o impacto da capacidade dos *media* na amplificação da visibilidade dos debates gerados fora do ambiente midiático sobre a conduta dos interlocutores, que passam a incorporar os efeitos da publicidade sobre suas condutas, sendo compelidos a justificar publicamente seus atos e políticas.

No caso das democracias representativas, Dahl constata a existência de uma faceta negativa que é a delegação desproporcional da autoridade decisória não apenas para os representantes eleitos, mas também para os integrantes das instituições burocráticas – administradores, magistrados e organizações internacionais. Aos cidadãos, caberia buscar

46 No original: What are usually referred to as ‘the mass media’ are, one might argue, a part of the apparatus of governance – a media genre such as television news recontextualizes and transforms other social practices, such as politics and government, and is in turn recontextualized in the texts and interactions of different practices, including, crucially, everyday life, where it contributes to the shaping of how we live, and the meanings we give to our lives (Silverstone 1999).

exercer uma influência dentro de um processo já existente de negociação entre a elite política e a elite burocrática:

Apesar dos limites para o controle popular, as elites políticas nos países democráticos não são déspotas sem controle. Longe disso. As eleições periódicas obrigam-nos a manter um olho na opinião do povo. Além do mais, quando chegam as decisões, as elites políticas e burocráticas são influenciadas e referendadas umas pelas outras. A negociação das elites tem seus próprios pesos e contrapesos (DAHL, 2001, p. 129).

Diante desta dedução, consideramos que o atual modelo de democracia representativa é deficitário em suprir os anseios dos cidadãos, que veem seu papel reduzido à disputa de espaços residuais de poder, ou melhor, de fatias de poder concedidas pelas elites políticas e econômicas. Como também assinala Locatelli (2011, p. 48) ao posicionar a deliberação pública como o coração da vida democrática, Habermas alicerça a legitimidade e a validade das decisões na geração pública de consensos a partir da apresentação racional, e também pública, dos argumentos que as fundamentam. Isso amplia o leque de atores participantes para além das instituições, pois assim a política democrática deliberativa se abastece dos *inputs* resultantes das discussões travadas na esfera pública. “Diferentes fluxos de comunicação alimentariam esse processo de embate discursivo: nos espaços informais da conversação cotidiana (com ênfase na conversação cívica), no debate público midiaticizado e nas esferas institucionais formalmente estruturadas” (Locatelli, 2011, p. 49).

Ao comparar a concepção de cidadão sob as perspectivas da democracia liberal e republicana, Habermas (1995) distingue que a primeira enfatiza as liberdades negativas (não coação) e a segunda, as positivas (participação). Num contexto deliberativo, para que hajam condições – a) para participação cidadã se concretizar; e b) para que a participação incite o sistema político à ação – é preciso que, com base no princípio do discurso, os cidadãos estejam aptos a testar quais direitos deveriam conceder-se mutuamente dentro de uma experiência horizontal de sociabilidade democrática. “Assim, o estabelecimento do código legal, que se dá amparado no direito universal a liberdades individuais iguais, tem que ser completado mediante direitos comunicativos e participativos que garantam oportunidades

iguais para o uso público de liberdades comunicativas” (Habermas, 1995, p. 52). Infere-se, portanto, que a possibilidade de uma cidadania deliberativa se associa ao debate da democratização dos meios de comunicação (Medina, 2006, p. 91-100).

No caso da deliberação mediada, o acesso equânime dos distintos grupos sociais aos meios de comunicação é um ponto central de crítica: a todos (as) os (as) interessados (as) no debate público é assegurado o mesmo tratamento e oportunidade? Maia (2008a, p. 105-106) elenca alguns indicadores para problematizarmos essa questão: *acessibilidade* (quem são as fontes?); *identificação e caracterização dos interlocutores* (como são identificados os participantes do debate? Quais são os seus papéis?); *utilização de argumentos* (quais são as razões apresentadas para sustentar as posições e como as últimas são organizadas?); *reciprocidade e responsividade* (qual a interação discursiva entre os autores e discursos?); e *reflexividade e revisibilidade de opiniões* (qual é o processo de aprendizagem dos participantes envolvidos?). Somamos, ademais, uma provocação a essa reflexão quando adentramos no âmbito dos direitos da Natureza: como esses indicadores midiáticos se desdobrariam para possibilitar o exercício de poder comunicativo envolvendo grupos de seres não humanos? Quando falamos em debate argumentativo racionalmente conduzido, em uma perspectiva complexa, precisamos considerar, no rol de possibilidades, expressões do ser, da consciência e da racionalidade que não se limitam à experiência humana (Pinto, 2021, p. 66-73; Krenak, 2019).

3.3.2 Cidadania enquanto direito individual e coletivo

A concepção sobre cidadania, longe de ser estática e imutável, é atravessada por disputas simbólicas e de sentidos variáveis de acordo com as épocas e as sociedades (Botelho; Schwarcz, 2012). Assim como a democracia, a cidadania tem raízes na Antiguidade Clássica, onde ao então “cidadão” eram garantidos direitos como participar das deliberações coletivas, constituir família, contrair obrigações e votar em decisões relativas à paz, à guerra e à gestão da justiça (magistratura). O *status* de cidadão não era amplamente concedido sendo que, na sociedade grega, se restringia aos homens, excluídos os que retiravam do trabalho seu sustento, as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Em Roma, a função da cidadania era

resguardar um rol de direitos jurídicos aos *indigenatos* (nativos) em relação aos estrangeiros – o que com a própria expansão do império levou à extensão da cidadania a todos os habitantes dos territórios sob o poder romano (Botelho; Schwarcz, 2012, p. 05-07).

A primeira elaboração do conceito de cidadania se ligou a uma ideia de pertencimento ao solo, a um lugar, a um Estado, sendo que até hoje podemos ver resquícios dessa concepção nos conceitos jurídicos de nacionalidade e cidadania *jus soli* (direito de solo) e *jus sanguinis* (direito de sangue). Com a formação dos Estados modernos, se manteve a proposição de um sentimento de pertencimento civil na cidadania, mas o estabelecimento de fronteiras por si só não tornou automaticamente homogênea a população que habitava determinado território. A diversidade cultural seguiu como peça importante nas lutas por novos direitos da cidadania, impulsionando tensionamentos com o objetivo de alcançar o reconhecimento formal, por parte desse mesmo Estado, de grupos outrora subalternizados, numa busca por ampliação das relações de reconhecimento mútuo (Botelho; Schwarcz Z, 2012, p. 12; Honneth, 2003, p. 156).

Afastando-nos da correspondência com o solo, o reconhecimento de direitos civis individuais (como integridade humana, liberdade de expressão, proteção à intimidade, etc.) – a noção de “direitos dos homens” – surgente com a ascensão da burguesia, ganhou notoriedade com a concepção contratualista, especialmente sob as formulações de Locke e Rousseau (Séculos XVII e XVIII). Por meio desse “contrato entre cidadãos e o Estado” restou reconhecido que a liberdade dos indivíduos era condição primária anterior à existência da configuração do estado jurídico e social, portanto, natural. Logo, os interesses do indivíduo se descolaram de uma identidade que era até então predominantemente coletiva (Botelho; Schwarcz, 2012, p. 06-07). A Modernidade capitalista inverteu a ordem e acentuou a individualidade sobre a comunidade.

O papel e a função performados pelos sujeitos no âmbito social se desvinculam da concessão de direitos individuais sendo estes então, em tese, extensíveis a todo homem livre. “O sistema jurídico precisa ser entendido de agora em diante como expressão dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, de sorte que ele não admita mais, segundo sua pretensão, exceções e privilégios”, de acordo com Honneth (2003, p. 181). Entretanto, ressaltamos o que disserta o sociólogo e filósofo alemão, com base no jurista

alemão Rudolf von Ihering, sobre a distinção de “reconhecimento jurídico” e “respeito social”, uma vez que o primeiro não comporta gradação sendo um fim em si, enquanto que o segundo se articula na base do “valor” e é mensurado intersubjetivamente. Portanto, podemos reconhecer um ser humano enquanto pessoa sem necessariamente estimá-lo, mas ao negar o reconhecimento jurídico (e a base moral que acompanha esse reconhecimento) para validação da existência do outro enquanto semelhante podemos resvalar em processos de desumanização (uma nota: o processo de validação e de reconhecimento jurídico e subjetivo, hoje, se amplia com o debate dos direitos da Natureza, como já indicado).

A mutabilidade da concepção de cidadania dentro desta mesma Modernidade fez com que surgissem movimentos de grupos que reivindicavam novos direitos. “Assim, se antes cidadania era ligada a pertença, passou para a égide e para o exercício dos indivíduos, para retornar, modificada, como uma agenda de grupos, que declaram e defendem sua diferença” (Botelho; Schwarcz, 2012, p. 09). Essa dinâmica é própria dos processos da práxis da vida social, uma vez que “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco” (Honneth, 2003, p. 156) que vem a transformar normas sociais.

A partir desse deslocamento do eixo da cidadania do coletivo para o individual e deste, novamente, para o coletivo, podemos ressaltar outro fluxo. Apesar da ilusão de um progresso linear associada à cidadania, na qual primeiro viriam os direitos civis e políticos, sendo os segundos os direitos econômicos, sociais e culturais, até desembocarmos na chamada terceira geração, dos direitos difusos e coletivos (transindividuais), fato é que a evolução histórica e social não se dá em linhas retas. São avanços, recuos e retomadas, como pontuam Botelho e Schwarcz (2012), uma vez que, por exemplo, podemos ter a sedimentação de direitos trabalhistas antes de direitos políticos em determinadas sociedades. Mas um elemento comum é a presença do Estado enquanto “provedor dos direitos do cidadão” ou enquanto “instrumento manejado por esses” (Botelho; Schwarcz, 2012, p. 10).

3.3.3 Cidadania como uma construção coletiva

A partir da década de 1970, se exalta a ligação entre cidadania e as lutas por direitos do exercício das diferenças. Surgem movimentos que reivindicam uma prática da igualdade diversa e plural – mulheres, negros, LGBTQIAPN+ e também de grupos heterogêneos que experimentam novas formas de sociabilidade vinculadas ao meio ambiente. Neste contexto, os sentimentos intersubjetivos de pertencimento e de identificação ligados à cidadania são “criados coletivamente em inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas” (Botelho; Schwarcz, 2012, p. 07-08). Assim sendo, com base em Reis (1998), podemos considerar a cidadania como uma identidade social construída coletivamente, pois imbuí-se de sentido por meio de experiências sociais e individuais e cumpre um papel de resposta política a demandas e na conformação da alteridade (Botelho; Schwarcz, 2012, p. 17-18). Boaventura de Sousa Santos sintetiza esta ideia da seguinte maneira: “[...] temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2004, p. 352). No exame de questões similares, Enrique Leff (2009, p. 19) afirma que é neste encontro de identidades que se produz o diálogo de saberes. Para além da compreensão do *ser* como condição existencial genérica, Leff postula a compreensão do *ser* no *saber* que, ao se inserir no sentido das identidades coletivas, incorpora princípios éticos que se traduzem na formulação de diretrizes pedagógicas. “As identidades híbridas que assim se constituem não são a expressão de uma essência, tampouco na entropia do intercâmbio subjetivo e comunicativo. Elas emergem da afirmação de seus sentidos diferenciados frente a um mundo homogeneizado e globalizado” (Leff, 2009, p. 19).

Botelho e Schwarcz (2012, p. 18) consideram os direitos emergentes das lutas ambientalistas umas das grandes inovações no rol da cidadania, uma vez que abrangem a humanidade e as gerações futuras globalmente, não se limitando a grupos e tampouco ao indivíduo. A partir da década de 1980, as reformas constitucionais, em especial em países da América Latina pós governos ditatoriais, aceleraram o processo de incorporação de elementos relativos ao incremento da qualidade de vida humana nos dispositivos normativos como, por exemplo, o direito a um meio ambiente saudável. Gradativamente, a cidadania excede o estrato legalista e admite referenciais sociais, políticos e ambientais outros como é o caso quando são empregados termos como *cidadania planetária*, *cidadania ambiental*,

ecocidadãos, civismo verde, cidadania ecológica, entre outros (Bacchetta, 2000; Gudynas, 2009; 2019; Grubba *et al.*, 2012; Higgins, 2012). Todavia, o momento socio-histórico latinoamericano no qual surgiram a maioria dessas proposições acabou por restringir sua a própria concretização, pois houve (e ainda há) uma debilidade dos próprios governos em garantir os chamados “direitos humanos de terceira geração”, dentre os quais se incluíram os direitos ambientais e ecológicos⁴⁷.

Gudynas (2009; 2019) atribui essa incapacidade dos governos ao fato das reformas de mercado terem tomado lugar no Sul do continente americano desde meados da década de 1970, o que contribuiu para a perpetuar a visão liberal do cidadão enquanto *consumidor* (Krenak, 2019, p. 12-13). Contudo, o autor faz um adendo:

É importante advertir que a postura neoliberal não rechaça os aspectos ambientais em sua totalidade, já que aceita que algumas pessoas possam reagir individualmente em defesa de uma vantagem econômica (por exemplo, é rentável a conservação de um recurso natural), ou em defesa de uma propriedade (é o caso quando se defende um ecossistema, não pela proteção de suas espécies, senão enquanto propriedade de alguma pessoa). Em todos esses casos, as pessoas atuam em procura de um benefício ou vantagem, e portanto o conceito de “consumidor” os qualifica de melhor maneira (GUDYNAS, 2009, p. 59, tradução nossa)⁴⁸.

Prosseguindo com a análise do cidadão consumidor, o pesquisador uruguaio enfatiza que este foco não é um mero acaso: ele prioriza o fomento a uma conduta do “consumidor responsável” ou do “consumo verde”, dando uma falsa sensação ao indivíduo de estar agindo em prol da sustentabilidade ambiental mas que, na prática, não garante um entrelaçamento real com o bem comum da coletividade humana e não humana. Como o ato do consumo vincula-se à escolha do produto ou serviço final, delega-se às empresas a responsabilidade de

47 Aqui retomamos uma distinção apresentada no primeiro capítulo com base nos conceitos de justiça ambiental e justiça ecológica conforme Acosta (2011, p. 343-355).

48 No original: Es importante advertir que la postura neoliberal no rechaza los aspectos ambientales en su totalidad, ya que acepta que algunas personas puedan reaccionar individualmente en defensa de una ventaja económica (por ejemplo, es rentable la conservación de un recurso natural), o en defensa de una propiedad (es el caso cuando se defiende un ecosistema, no por la protección de sus especies, sino en tanto propiedad de alguna persona). En todos estos casos, las personas actuarían en procura de un beneficio o ventaja, y por lo tanto el concepto de “consumidor” los califica de mejor manera.

divulgar as informações pertinentes aos processos, auxiliando na camuflagem da correlação entre o extrativismo predatório e o mercado global. Associado a esse ocultamento soma-se o *greenwashing* (lavagem verde/maquiagem verde), que compreende um conjunto de estratégias de *marketing* e de relações públicas, em que empresas se apropriam do repertório ambiental para simular uma imagem de “sustentabilidade” junto ao público, mesmo possuindo baixa performance ambiental em sua cadeia produtiva (Delmas; Burbano, 2011).

Retomando a discussão das nomenclaturas (cidadania ambiental, verde, etc.), apesar da tentativa de enfatizar a indissociabilidade do ser humano com seu meio, as novas denominações são aplicadas de forma heterogênea. Gudynas (2009) demonstra que o termo *cidadania ambiental* é utilizado mais próximo à concepção liberal de cidadania e, na América Latina, se faz presente tanto em alusão a ações na esfera governamental, quanto em planos de educação ambiental, demandas de participação na gestão ambiental, acesso à informação (em especial, relativa a projetos potencialmente danosos como mineração, geração de energia, etc.), e em propostas de fortalecimento jurídico em direitos relacionados ao meio ambiente. Porém, todas essas abordagens compartilham a mesma matriz antropocêntrica. “Por outro lado, uma postura biocêntrica que concebe a Natureza como um sujeito também obriga a repensar o papel das pessoas como sujeitos cidadãos” (Gudynas, 2019, p. 209).

Não por acaso a condição da participação cidadã deliberativa para o efetivo exercício de direitos ambientais se vê suplantada pelos interesses econômicos. Comunidades locais não recebem informações suficientes, acessíveis e efetivamente úteis para garantir o monitoramento ou o diagnóstico de impactos ambientais relativos à atividade industrial ou de obras de infraestrutura governamental, ignora-se o consentimento prévio esclarecido e, em sua forma mais brutal de silenciamento, lideranças comunitárias e defensores dos direitos humanos ambientais são assassinados (Gudynas, 2009). Collato e Concha (2022), com base em Locatelli (2011), ilustram essas ocorrências tomando como referencial a concessão das licenças ambientais no Brasil e a existência de patologias da comunicação associadas neste percurso. Como então sustentar uma ideia de cidadania delimitada ao espectro do Estado-nação quando o próprio Estado e a imprensa, enquanto agente chave para o fomento do debate público, não se fazem presentes de forma equânime por todo território?

O contexto latinoamericano torna este descompasso ainda mais visível, pois os limites geográficos politicamente instituídos não são os mesmos historicamente consolidados pelos povos originários e tradicionais, que cultivam cosmovisões ambientais diversas (Krenak, 2019):

A mera condição de habitante de um país não converte tais pessoas em cidadãos, nem as torna membros de uma comunidade política. Diferentes povos indígenas e organizações camponesas não se sentem parte de uma *polis* e, em muitos casos, consideram que esta comunidade política de fato instrumentaliza sua exclusão e marginalização. Em outras palavras, interpretam que a política convencional, mais do que uma oportunidade, é um instrumento que os deixa fora de uma comunidade dos pares e lhes anula vários direitos. Mais uma vez, esse problema está por trás de muitos conflitos socioambientais (GUDYNAS, 2009, p. 61, tradução nossa)⁴⁹.

Gudynas (2009) é assertivo ao registrar a contrariedade de algumas populações à própria adoção da categoria de cidadão devido a sua correlação com a cidade (*civitas*), pois a transformação indiscriminada dos espaços rurais em urbanos mantém vivo um discurso desenvolvimentista que atribui o progresso à cidade e o atraso ao campo ou às florestas. Como bem resume Ailton Krenak (2019, p. 21) “é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza”.

Provocamos, dessa maneira, se não caberia operarmos uma transmutação ao retomarmos uma ligação antiga associada à cidadania, porém com uma atualização de sentido: um espírito de cidadania originário do solo, porém não mais o solo que referencia um espaço delimitado por fronteiras, por um Estado, ou por uma nacionalidade associada. Mas, vinculado à terra sob a forma de uma reconexão ecumenal com uma “matriz”, como propõe Malcom Ferdinand (2022), convergindo direitos humanos e da Natureza. Assim seria possível frear a reprodução de uma “humanidade-astronauta da ecologia da arca de Noé, segundo a qual a Terra a preservar é pensada a partir de um lugar inabitável” (Ferdinand, 2022, p. 127).

49 No original: La simple condición de habitante de un país no convierte a tales personas en ciudadanos, ni los hace miembros de una comunidad política. Distintos pueblos indígenas y organizaciones campesinas, no se sienten parte de una polis, y en muchos casos consideran que esa comunidad política en los hechos instrumentaliza su exclusión y marginación. En otras palabras, interpretan que la política convencional antes que una oportunidad es un instrumento que los deja por fuera de una comunidad de pares y les anula diversos derechos. Una vez más esta problemática está detrás de muchos conflictos socioambientales.

Essa reorientação subjetiva nos possibilita aterrar também nossas comunidades citadinas, que voltam a ser incorporadas a um meio ambiente do qual nunca se descolaram: é preciso reflorestar o urbano.

Apoiados nesse entendimento, julgamos apropriado tomarmos como horizonte possível a ser explorado pelo Jornalismo Ambiental o conceito de *metacidadania ecológica* de Gudynas (2009), a fim de contribuir para a realização das suas funções pedagógica, política e informativa (Bueno, 2007) e para a promoção e incremento do debate democrático na esfera pública. As metacidadania ecológica pressupõem uma profunda conexão entre a expressão da vida ecossistêmica dos territórios e a formação de identidades sociais dos seus habitantes humanos. Ou seja, não é uma simples “superação”, em plano ecológico, da cidadania, pois se torna impossível separar meio ambiente e comunidade sociopolítica: uma só existe por causa da outra, numa relação simbiótica.

Um exemplo notável de metacidania fornecido pelo pesquisador é a *florestania* (floresta+cidadania), elaborada nos seringais amazônicos, em especial no Acre (Brasil), durante as lutas conduzidas por Chico Mendes, na década de 1980. O trabalho, as formas de socialização, de produção de conhecimento e de saberes perpetrados no interior das comunidades seringueiras só são possíveis e viáveis dentro da condição de existência da floresta, sendo impossível reproduzir ou conceber uma mesma identidade social, política e moral sem a existência do ecossistema amazônico. Da mesma forma, não há seringueiros (as) sem floresta (ou o *mané da ilha*, sem *ilha*, como podemos provocar, em Santa Catarina, quando nos referimos ao florianopolitano). A defesa do meio ambiente pela atuação política engajada é a defesa de um viver que aprendeu a se beneficiar da floresta sem exaurir as vidas nela abrigadas.

Portanto, a florestania não atravessa somente as lutas por emancipação encampadas pelos direitos humanos, como também alcança os direitos da Natureza frente aos avanços técnico-informacionais sobre o bioma. O mesmo ocorre com outras metacidantias indígenas e tradicionais:

Assim como a florestania se apresenta para a selva amazônica, outras metacidantias poderiam ser geradas para os outros grandes tipos de ecossistemas e

suas comunidades humanas, tais como aquelas que se encontram em pastagens e savanas, desertos ou montanhas, e assim sucessivamente. Isso permitiria incorporar uma perspectiva biorregional, reconhecendo que cada tipo de ambiente gerou tradições culturais particulares, desencadeou experiências afetivas e estéticas diferenciadas e possui requisitos específicos de gestão ambiental (GUDYNAS, 2009, p. 65, tradução nossa)⁵⁰.

As metacidadanias ecológicas se opõem à racionalidade moderna antropocêntrica, pois rompem a dualidade natureza/cultura ao incorporar fundamentos ecosófico. Estabelece-se, assim, no lugar, uma racionalidade ambiental que “reabre a história para o poder de ser do ser” (Leff, 2009, p. 22) ao reconstruí-lo a partir da sinergia da diversidade e do biocentrismo. Dessa forma, compreendem-se as reivindicações populares por diferentes graus e formas de proteção ou de reparação ambiental e ecológica que extrapolam a mera salvaguarda jurídica por meio de direitos generalistas, e que pretendem regular da mesma maneira as relações dos habitantes da Amazônia e daqueles da Mata Atlântica, do Cerrado, do Pampa, da Caatinga, etc., com seus respectivos territórios. Esse arcabouço normativo ainda é insuficiente para responder às demandas metacidadãs, uma vez que é concebido por meio de cosmovisões outras que não aceitam grande parte das ontologias relacionais presentes na América Latina e demais territórios do Sul global (Gudynas, 2009, p. 67).

3.3.4 Do signo da divulgação ao signo da relação

Se quanto aos dispositivos legais e normativos identificam-se carências frente a pluralidade multidimensional, discursivamente o Jornalismo Ambiental pode protagonizar o fomento à construção de outros sentidos e narrativas na esfera pública, influenciando, inclusive, na construção de gramáticas sociais condizentes com as demandas de uma democracia genuinamente diversa. A cidadania ambiental, que compartilha da noção clássica liberal, e as metacidadanias podem coexistir, desde que a primeira não seja condição para o apagamento da segunda (Gudynas, 2009, p. 68). Foi o caso da mobilização popular que

50 No original: Así como se presenta la florestanía para la selva amazónica, se podrían generar otras metacidadanías para los demás grandes tipos de ecosistemas, y sus comunidades humanas, tales como las que se encuentran en praderas y sabanas, desiertos o montañas, y así sucesivamente. Esto permitiría incorporar una perspectiva bioregional, reconociendo que cada tipo de ambiente ha generado tradiciones culturales particulares, desencadena vivencias afectivas y estéticas diferenciadas, y tienen exigencias de gestión ambiental específicas.

tornou possível a incorporação de artigos relacionados ao *bem viver* às Constituições nacionais, como no caso do Equador, em um modelo que contempla abordagens híbridas.

Partindo do fato de que jornalistas são também cidadãos, Montipó em sua tese *Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres* (2020) revelou que o ato de questionar os profissionais da imprensa sobre suas compreensões pessoais acerca destes temas proporcionou uma autorreflexão consciente sobre a própria identidade cidadã e profissional no âmbito democrático atual, e também como a ausência dessas provocações, nas instâncias sociais em geral, impacta negativamente o exercício da cidadania ativa (Montipó, 2020, p. 299). A adoção de práticas discursivas contra-hegemônicas pelo Jornalismo Ambiental abre possibilidades de interpretação crítica do mundo por meio de outras racionalidades e saberes, coibindo a colonização das subjetividades pela lógica econômica capitalista, em consonância com uma função política. É como assevera Cremilda Medina (2006, p. 53) quando diz: “a oficina da complexidade não dá trégua”. E não dá mesmo. É preciso exercitar, enquanto jornalistas, uma constante pedagogia ambiental (Leff, 2009) de si para, só então, conseguir promovê-la junto/em conjunto aos/com os públicos.

Diante da tendência do Jornalismo Ambiental em chamar à ação, muitas vezes, por meio da ênfase aos impactos da devastação humana sobre os ecossistemas, transitamos em uma linha tênue quanto ao uso desta estratégia, que pode desencadear tanto uma mobilização transformadora, quanto alimentar o pânico paralisante. Como nos aconselha Paulo Freire, o futuro é sim, problemático, mas não devemos reforçá-lo enquanto inexorável (Freire, 1996, p. 19). A morte da capacidade humana de sonhar e do sujeito em se reconhecer como potência (cri)ativa só interessa a quem se beneficia com a perpetuação de um sistema econômico que consome vidas humanas e não humanas. Não nos convém o luxo de decretar a morte das utopias.

Por isso Cremilda Medina é sagaz quando propõe um ponto de virada no Jornalismo do *signo da divulgação* para o *signo da relação*. Não se trata mais de “transferir” conhecimento ou “ilustrar” o público, mas de colocar jornalistas, cientistas, habitantes dos campos, florestas e das cidades, homens, mulheres, crianças e a infinidade de seres que compartilham o planeta conosco para experimentar *atos epistemológicos* em comunhão (Medina, 2006, p. 14). A pedagogia freireana postula que para aprender e ensinar é preciso

vestir-se de uma postura dialógica (Freire, 1996, p. 84-90). Para ensinar é preciso aprender e só se aprende quando se consegue recriar o que foi ensinado (Freire, 1996, p. 23-24). E para recriar, é preciso ter subsídios outros para além daqueles que foram elaborados anteriormente. O jornalista ambiental que toma o discurso como sua matéria de labor nas mais diversas expressões, precisa, portanto, compreender que texto não são apenas caracteres, enquadramentos e referências: mas pessoas, lugares, relações. Enrique Leff condensa esta teia conceitual da seguinte forma:

A **pedagogia da complexidade ambiental** reconhece que apreender o mundo parte do ser de cada sujeito, de seu ser humano; essa aprendizagem consiste em um **processo dialógico** que transborda toda **racionalidade comunicativa** construída sobre a base de um possível consenso de sentidos e verdades. Além de uma **pedagogia do ambiente**, que volta seu olhar ao entorno, à história e à cultura do sujeito, a fim de reapropriar seu mundo desde suas realidades empíricas, a **pedagogia ambiental** reconhece o conhecimento; observa o mundo como potência e possibilidade; entende a realidade como construção social, mobilizada por valores, interesses e utopias (LEFF, 2009, p. 20).

Claro que não podemos ignorar que esta tarefa se torna cada vez mais difícil diante de um quadro de reconfiguração radical do modelo de sustentação econômica do Jornalismo provocado após o advento da internet (redução das redações e corte de sucursais; demissão dos jornalistas mais experientes; precarização das condições de trabalho; sobreposição da tecnologia ao encontro face a face como forma de cortar custos). Adicionado a esse contexto macro, o descompasso entre os componentes curriculares acadêmicos que, muitas vezes, se demonstram insuficientes em: a) intensidade e/ou profundidade nos temas relativos à cidadania e direitos humanos (Montipó, 2020, p. 299-301); e b) aliar a urgência de um ensino crítico com a sua aplicação no cotidiano prático do profissional, completam a lista dos desafios a serem superados. Uma revisão e atualização da práxis jornalística ambiental se faz necessária não só para nós humanos, se quisermos evitar a concretização dos prognósticos mais pessimistas das mudanças climáticas em curso, como também pelos demais seres que possuem direito de desfrutar e de se desenvolver neste planeta.

Porém, sigamos a recomendação de Freire e exercitemos a crítica deixando o fatalismo de lado: já existem esforços em curso para modificar essa realidade no âmbito universitário, como demonstra Gern (2017) em sua pesquisa sobre o Jornalismo Ambiental no ensino superior do sul do Brasil, e nas experiências profissionais, como é o caso de *Sumaúma*⁵¹, plataforma jornalística sediada na Amazônia (Altamira-PA) e lançada, em setembro de 2022, por Eliane Brum, Jonathan Watts, Carla Jimenez, Verônica Goyzueta e Talita Bedinelli. *Sumaúma* é um marco biocêntrico no jornalismo ambiental brasileiro. Além de reunir representantes indígenas em seu corpo editorial e na produção jornalística, seu manifesto⁵² de fundação expressa claramente um transbordar para *saber ser com a outredade* (Leff, 2009, p. 23), colocando de lado, inclusive, o próprio rótulo de Jornalismo Ambiental. O que brotará das novas sementes lançadas, para o Jornalismo e para a sociedade como um todo, somente o tempo dirá.

51 Acessível em <https://sumauma.com/>. Acesso em 08 de Jan 2022.

52 Disponível em <https://sumauma.com/quem-somos/>. Acesso em 08 de Jan 2022.

CAPÍTULO III – DISCURSO DO JORNALISMO AMBIENTAL CATARINENSE

4.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO

4.1.1 Os jornais

Jornal de Santa Catarina (JSC), *A Notícia* (AN) e *Diário Catarinense* (DC) são nomes consagrados na imprensa hegemônica de Santa Catarina. Porém o surgimento destes periódicos é relativamente recente, uma vez que o processo de implantação da imprensa no estado foi lento, demorando cerca de três décadas desde o surgimento do primeiro jornal, *O Catharinense*, em 1831 (Desterro), para que sua presença alcançasse todas as regiões. Os primeiros jornais catarinenses surgiram em decorrência da efervescência dos debates políticos provinciais e dependiam da publicação de atos oficiais do governo para se manter em circulação, denotando certo grau de conexão entre a atividade jornalística e a política (Fernandes, 2005, p. 02-07). De acordo com o pesquisador Mario Luiz Fernandes (UFMS) mesmo no período republicano, essa relação se manteve forte, sendo que os jornais sobreviventes foram aqueles ligados a partidos políticos, em especial, os liberais e conservadores.

A partir da década de 1940 ficaram visíveis os elos entre a imprensa e as oligarquias políticas e econômicas locais e regionais, em especial, com os vínculos entre as famílias Ramos e Konder Bornhausen. Aderbal Ramos da Silva (Partido Social Democrático – PSD), neto de Vidal Ramos e sobrinho de Nereu Ramos, ambos ex-governadores do estado, foi proprietário da rádio *Guarujá* e do jornal *O Estado*. Já a família Konder Bornhausen, ligada à União Democrática Nacional (UDN), foi fundadora da rádio *Diário da Manhã*, sendo o jornal *A Gazeta*, fundado pelo jornalista Jairo Callado, também vinculado à UDN (Manoel, 2010, p. 98-99).

O *Jornal de Santa Catarina* surgiu dentro do Grupo Coligadas, com sede em Blumenau, uma das maiores colônias alemãs do estado. A TV Coligadas foi a primeira emissora de televisão de Santa Catarina, filiada da TV Globo, do Rio de Janeiro, até perder a

renovação da retransmissão para a família Sirotsky (RBS). O empresário Mário Petrelli, associado a Jorge e Paulo Konder Bornhausen, compôs a sociedade da Coligadas, que depois foi adquirida pelo grupo gaúcho Rede Brasil Sul (RBS), em 1980 (Tomazoni; Golembiewski, 2008; Aguiar, 2019, p. 83). Petrelli, por sua vez, fundou o grupo RIC (Rede Independência de Comunicação), depois denominado grupo ND, em 2019. A rádio *Diário da Manhã*, então vinculada à família Bornhausen, também foi comprada pela RBS na década de 1980, transformando-se na CBN Diário, em 2000.

O *Jornal de Santa Catarina* foi fundado em 1971, em Blumenau, no auge da ditadura civil militar no Brasil, por Nestor Fedrizi, Wilson Luiz de Freitas Melro e Caetano Deeke de Figueiredo. O *Santa*, como ficou conhecido popularmente, iniciou com a pretensão de ser um veículo estadual, com sucursais em Florianópolis, Joinville e Lages. Em 1978, essa rede ampliou-se para Joaçaba, Itajaí, Caçador, Chapecó, Rio do Sul, Curitiba, Criciúma e Tubarão. (Weiss; Almeida, 2010, p. 04). De acordo com a jornalista e pesquisadora Magali Moser, além do pioneirismo regional, o *Jornal de Santa Catarina* diferenciava-se “pelo projeto de gestão, isto é, o primeiro na região a surgir com suporte empresarial, planejado, estruturado e impresso em *off-set* do Estado” (Moser, 2017) e também pela utilização de telex e do telefoto, que permitia a transmissão de fotografias por linha telefônica.

Na redação, além das notícias locais, também chegavam informações nacionais e internacionais por meio de contratos com as agências de notícia (Estado, Jornal do Brasil, Folha, Reuters e United Press) e do relacionamento com agências de publicidade. Na década de 1980 o *Santa* conquistou dois prêmios Esso de Jornalismo, um deles, em razão da cobertura sobre as enchentes do rio Itajaí-Açu. Entretanto, o prestígio jornalístico não foi suficiente para manter o diário, uma vez que o cenário econômico de instabilidade e alta inflação, na segunda metade da década de 1980 até o início dos anos 1990, não favoreceu os negócios do ramo. Os jornalistas promoveram uma greve em 1990 e, no ano seguinte, iniciaram as negociações para incorporação do *Santa* pela RBS, compra que foi finalizada em 1992 (Weiss; Almeida, 2010, p. 08-11). A partir deste momento, a cobertura gradativamente foi se delimitando ao Vale do Itajaí e Litoral Norte, já que o grupo de mídia gaúcho consolidou o *Diário Catarinense* (1986) como o impresso estadual. Quatro anos depois

(1996), o *Jornal de Santa Catarina* tornou-se o primeiro do estado a disponibilizar conteúdo na internet (Weiss; Almeida, 2010, p. 13).

O jornal *A Notícia* foi fundado em Joinville, outro polo de colonização alemã, em 1923, pelo paranaense Aurino Soares. Com periodicidade semanal, ele se tornou diário a partir de 1930. De acordo com Barcellos e Fernandes (2008), o *A Notícia* surgiu alinhado com os princípios liberais, porém seu discurso era notadamente conservador. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da república, em 1930, e de Fulvio Aducci (Partido Republicano Catarinense) para o governo do Estado. Ainda segundo os pesquisadores “De suas páginas sobressaíam matérias exaltando personalidades políticas da época, como Nereu Ramos; o prefeito de Joinville, Ulysses Costa, e os candidatos da Aliança Liberal” (Barcellos; Fernandes, 2008, p. 131). No ano seguinte Aurino Soares conseguiu a conta da prefeitura de Joinville para a publicação dos atos oficiais e o AN “torna-se o órgão ‘oficioso’ da Prefeitura de São Bento do Sul e das indústrias madeireiras de Santa Catarina e do Paraná” (Barcellos; Fernandes, 2008, p. 131).

Durante a década de 1930, no transcorrer da 2ª Guerra Mundial, *A Notícia* manifestou apoio ao nazismo, sendo simpático ao ideário da “nova Alemanha”. Estampou capas e manchetes favoráveis ao regime até que, com a entrada do Brasil na guerra em 1944, o discurso mudou radicalmente, levando em consideração também a forte campanha de nacionalização empreendida por Vargas e que impactou diretamente as colônias alemãs em Santa Catarina. Barcellos e Fernandes (2008) afirmam que a postura favorável ao nazismo foi mais fruto de oportunismo contextual do que de convicções políticas pessoais do proprietário do jornal. A intenção era aproveitar a falta de vigilância governamental sobre a imprensa e a base de simpatizantes do regime nazista na região para ampliar o número de leitores, financiando assim, a expansão do jornal. A sua circulação foi interrompida após a morte de Soares, em 1944, retornando dois anos depois, por meio de uma parceria entre o ex-governador Aderbal Ramos da Silva e Antônio Ramos Alvim, empresário do setor madeireiro.

Uma década depois, *A Notícia* foi adquirido por um grupo de 130 acionistas, “consolidando-se como porta-voz dos interesses da elite político-empresarial do Norte

catarinense” (Giovanaz, 2015, p. 217). Daniel Giovanaz (2015, p. 217) explicita que os acionistas controladores eram principalmente representantes dos setores químico, têxtil e metalúrgico com aspirações políticas em Joinville. A partir de 1978, o principal investidor foi Helmut Fallgatter, prefeito de Joinville na década de 1960, e então presidente da Drogaria, Farmácia e Laboratório Catarinense. O jornal tornou-se o mais antigo em operação no estado, sendo adquirido pelo Grupo RBS em 2006, sob a gestão de Nelson Pacheco Sirotsky, coroando assim o monopólio sobre os impressos do estado ao absorver o principal concorrente do jornal *Diário Catarinense* (lançado pela RBS em 1986, em Florianópolis). Mesmo com uma proposição de ação civil pública por parte do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), em 2008, para a anulação da compra pelo grupo, a transação restou autorizada (Christofolletti, 2008, p. 06).

O *Diário Catarinense* (1986) nasceu em formato tabloide e com redação totalmente informatizada, sendo a primeira com tais características no país, o que permitiu a rápida integração com as sucursais em Joinville, Blumenau, Lages, Chapecó e Criciúma (Aguilar, 2019, p. 84; Golembiewski; Sommer, 2005, p. 01). Outra particularidade foi a criação de uma editoria específica para Economia e o grande número de profissionais de outros estados contratados para atuar no jornal, o que impulsionou a atividade em Santa Catarina. Com base na capital, mas com projeto estadual, Giovanaz (2015, p. 213) afirma que as intenções da RBS para o DC foram frustradas justamente pela característica da formação sociocultural do estado, com regiões pouco integradas e que concentravam populações de origens muito distintas. Isso levou à priorização de um padrão de consumo localizado, incluindo o de notícias.

Portanto, a reconfiguração das áreas de abrangência de cobertura jornalística e a aquisição de jornais regionais pelo grupo gaúcho, como foram os casos do *Jornal de Santa Catarina* e do *A Notícia*, para além de uma eliminação da concorrência foram também uma resposta à baixa inserção do *Diário Catarinense* fora da região florianopolitana. Cabe ressaltar que

quando a Rede Brasil Sul inaugurou o DC, a empresa já possuía no Estado a seguinte estrutura: RBS TV nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Joinville e Chapecó; Rádio Atlântida em Florianópolis, Blumenau e Chapecó; Itapema FM e Rádio Diário da Manhã em Florianópolis. Na época, estava sendo adotada a estratégia de promover a integração do estado de Santa Catarina através dos veículos de comunicação do grupo (GOLEMBIEWSKI; SOMMER, 2005, p. 03).

Assim sendo, a RBS já possuía uma base de veículos consolidada em Santa Catarina quando avançou para o mercado impresso com um lançamento próprio. A decisão de criação do *Diário Catarinense* só foi tomada após pesquisas de mercado e com leitores encomendadas pelo Grupo (Golembiewski; Sommer, 2005). Ou seja, mais do que “integrar” as regiões do estado por meio de um veículo comum, o *Diário Catarinense* possuiu uma gênese planejada e de ordem estratégica para seus proprietários.

4.1.2 Grupo RBS: presença em SC e a venda estratégica para o Grupo NC

O grupo gaúcho Rede Brasil Sul – RBS (*holding* RBS Participações S.A) foi fundado em 1957 por Maurício Sirotsky Sobrinho, com sede em Porto Alegre-RS e no Distrito Federal-DF. A governança do grupo se baseou em três eixos principais: empresa, sociedade e família (Aguiar, 2019, p. 94). O início da formação se deu por meio de sociedade na Rádio Gaúcha. Em 1967, inaugurou-se a TV Gaúcha, em Porto Alegre, que se tornou a primeira filiada da TV Globo, com a conformação posterior de uma rede regional de televisão presente em municípios como Caxias do Sul e Santa Maria. Em 1970, a família Sirotsky adquiriu o jornal *Zero Hora* (fundado por Ary de Carvalho⁵³, em 1964) e em 1976 foi inaugurada a Rádio Atlântida FM, também na capital gaúcha. De acordo com o pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Itamar Aguiar,

O grupo possui como suas subsidiárias 12 emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo (RBS TV), 16 emissoras de rádio (Rádio Gaúcha, Rádio Atlântida, 102.3 FM, Rádio Farroupilha, CBN Porto Alegre, Rádio Rural, 92 FM) e 3 jornais (*Zero Hora*,

⁵³ Após a venda do *Zero Hora* para o Grupo RBS, Ary de Carvalho, ou Ary Carvalho, dirige o jornal *O Dia*, no Rio de Janeiro, a partir da década de 1980.

Diário Gaúcho, Pioneiro). O Grupo RBS também opera uma empresa digital, a e.Bricks Digital⁵⁴, formada por empresas da área de tecnologia por meio das quais atua nas áreas de mídia digital e tecnologia, mobile e *e-commerce* segmentado. E ainda a Engage Eventos, a RBS Publicações (editora), uma gráfica, a Vialog (empresa de logística), a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (fundação empresarial) e a Appus (tecnologia de *big data* com foco em produtos de RH) e HypermindR (análise do comportamento do consumidor) (AGUIAR, 2019, p. 83).

A RBS também controlava o Canal Rural, desde 1998, até vendê-lo para a *holding* J&F⁵⁵, a controladora dos frigoríficos JBS⁵⁶, em 2013 (Bueno; Brigatto, 2013).

A entrada da RBS em Santa Catarina iniciou em 1979, com a inauguração da emissora de televisão (RBS TV) em Florianópolis e Joinville. Conforme já mencionado, em seguida foram compradas a TV Coligadas (Blumenau) e a Rádio Diário da Manhã (AM e FM). Em 1981 foram inauguradas filiais da Rádio Atlântida FM, em Florianópolis e Blumenau. Dois anos depois, a rádio Itapema FM iniciou suas atividades em Florianópolis e a TV Cultura de Chapecó foi adquirida. No Sul do estado, foi a vez da TV Eldorado, de Criciúma, ser absorvida pelo grupo, em 1995. Nos impressos, além de um moderno parque gráfico instalado em Florianópolis junto com a fundação do *Diário Catarinense*, em 1986, foram comprados o *Jornal de Santa Catarina* (1992) e o *A Notícia* (2006). Também foi criado o jornal *Hora de Santa Catarina* (2006) com o objetivo de atingir as camadas C e D da região da grande Florianópolis. A fim de evidenciar as regiões de Itajaí e Balneário Camboriú, importantes polos turísticos e econômicos do estado, tendo em vista a atividade portuária, em 2012 foi

54 De acordo com Ferreira (2012), compõe esse “ pilar de operações” do grupo, as empresas Predicta, Grupo.Mobi, Guia da Semana, ObaOba, Hagah, Hi-Mídia e Wine.com.br. Ver ainda: Grupo RBS compra participação no e-commerce de moda Lets. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 29 de ago. de 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/08/grupo-rbs-compra-participacao-no-e-commerce-de-moda-lets-3868634.html>. Acesso em 15 de jan. de 2023.

55 Ver: JULIBONI, Marcio. J&F, dona do JBS, confirma compra do Canal Rural. **Exame**, São Paulo, 20 de fev de 2013. Disponível em: <https://exame.com/negocios/j-f-dona-do-jbs-confirma-compra-do-canal-rural/>. Acesso em 15 de jan de 2023.

56 A JBS é uma das maiores doadoras de recursos para campanhas políticas no Brasil, figurando em vários escândalos de dano ambiental, em especial, desmatamento na Amazônia e Cerrado, e em várias operações policiais no país e no exterior, tais como Operação Lava Jato, Operação Carne Fraca, além de escândalos financeiros nos Estados Unidos durante o governo de Donald Trump (2019).

criado um caderno especial encartado nos três jornais do grupo em Santa Catarina, chamado *O Sol Diário* (Aguiar, 2019, p. 84-85; Christofolletti, 2008).

Assim cresceu e se consolidou o Grupo RBS no sul do Brasil: explorando brechas de uma legislação e fiscalização deficitárias do Estado sobre a propriedade e as concessões de rádio e televisão (Christofolletti, 2008). Se esta breve retrospectiva permite diagnosticar uma postura de mercado ofensiva da RBS na área, mais espantoso é verificar que o maior grupo de mídia do sul do país sequer chega a tatear patamares próximos dos grandes grupos nacionais, como é o caso do Grupo Globo. Itamar Aguiar (2019) traça um panorama das relações econômicas e financeiras dos grupos econômicos de mídia brasileiros, abordando questões conceituais importantes para os estudos relativos às distintas formas de poder (político, simbólico, econômico, etc.) exercidas pelos mesmos no Brasil. Uma das definições elaboradas pelo pesquisador, com base em uma revisão bibliográfica sobre o tema, e que nos serviu como referencial, é a de grupo econômico de comunicação:

Chamamos de Grupo Econômico de Comunicação aos agentes sociais e políticos que controlam um conjunto de empresas, independentes juridicamente entre si ou não, interligadas, ou por relações contratuais, ou pelo capital, e cuja propriedade do capital (e de ativos específicos) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle de fato sobre este conjunto de empresas. O que define o Grupo de Mídia é o controle da propriedade do capital e a influência política dela de corrente, pois através da sua propriedade se exerce ao mesmo tempo o poder econômico e o poder político. Isto é, os grupos de comunicação têm o poder de determinar as decisões no âmbito do grupo e determinar o espaço e a forma do exercício da política, a qual os cidadãos ocorrem para exercer a sua cidadania (AGUIAR, 2019, p. 76-77).

O autor brasileiro, apoiando-se nos estudos do sociólogo estadunidense Mark Granovetter, afirma ainda que os grupos econômicos de mídia possuem um triplo lócus de poder: 1) de acumulação de capital; 2) de poder político; e 3) de exercício da cidadania (Aguiar, 2019, p. 77). Este último refere-se à capacidade destes grupos de pautarem a esfera pública de acordo com os temas que julgam relevantes (agendamento), ao mesmo tempo que

também escolhem sob quais lentes estes temas serão tratados publicamente (enquadramento) – já evidenciamos esta relação da mídia e esfera pública na discussão travada no Capítulo 2. Dessa forma, a concentração midiática nas mãos de um grupo, como no caso da RBS, traz impactos significativos quando falamos em efetivação do direito humano à comunicação, pois este se vê em segundo plano quando o ecossistema comunicativo se configura quase como um sistema fechado, onde poucos *players* acabam retroalimentando a própria atividade, a exemplo das agências de notícias (Aguiar, 2019, p. 51-55).

O discurso de integrar o estado catarinense por meio de uma rede de comunicação, interiorizar a produção noticiosa e mesmo as promessas de manter as características regionais dos impressos absorvidos pela empresa se revelaram descompassadas com a realidade quando os bastidores econômicos do grupo são levados em consideração. Christofolletti (2008) demonstra, em uma pequena amostragem de edições e em um curto espaço de tempo, a força da homogeneização dos conteúdos dos três principais periódicos de Santa Catarina baixo o domínio do Grupo RBS: “A reprodução dos conteúdos se espalha por todos os setores dos jornais, repete-se diariamente e, na maioria das vezes, pode ser percebida como a mera republicação dos mesmos textos ou fotografias nos hipotéticos concorrentes”, afirma o pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ele ainda observa que o padrão visual dos jornais vai se assemelhando de tal modo que cada um dos veículos perde gradualmente sua identidade. Um exemplo flagrante foi a transformação do *Jornal de Santa Catarina* e o *A Notícia*, que eram em formato *standard* em tabloides, tal qual o *Diário Catarinense*, com a diminuição do número de páginas (Christofolletti, 2008, p. 08-15).

A partir de 2014 o Grupo RBS começou a apresentar sinais de problemas econômicos, com o rebaixamento de posições no *ranking* das maiores empresas do Rio Grande do Sul. De acordo com Aguiar (2019), a contratação do escritório contábil paulista de consultoria Galeazzi & Associados, confirmou os rumores. A preponderância da internet, o aumento dos custos para os impressos, a fuga de leitores e a queda dos anunciantes delineavam um cenário crítico ainda em 2012. As atividades jornalísticas do Grupo no Rio Grande do Sul não passaram intocadas pela crise, que levou ao fechamento de várias sucursais do *Zero Hora* no interior e à demissão de quase 700 trabalhadores, ampliando ainda mais o deserto jornalístico em regiões historicamente menosprezadas pela imprensa. Itamar Aguiar (2019) destaca

também o cenário de precarização laboral: mais da metade do efetivo de funcionários do Grupo ganhava menos de três salários-mínimos, e as redações viram suas equipes cada vez mais reduzidas, sobrecarregando os que permaneceram. Um dos comunicados⁵⁷ da direção da RBS, assinado por Eduardo Sirotsky Melzer aos “colaboradores”, em 2014, tece elogiosos comentários sobre os novos rumos de gestão do grupo, ao mesmo tempo em que anuncia os cortes de pessoal e salienta o “modelo de gestão de pessoas da RBS baseado na meritocracia”. De maneira efusiva, convida profissionais até então direcionados para o Jornalismo a se engajarem num mundo de soluções digitais, *softwares* e plataformas de vendas de bebidas. O jornalismo em si, esse “ficou para depois”, inclusive nas novas escolhas do conselho administrativo da empresa (Aguiar, 2019, p. 98).

O ano de 2015 trouxe um abalo no Grupo com a deflagração da Operação Zelotes pela Polícia Federal, que investigou o pagamento de propina para a anulação de multas na ordem dos bilhões junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), vinculado ao Ministério da Fazenda. Além da RBS, bancos, montadoras, construtoras, empresas do ramo alimentício dentre outras entraram no radar das investigações, iniciadas em 2013. A RBS foi acusada “de pagar R\$15 milhões em propina para obter a redução de débito fiscal de cerca de R\$150 milhões. No total, as investigações se concentraram sobre débitos da RBS que somam R\$672 milhões” (Aguiar, 2019, p. 105). Pertinente salientar a observação de Aguiar sobre o fato de que a Operação Zelotes não ganhou a mesma visibilidade da Operação Lava Jato na imprensa, apesar do rombo causado pela primeira ser três vezes maior do que os desvios apurados na Petrobrás.

Voltando para a década de 1990, naquela época o Grupo RBS tentou aproveitar a onda de privatizações empreendida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso na área das telecomunicações – o grupo foi um dos fundadores da operadora a cabo NET – o que gerou um endividamento que quase levou a organização à falência. A recuperação foi lenta e se deu principalmente por uma manobra de transferência dos prejuízos para sociedades lucrativas por meio da criação da RBS Comunicações. Em 2001, o grupo foi autuado pela Receita Federal e a ação se arrastou por uma década. Quatro anos depois, viria a Zelotes (Aguiar, 2019, p. 103-

57 Disponível em: <https://www.gruporbs.com.br/noticia/5757/comunicado-mensagem-de-eduardo-sirotsky-melzer-aos-colaboradores>. Acesso em 15 de jan. de 2023.

140). O que chama a atenção é que tanto o *Jornal de Santa Catarina*, quanto o *A Notícia* foram adquiridos pelo Grupo durante este período e, mesmo diante de um contexto de recuperação após o tombo financeiro causado pela incursão na onda privatizadora, seu faturamento chegou a R\$ 889 milhões, representando o 20º maior lucro líquido do país entre empresas do setor de serviços, em um total de R\$ 142 milhões (Christofolletti, 2008, p. 05).

Após o impacto causado pela Zelotes na imagem da empresa – porém sem alegar ser este o motivo da venda – o Grupo RBS formalizou a transferência de suas operações de mídia para o Grupo NC, em 2016, com uma negociação avaliada entre R\$ 700 milhões a R\$ 1 bilhão (Aguiar, 2019, p. 88-148). A transação, ocorreu como qualquer outro tipo de compra e venda comercial, ignorando o fato de que se tratavam de concessões públicas de rádio e televisão. As etapas procedimentais junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Congresso Nacional foram superadas sem entraves, quase como mero *pro forma*. Do dia para a noite os catarinenses viram *Diário Catarinense*, *Jornal de Santa Catarina*, *A Notícia*, *Hora de Santa Catarina*, portal ClicRBS SC, TVCOM, as emissoras RBS TV em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Centro-oeste, Chapecó e Criciúma, as rádios CBN Diário, além das emissoras da Itapema e Atlântida trocarem de dono como se nada tivesse mudado – e de certa forma, não mudou, pois o mercado de mídia catarinense se manteve fechado a uma elite restrita, sem oportunidade de ingresso de novos atores na disputa. O judiciário estadual tampouco se manifestou (Aguiar, 2019, p. 141-145).

O Grupo NC, por sua vez, é um ator exógeno ao ramo da comunicação, pois não possui tradição na atividade. Seu presidente, Carlos Sanchez é um empresário paulista do ramo farmacêutico (EMS Farmacêutica, 1964), que se beneficiou da abertura do mercado à fabricação de medicamentos genéricos no final da década de 1990, especialmente na época do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com ligações políticas junto às elites do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e bom trânsito ministerial nos governos. Em 2022, figurou na 45ª posição entre os bilionários brasileiros, no *ranking* da revista *Forbes*⁵⁸, com um patrimônio avaliado em R\$ 7,2 bilhões.

⁵⁸ Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/12/lista-forbes-de-bilionarios-brasileiros-3/>. Acesso em 19 de jan. de 2023.

Na seção de apresentação do site institucional do grupo⁵⁹, há uma mensagem de Carlos Sanchez na qual se lê:

Almejamos continuar crescendo – sonhamos grande. Adotamos uma postura ainda mais agressiva nos negócios. Visamos alicerçar a presença no setor farmacêutico, aumentando a produção, investindo em inovação, mantendo a liderança, gerando novos empregos. Visamos também expandir a presença e representatividade na área de desenvolvimento imobiliário, em que já atuamos há alguns anos, e iremos apostar, inclusive, em novos segmentos a serem prospectados.

Também consta que o grupo está entre os 180 maiores conglomerados do Brasil, sendo o 3º no *ranking* de farmacêuticas da América Latina, com mais de 10 empresas que atuam em diferentes setores da economia. A prospecção alcançou, enfim, o Jornalismo.

Para dar seguimento aos planos de ingressar no ramo por meio da compra das operações da RBS em Santa Catarina, Sanchez, conhecido como o “rei dos genéricos”, se associou ao gaúcho Lírio Parisotto, empresário do setor petroquímico dono do grupo Videolar-Innova e suplente do senador Eduardo Braga (Movimento Democrático Brasileiro-MDB/AM), no mandato 2010-2019. Braga também foi vereador, deputado estadual, deputado federal, vice-prefeito de Manaus, ex-governador do Amazonas por dois mandatos (2003-2006/2007-2010) e ministro de Minas e Energia no governo de Dilma Roussef (2015-2016)⁶⁰. Parisotto possui uma fortuna avaliada em R\$ 12 bilhões, figurando na 24ª posição entre os mais ricos do Brasil na lista *Forbes* de 2022⁶¹. O “rei do acrílico” é um dos maiores investidores privados do Amazonas e, tanto ele quanto Sanchez compartilhavam interesses industriais na Zona Franca de Manaus.

59 Disponível em: <https://www.gruponc.net.br/negocios/grupo-nc>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

60 Biografia disponível no site do Senado Federal: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/4994>. Acesso em 17 de jan. de 2023.

61 Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/12/lista-forbes-de-bilionarios-brasileiros-2/>. Acesso em 19 de jan. de 2023.

O grupo Videolar-Innova possui, além do polo em Manaus, uma planta industrial em Triunfo-RS. O nome Videolar não é estranho para quem é da época das fitas VHS (*video home system*), fitas cassetes, disquetes, CDs e DVDs. A empresa se consolidou no final da década de 1980 no ramo de suporte de mídias expandindo, posteriormente, para cartões de memória e *blu-ray*. Em 2013, encerrou as atividades na produção de mídias virgens e hoje fabrica tampas plásticas para garrafas PET, filmes plásticos para embalagens alimentícias, resinas e outros derivados plásticos para a indústria de construção. Seu faturamento advém também de investimentos em fundos de ações em setores como siderurgia, mineração, bancos e de energia (incluindo-se uma participação minoritária nas Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc) (Aguiar, 2019, p. 168).

Em 2014, a Videolar adquiriu a Innova S.A, petroquímica comprada da Petrobrás. A partir de 2019, ocorreu um reposicionamento de mercado alinhado ao capitalismo verde, com o desenvolvimento de uma linha de resina reciclável (ECO-PS) conjugada a ações de coleta seletiva e reciclagem, realizada por meio de parceria com a Fundação Amazônia Sustentável. Dois anos depois, em 2021, o grupo mirou o carbono zero, com a utilização de biomassa de resíduos florestais para a geração de energia em substituição ao carvão e petróleo e a construção de uma Central de Geração de Vapor e Energia Elétrica na planta localizada em Triunfo-RS. O projeto da central foi apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021 (COP 26), como exemplo de sustentabilidade⁶².

Porém, durante a negociação da venda das operações do Grupo RBS em 2016, a ex-modelo e atriz Luiza Brunet, então companheira de Parisotto na época, denunciou o empresário por agressão⁶³. Como a RBS era a filiada da Rede Globo em Santa Catarina, com perspectiva de manter o mesmo modelo com o Grupo NC, a família Marinho que tutelava o acordo não concordou com a permanência de Parisotto que foi retirado da sociedade após o escândalo (Aguiar, 2019, p. 141-143). Dessa forma foi criada, oficialmente, a NSC Comunicação, em 15 de agosto de 2017 (Aguiar, 2019, p. 170).

62 Informações colhidas do site institucional do grupo: <https://www.innova.com.br/quem-somos/#ainnova>. Acesso em 17 de jan. de 2023.

63 Ação ainda se desenrola na Justiça: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/disputa-entre-luiza-brunet-e-lirio-parisotto-tera-novo-round-no-tjsp/>. Acesso em 19 de jan. de 2023.

4.1.3 De pílulas a páginas: quais os interesses do Grupo NC?

Mas afinal, o que almeja um grupo farmacêutico ao prospectar uma empresa de mídia para integrar sua cartela de “investimentos econômicos”? A resposta pode parecer simplista, porém não o é quando avaliamos a manutenção histórica da relação entre os grupos econômicos de comunicação e os agentes públicos e políticos no Brasil: influência e poder. Como bem observam Aguiar (2019) e Triches e Teixeira (2011), tanto a família Sirotsky, quanto Carlos Sanchez não possuem vínculos partidários formais, como é o caso de uma filiação direta, porém compartilham da mesma ideologia alinhada às políticas conservadoras. Trocou-se o comando, porém a linha editorial permaneceu a mesma, uma vez que sua sustentação não é devida ao serviço prestado ao cidadão, mas sim ao capital que pode fazer com que a estrutura midiática se perpetue nos moldes de um negócio capitalista como outro de ramo qualquer (Aguiar, 2019, p. 173-179).

Não por acaso até hoje o Congresso Nacional brasileiro não faz cumprir o que dispõe o parágrafo 5º do artigo 220 da Constituição Federal Brasileira: “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Levantamento feito em 2017 pela ONG *Repórteres Sem Fronteiras* com o *Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social*, e repercutido pela *Carta Capital*, cinco famílias controlam metade dos veículos de mídia no Brasil: Marinho (Grupo Globo), Saad (Grupo Bandeirantes), Macedo (Grupo Record), Sirotsky (Grupo RBS) e Frias (Grupo Folha). “Se somados o Grupo Estado, do jornal O Estado de S.Paulo; o Grupo Abril, da revista Veja; e o Grupo Editorial Sempre Editora, do jornal O Tempo, são oito famílias controlando 32 dos 50 maiores veículos, ou 64% da lista” (Carta Capital, 2017). Irônico que as tentativas de regulamentar tal dispositivo constitucional, por meio de legislação complementar, se vê constantemente atacada pelos próprios donos dos meios sob o argumento que isso cercearia a liberdade de imprensa (Triches; Teixeira, 2011).

Outra anomalia presente no cotidiano midiático brasileiro é a propriedade de veículos de comunicação por políticos. Nas eleições de 2022, o *Intervozes* relacionou 45 candidatos neste grupo, sendo: 18 candidatos a deputado federal, 13 a deputado estadual, 6 ao Senado e 1

a suplência do Senado, 05 ao cargo de governador e 02 de vice-governador. A cara da mídia também é possível de ser reconhecida: é masculina (38), branca (33) e milionária (33). Este cenário se repete ano após ano, sendo que desde 2015 aguarda julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 379, na qual o *Intervozes*, juntamente ao Partido Socialismo e Liberdade (Psol), requer “que o art. 54 da Constituição seja cumprido através do cancelamento das outorgas de rádio e TV em poder dos políticos e seus familiares, além do impedimento de posse dos candidatos eleitos à Câmara Federal caso sejam proprietários ou tenham ligação com propriedades de radiodifusão” (Terso, 2022).

Os impactos negativos sobre a democracia em um cenário de oligopólio midiático são possíveis de inferir, tendo em vista o papel da imprensa na esfera pública contemporânea. Portanto, não se trata de uma simples questão de como a eliminação de concorrência afeta um padrão de oferta e demanda ou o consumo por parte dos cidadãos, “mas de proibições ao acesso a bens simbólicos, cuja natureza é mais complexa e que afeta diretamente seu imaginário, sua consciência e a formação de opiniões, juízos e compreensões da realidade”, como bem avalia Christofolletti (2008, p. 07). O pesquisador segue sua reflexão afirmando que a concorrência

Assegura também a diversidade e a pluralidade de versões, a difusão de distintos pontos de vista das muitas narrativas que compõem o tempo presente. Por conseguinte, possibilita a circulação de diferentes modos de compreensão da realidade. Esse pluralismo, lembra Gentili (2005: p. 120), é decisivo na sustentação das democracias liberais. Daí a dimensão política ligada diretamente com a organização do mercado de comunicação, para além das suas resultantes econômicas. Assim, a concentração dos meios de comunicação, do mercado jornalístico, tem implicações no fortalecimento da democracia e na manutenção de direitos do cidadão, como o direito à informação (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 08).

O público, ou melhor, os públicos, conseguem reconhecer, mesmo que de forma mais intuitiva do que propriamente consciente, muitas vezes, os efeitos prejudiciais dessa concentração. Uma pesquisa de campo conduzida entre 2016 e 2018, pelo GPSJor – Governança, Produção e Sustentabilidade para um Jornalismo de Novo Tipo da Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC)⁶⁴, em Joinville – SC, maior cidade do estado e cidade de origem do jornal *A Notícia*, buscou diagnosticar a percepção social acerca da influência (ou não) dos proprietários dos veículos sobre o conteúdo. “O percentual de respondentes que afirmaram que os proprietários influenciam ‘às vezes’ ou ‘sempre’ no noticiário (70,3%) é superior aos 54,5% que, em pergunta semelhante, acreditaram na interferência editorial dos compradores de espaço publicitário” (Silva; Moraes; Christofolletti, 2021, p. 61). Ou seja, eventuais distorções possuiriam origem mais interna do que externa, denotando uma preponderância do viés político em relação ao econômico. Com o problema localizado na esfera diretiva das empresas jornalísticas, o GPSJor chama a atenção para a necessidade de revisão dos modelos de gestão.

Essa questão se conecta intimamente a outra problemática advinda da concentração dos meios: a da representatividade. Isso porque não basta que uma cobertura jornalística dê visibilidade a um sujeito ou a um grupo para considerar que a pluralidade esteja respeitada. É preciso que tal visibilidade se converta em potência capaz de pautar o diálogo público, como enfatiza Locatelli (2011), com base em Maia (2006) e Miguel e Birolli (2011):

[...] a mídia destaca o que é destaque no campo político e a hierarquização da política se reflete na visibilidade midiática. Especificamente quando trata de questões que afetam grupos subalternos, a mídia tende a soluções que integram os distintos discursos dos agentes em um “discurso supostamente universal” e equilibram a presença de diferentes vozes mediante critérios de publicidade, relevância e grau de interesse público (LOCATELLI, 2011, p. 79).

Também sofre do mesmo “efeito universalizante” o critério do interesse público, frequentemente invocado para reforçar a ideologia dominante imbricada no senso comum.

A opacidade reinante nos aspectos que regem a governança editorial vigente nos meios de comunicação hegemônicos no Brasil se reproduz em Santa Catarina. Pesquisadores do

⁶⁴ O GPSJor foi uma realização dos Programas de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) e de Sociologia Política (PGSP) da UFSC, do curso de Jornalismo da Faculdade Ielusc, e do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Saiba mais em: <https://gpsjor.sites.ufsc.br>.

GSPJor verificaram também uma insatisfação dos consumidores em relação à variedade, à forma de abordagem e à profundidade com que os temas das notícias são tratados pela mídia joinvilense, mesmo em editoriais tradicionais. Em primeiro lugar na demanda dos públicos por maior destaque editorial ficou o tema Saúde (27,35%). Os temas Cidadania (0,69%), Direitos Humanos (0,46%) e Meio ambiente (0,23%) não chegaram nem aos dez primeiros temas dentre as editoriais que deveriam receber maior atenção das mídias (Ribeiro; Winques; Turci, 2021, p. 43-57), o que parece contraditório uma vez que, dentre as demandas mais enfáticas apontadas no estudo, encontra-se o atendimento às sugestões de pautas advindas das comunidades locais, o que poderia se correlacionar a características de uma busca pela cidadania ativa.

Tomando como base a indicação trazida pela pesquisa, em que haveria uma maior demanda pela cobertura contextualizada, aprofundada e diversa dentro do tema Saúde, realizamos aqui uma indagação a título de provocação: de que forma viriam a atendê-la os veículos da NSC Comunicação, por exemplo, considerando suas raízes na indústria farmacêutica? Que tipo de abordagens, fontes e grupos sociais seriam privilegiados? Quais políticas públicas ganhariam destaque e/ou fiscalização por parte da imprensa catarinense? Se tomarmos como base as relações do Grupo NC com o governo federal de Jair Bolsonaro, durante a pandemia de Covid-19 (2020/2021), a balança não se coloca favorável à população⁶⁵ (Bortone, 2021).

4.2 CONTORNOS VERDES DOS IMPRESSOS CATARINENSES

4.2.1 Contextos e conjunturas

65 VARGAS, Mateus. Farmacêutica diz à CPI que faturou 8 vezes mais em 2020 com medicamentos do 'kit Covid'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/farmacautica-diz-a-cpi-que-faturou-8-vezes-mais-em-2020-com-medicamentos-do-kit-covid.shtml>. Acesso em 22 de jan. de 2023. MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno. Farmácias venderam mais de 52 milhões de comprimidos do “kit covid” na pandemia. **Agência Pública**, São Paulo, 20 de abr de 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/04/farmacias-venderam-mais-de-52-milhoes-de-comprimidos-do-kit-covid-na-pandemia/>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

Ao investigar o discurso jornalístico sobre o desenvolvimento sustentável sob a perspectiva geográfica em sua dissertação, a jornalista e pesquisadora Miriam Santini de Abreu (2004) expôs o panorama sócio-histórico do desenvolvimento espacial de Santa Catarina, conectado à expansão econômica de cada região do estado. Como já indicamos, *A Notícia*, *Jornal de Santa Catarina* e *Diário Catarinense* se encontravam nas regiões que concentram os maiores municípios catarinenses, sendo os dois primeiros em regiões de colonização alemã com forte predominância industrial a partir do Século XIX. No litoral, por sua vez, o povoamento estratégico empreendido pela Coroa a fim de garantir a posse sobre o território, abarcou os imigrantes açorianos (Século XVIII) que empreenderam a produção agrícola em pequenas propriedades (incomum num cenário de latifúndios reinantes no restante do território brasileiro), não havendo uma transição de caráter industrial posterior. Para explicar esta peculiaridade, a autora se baseia em três fatores apontados por Campos (1991): a) constante requisição de alimentos e soldados por parte da Coroa; b) sistema de comércio oligopolista; e c) o sistema de sucessão da terra (Abreu, 2004, p. 36-37).

Abreu coloca em diálogo outros dois geógrafos, Armen Mamigonian e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira. De acordo com a jornalista, Pereira identificou dois tipos distintos de formação socioespacial⁶⁶ no sul brasileiro: latifúndio pastoril, nos campos do planalto meridional e campanha gaúcha; e pequena produção mercantil dos açorianos no litoral e dos vales florestados das vertentes atlântica e do interior. Tomando como base esta constatação, Abreu afirma que Mamigonian categorizou três regiões industriais no estado: a região alemã (Vale do Itajaí, Vale do Itapocu e Norte); a agroindustrial no Oeste; e o polo carbonífero e cerâmico no Sul (Abreu, 2004, p. 37). Não tardou e logo apareceram os problemas ambientais decorrentes das atividades industriais: poluição de rios, manguezais, águas subterrâneas, e o desmatamento para uso comercial da madeira e em decorrência da ocupação urbana – no litoral, especialmente impulsionada pela especulação imobiliária vinculada à exploração turística (Abreu, 2004, p. 38-44).

66 Não nos estenderemos aqui sobre o conceito geográfico de formação socioespacial formulado por Milton Santos (1977) para não adentrarmos em mais um campo de estudos neste capítulo. Entretanto, recomendamos a leitura de Abreu (2004), na qual consta uma síntese sobre o conceito e um quadro referencial introdutório além, é claro, das obras do próprio Milton Santos.

Este contexto histórico nos confere pistas iniciais acerca das formas sob as quais os conteúdos ambientais se manifestam nos impressos editados em cada localidade. Apesar de nenhum dos três jornais possuir tradição no jornalismo ambiental e também não dedicar profissionais nas redações, nem editorias específicas para cobertura dos temas de ciência, meio ambiente ou saúde – alocando-os dentro de editorias como Geral, Economia, Política e Opinião, por exemplo – é pertinente ressaltarmos algumas especificidades. A primeira delas é do jornal *A Notícia*, que a partir de 1999 iniciou a circulação do caderno *AN Verde*, um suplemento encartado à edição do dia em datas específicas: Dia do Meio Ambiente, Dia da Água, Dia da Árvore, etc., enfim, em efemérides relacionadas à temática ambiental. Impresso com tinta atóxica e em papel reciclado o *AN Verde*, como bem demonstra Abreu (2004) em sua pesquisa, antes de ser uma expressão do anseio jornalístico de pautar e qualificar o debate público sobre tais temas em Joinville e região, foi parte de uma estratégia de promoção da Política de Gestão Ambiental da própria empresa jornalística ao ser o primeiro impresso no Brasil a obter a ISO 14001, uma norma internacional que versa sobre sistemas de gestão ambiental. Segundo Abreu, isso foi utilizado como *marketing* positivo para o próprio *A Notícia*, que recebeu prêmios pela ação e utilizou o próprio suplemento do *AN Verde* para propagandear a conquista da premiação entre seus leitores:

De um lado temos o *jornal joinvilense* que, como produto, se liga à larga tradição histórica desse tipo de veículo de comunicação, que fala aos seus leitores de um lugar social determinado, a partir de uma memória discursiva atravessada pela convicção da objetividade e credibilidade. De outro, temos a *empresa jornalística joinvilense*, que, com a certificação ambiental, se inscreve numa outra formação discursiva, de cunho fortemente empresarial, que vê o AN Verde como uma parte de uma política corporativa de “responsabilidade social” (ABREU, 2004, p. 89-90, grifos da autora).

Em relação ao *Jornal de Santa Catarina* desvela-se um cenário mais receptivo ao meio ambiente. Blumenau foi o lar do naturalista Fritz Müller (1822-1897), que colaborou com Charles Darwin para a sua Teoria da Evolução. A cidade até hoje mantém vivo esse

legado, com a presença do Museu de Ecologia Fritz Müller, criado em 17 de junho de 1936, inicialmente com o nome de Casa de Fritz Müller. Os traços da influência mülleriana são perceptíveis na região, uma vez que a organização ambiental mais antiga de Santa Catarina teve origem em Blumenau: a Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena) foi fundada, em 1973, por um grupo de estudantes de Ciências Biológicas da Universidade Regional de Blumenau (Furb) nos moldes da já mencionada Associação Gaúcha de Proteção dos Ambientes Naturais (Agapan) e da Associação de Defesa da Flora e da Fauna⁶⁷, fundada por Paulo Nogueira Neto, em 1957, em São Paulo-SP (Fonseca, 2022).

De acordo com o livro comemorativo *Acaprena: 50 anos da primeira entidade ambiental catarinense*, os membros da associação eram vistos como “sonhadores”, “alternativos”, “hippies” ou “ecochatos”. Estando o país, na época, em pleno regime militar, a intermediação dos docentes da Furb para com políticos e empresários da região foi mencionada pela entidade como fundamental para a abertura dos diálogos:

Os porta-vozes empresariais costumavam dizer que preferiam causar algum nível de poluição ambiental a conviver com a “poluição social” ou a “poluição da miséria” decorrente da pobreza, como se fosse impossível conciliar a proteção da natureza com o desenvolvimento econômico (Acaprena, 2023, p. 31).

A Acaprena, por sua vez, foi inspiração para a criação da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), em 1987, sediada no pequeno município catarinense de Atalanta, localizado a cerca de 40 km de Rio do Sul. A Apremavi possui, em Atalanta, o maior viveiro de mudas nativas da Mata Atlântica do sul do Brasil, com produção média de um milhão de mudas por ano. Devido a ampla atividade da Apremavi e à aderência social no município, Atalanta ganhou o título de “capital ecológica do estado”⁶⁸. A Acaprena

67 Informações retiradas do site da própria Acaprena: acaprena.org.br. Acesso em: 24 de fev. 2023.

68 Informações retiradas do site da Apremavi (apremavi.org.br) e do município de Atalanta (www.atalanta.sc.gov.br). Acesso em: 24 de fev. 2023.

também influenciou a criação da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA) e da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA), em 1975, durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis em Santa Catarina, época em que os ambientalistas catarinenses lutavam para frear a poluição dos rios causada pelas indústrias têxtil e alimentícia presentes no estado.

O *Jornal de Santa Catarina* teve a presença regular como colaborador, colunista e fonte o naturalista e ecologista Lauro Eduardo Bacca, primeiro presidente da Acaprena (1973-1975) e também em outras três gestões (1979-1981, 1981-1983 e 2021-2023). Bacca foi vereador de Blumenau pelo PSDB, de 1993 a 1996, e concorreu como deputado estadual nas eleições de 2018 pelo partido Rede Sustentabilidade, liderado pela atual Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva. Ele também se tornou colunista regular do jornal *O Município*, em 2023⁶⁹. Em 2021, Bacca escreveu em sua coluna no *Jornal de Santa Catarina* sobre as estreitas relações do veículo com as pautas ambientais:

Em 1978 e 1979 surgia a primeira parceria semiformal entre a Acaprena e o *Santa*, duas páginas inteiras dedicadas ao Meio Ambiente, nas edições de fim de semana, editadas pelo grande jornalista Moacir Loth sob inspiração do diretor da Acaprena Nelcio Lindner. Foram nessas páginas que comecei a interagir mais assiduamente com o *Santa*, com a coluna “Curtas e Semi-curtas”, tratando de aspectos ambientais gerais e regionais. Enchentes, desmatamentos, loteamentos irregulares, poluição, caça clandestina, denúncias e cobranças das autoridades, muitos foram os temas ambientais tratados pelo *Santa* ao longo desses 50 anos nestas páginas e no noticiário geral.

Se fosse para escolher o período mais dramático de notícias ambientais de todo esse período, escolheria a grande polêmica ocorrida nos anos que antecederam a criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí, finalmente acontecida em 4 de junho de 2004. Inesperadamente surgiu um movimento contra o Parque aqui na região e o *Santa* deu amplo destaque para ambas as partes, em pautas milimetricamente iguais, não permitindo espaço a mais nem para uma nem para outra parte. Tema que rendeu algumas matérias de capa, antes e depois da criação do Parque.

Resumir 50 anos em 50 linhas não é fácil. Mas, uma coisa é certa: a conscientização ambiental da população deve muito à boa acolhida e trato correto com que a imprensa – em especial o *Santa*, tem propiciado à causa ambiental. A natureza e o

69 KIENEN, Alice. Ambientalista Lauro Bacca estreia coluna em O Município Blumenau. **O Município**, Blumenau, 20 de jan. de 2023. Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/ambientalista-lauro-bacca-estreia-coluna-em-o-municipio-blumenau/>. Acesso em: 24 de fev. de 2023.

que foi salvo até agora de toda a sua esplendorosa biodiversidade agradece e continua contanto com esse imprescindível apoio. A população, claro, também agradece. Nossos filhos e netos, certamente, também agradecerão (BACCA, 2021).

O *Diário Catarinense* talvez seja, dos três periódicos analisados, onde a presença das pautas ambientais é mais difusa e circunstancial. Se as pressões ambientais em *A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina* se manifestam em razão do caráter industrial das regiões, seja ao ponto de justificar a existência de propostas de *marketing* verde por parte da própria empresa jornalística para se destacar dentre as demais (como no caso do AN), ou seja pela abertura efetiva de espaço editorial (como no JSC), a sede do *Diário Catarinense*, Florianópolis, é um cenário no qual o histórico de especulação imobiliária e o estímulo ao turismo comercial baseados na promoção da imagem da “Ilha da Magia”⁷⁰ interagem de forma complexa com a política e a mídia local.

A pesquisa de Adriana Silva (2010) evidencia a existência de uma dissociação entre o discurso propagado pelo poder público, e corroborado pela mídia hegemônica (no caso, o Grupos RBS), de Florianópolis como a “capital sustentável” e o que se verifica na realidade concreta, o que denominou como uma prática de *make-up urbanism* (algo como “maquiagem urbanística”, em português). A autora relata o esforço político, especialmente a partir da década de 1970, para dissociar a capital catarinense de seus “resquícios provincianos” (leia-se: a agricultura, os engenhos de farinha e a pesca artesanal) apoiando-se em grande medida na propaganda dos seus atributos naturais – praias paradisíacas, lagoas de águas cristalinas, dentre outros termos que recheavam os cadernos de divulgação turística. A apropriação do discurso ecológico, ou melhor, da propaganda verde, pelo segmento político e empresarial serviu como uma luva para persuadir os cidadãos de várias partes do país, desejosos de um contato mais próximo com a natureza, a investir no município mesmo sem haver compromisso do poder público com a manutenção do meio ambiente local por meio de investimentos em obras de efetividade real, tais como: saneamento básico, drenagem pluvial, preservação de áreas de encosta, mobilidade limpa e etc.. A estratégia também serviu para

70 O pseudônimo Ilha da Magia foi dado à Florianópolis pelo escritor, escultor e pesquisador da cultura açoriana Franklin Cascaes (1908-1983).

manter a capital na Ilha de Santa Catarina, evitando que propostas de transferência da sede do poder estatal para Curitiba, no planalto catarinense, prosperassem⁷¹.

A pesquisadora aponta ainda que um dos prefeitos de Florianópolis que mais explorou o turismo como a “salvação econômica” do município foi Esperidião Amin (1975-1978), na época filiado ao Partido Democrático Social (PDS), atualmente ligado ao Progressistas (PP). Em sua gestão se consolidou o aterramento na baía norte para a construção da avenida beiramar e houve a criação do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), menos preocupado em pensar a cidade para as pessoas e mais com o “objetivo de consolidar esta nova identidade através de um plano diretor e do embelezamento de regiões turísticas” (Silva, 2010, p. 106). De maneira mais explícita, na década de 1990, o mandato de Antônio Henrique Bulcão Viana (1990-1993) trouxe em seu corpo de objetivos o tripé: *ecologia, turismo e tecnologia*.

Por trás das campanhas e discursos, o que se evidencia é a dominação dos políticos de centro e de direita nos governos estadual e municipal, e a coincidência de mandatos de membros do mesmo partido nas duas esferas. Quando o governador é um membro do partido X, assim também o é o prefeito da capital. Os governadores são principalmente naturais da região do Vale do Itajaí. O estado nunca teve um governador de esquerda, e Florianópolis desde 1950 só teve Sérgio Grando como prefeito de esquerda (1993-1997). A continuidade das gestões de direita no estado e na cidade revela a influência desta fração e seu interesse no desenvolvimento do turismo e suas consequentes campanhas publicitárias, ou seja, a promoção da nova identidade de Florianópolis é um produto e um meio de manter esse grupo no poder (SILVA, 2010, p. 109-110, tradução nossa)⁷²

71 O tema segue vivo com debates contemporâneos. Sugerimos a reportagem especial **Debate Capital**, produzida pelo Caderno Nós, do *Diário Catarinense*: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_disputa_capital/index.html. Acesso em 26 de fev. 2023.

72 No original: Behind the campaigns and speeches, what one may evidence is the domination of centralist and right-wing politicians in the state as well as in the municipality governments, and the coincidence of mandates of members of same party in both scales. When the governor is a X-Party member, so is the mayor of the capital. The governors are mainly natural from the Itajaí Valley Region. The state has never had a left-wing governor, and Florianópolis since 1950 only had Sérgio Grando as a left-wing mayor (1993-1997). The continuity of right-wing administrations of the state and of the city reveals the influence of this fraction and the interested it has in the development of tourism and its consequent advertising campaigns, i.e. the promoted new identity of Florianópolis is a product of and a means to keep this group in power.

A expressão acentuada desse *marketing* de capitalismo verde associado ao turismo na cidade se deu nos dois mandatos do prefeito Dário Berger (2005-2013), filiado primeiramente ao PSDB e depois ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Neste período foi deflagrada pela Polícia Federal a Operação Moeda Verde (2007), que investigava a venda de licenças ambientais em Florianópolis, revelando as escusas relações entre o poder público e os empresários do ramo imobiliário. Foram feitas apreensões na Câmara de Vereadores de Florianópolis, Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), FATMA, Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) e na Secretaria Municipal de Obras.

Esta situação colocou à prova a cobertura do Grupo RBS, em especial do *Diário Catarinense*, uma vez que vários envolvidos possuíam relações estreitas com os veículos de mídia do grupo. O vereador de Florianópolis Juarez Silveira e empresários como Fernando Marcondes de Mattos⁷³, dono do Costão do Santinho, *resort* de luxo localizado no norte da ilha, e Hélio Chevarria, então diretor e gerente responsável pelo loteamento Jurerê Internacional⁷⁴ do grupo gaúcho Habitasul, foram presos, assim como servidores públicos. A operação iniciou, justamente, por meio de denúncias sobre irregularidades em um dos empreendimentos imobiliários no loteamento que concentra as classes mais ricas de Florianópolis, o hotel Il Campanario Villagio Resort.

Jurerê Internacional também foi palco da batalha judicial dos *beach clubs*, construídos em área de preservação, que se arrastou por quase duas décadas e foi cuidadosamente acompanhada pelos representantes do Executivo municipal, inclusive com a presença física do prefeito César Souza Júnior (PSD, 2013-2017) em sessão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) sobre o tema⁷⁵. Em 2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por

73 Mattos foi candidato a vice-governador de Santa Catarina, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), em 1986, em chapa encabeçada por Wilson Pedro Kleinübing.

74 A Habitasul lançou a nova etapa da expansão de Jurerê Internacional em 2021 com o lançamento do novo nome do loteamento – Jurerê In (<https://jurerein.com.br>) – e do plano Jurerê Internacional 2050 (<https://www.habitasul.com.br/jurereinternacional2050/>) com forte apelo para a sustentabilidade e integração com o meio ambiente, inclusive buscando certificações como o selo de “Embaixador Capitalismo Consciente Brasil” (<https://ccbrasil.cc/sobre/>) e alinhamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Ver: <https://www.habitasul.com.br/sustentabilidade/>. Acesso em: 26 de fev. 2023.

75 Decisão de demolir *beach clubs* é suspensa até julgamento de recursos. **G1 SC**, Florianópolis, 21 de junho de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/06/decisao-de-demolir-beach-clubs-e-suspensa-ate-julgamento-de-recurso.html>. Acesso em: 26 de fev. 2023.

unanimidade, suspendeu a demolição dos *beach clubs* determinando apenas a remoção das estruturas acrescentadas após 2006 e o pagamento de multa pelo dano ambiental (Coelho, 2019). Em 2020, o TRF4 determinou a prescrição das condenações no âmbito da Moeda Verde, ou seja, praticamente nenhum dos envolvidos cumpriu pena por conta da operação.

Samuel Lima (2007) descreve o visível constrangimento da cobertura do caso, na época, nas páginas do *Diário Catarinense* em comparação ao *A Notícia*. Omissão dos nomes dos donos dos empreendimentos, das acusações que pesavam sobre os envolvidos, enfoques que privilegiaram mais a descrição dos procedimentos da polícia do que a gravidade dos crimes em si são algumas das práticas identificadas pelo pesquisador:

Na hora exata de jogar luz sobre seus parceiros, do campo da política e da economia, fica relativamente visível o constrangimento da cobertura em seus aspectos centrais: das manchetes, escritas com zelo e presunção de inocência incomum nestes casos (se os acusados fossem de outro campo político, certamente) aos enquadramentos de lides e escolha das fotos, bem como de edições de perfis e/ou entrevistas. Nos vários trechos citados, nas reportagens do DC, este viés é perceptível. No papel amplo de ator político e partidário, a mídia acaba se assumindo como dona da agenda pública (LIMA, 2007, p. 105).

As boas relações do Grupo RBS com o Grupo Habitasul nunca foram novidade, sendo que até mesmo as ações de integração da direção do grupo econômico de mídia com seus anunciantes e agências de publicidade eram realizadas nos *beach clubs* de Jurerê Internacional⁷⁶, assim como a edição catarinense do festival musical Planeta Atlântida (1998-2014), promovido durante anos pela RBS em área do Ibiza Club, localizado no bairro, até ser transferido para o Sapiens Park, em Canasvieiras. Além disso, RBS e Habitasul compartilharam dos serviços de propaganda da agência OneWG, que abocanha contas de

76 Grupo RBS reuniu principais anunciantes e agências no evento Top Anunciantes SC 2012. **Acontecendo Aqui**, Florianópolis, 4 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/propaganda/grupo-rbs-reuniu-principais-anunciantes-e-agencias-no-evento-top-anunciantes-sc-2012/>. Acesso em: 26 de fev. 2023.

publicidade públicas – Prefeitura de Florianópolis, Governo de Santa Catarina e Assembleia Legislativa de Santa Catarina, conforme dados do site da agência⁷⁷ – e da D’Araújo propaganda (Silva, 2010, p. 111-113). O poder político, econômico e midiático encontram-se estrategicamente próximos.

Por fim, ao percorrer o material jornalístico dos três veículos, DC, AN e JSC, é possível formular uma indagação que demandaria um estudo mais extenso não sendo possível avaliá-la em profundidade nesta pesquisa devido aos seus possíveis desdobramentos: a conveniência editorial de investir, pontualmente, na produção de reportagens de fôlego visando a conquista de premiações, criando-se assim uma aura de excelência na cobertura de um tema que, cotidianamente, não é contemplado com tanto esmero. Com a redução do número de jornalistas e o lançamento de um novo projeto editorial em 2015 no *DC – Nosso estado de ponto a ponto* – houve a aglutinação de editorias em rótulos mais genéricos (Notícias; Sua Vida; Esportes e Anexo), replicada em sequência no AN e no JSC, o que primeiramente poderia significar uma melhor articulação entre áreas antes especializadas, como de fato deveria ser, e favorecer abordagens diferenciadas ou angulações originais das pautas. Porém os próprios jornalistas indicaram que isso não ocorreu, pelo contrário: o conteúdo foi cada vez mais se reduzindo ao colunismo e aos *releases* das assessorias. A jornalista Mônica Custódio, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que atuou também como assistente de conteúdo no Grupo RBS de 2014 a 2015⁷⁸, trouxe, em seu trabalho de conclusão de curso sobre a precarização do trabalho no *DC*, de 2014 a 2016, um depoimento que ilustra muito bem esse quadro:

Como conteúdo não foi bom. Não se faz nada. Se for ver os conteúdos... Qual é a matéria de economia que o jornal faz? A cobertura de política é pontual. Depois, vira *release* da prefeitura e do governo do estado. O jornal não cobre câmara dos vereadores, assembleia legislativa. Não cobre governo do estado a não ser quando tem coletiva. Eu acredito que isso reflita sim. Acho que hoje os políticos dão pouca

77 Disponível em: <https://onewg.com.br/clientes/>. Acesso em: 27 de fev. 2023.

78 Dados disponíveis no currículo da jornalista na plataforma LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/monicacustodio>. Acesso em: 27 de fev. 2023.

importância ao jornal. Não veem mais o jornal como referência. Você tem ali os colunistas e o resto não tem matéria de político. A não ser nesses períodos como eleições. E elitiza muito a economia. (...) Escolhe-se sempre os mesmos líderes empresariais. Mesmas fontes, não tem diversidade de fontes. O que aquele entrevistado diz é o que já está no site da instituição que ele representa, pode ser FIESC, ACI, CDL. O jornal deixou de ser principal, é um coadjuvante. Ele perdeu o protagonismo (Jornalista 13) (CUSTÓDIO, 2017, p. 34).

Na área ambiental, observamos o caso de prêmios⁷⁹ como o Prêmio FATMA de Jornalismo Ambiental, hoje Prêmio IMA de Jornalismo Ambiental, promovido pelo órgão estadual em parceria com o grupo francês Engie Energia (antiga Tractebel Energia, do grupo franco-belga Suez), “empresa líder em energia renovável do país, atua em geração, comercialização e transmissão de energia elétrica, transporte de gás e soluções energéticas” e “detentora da mais extensa malha de transporte de gás natural do país”, segundo descrição do seu site institucional⁸⁰. A Engie é sediada, no Brasil, em Florianópolis. Ademais, o prêmio FATMA/IMA tem apoio da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), da Associação dos Diários do Interior (ADI), da Associação dos Jornais do Interior (Adjori), da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e TV (Acaert) e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, gerando uma confluência para o fortalecimento da imagem de responsabilidade social dos promotores da premiação junto à sociedade.

Em 2014 o Grupo RBS foi premiado somente na categoria de produção eletrônica por meio da RBS TV (03 prêmios). No ano seguinte, o DC levou o 1º lugar na categoria mídia impressa, com matéria assinada por Angela Bastos⁸¹ e Felipe Carneiro, intitulada *Bendito mar*

79 Pertinente citar outros dois prêmios estaduais, o Prêmio Unochapecó-Caixa de Jornalismo Ambiental (<http://somos.unochapeco.edu.br/jornalismo-ambiental/>) e o Prêmio Expressão de Ecologia, este último, de acordo com seus organizadores focado em divulgar ações de sustentabilidade de entidades, organizações e empresas e incentivar sua replicação. No rol de maiores vencedores do prêmio encontram-se desde a Celulose Irani (8 troféus), que integra o grupo Habitasul, até a Apremavi (11 troféus) e a Engie Energia (16 troféus) (<https://www.editoraexpressao.com/vencedores>).

80 Site: <https://www.engie.com.br>. Acesso em: 28 de fev. 2023.

81 Bastos tem 27 anos de carreira na RBS/NSC e conquistou o posto de “repórter especial” sendo a representante da grande reportagem dentro do jornal, conquistando em 2016 e 2017 o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Tal *status* na redação lhe proporcionou relativa flexibilidade na escolha das pautas e no tempo dedicado a elas, algumas sendo desenvolvidas por mais de um ano.

*de lama*⁸² e produzida em razão do Dia Mundial de Proteção aos Manguezais (aqui temos o peso da efeméride, lembrando que o *AN Verde*, por exemplo, é editado em razão de efemérides ambientais). O AN e o JSC levaram na categoria mídia impressa regional, com as reportagens *A Baía Dividida*⁸³ (AN), um especial sobre a baía da Babitonga, e *Litoral pouco avança no tratamento de esgoto* (JSC). Em 2016, vemos uma maior inserção do DC online, em detrimento do impresso. Nesta edição foram três reportagens do *Diário* premiadas e duas da RBS TV (Florianópolis e Blumenau). Em 2017 foram dois prêmios para o DC (fotojornalismo e internet) e uma menção honrosa para a série multimídia *Turismo no Quintal*, que destacou as doze regiões turísticas do estado, estrategicamente, durante a temporada de verão. A NSC TV levou dois troféus. Na 11ª edição do prêmio, em 2018, o DC ficou com o 1º lugar no impresso e no fotojornalismo e a NSC TV com o 1º e 2º lugar no telejornalismo (Florianópolis e Blumenau).

4.2.2 Percurso metodológico

Como fio condutor dessa pesquisa elegemos a Análise de Discurso (AD) por julgarmos, primeiramente, seu caráter qualitativo e seu alicerçamento histórico na Linguística, no Marxismo e na Psicanálise adequado e compatível com os pressupostos desenvolvidos por essa investigação até então: a não neutralidade, a impossibilidade de uma verdade e objetividade absolutas, o reconhecimento de um sujeito que é assujeitado pela cultura, por processos históricos, sociais e de conhecimento do mundo, e a compreensão de que a dimensão cognitiva humana se desdobra para além de uma base puramente racional. Em segundo lugar, pela clareza da AD quanto à impossibilidade de extração de um sentido único, verdadeiro, num texto⁸⁵, pois não nos relacionamos de forma direta e imediata com o mundo,

82 Disponível em: https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC_mangue/index.html. Acesso em: 27 de fev. 2023.

83 Disponível em: https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_babitonga/baiadividida.html. Acesso em 27 de fev. 2023.

85 Lembrando que *texto* para a Análise do Discurso por de ser tanto texto escrito, audiovisual, uma pintura, um sinal, etc. Da mesma forma, *fala* não se refere unicamente à oralidade e sim ao ato de enunciação discursiva verbal ou não-verbal e *leitura* deve ser encarada como a ação de recepção e construção de sentidos que empreende-se sobre um texto de outro sujeito (Benetti, 2007).

sendo a linguagem um elo de interconexão, o que faz com que o texto *per se* não seja transparente, mas sim opaco, nos dizendo mais sobre os *comos* do que sobre os *o quês* das coisas e fenômenos (Orlandi, 2005, p. 17-18; Benetti, 2007).

Importante ressaltar que a Análise de Discurso Francesa se desenvolve sobre este tripé (Linguística, Marxismo e Psicanálise), entre as décadas de 1960 e 1970, tendo como expoente Michel Pêcheux. A Análise Crítica de Discurso (ACD), por meio da obra de Fairclough, de acordo com o que sintetiza Locatelli (2011, p. 184-187), agrega às formulações de Pêcheux as contribuições de Foucault (perspectivas sociais do discurso), Bakhtin (intertextualidade) Gramsci (hegemonia), Althusser (ideologia) e de Habermas. Van Dijk, teórico também filiado à vertente da Análise de Discurso Crítica, trabalha essas intersecções sob o aspecto de Discurso-Cognição-Sociedade (Van Dijk, 2013).

O discurso é um processo dialógico, no qual se dá uma relação entre sujeitos – alguém que fala/escreve com/para alguém (dimensão intersubjetiva) – e entre distintos sentidos construídos e normalizados socialmente nesse percurso – discursos se relacionam com outros discursos (dimensão interdiscursiva). Além disso, ao enraizar-se na prática da linguagem, do discurso como *movimento*, como *correr por*, como bem lembra Orlandi (2005, p. 15), a Análise do Discurso se baseia naquilo que é mais fundamental para o Jornalismo: a palavra, seja ela escrita ou audiovisual, em seu uso e circulação social. O Jornalismo é, pois, em essência, discurso, ou como bem define Fairclough (2001a, p. 94): o Jornalismo é uma prática social econômica de natureza discursiva.

Ao considerarmos também, tal como Genro Filho (1987) e Meditsch (2002), ser o Jornalismo uma forma social de conhecimento, inferimos que esse conhecimento se recria na medida em que o processo de interação discursiva não se realiza passivamente e é determinado pelo seu contexto, como ilustra a pesquisadora Márcia Benetti (UFRGS):

De forma mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e mútua interferência. De forma mais restrita, a notícia é uma construção social que depende basicamente de seis condições de produção ou existência: a realidade, ou os aspectos manifestos dos acontecimento; os constrangimentos impostos aos jornalistas no sistema organizacional; as narrativas

que orientam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidade das fontes de informação utilizadas e seus interesses (TRAQUINA, 2002). A compreensão dessas condições não é acessória, e sim um pressuposto para qualquer estudo de jornalismo (BENETTI, 2007, p. 110-111).

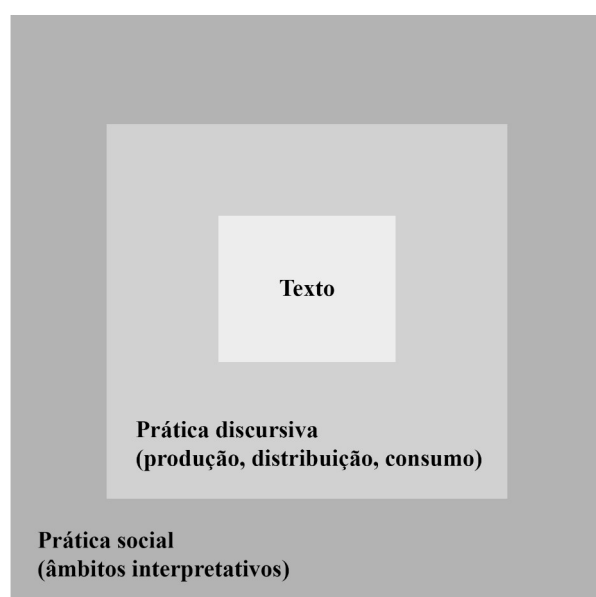
O Jornalismo desempenha um papel crucial na (re)produção simbólica da vida humana nas sociedades contemporâneas, uma vez que, ao tomar a linguagem como matéria-prima, seus sujeitos produtores carregam, intrinsecamente, nas rotinas e procedimentos, as condições sócio-históricas e culturais da própria produção textual e discursiva (Orlandi, 2005; Benetti, 2007; Schwaab, 2007). Deste modo, concordamos também com Ribeiro, Winques e Turci (2021, p. 43-44) na medida em que consideramos que o Jornalismo não serve a um “interesse público” universal e abstrato, mas que seu discurso é resultante das diversas disputas de interesses envolvidas na sua produção e no processo de veiculação. Lage (2014, p. 35) enfatiza a característica espaço-temporal do Jornalismo: seu discurso é um discurso datado no qual restam expostos os “conflitos e interesses de quem manda” e as “angústias de quem obedece”. Também em confluência com os estudos do discurso, Manuel Chaparro, define seu entendimento de Jornalismo enquanto

linguagem macrointerlocutória que, tendo em vista a preservação e o aperfeiçoamento da vida humana, realiza e viabiliza intervenções interessadas na atualidade, com efeitos desorganizativos, reorganizativos e/ou explicativos, que alteram ou podem alterar o mundo real das pessoas (CHAPARRO, 2020, p. 237).

A partir destas considerações, é possível afirmar que a mídia contribui enquanto meio e atividade para a conformação da esfera pública através da geração de consensos (vide o posicionamento destaque conferido à linguagem por Habermas em sua teoria da ação comunicativa, 1981), consensos esses que são construídos e atravessados por ideologias e

estruturas de poder (Fairclough, 2001b, p. 03) como já explicitamos. Portanto, guardadas as semelhanças entre as vertentes francesa (a qual Eni Orlandi e Márcia Benetti se filiam) e inglesa da Análise de Discurso, para fins desta pesquisa privilegiamos a Análise Crítica de Discurso (ACD) de inspiração inglesa cuja expressividade se encontra, especialmente, nas pesquisas de Norman Fairclough, tomando como base referencial para a análise do corpus a proposta tridimensional preconizada pelo autor do discurso enquanto *texto* (âmbito descritivo), *prática discursiva* e *prática social* (âmbitos interpretativos).

FIGURA 1 - reprodução do modelo da concepção tridimensional



Fonte: Fairclough (2001a, p.101)

Van Dijk (2013, p. 353), ao diferenciar a ACD da Análise do Discurso Francesa, a caracteriza pelo foco nos problemas sociais, em especial “no papel do discurso na produção e reprodução do poder ou da dominação”. Isso confere uma quebra de neutralidade ao (à) analista, que se vê obrigado (a) a posicionar-se diante de tais opressões⁸⁶. Ao tratar sobre a

⁸⁶ O comprometimento do (a) analista com as pautas sociais não o (a) habilita para meramente formular “propagandas políticas”. Afinal, como já explicitamos ao longo dessa pesquisa, a completa objetividade é

distribuição desigual de poder predominante nas convenções sociolinguísticas, Fairclough (2001b, p. 01) afirma também que a maioria dos estudos se preocupa majoritariamente em descrever e não em explicar tal fenômeno e, menos ainda, em propor mecanismos para a tomada de consciência e emancipação de grupos historicamente negligenciados ou para a transformação de contextos abusivos. O teórico defende que a língua contribui para a dominação de uns sobre outros – e nessa pesquisa, cabe evidenciar, que os *outros* não se limitam a *outros humanos* – e possui uma importância crucial na produção, manutenção e modificação das relações sociais de poder. Basta refletirmos sobre como a linguagem pode ser tanto um meio de acesso a determinados ambientes (vide a argumentatividade racional tão cara a Habermas, que garantiria a participação dos sujeitos na esfera pública e a influência nos processos decisórios em uma democracia deliberativa), como também de censura ou coerção.

Imaginemos um cenário muito simples, porém recorrente: uma audiência pública sobre a construção de um empreendimento de alto impacto ambiental em uma área tradicionalmente ocupada por populações indígenas, ribeirinhas ou quilombolas ou a construção de uma empresa de ramo altamente poluente nas cercanias de uma comunidade economicamente vulnerável em uma metrópole. Os espaços de administração da Justiça, mesmo quando criados sob a proposta de promover a participação popular, são dominados por uma retórica formalista que impõe àqueles que os adentram o domínio sobre determinados repertórios linguísticos: a profusão de expressões em latim, os termos associados aos documentos e procedimentos legais (petição, embargo, recurso, ajuste de conduta, etc.) são suficientes para desencorajar o engajamento e apartar qualquer cidadão comum de um debate plenamente compreensível. O mesmo acontece com o corpo de Engenharia das empresas ou do poder público, com seus pareceres recheados de dados e termos técnicos.

Este breve exemplo hipotético anterior demonstra como os discursos concebem identidades sociais (quem fala: o juiz, o engenheiro, o morador da comunidade), posições de sujeito (de que lugar fala: enquanto autoridade, aprendiz ou leigo) e sistemas de conhecimento e crença (como fala: cientificamente, teologicamente, etc.):

inalcançável, uma vez que o (a) pesquisador(a) sempre parte fala de lugar cultural, social, econômico e histórico quando da realização de seu trabalho. Desse modo, o comprometimento “não escusa o (a) pesquisador (a) da argumentação racional e da produção de evidências que sustentem suas declarações” (Fairclough, 2001b, p. 04).

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 93).

Certamente não podemos atribuir unicamente à linguagem o papel de manutenção da distribuição desigual de poder, sendo a coerção física forma notória de controle empregado socialmente, em especial, por parte do Estado. Além disso, não podemos considerar que a prática discursiva se dá num âmbito puramente ideal ou abstrato, pois ela se confronta, conforma e se molda na concretude cotidiana, por meio de instituições e atos. Por exemplo, o discurso acadêmico, se relaciona com determinadas práticas sociais (econômicas, políticas, culturais e ideológicas), estruturas, posições dos sujeitos (professor e estudante, de docentes com outros docentes) e de espaços da própria Academia (sala de aula, laboratório, assembleia, etc.). Discurso e estruturas sociais se relacionam dialeticamente, e é a partir desse tensionamento que a transformação se torna possível, caso contrário, nada mudaria ao longo do tempo. Essa busca pela imutabilidade, pela manutenção de um *status quo*, acontece pela apropriação da ideologia como principal ferramenta de conformidade social,

[...] porque a natureza dos pressupostos ideológicos se embutiu em convenções particulares, e assim a natureza dessas próprias convenções, depende das relações de poder subjacentes às convenções; e porque são um meio de legitimar as relações sociais existentes e as diferenças de poder, simplesmente pela recorrência de maneiras comuns e familiares de comportamento, subestimam/normalizam essas relações e diferenças de poder. As ideologias estão intimamente ligada à linguagem, porque usar a linguagem é a forma mais comum de comportamento e a forma de comportamento social em que mais confiamos em suposições de “senso comum”. Mas apesar de sua importância para a linguagem, o conceito de “ideologia” muito raramente figurou em discussões de linguagem e poder dentro linguística, que é ela

mesma sintomática de suas limitações (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 02, tradução e grifos nossos)⁸⁷.

É por meio da ideologia imbricada na linguagem que hierarquias são naturalizadas, classificações não são questionadas e categorias nos soam comuns, sendo utilizadas aqui e lá sem qualquer intencionalidade aparente, sendo, muitas vezes, difícil para o próprio sujeito identificar ou compreender como suas práticas discursivas correntes podem ser/estar impregnadas ideologicamente (Fairclough, 2001a, p. 120).

Ainda considerando ambas as vertentes da Análise de Discurso, Benetti (2016, p. 239) afirma que os sujeitos possuem uma ilusão de controle e de liberdade sobre os sentidos, que se deslocam tanto quanto os próprios, de acordo com a posição a ser ocupada historicamente, materialmente ou culturalmente. Portanto, determinadas formações ideológicas (FI) implicam formações discursivas (FD) particulares, que são agrupamentos textuais dispersos que se reúnem em um mesmo núcleo ou região de sentido (Benetti, 2007; 2016). Uma formação discursiva se diferencia de outra por aquilo que “pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito” (Benetti, 2007, p. 112).

Por exemplo, não se espera que um parlamentar de um partido conservador defenda projetos para descriminalização das drogas, do aborto, em defesa da equidade de gênero e da criminalização da homofobia, uma vez que o conservadorismo, enquanto ideologia, preza pela manutenção de instituições tradicionais (família heteroaferiva, matriz religiosa cristã, patriarcado) e vê nessas proposições ameaças a tais instituições. Estes discursos associam-se ao campo de sentidos da ideologia progressista. A partir disso, é possível detectar, em diferentes sequências discursivas (SD) de um texto ou conjunto de textos, sentidos que se repetem (paráfrase) e aqueles que se abrem para outros processos de significação (polissemia) (Benetti, 2016, p. 241).

87 No original: [...] because the nature of the ideological assumptions embedded in particular conventions, and so the nature of those conventions themselves, depends on the power relations which underlie the conventions; and because they are a means of legitimizing existing social relations and differences of power, simply through the recurrence of ordinary, familiar ways of behaving which take these relations and power differences for granted. Ideologies are closely linked to language, because using language is the commonest form of social behaviour, and the form of social behaviour where we rely most on ‘commonsense’ assumptions.

Já para o analista *crítico* de discurso, a ocorrência dessas aberturas ou rupturas para outros processos de significação é possível a partir do momento em que há uma “problematização das convenções discursivas para os produtores ou intérpretes” a ponto de engendrar a mudança, seja por meio de novas combinações das convenções discursivas já existentes ou de seu uso em situações habitualmente proibitivas (Fairclough, 2001a, p. 127). Um exemplo contemporâneo dessa virada é a adoção de uma linguagem alinhada ao paradigma biocêntrico pela equipe jornalística de *Sumaúma*, projeto já mencionado nesta pesquisa. Em seu manifesto de abertura, são utilizados para/em referência aos seres não humanos verbos e substantivos usualmente reservados somente aos humanos:

Como jornalistas, nos posicionamos ao lado dos povos-floresta na linha de frente da guerra movida contra a natureza. Essa guerra, segundo o Map Biomas, em 2021 **assassinou 18 árvores** por segundo na floresta e, neste momento, quase certamente **mata um número maior**. Essa guerra está obrigando as borboletas a apagar suas cores e se converter em pardas e cinzas, os tons da floresta queimada, para se mimetizar e sobreviver. Essa guerra, em vez de tanques usa tratores e motosserras; em vez de aviões com bombas tradicionais, pulveriza agrotóxicos sobre a terra, os rios e os povos; em vez de navios de combate, usa dragas de garimpo e corrói a **saúde dos rios** com mercúrio; em vez de soldados tradicionais, usa jagunços a soldo e policiais convertidos em milicianos pela usurpação do Estado. Essa guerra é hoje um **massacre**, dada a desproporção das forças, e este massacre precisa acabar (SUMAÚMA, 2022, grifos nossos).

Árvores não são mais cortadas ou abatidas, são *assassinadas*. Rios não são mais avaliados em termos de potabilidade das suas águas, mas em razão da sua *saúde* global. O massacre é interespecies, e não mais uma resultante exclusiva da disfunção das relações humano-humano.

Exposta a perspectiva metodológica deste trabalho, em consonância com os problemas e questões levantadas por essa pesquisa em sua Introdução, partiremos para a exposição dos procedimentos que levaram à constituição do *corpus* da análise, bem como as considerações acerca do contexto de produção.

4.2.2.1 Procedimentos iniciais

A escolha metodológica sempre é um desafio. Para esta pesquisa, subdividimos os procedimentos em duas etapas: a primeira, abrangeu uma Análise de Conteúdo para então chegarmos à segunda, a Análise Crítica de Discurso propriamente. Isso porque, ao nos propormos a uma avaliação de meia década sobre o discurso do Jornalismo Ambiental catarinense, uma das primeiras preocupações foi não apenas a questão da representatividade qualitativa que o *corpus* da análise proporcionaria para validação do estudo, mas também certo cuidado de ordem quantitativa. Por isso, os procedimentos metodológicos iniciais para redução e seleção do corpus até às matérias jornalísticas finais, alvos de fato da Análise Crítica de Discurso, tributam créditos a práticas da Análise de Conteúdo (Júnior, 2005; Manhães, 2005; Guerra, 2006; Moraes; Galiazzi, 2016). No caso deste estudo, evidenciamos o caráter de complementaridade entre as etapas quantitativa e qualitativa, utilizando como orientação inicial para constituição do *corpus* os passos indicados por Júnior (2005, p. 292-293) referentes à amostragem não probabilística de semanas compostas.

Considerando os três jornais impressos selecionados, *Diário Catarinense*, *A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina*, e a sua periodicidade diária no período selecionado, nos deparamos com um universo estimado de 5.475 edições a serem verificadas para a identificação da existência ou não de notícias e reportagens de jornalismo ambiental e sua separação a fim de obtermos um primeiro *corpus* geral. Tendo em vista o elevado volume, contamos, para um recorte estatístico inicial, com o auxílio dos professores do Departamento de Matemática do Campus de Blumenau da Universidade Federal de Santa Catarina (MAT/BNU/UFSC), André Vanderlinde da Silva e Hugo José Lara Urdaneta. De acordo com Urdaneta, uma amostra mínima válida dentro das 5.475 edições, para um grau de confiança de 95% considera-se:

$$n = \text{ceil}(N * no / (N + no)) = 373$$

onde $N=5475$; $no=1/\alpha^2=1/0,05^2$ e *ceil* indica o menor inteiro maior ou igual que

Desse modo, ao chegarmos no número mínimo de 373 (trezentas e setenta e três) edições a serem consultadas (subdivididas em 125 [centro e vinte e cinco] edições por jornal, no mínimo) para garantir uma relevância estatística. A eventual ausência de notícia ou reportagem de jornalismo ambiental na edição consultada também se conformou como dado, tendo em vista que, nesse caso, a ausência de cobertura também pode ser vista como um marcador da importância (ou falta de) editorial concedida a esse tipo de notícia ou reportagem. Para a distribuição das 373 edições a serem filtradas, procedemos a um segundo passo com base na amostragem não probabilística de semanas compostas: elaboramos 05 (cinco) tabelas de distribuição entre os três jornais (Anexo I), considerando uma distribuição entre meses e dias da semana dos cinco anos (2014, 2015, 2016, 2017 e 2018) de modo a garantir – ainda que dentro de um contexto de homogeneidade tendo em vista que os três jornais são de um mesmo grupo de mídia – uma amostra minimamente diversa. Para fechamento da distribuição por ano, acrescentamos 03 (três) edições à coleta, fechando num total de 376 edições para consulta, o que manteve a relevância inicialmente pretendida.

A partir dessa distribuição foi realizada consulta, diretamente à edição indicada pela tabela (dia/mês/ano) formulada previamente, ao arquivo físico dos jornais na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC), em Florianópolis-SC. Cabe ressaltar que, primeiramente, foi estabelecido um contato com a NSC Comunicação (Grupo NC) para obter acesso aos volumes digitais dos três jornais, porém a mesma afirmou não ser possível disponibilizar os itens para a pesquisa por conta de seu “sistema integrado não viabilizar acesso de terceiros, sendo necessário atender aos protocolos de segurança da rede da empresa”. Também foi negado acesso ao arquivo físico da empresa, que possui as edições encadernadas, “em razão da pandemia de Covid-19, não ser permitido o acesso de pessoas externas à organização”, de acordo com e-mails enviados pela organização. Lembrando que os jornais pertenciam ao Grupo RBS, até serem adquiridos pelo Grupo NC em 2016, também foi feito contato, via e-mail, com a sede do Grupo RBS em Porto Alegre-RS. Entretanto, também foi indicada a necessidade de conseguir autorização do Grupo NC para acesso ao material que já se encontrava sob sua gestão. Assim, diante de tais dificuldades e para não atrasarmos demasiadamente o cronograma da pesquisa, procedemos à consulta física e

digitalização de todo o material para registro e sistematização na própria BPSC. As tabelas com a sistematização primária da análise de conteúdo pode ser encontradas nos Anexos.

Outra escolha metodológica, especialmente para a etapa da análise crítica de discurso, foi a priorização dos gêneros que compõem o universo do jornalismo informativo (Melo, 2020), a notícia e a reportagem. Em relação à compreensão conceitual sobre os gêneros jornalísticos, seguimos o entendimento preconizado por José Marques de Melo (2020) por julgá-la condizente ao contexto brasileiro, porém sem nos furtarmos de algumas considerações de ordem reflexiva. O pesquisador advoga que os gêneros informativos (nota, notícia, reportagem, entrevista) se conformam *externamente* à estrutura jornalística e dependem tanto do desenrolar dos acontecimentos em si, quanto da relação entre jornalistas e os envolvidos pela pauta. Já os gêneros opinativos (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta), de acordo com o autor, são condicionados *internamente* pela estrutura jornalística, seja pela angulação ou pela autoria (Melo, 2020, p. 159).

Com base na argumentação previamente realizada sobre o discurso e a ideologia no fazer jornalístico, consideramos que tal definição não pode ser tomada “ao pé da letra” uma vez que a *expressão* dos gêneros informativos é sujeita também às pressões editoriais internas. Como nos lembra Lage (2001, p. 19), muitas vezes o jornalista possui “a ilusão de dominar o fluxo dos acontecimentos apenas porque os contempla”. Do mesmo modo acontece com a experiência profissional dentro de uma estrutura empresarial de comunicação: reconhecer a existência de predeterminações políticas e econômicas no meio não significa tornar-se, automaticamente, consciente delas quando da elaboração do material – a tomada de consciência é um processo de transformação gradual do sujeito produtor, afinal estamos falando de práxis.

O pesquisador Manuel Carlos Chaparro (2020), traz algumas ponderações relevantes à classificação de Melo e pertinentes a esta pesquisa por sua articulação com as teorias do discurso. Ele questiona a diferenciação que o teórico e jornalista alagoano faz sobre os gêneros informativos com base em um critério temporal, pois Melo define os conceitos de nota, notícia e reportagem a partir de uma gradação do desenvolvimento do material jornalístico:

A *nota* corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e na televisão. A *notícia* é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A *reportagem* é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística (MELO, 2020, p. 159, grifos do autor).

A partir disso, Chaparro chama a atenção para o fato de que, nos debates filosóficos e literários sobre os gêneros, os mesmos são definidos pelas *diferenças* formais entre si e não pelas *similaridades*, como acontece na definição estruturada por Melo. Portanto, ao transpor para o Jornalismo as reflexões oriundas do debate literário, Chaparro considera inadequado utilizar a temporalidade como critério de diferenciação dos gêneros informativos, uma vez que há, por exemplo, o agendamento de acontecimentos jornalísticos – uma estratégia recorrente entre instituições, órgãos e entidades políticos, sociais e econômicos.

Deste modo, o pesquisador da USP defende que os gêneros jornalísticos não seriam divididos em *informativos* e *opinativos*, mas sim, em *relatos* e *comentários*, uma vez que informação e opinião sempre estão presentes no texto jornalístico de modo indissociável, “até porque não existe texto dissociado da ação de pensar” (Chaparro, 2020, p. 233). E complementa: “Até a notícia, dita objetiva, construída com informação ‘pura’, resulta de seleções e exclusões deliberadas, controladas pela competência opinativa do jornalista” (Chaparro, 2020, p. 233). O autor recorda também as contribuições do linguista da Análise Crítica do Discurso, Van Dijk, ao expor as considerações do pesquisador neerlandês sobre as *superestruturas* e *macroestruturas* aplicadas ao debate dos gêneros. A primeira relaciona-se com a *forma* e a segunda com o *conteúdo*, de modo que o discurso jornalístico abrigaria, no rol das superestruturas, dois esquemas: a narração para os relatos e a argumentação para os comentários (Chaparro, 2020, p. 238-239).

Nilson Lage, em seu livro clássico *Ideologia e Técnica da Notícia*, afirma que quanto mais o jornalista se mantém preso às aparências de como deveria ser um texto objetivo,

ironicamente, mais interferência da subjetividade há (Lage, 2001, p. 19). A questão reside em encontrar, então, o ponto de equilíbrio. Para o jornalista e pesquisador, a notícia é o “relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante” ou então “o relato de uma transformação ou transporte ou mudança” (aqui aproximando-se da classificação informativa de Chaparro ao enfatizar o elemento relato), e possui dois componentes: um lógico, atrelado a sua estabilidade de organização; e o ideológico, que seleciona e organiza os elementos que compõem a notícia em termos de valores (Lage, 2001, p. 32-34). Adelmo Genro Filho, por sua vez, nos fala não tanto em termos de importância, mas em termos de singularidade, como já discutimos no capítulo anterior⁸⁸.

Lage afirma que a notícia alcançou *status* de um “bem simbólico de consumo universal” devido às suas técnicas de produção e distribuição, especialmente por meio das agências de notícias. Tais agências, sediadas nos polos econômicos globais (Europa e Estados Unidos) dispõem, deste modo, de meios eficazes para a consolidação e hegemonia de uma cultura capitalista, gerada nestes centros de poder, nos demais cantos do mundo. Essa padronização do relato, exportada de forma naturalizada, não é isenta das devidas ponderações críticas:

De fato, a técnica da notícia vincula-se às relações contingentes das sociedades humanas; na comunicação social, o objeto é a sociedade e a comunicação um aspecto de sua existência. Relações contingentes levam à escolha de determinadas opções discursivas, com o abandono de outras; de qualquer modo, a estrutura da notícia representa algo de relativa constância, se comparada com o universo móvel em que se funda a avaliação dos conteúdos noticiados. Quanto a estes, cabe uma discussão crítica, de natureza filosófica (LAGE, 2001, p. 33).

Porém, ao diferenciar a notícia da reportagem, o pesquisador carioca avalia que a notícia não estaria submetida a uma linha editorial ou enfoque, mas a reportagem sim. Para Lage, a

⁸⁸ Nilson Lage (2001, p. 32) observa que o que se considera como “importante” também é uma discussão abstrata que abarca o diálogo com outros dois conceitos amplamente presentes no jornalismo – verdade e interesse humano.

reportagem não trata de fatos novos, mas ocupa-se de relacioná-los “instaurando dado conhecimento do mundo” (Lage, 2001, p. 30). Esta afirmação parece discordante com o exposto até então pelo autor, uma vez que se a notícia também possui em si um componente subjetivo indissociável – seja ele consciente ou não, seja ele de ordem individual (subjetividade do jornalista) ou coletivo (subjetividades em relação numa empresa jornalística) – como é possível afirmar que ela estaria isenta de um enfoque/linha?

Chaparro em sua conceituação sobre notícia e reportagem, tece as seguintes definições: “[...] *notícia é o resumo informativo para a descrição jornalística de um fato relevante que se esgota em si mesmo, e para cuja compreensão bastam as informações que o próprio fato contém*” e reportagem “*como o relato de acontecimento ou acontecimentos com maior ou menor grau de complexidade, para cuja significação ou elucidação sejam necessários saberes contidos na materialidade e nos limites dos fatos*” (Chaparro, 2020, p. 245, grifos do autor). Nilson Lage ressalta tanto em *Ideologia e Técnica da Notícia*, quanto em *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, a constante (re)combinação entre os conceitos de notícia e reportagem, seja pela similaridade na apresentação entre ambas (ordenação dos fatos, seleção, diagramação, etc.), pela descrição de uma seção das redações ou dos procedimentos da profissão ou pelos usos variados dos conceitos em outras línguas como o inglês (*report; news*). Em *A reportagem* o autor chega a equivaler notícia ao conceito de informação jornalística e esse, por sua vez, uma categoria que abrange a reportagem. Porém novamente dá contornos privilegiados à notícia ao enunciar que esta se diferencia ao ser um “rompimento ou a mudança na ocorrência normal dos fatos, [e] pressupõe apresentação bem mais sintética e fragmentária”. E dá sequência afirmando que “a informação jornalística é o espaço privilegiado da reportagem especializada” (Lage, 2014, p. 112-113), o que remete ao gênero reportagem.

Diante do diálogo entre os autores aqui expostos, tomamos como base para essa pesquisa as seguintes premissas relativas à notícia e à reportagem: a) ambas estão dentro do espectro informativo; b) ambas são erigidas sobre fatos/acontecimentos que se desenrolam em um tempo-espaço histórico compartilhado por uma determinada sociedade e, portanto, reais dentro de uma realidade compartilhada; c) a notícia pode gerar reportagens e vice-versa; d) há um consenso de que a reportagem é um gênero que potencializa um espaço discursivo de

aprofundamento da pauta; e e) ambas são constituídas por elementos objetivos e subjetivos indissociáveis e que se relacionam de maneira complexa entre as distintas camadas dos discursos sociais.

Em um primeiro momento, consideramos trabalhar apenas com reportagens, entretanto, pelas características do gênero poderíamos incorrer em uma inconsistência junto à própria proposta da pesquisa de detectar como o jornalismo ambiental se desenrolou, *de modo geral*, pelas páginas cotidianas dos jornais de Santa Catarina em circulação durante o período selecionado. Justamente pela reportagem se configurar como um espaço privilegiado de expressão jornalística e que geralmente o conquista por ocasião de efemérides (Dia do Meio Ambiente, Dia da Árvore, Dia Mundial da Água, etc.), grandes acontecimentos (eventos climáticos extremos, crimes ambientais, etc.) ou em edições com número farto de páginas à disposição, como eram tradicionalmente as edições impressas de domingo, poderia haver uma distorção nos dados. Portanto, agregamos ao escopo também as notícias, como forma típica e corriqueira do Jornalismo, e aquela que mais facilmente é associada ao campo tanto pelos profissionais como pelo público leigo.

Em relação ao recorte temporal escolhido, deparamo-nos com o seguinte cenário em Santa Catarina e no Brasil, nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, que justificam seu enfoque na presente pesquisa:

1. O período escolhido é marcado por fortes transformações no jornalismo hegemônico catarinense: é o momento pré e pós-venda das operações da RBS em Santa Catarina para o Grupo NC. Em 2015 é deflagrada a Operação Zelotes e em 2016 é formalizada a venda dos veículos de um grupo para o outro. É o período prévio à descontinuação dos impressos e migração dos jornais para o ambiente digital. Redações são encolhidas, demissões em massa nos quadros da RBS e também no grupo concorrente começam a ser realizadas.⁸⁸ É um período de finalizações em relação à tradição

88 SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SANTA CATARINA. Contra a irresponsável demissão em massa no grupo RBS. Florianópolis, 05 de agosto de 2014. Disponível em: <https://sjsc.org.br/05/08/2014/contra-a-irresponsavel-demissao-em-massa-no-grupo-rbs/>; SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SANTA CATARINA. RBS e RIC-Record demitem jornalistas em Santa Catarina. Florianópolis, 10 de junho de 2015. Disponível em: <https://sjsc.org.br/10/06/2015/rbs-e-ric-record-demitem-jornalistas-em-santa-catarina/>; SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SANTA CATARINA. Demissões de jornalistas aumentam 180% em 2015. Florianópolis, 08 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://sjsc.org.br/08/01/2016/demissoes-de->

impressa no estado e uma oportunidade única para um diagnóstico de como o jornalismo ambiental se encontrou nesse momento de fechamentos.

2. As tensões políticas se elevam no país após as eleições de 2014, na qual o candidato derrotado à presidência da república Aécio Neves (PSDB) lançou dúvidas sobre a legitimidade do processo eleitoral que levou Dilma Rousseff (PT) ao seu segundo mandato, e com a deflagração da Operação Lava Jato. Em 2016, Rousseff é afastada permanentemente do cargo em um processo de impeachment conturbado classificado por muitos como golpe (Martuscelli, 2020). Os retrocessos ambientais diagnosticados no segundo mandato de Rousseff se aprofundam com a posse de Michel Temer (MDB)⁸⁸, inclusive com impactos diretos em Santa Catarina por meio da Medida Provisória 756/16, com uma emenda do senador catarinense Dalírio Beber (PSDB)⁸⁹ alterando os limites do Parque Nacional de São Joaquim, localizado nos Municípios de Bom Jardim da Serra, Grão Pará, Orleans, Urubici e Lauro Muller. Os parlamentares catarinenses Carmen Zanotto (PPS), Esperidião Amin (PP) e João Paulo Kleinübing (PSD) defenderam a medida argumentando que as áreas retiradas do parque (Parque Eólico, o Eco Parque e Parque Estadual da Pedra Furada) já eram protegidas por meio da legislação estadual e municipal (Agência Câmara, 2017). Entretanto, a movimentação política para supressão de áreas do parque não cessou, sendo que em 2018 um novo projeto de lei (PLS 208/2018) de autoria dos senadores catarinenses Dalirio Beber (PSDB), Paulo Bauer (PSDB) e Dário Berger (MDB) foi protocolado para nova redefinição dos limites do parque nacional. A movimentação favoreceria interesses privados na região, em especial, do turismo e de empresas de geração de energia eólica, de acordo com o Observatório de Justiça e Conservação⁹⁰. Em 2019, o

[jornalistas-aumentaram-180-em-2015/](#).

88 INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. Governo tenta esconder retrocessos ambientais da comunidade internacional. Belém, 20 de set. de 2017. Disponível em: <https://ipam.org.br/governo-tenta-esconder-retrocessos-ambientais-da-comunidade-internacional/>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

89 Medida Provisória nº 756, de 2016, disponível em: [https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127863#:~:text=A%20Medida%20Provisória%20altera%20os,Progresso%2C%20criada%20por%20Decreto%20\(não](https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127863#:~:text=A%20Medida%20Provisória%20altera%20os,Progresso%2C%20criada%20por%20Decreto%20(não). Acesso em: 20 de fev. 2023.

90 OBSERVATÓRIO DE JUSTIÇA E CONSERVAÇÃO. Projeto de Lei pretende mutilar 10 mil hectares do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina. Curitiba, 3 de nov. de 2020. Disponível em:

Instituto do Meio Ambiente (IMA/SC) concedeu licença prévia para a Vilco Energias Renováveis instalar um parque eólico nos limites do parque nacional⁹¹.

3. Em 2014 é realizada a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) no Brasil e, em 2016, os Jogos Olímpicos. As exigências impostas pela FIFA e pelo Comitê Olímpico para a realização dos megaeventos esportivos no país reacendeu os debates sobre os impactos ambientais e o direito ao uso e ocupação dos espaços urbanos. O legado positivo prometido à população é negligenciado, em especial, no tocante à parte ambiental⁹².
4. Em 2015 é firmado o Acordo de Paris durante da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 21), em um esforço de conter o aquecimento global abaixo de 2° C. O Brasil enquanto signatário do Acordo, possui como maior fonte de emissão de gases de efeito estufa a modificação das formas de uso do solo, em especial, o desmatamento (Potenza *et al.*, 2021).
5. Ainda em 2015 há o rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco, *joint-venture* de propriedade da brasileira Vale e da australiana BHP Billiton, em Mariana-MG, um dos mais catastróficos crimes ambientais da história do país. A liberação de milhões de m³ de lama tóxica no meio ambiente (estimada entre 50 e 60

<https://justicaeco.com.br/projeto-de-lei-pretende-mutilar-10-mil-hectares-do-parque-nacional-de-sao-joaquim-em-santa-catarina/>. Acesso em 20 de fev. 2023.

91 WENZEL, Fernanda. Parque Eólico poderá instalar aerogerador a 60 metros do Parque Nacional São Joaquim. **O Eco**, 7 de julho de 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/parque-eolico-podera-instalar-aerogerador-a-60-metros-do-parque-nacional-sao-joaquim/>. Acesso em 20 de fev. 2023.

92 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Brasil deixou de cumprir compromissos relacionados ao legado ambiental dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Brasília, 15 de março de 2017. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/brasil-deixou-de-cumprir-compromissos-relacionados-ao-legado-ambiental-dos-jogos-olimpicos-rio-2016.htm>. Acesso em: 19 de fev. 2023.; SOARES, Lucas. Legado ambiental, a grande dívida da Olimpíada do Rio. **Rádio CBN Globo**, Rio de Janeiro, 02 de julho de 2016. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/grandescoberturas/rio-2016/2016/07/02/LEGADO-AMBIENTAL-A-GRANDE-DIVIDA-DA-OLIMPIADA-DO-RIO.htm>. Acesso em: 19 de fev. 2023.; STOKES, Mary. Copa do Mundo de 2014: a mais poluidora da história. **El País Brasil**, 14 de julho de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/11/sociedad/1405112495_387486.html. Acesso em: 19 de fev. 2023.

milhões) foi considerada, na ocasião, o pior acidente mundial envolvendo barragens no mundo nos últimos 100 anos⁹³.

6. Em Santa Catarina, durante o segundo mandato do governador Raimundo Colombo (PSD), a Assembleia Legislativa do estado aprovou a transformação da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA) em Instituto do Meio Ambiente (IMA) com a justificativa de modernizar o órgão, criado em 1975, e proporcionar maior autonomia por meio da transformação em autarquia. De acordo com a assessoria da FATMA: “A mudança dará mais autonomia para o órgão ambiental fechar convênios e projetos com instituições nacionais e internacionais, modernizar processos e sistemas tecnológicos e instituir licenciamento auto-declaratório com a fiscalização por auditoria” (SDE/SC, 2017). Porém, matéria do portal ND+ de 2021 revelou que, mesmo após o prazo de dois anos para a reestruturação de pessoal do órgão, a mesma nunca foi concluída, prejudicando diretamente as funções de fiscalização e de análises técnicas para efetiva implementação do licenciamento autodeclaratório (Licenciamento por Adesão e Compromisso) utilizado como propaganda da modernização do órgão⁹⁵.
7. Em 2017, como desdobramento da Operação Lava Jato, o ex-diretor da divisão sul da Odebrecht, Paulo Roberto Welzel, cita o envolvimento de políticos de Blumenau-SC em esquemas para manutenção dos contratos da empresa nas áreas de saneamento de água e esgoto no município. Os citados – Décio Lima (PT), Ana Paula Lima (PT), Dalírio Beber (PSDB), Napoleão Bernardes (PSDB) e Jean Kuhlmann (PSD) – negaram qualquer envolvimento com o caso⁹⁶.

93 OLIVEIRA, Noelle. Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos. **Agência Brasil**, Brasília, 15 de jan. de 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>. Acesso em: 19 de fev. 2023.

95 ROLEMBERG, Paulo. Sem reestruturação, servidores do IMA relatam problemas e limitações em SC. **Portal ND+**, Florianópolis, 01 de set. de 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/sem-reestruturacao-servidores-do-ima-relatam-problemas-e-limitacoes-em-sc/>. Acesso em: 19 de fev. 2023.

96 Delação de ex-diretor da Odebrecht detalha envolvimento de políticos de Blumenau. **G1 SC**, Florianópolis, 17 de abril de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/delacao-de-ex-diretor-da-odebrecht-detalha-envolvimento-de-politicos-de-blumenau.ghtml>. Acesso em: 20 de fev. de 2023; Odebrecht deixou de garantir água limpa e esgoto para pagar propina. **Bom Dia Brasil**, 17 de abril de 2017. Disponível em:

8. Por fim, os eventos climáticos extremos não deram trégua no estado no período alvo desta pesquisa. Foram registradas ocorrências como ondas de calor e frio extremo (2014, 2015, 2017), microexplosão atmosférica (2016), tornado (2015), tsunami meteorológico (2016), além das chuvas intensas, recorrentes em Santa Catarina, mas que nem por isso pareceram mobilizar mudanças de infraestrutura significativas a fim de atenuar o impacto dos fenômenos climáticos sobre a população.

4.2.2.1 *Conformação do corpus da análise*

Considerando a escolha de incluir notícias ao escopo da análise e que meio ambiente é um tema intrinsecamente transversal e complexo, como já discutimos nos capítulos anteriores, observamos em ambas as escolhas o que aconselha Bardin (2011, p. 128) acerca da homogeneidade na constituição do *corpus*, já que a finalidade da pesquisa é obter dados sobre a percepção geral do jornalismo ambiental catarinense no período selecionado. Primeiramente foi feita uma abordagem exploratória do material separando, indiscriminadamente, todos os materiais jornalísticos informativos e, inclusive, os opinativos, em consulta direta à edição apontada na planilha de distribuição dos jornais (Anexo I) e suas edições por dia da semana (segunda a sexta-feira e final de semana, conjunto), de acordo com o ano referencial, fechando assim uma amostragem composta estilo ano-base com os três periódicos.

A inclusão dos demais gêneros informativos (nota e entrevista) neste primeiro contato se deu para fins de comparação quantitativa em relação às notícias e reportagens e para verificar se seria possível inferir possível uma fragmentação do debate ambiental em textos rápidos e superficiais, especialmente no formato de notas informativas e/ou opinativas nas colunas, e/ou um possível aumento da presença desse gênero jornalístico nos jornais pós 2016, tendo em vista o cenário de precarização das redações. A título exploratório, anotamos ainda a presença dos gêneros opinativos como editorial, charge, artigo e carta para que nos fornecessem pistas sobre o quanto a temática ambiental mobiliza o registro de

posicionamentos explícitos da própria empresa jornalística, dos eventuais articulistas e dos leitores.

Como pontuamos, o contato com o objeto e a primeira identificação empírica foi feita pela leitura e correlação espontânea. Nesta coleta, foi possível identificar os seguintes temas predominantes: Meio ambiente urbano, gestão e fiscalização ambiental (licenças, alvarás, uso do solo, saneamento básico, coleta de lixo, etc.); Desastres e eventos climáticos (enchentes, ondas de calor e de frio, tornado, previsões, etc.); Turismo, esportes e lazer (natureza como atrativo e meio de lazer e esportes); Gestão de recursos (água, energia elétrica, gás natural, etc); Meio ambiente e economia (agronegócio, agricultura, pecuária, pesca, etc.); Ciência, cultura, cidadania e educação ambiental; e Acidentes, crimes e conflitos socioambientais. Nesta etapa das 376 edições consultadas, 24 não apresentaram conteúdos relativos ao meio ambiente (um percentual de 6,38% do total). Apresentou-se assim o seguinte cenário:

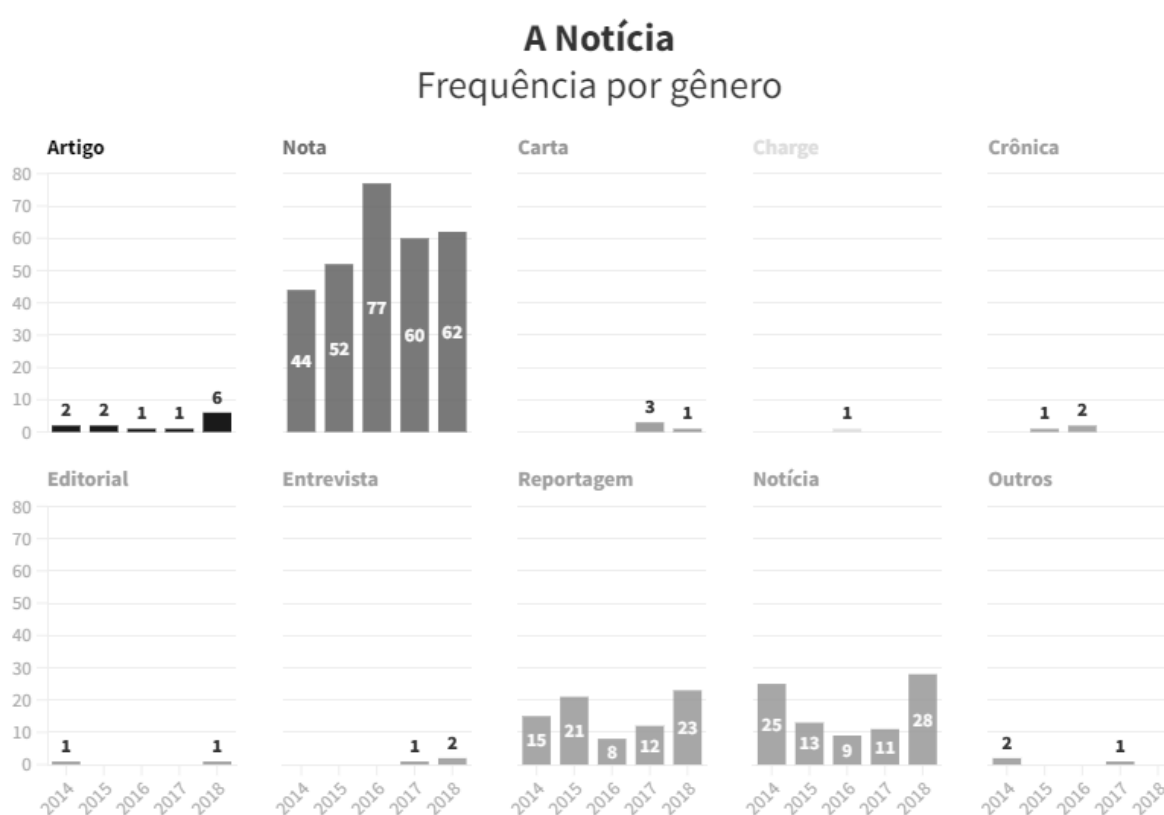
TABELA 1 – Quantitativo de edições e conteúdos registrados por jornal

Ano	Edições consultadas	Jornal	Edições por jornal	Registros por jornal	Ausência de conteúdo ambiental
2014	76	AN	25	90	2
		DC	26	90	0
		JSC	25	78	4
2015	74	AN	25	89	3
		DC	25	111	0
		JSC	24	83	3
2016	75	AN	25	98	3
		DC	25	173	0
		JSC	25	71	1
2017	75	AN	25	89	4
		DC	25	166	0
		JSC	25	124	1
2018	76	AN	25	123	1
		DC	25	130	1
		JSC	26	110	1
Total	376		376	1625	24

Fonte: A autora, 2023.

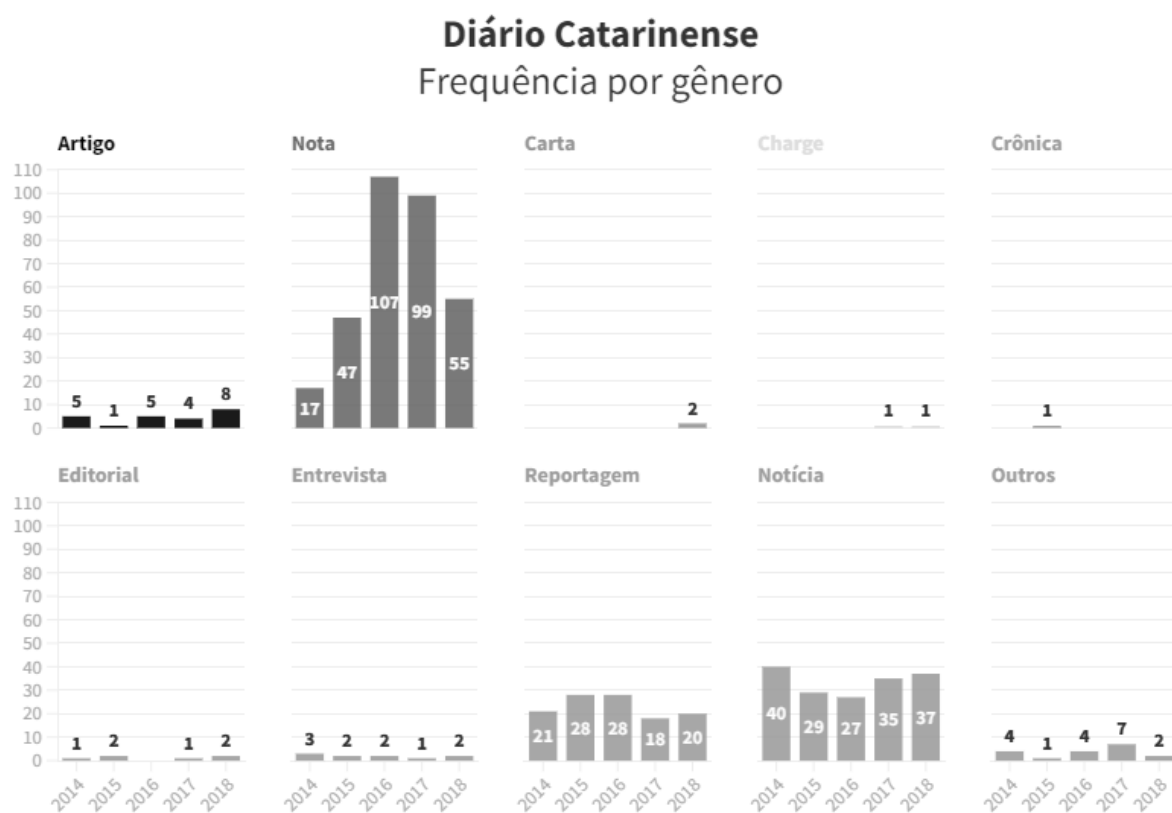
Em uma distribuição detalhada por jornal, ano e gêneros jornalísticos, verificamos a seguinte frequência:

GRÁFICO 1 – AN: Distribuição dos conteúdos registrados por gênero e ano



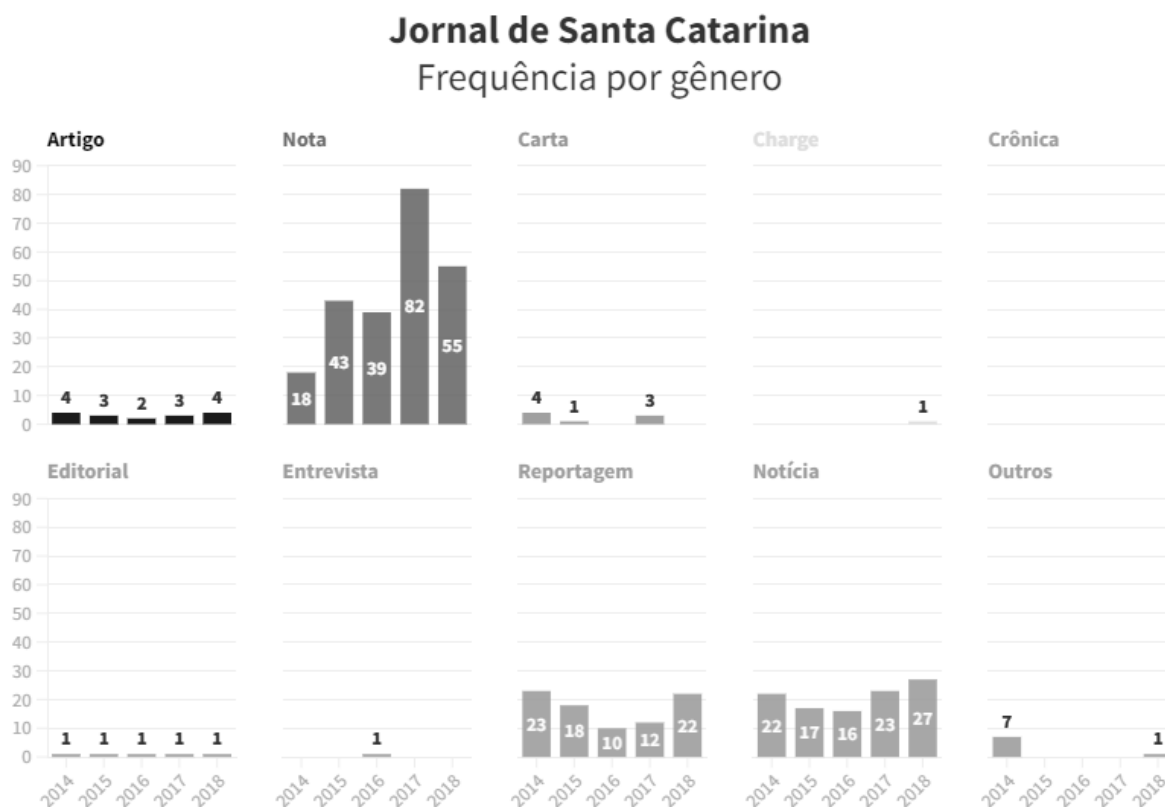
Fonte: A autora, 2023.

GRÁFICO 2 – DC: Distribuição dos conteúdos registrados por gênero e ano



Fonte: A autora. 2023.

GRÁFICO 3 – JSC: Distribuição dos conteúdos registrados por gênero e ano



Fonte: A autora, 2023.

A avaliação dos três gráficos deixa visível a preponderância da nota, havendo um salto deste gênero a partir de 2016, sendo mais perceptível no DC – no JSC isso ocorre em 2017. Podemos inferir que o novo projeto gráfico adotado pelo Grupo RBS, ao final de 2015, (*Nosso estado de ponto a ponto*) primeiramente no DC e adaptado para AN e JSC em sequência, privilegiou a profusão deste gênero, que mescla em determinados momentos características mais opinativas típicas do comentário e, em outros momentos, se mantém apenas no âmbito declaratório, especialmente quando adentra o rol de figuras políticas. Também verificamos que os colunistas possuem o hábito de salientar temas correlatos ao meio ambiente em seus espaços editoriais, pelo menos uma vez por mês a cada ano, em casos mais expressivos chegando a oito vezes. Válido esclarecer que na categoria “Outros” foram

incluídas reportagens fotográficas, infográficos e conteúdos pagos que, apesar de utilizarem das mesmas técnicas de produção textual do jornalismo, são discretamente apontados com uma cartola de “informe comercial” ou então de maneira menos velada, como suplementos encartados de anunciantes.

Em uma avaliação de todo o período, o *Diário Catarinense* foi o periódico com maior incidência de notícias e reportagens com conteúdos relacionados ao meio ambiente, seguido por *Jornal de Santa Catarina* e *A Notícia*:

TABELA 2 – Notícias e reportagens, por jornal, com temas relacionados ao meio ambiente

Jornal	Total Notícia	Total Reportagem
DC	168	115
JSC	105	85
AN	86	79

Fonte: A autora, 2023.

Ao proceder a um novo corte relacionando o gênero e o tema, considerando os seguintes identificadores para cada tema – **ID 1** Meio ambiente urbano, gestão e fiscalização ambiental (licenças, alvarás, uso do solo, saneamento básico, coleta de lixo, etc.); **ID 2** Desastres e eventos climáticos (enchentes, ondas de calor e de frio, tornado, previsões do tempo, etc.); **ID 3** Turismo, esportes e lazer (natureza como atrativo e meio de lazer e esportes); **ID 4** Gestão de recursos (água, energia elétrica, gás natural, etc); **ID 5** Meio ambiente e economia (agronegócio, agricultura, pecuária, pesca, etc.); **ID 6** Ciência, cultura, cidadania e educação ambiental; e **ID 7** Acidentes, crimes e conflitos socioambientais – obtivemos o seguinte resultado:

TABELA 3 – Relação gênero/tema Notícia

Notícia									
Ano	Jornal	ID 1	ID 2	ID 3	ID 4	ID 5	ID 6	ID 7	Total
2014	AN	8	5	2	1	2	3	4	25
	DC	5	6	5	6	8	5	5	40
	JSC	4	4	1	4	2	4	3	22
2015	AN	3	4	1	1	0	3	1	13
	DC	8	7	5	1	1	4	3	29
	JSC	8	4	1	0	1	1	2	17
2016	AN	4	2	0	1	0	2	0	9
	DC	10	4	1	1	2	4	5	27
	JSC	1	7	1	0	4	0	3	16
2017	AN	5	3	1	1	0	0	1	11
	DC	6	6	1	8	5	2	7	35
	JSC	6	7	3	2	3	1	1	23
2018	AN	8	5	0	3	2	6	4	28
	DC	10	4	8	4	5	1	5	37
	JSC	7	9	4	0	3	2	2	27
Total		93	77	34	33	38	38	46	359

Fonte: A autora, 2023.

TABELA 4 – Relação gênero/tema Reportagem

Reportagem									
Ano	Jornal	ID 1	ID 2	ID 3	ID 4	ID 5	ID 6	ID 7	Total
2014	AN	4	2	1	1	1	2	4	15
	DC	3	4	7	1	0	3	3	21
	JSC	8	1	4	4	3	2	1	23
2015	AN	2	8	2	0	3	3	3	21
	DC	4	4	5	0	6	7	2	28
	JSC	9	5	1	1	0	1	1	18
2016	AN	2	1	3	0	0	2	0	8
	DC	6	3	8	2	4	3	2	28
	JSC	5	1	1	0	0	2	1	10
2017	AN	1	3	2	1	0	3	2	12
	DC	2	7	3	0	1	1	4	18
	JSC	3	2	3	1	1	0	2	12
2018	AN	10	0	4	1	5	3	0	23
	DC	8	2	2	2	2	3	1	20
	JSC	4	7	3	0	3	5	0	22
Total		71	50	49	14	29	40	26	279

Fonte: A autora, 2023.

A partir deste levantamento inferimos que as questões ambientais relacionadas especialmente ao cotidiano urbano como a concessão de licenças e alvarás ambientais, gestão e fiscalização ambiental (**ID 1**) predominam sobre os demais temas. Obras de infraestrutura, licenciamento de empreendimentos públicos e privados, a prestação dos serviços de empresas contratadas pelos municípios para a coleta de lixo e saneamento básico, e as alterações legislativas que versam sobre uso e parcelamento de solos, ocupação, preservação de matas próximas a rios, córregos e nascentes, dentre outras de matéria similar, ganham notoriedade e debate na imprensa a medida que a pressão da urbanização avança sobre o meio ambiente reorganizando a própria relação dos habitantes humanos e não humanos com estes espaços.

Em segundo lugar, temos as notícias e reportagens relacionadas a desastres e eventos climáticos (**ID 2**). De acordo com dados do Atlas Digital de Desastres no Brasil⁹⁷ (BRASIL, 2022), entre 2014 e 2018, Santa Catarina registrou 1.411 ocorrências (inundações, ondas de frio e calor, enxurradas, estiagem e seca, tornado, vendavais, chuvas intensas, dentre outros) afetando 3.851.703 pessoas, dentre as quais 206.814 ficaram desabrigadas ou desalojadas. Somados, os danos totais chegaram a ordem de R\$2,84 bilhões e os prejuízos a R\$5,37 bilhões. Registrados ainda, no período, quarenta óbitos relacionados a estes fenômenos. Os municípios que mais computaram ocorrências foram os localizados na porção Norte do estado (Jaraguá do Sul, Itaiópolis, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Papanduva, Major Vieira e Porto União).

Aqui cabe uma reflexão sobre como ambos os tópicos se correlacionam diretamente. A mitigação dos efeitos de eventos climáticos extremos passa, necessariamente, pela adoção de políticas públicas que não apenas amparem a população quando da ocorrência destes eventos, mas que visem à prevenção – programas habitacionais que retirem populações que ocupam áreas de risco, como encostas e planícies inundáveis; planos de adaptação climática incorporados aos planos diretores; política de resíduos que garanta a destinação adequada; dentre outros – assim como uma atuação forte na gestão e fiscalização ambiental. Ao

97 Disponível em: <https://atlas.ceped.ufsc.br/paginas/index.xhtml>. Acesso em: 25 de mar. 2023.

conectarmos esses tópicos, resta claro que há um caminho a ser percorrido para que um *fenômeno natural* e se transforme em um *desastre socioambiental*, como afirma de maneira certa Siebert (2012):

O transbordamento de um rio, em período de precipitações intensas, é um fenômeno natural que causa a inundação da planície fluvial que forma o seu leito secundário. Este transbordamento só se transformará em um desastre, se as margens do rio tiverem sido ocupadas por assentamentos humanos. Por este motivo, empregamos o termo “desastre socioambiental” e não “desastre natural” por entender que os desastres são socialmente construídos (MATTEDI *et al.*; 2009, p. 15; SIEBERT, 2009, p.40) (SIEBERT, p. 03, 2012).

Detalhando os dados da tabela anterior por jornal e tema, observamos o seguinte panorama:

TABELA 5 – relação gênero notícia x tema, por jornal

A Notícia						
Tema	2014	2015	2016	2017	2018	Total
ID1	8	3	4	5	8	28
ID2	5	4	2	3	5	19
ID3	2	1	0	1	0	4
ID4	1	1	1	1	3	7
ID5	2	0	0	0	2	4
ID6	3	3	2	0	6	14
ID7	4	1	0	1	4	10
Diário Catarinense						
Tema	2014	2015	2016	2017	2018	Total
ID1	5	8	10	6	10	39
ID2	6	7	4	6	4	27
ID3	5	5	1	1	8	20

ID4	6	1	1	8	4	20
ID5	8	1	2	5	5	21
ID6	5	4	4	2	1	16
ID7	5	3	5	7	5	25
Jornal de Santa Catarina						
Tema	2014	2015	2016	2017	2018	Total
ID1	4	8	1	6	7	26
ID2	4	4	7	7	9	31
ID3	1	1	1	3	4	10
ID4	4	0	0	2	0	6
ID5	2	1	4	3	3	13
ID6	4	1	0	1	2	8
ID7	3	2	3	1	2	11

Fonte: A autora, 2023.

TABELA 6 – relação gênero **reportagem x tema**, por jornal

A Notícia						
Tema	2014	2015	2016	2017	2018	Total
ID1	4	2	2	1	10	19
ID2	2	8	1	3	0	14
ID3	1	2	3	2	4	12
ID4	1	0	0	1	1	3
ID5	1	3	0	0	5	9
ID6	2	3	2	3	3	13
ID7	4	3	0	2	0	9
Diário Catarinense						
Tema	2014	2015	2016	2017	2018	Total
ID1	3	4	6	2	8	23
ID2	4	4	3	7	2	20
ID3	7	5	8	3	2	25
ID4	1	0	2	0	2	5

ID5	0	6	4	1	2	13
ID6	3	7	3	1	3	17
ID7	3	2	2	4	1	12
Jornal de Santa Catarina						
Tema	2014	2015	2016	2017	2018	Total
ID1	8	9	5	3	4	29
ID2	1	5	1	2	7	16
ID3	4	1	1	3	3	12
ID4	4	1	0	1	0	6
ID5	3	0	0	1	3	7
ID6	2	1	2	0	5	10
ID7	1	1	1	2	0	5

Fonte: A autora, 2023.

Neste recorte podemos visualizar que, em relação às notícias, *A Notícia* e *Diário Catarinense* somam um maior número de material vinculado à **ID 1**, enquanto que no *Jornal de Santa Catarina* a **ID 2** foi preponderante, característica que pode estar associada com o histórico do Vale do Itajaí em relação à atenção aos desastres, em especial as enchentes, e à próxima relação regional com a Defesa Civil (em 2017, destaque para notícia sobre realização do Simpósio Municipal de Defesa Civil, no chamado “Julho Laranja” de prevenção aos desastres, com atividades junto à comunidade).

Nas reportagens, *A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina* somam maioria na **ID 1**, enquanto que no *Diário Catarinense* a **ID 3** (turismo, esportes e lazer) se expressa em maior volume, o que se alinha ao indicado pelo estudo de Silva (2010). Na ID 3 foram identificadas notícias e reportagens que enfatizam: os efeitos do clima sobre a ocupação hoteleira no estado (frio na Serra, calor no Litoral); as belezas naturais do estado, em especial, das praias na temporada de verão; a tentativa de posicionar Santa Catarina novamente na rota dos cruzeiros turísticos, particularmente em Balneário Camboriú, Itajaí e Florianópolis; as festas típicas catarinenses baseadas em elementos da pesca e da agricultura local; e atividades de esporte e

lazer na natureza como cicloturismo, trilhas, montanhismo, surf, dentre outras. Há ainda matérias nas quais o (a) repórter viajou a convite de agências de turismo (02).

Em relação à **ID 6** (Ciência, cultura, cidadania e educação ambiental), o *Diário Catarinense* foi o que contabilizou a maior parte do material tanto em notícias (16), quanto em reportagens (17), seguido de *A Notícia* (14; 13) e *Jornal de Santa Catarina* (8; 10). No somatório global de reportagens e notícias, dos três jornais, durante os cinco anos, temos 78 matérias que enfatizam aspectos de ciência, cultura, cidadania e educação ambiental, o que chega a ínfima marca de 15,6 matérias ao ano, ou seja, no máximo 1,3 notícia ou reportagem por mês. Nesta categoria foram identificados ainda o mesmo material sob nomes diferentes nos anos de 2014 (DC e JSC, 01) e de 2018 (AN e JSC, 01). Esse é um dado que se revela alarmante quando pensamos no aspecto pedagógico do jornalismo ambiental debatido no capítulo anterior. Outro ponto que se sobressai na ID 6 é o foco nas ações com escolas (11) e mutirões comunitários (4), especialmente relacionados a hortas comunitárias, coleta de lixo e conscientização sobre o uso da água.

Nas relações entre meio ambiente e economia (**ID5**) receberam destaque os reflexos climáticos benéficos e maléficos sobre a produção agrícola, industrial e no comércio varejista; a manipulação genética de animais (peixes, aves, suínos, bovinos) e plantas para incremento da produção alimentícia; e transações e comércio portuário, com atenção especial ao Porto de Itajaí. A gestão de recursos (**ID 4**) foi enfatizada particularmente nos momentos de crise hídrica pela falta de chuvas, que impactam não apenas o abastecimento e acesso à água, como também a geração de energia elétrica. As iniciativas de produção solar também despontaram, assim como a variação das tarifas de água, luz e gás natural, esta última com efeito direto na atividade industrial do estado. Outro ponto recorrente foi o desabastecimento de água ou energia em decorrência da deficiência pública no planejamento e na prestação dos serviços e, também, durante a temporada de verão quando ocorre a superlotação desordenada de cidades litorâneas, com destaque para Florianópolis.

Em uma terceira rodada de filtragem, também com foco específico nas notícias e reportagens, utilizamos como critério a presença das mesmas na capa dos impressos. Esse critério versa tanto sobre o lugar de destaque (ou não) editorialmente concedido ao tema em

questão no jornal do dia, como também se configura no primeiro contato que o leitor tem com a edição do dia. Deste modo, chegamos ao seguinte cenário:

TABELA 7 – Distribuição de notícias e reportagens de capa por ano

Ano	Jornal	Notícia	Reportagem	Total
2014	AN	5	12	17
	DC	13	11	24
	JSC	11	13	24
2015	AN	5	16	21
	DC	6	18	24
	JSC	5	13	18
2016	AN	3	7	10
	DC	6	14	20
	JSC	6	5	11
2017	AN	4	10	14
	DC	2	12	14
	JSC	7	10	17
2018	AN	5	14	19
	DC	4	8	12
	JSC	8	15	23
Total		90	178	268

Fonte: A autora, 2023.

Em uma divisão simples, podemos verificar que ao longo de cinco anos, somados os três impressos, temos uma média de 53,6 capas por ano, ou seja, 4,46 capas/mês ou pelo menos 01 por semana. Isso significa que conteúdos que atravessam a temática ambiental ganharam menos de uma semana de destaque, por mês, nos veículos do Grupo RBS/NC.

Destas 268 reportagens e notícias passamos para uma análise qualitativa ao retomarmos então os critérios e funções do jornalismo ambiental debatidos no Capítulo II. Elaboramos uma nova tabela analítica (Anexo II) na qual foram estabelecidos critérios avaliativos para as notícias e reportagens de acordo com as funções apontadas por: Bueno (2007) – pedagógica, informativa e política; Pezzullo e Cox (2018) – pragmática e constitutiva; e de acordo com os critérios para aferição de qualidade do jornalismo ambiental

elencados por Rögener e Wormer (2017): 1) ausência de alarmismos ou banalização (riscos e oportunidades nem exagerados, nem minimizados); 2) documentação (estudos, fatos e números sobre questões ambientais – elucidação das evidências); 3) especialistas, transparência de fontes e conflitos de interesse (menção a fontes de alegações e avaliações factuais; grau de independência e objetividade dessas fontes são mencionados e declarações centrais são apoiadas por ao menos duas fontes); 4) visões a favor e contra (apresentação de visões essenciais e relevantes); 5) *releases* (reportagens vão muito além dos *releases*); 6) novidade (explicar se o problema é novo ou recém-descoberto, se é uma tecnologia ambiental inovadora ou uma nova solução; regulamentação potencial ou semelhante, ou se já existe); 7) soluções potenciais e caminhos de ação, sem *greenwashing* (descrição de formas de resolução ou de se evitar a questão ambiental); 8. dimensão geográfica (local, regional, global; apresentação de escala geográfica do problema ambiental e conexão entre as perspectivas); 9) dimensão temporal (sustentabilidade; escala temporal do problema ou fenômeno); e 10) contexto ou custos (considerar aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos do tema ambiental, além dos científicos, de saúde e técnicos).

A função pragmática apontada por Pezzullo e Cox (2018), de caráter instrumental (informar, educar, persuadir, alertar, requisitar, rejeitar), engloba as funções elencadas por Bueno (2007): informar/função informativa; educar/função pedagógica; persuadir, alertar, requisitar, rejeitar/função política. Já na questão constitutiva – que versa sobre os modos, verbais ou não, sob os quais negociamos nossas relações, valores e significados – podemos estabelecer como parâmetro dois modos discutidos ao longo deste trabalho: um vinculado ao antropocentrismo e outro ao biocentrismo, considerando nossas interações com o meio ambiente. Quanto aos critérios qualitativos identificados por Rögener e Wormer (2017), eles se inserem dentro das práticas de apuração jornalística, assim como nas questões éticas da própria profissão quando advertem, por exemplo, para os cuidados com o sensacionalismo, seja no sentido de maximizar ou minimizar as questões que se apresentam na pauta.

A partir desta confluência entre os autores e autoras, propusemos então cinco critérios qualitativos para esta etapa: 1) **pluralismo de fontes (PF)** – aferição se há pluralidade nas fontes (retomando que várias fontes não significa, necessariamente, pluralidade), bem como se há prevalência de fontes documentais, oficiais, de *experts* ou de uma mesma posição

ideológica em detrimento de outras; 2) **caráter pedagógico (CP)** – a notícia/reportagem traz elementos para ampliar a compreensão sobre as causas ou consequências dos fenômenos reportados? Este caráter pedagógico é instrumental ou consegue abarcar outras dimensões da educação a partir de uma perspectiva freiriana, ou seja, enquanto forma de intervenção no mundo?; 3) **contextualização e dimensionamento (CD)** – a notícia/reportagem se preocupa em trazer elementos sociais, econômicos, culturais e ambientais que possibilitem uma maior compreensão sobre o tema, as escalas de abrangência ou intensidade?; 4) **mobilização (MB)** – a notícia/reportagem evidencia aspectos de responsabilidade social e política (atores políticos, privados, soluções possíveis, etc.) dos envolvidos na matéria, trazendo ao público informações que possibilitem o exercício de sua cidadania ecológica ou a reivindicação da mesma?; e por fim 5) **constituição (CT)** – a notícia/reportagem contribui para a constituição de novos sentidos discursivos acerca da relação humano/ambiente para além do paradigma antropocêntrico, rumo a uma abordagem biocêntrica?

Os critérios qualitativos aqui consolidados representam ainda um alinhamento com a Análise Crítica do Discurso, uma vez que dialogam com o entendimento de que os textos, enquanto elementos sociais, possuem efeitos causais concretos – sendo estes efeitos mediados pelo processo de criação de sentidos, porém não necessariamente imediatos, pois suas consequências podem responder a distintos padrões de regularidade temporal. Também é válido retomar a ponderação feita por Fairclough (2003) sobre uma abordagem construtivista de tipo não radical aplicada ao texto ou discurso, uma vez que apesar de construirmos textualmente o mundo social de diversas formas, seja pelas representações ou imagens, o efeito destas sobre a própria construção social é dependente de múltiplos fatores, incluindo como a realidade concreta presente se encontra construída no momento da própria análise, quem a está construindo, dentre outros aspectos (Fairclough, 2003, p. 08-09).

Com estes cinco critérios em tela, foi produzida uma nova tabela para conferir pontuações às 268 notícias e reportagens de capa (Anexo II). Para cada critério, foi atribuída uma pontuação de 0 (zero) a 3 (três), da seguinte maneira: a) 0 a menor avaliação (zero – não contribui para o critério qualitativo); b) 1 (um – pouco contribui); c) 2 (dois – contribui razoavelmente); e d) 3 (três – contribui satisfatoriamente). Desta maneira, a pontuação máxima possível para uma notícia/reportagem foi de 15 (quinze) pontos, a qual indicaria uma

contribuição discursivamente satisfatória em todos os critérios para o jornalismo ambiental. Ao final, obtivemos 31 matérias (28 reportagens e 3 notícias) que pontuaram pelo menos 1 (um) em todos os critérios elencados. Apenas cinco matérias alcançaram pontuação superior a 10 (dez) e destas, somente três computaram pelo menos 1 ponto em todos os critérios.

4.3 ANÁLISE DO CORPUS

Como desdobramento da perspectiva metodológica crítica adotada, nesta seção nos dedicamos a correlacionar texto, prática discursiva (produção, consumo, distribuição) e prática social (política, ideológica), conforme proposta de Fairclough (2001a). Dessa maneira, abarcamos uma dimensão descritiva (texto) e uma dimensão interpretativa (práticas). Para compreensão do discurso do jornalismo ambiental catarinense é essencial localizá-lo contextualmente para melhor apreendermos e identificarmos quais sentidos são (re)afirmados como hegemônicos, como se (re) posicionam esses sentidos dentro da dinâmica dos diferentes grupos sociais, econômicos e culturais, e como a partir disso se (re)significam experiências coletivas na relação com o meio ambiente a fim de observarmos suas (não) contribuições à efetivação dos direitos humanos e da Natureza.

4.3.1 Visão geral

Em um apanhado geral dos aspectos verificados durante esta primeira jornada de avaliação qualitativa das 268 matérias (notícias e reportagens), valem nota algumas características da cobertura.

No tocante às fontes (PF), houve uma notória preponderância de fontes oficiais ou do setor empresarial e também do “jornalismo de relatoria”, no qual basicamente a notícia ou reportagem esmiúça uma série de dados de boletins de ocorrência, relatórios e legislações. No caso de eventos climáticos, boletins meteorológicos e relatórios da Defesa Civil foram fontes

primárias, seguidos dos representantes do órgão⁹⁸. Outra constatação foi a falta de conexão dos dados com elementos do cotidiano que facilitassem a sua compreensão, por exemplo: “[...] entre 17h e 19h choveu acumulado médio de 85 milímetros, um volume considerado muito alto” (DC, 17/01/2018, p. 11). Por que esse volume é considerado alto? Qual a média de uma chuva “branda”? Como podemos traduzir esses milímetros em uma imagem mais concreta e visual para o leitor? Essa deficiência de tradução dos dados foi detectada vastamente em todo o material jornalístico analisado.

De igual forma, nas pautas sobre turismo preponderaram as declarações, falas e cobranças de secretários de estado, presidentes de associações e sindicatos ligados ao setor. A preocupação em manter a imagem do estado como uma “joia de belezas naturais” foi tamanha, que chegou a estar presente até mesmo nas reportagens sobre desastres. Em uma delas, no *Diário Catarinense* (*Temporada de reconstrução*, 13 e 14/01/2018, p. 16), ao lado de uma foto que toma quase uma página tabloide inteira, na qual um morador do bairro Itacorubi, em Florianópolis, retira com uma pá a lama e a água da sua casa após uma inundação, encontrou-se o seguinte parágrafo:

Mesmo com os estragos e com a previsão de semanas chuvosas daqui para frente, a expectativa do turismo se mantém otimista para a temporada, o secretário estadual da pasta, Leonel Pavan (PSDB), avalia que o setor não sofreu grandes prejuízos e que a imagem do Estado também não sai prejudicada.

– A infraestrutura das cidades, claro, foi prejudicada, mas o turismo em si não sofreu grande impacto. Não houve cancelamento de voos e de hospedagem, por exemplo – informa o secretário.

Mesmo quando há relatos de problemas relacionados à interrupção ou colapso de serviços como água, luz e saneamento na temporada de verão (dezembro a fevereiro) em

98 A Defesa Civil catarinense foi elevada ao status de secretaria de estado em 2011, sendo rebaixada e vinculada ao Gabinete do Governador em 2019 e novamente alçada ao patamar de secretaria em 2023 com a denominação de Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil – dados extraídos do próprio site da Defesa Civil: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/institucional/>, em 07 de mai. de 2023.

razão da alta ocupação sem a existência de infraestrutura adequada, não houve um detalhamento em si ou foi sublinhado que “apesar dos problemas, os turistas querem voltar para Santa Catarina”. As conexões entre a poluição das praias, pela falta de saneamento e extravasamento de esgoto *in natura* no mar, e o aumento de doenças na população na temporada foram pouco exploradas do ponto de vista crítico, desestimulando a mobilização cidadã para que o poder público tomasse medidas efetivas para a solução dos problemas ambientais. Na reportagem *Casos de virose crescem 500%* (DC, 12/01/2016, p. 08) há uma entrevista com um infectologista sobre as gastroenterites e duas falas, uma do diretor de Vigilância Epidemiológica do estado e outra da gerente de Vigilância Epidemiológica de Florianópolis. A prefeitura de Florianópolis não relacionou os casos à poluição e a reportagem tampouco examinou a contradição de forma crítica ao não trazer outras fontes para o debate.

Em uma outra reportagem sobre turismo de negócios em SC, uma das retrancas, intitulada *Mídia internacional ajuda a divulgar Florianópolis* (DC, 21/05/2014, p. 05), apresentou matéria publicada internacionalmente como destaque positivo para a captação de turistas estrangeiros. O texto “positivo” em questão tratou-se de reportagem de duas páginas publicada sobre Florianópolis em revista do tabloide britânico *The Sun*, conhecido por seu sensacionalismo, na qual figuraram três mulheres brancas na praia de biquíni e maiô, com o título *Land of the Beautiful* – que pode ser traduzido como *Terra dos belos (as)*. Uma repórter do veículo internacional foi levada por uma agência de turismo da cidade para conhecer a Praia Mole, Jurerê Internacional e um dos seus *beach clubs*, o Café de la Musique, para confirmar a fama de “cidade de gente bonita”. Neste caso, apresentou-se um reforço da imagem de Florianópolis como uma ilha de belezas naturais e de “gente bonita”, ou seja, pessoas brancas, jovens e de capital econômico elevado que frequentam espaços como, por exemplo, os *beach clubs*.

Ainda sobre as fontes, identificaram-se ocasiões em que as mesmas são ocultadas, como foi possível verificar na reportagem *Concessões são oficializadas* (10/06/2015, p. 04-05), do *A Notícia*, sobre obras no porto de São Francisco do Sul e duplicação da BR-280:

Quando a concessão da rodovia foi anunciada, lideranças empresariais e políticas da região Norte consultadas pela reportagem de “AN” encararam a medida como a melhor alternativa à falta de recursos públicos, mas cobraram uma definição rápida de um modelo para agilizar a duplicação.

Quais e quem são essas lideranças políticas e empresariais que cobram por definições? Locatelli (2011) explorou esta faceta do ocultamento em sua tese, a partir dos estudos de Weber (2006) sobre a visibilidade e as tensões geradas entre os domínios público e o privado. Uma vez que apenas é possível demandar um sujeito que é visível, ou seja, que existe, a partir do momento em que não são definidos quem ou quais são esses sujeitos, primeiramente há prejuízos ao quesito de credibilidade – uma vez que dificulta-se a formação de uma imagem pública de tal sujeito – e também limita-se a possibilidade de disputas dentro da arena argumentativa acerca de determinada questão na qual este “sujeito incerto” se coloca.

Um outro tipo de ocultamento detectado foi de ordem contextual/referencial na matéria *Funai deixa de esclarecer destino de R\$ 11 milhões* (DC, 13/08/2014, p. 09). Em uma das retrancas na qual foi citada uma crítica feita pela ONG Centro de Trabalho Indigenista (CTI) à série de reportagens *Terra Contestada*, feita pelo *Diário Catarinense* sobre a demarcação do Morro dos Cavalos, em Palhoça-SC, a reportagem do DC contra argumentou a CTI evidenciando uma confusão, por parte da ONG, quando da elaboração da sua crítica, uma vez que haveria mais de um processo em andamento referente à demarcação. Entretanto, um ponto crucial de contextualização da crítica não foi desdobrado pela reportagem, que foi o posicionamento contrário da CTI à contratação do antropólogo Edward Luz, pela FATMA, para a elaboração de parecer sobre a demarcação, juntado a um dos processos sob justificativa de incapacidade técnica e científica.

O antropólogo, que foi expulso da Associação Brasileira de Antropologia (que inclusive lançou nota neste episódio⁹⁹), acumulava processos por calúnia, desacato e obstrução à fiscalização ambiental¹⁰⁰, além de ter recebido a alcunha de “antropólogo dos

99

Disponível

em:

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/32_Nota_da_CAI_quanto_ao_processo_demarcatório_da_Terra_Indígena_Morro_dos_Cavalos_e_à_série_de_reportagens_Terra_Contestada.pdf. Acesso em 7 de mai de 2023.

100 Ver: MPF pede R\$ 100 mil de indenização ao povo Kayapó por atos racistas de antropólogo contra o cacique Raoni. **Ministério Público Federal (MPF)**, Brasília, 19 de set de 2022. Disponível em:

ruralistas” por sua postura anti-indígena. Dois anos depois (02/01/2016), a repórter Aline Torres, na reportagem *Autor de laudo que questiona tribo foi expulso da Associação de Antropologia*, para o *El País Brasil*, retomou o tema elucidando as ligações de Luz com uma missão evangelizadora sediada nos Estados Unidos e complementa:

Edward também foi desligado por unanimidade do Núcleo de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília. Entretanto, a Fatma o contratou, sem ele nunca ter publicado trabalho acadêmico sobre o povo Guarani. O presidente da Fatma, Alexandre Waltrick Rates, justifica que, assim como as referências de Edward são questionadas por alguns, há restrições do Estado quanto aos outros profissionais que fizeram laudos na área.

Positivamente, no tocante às fontes, encontramos em uma das reportagens sobre a passagem do tornado pelo município de Xanxerê-SC, em 2015, um casal homoafetivo como entrevistados (fontes primárias). João Pereira e Juliano Pereira relataram os momentos em que sua casa foi danificada pelo fenômeno. Esse apontamento, em princípio poderia parecer banal – entretanto, foi o único caso identificado entre as fontes todo o material avaliado na etapa de pontuação qualitativa. A simples constatação de que pessoas LGBTQIAPN+ podem existir, ou seja, serem visíveis, para além das pautas afetas ao universo LGBTQIAPN+ ainda parece ser uma barreira dentro das redações. Na avaliação geral da reportagem, a predominância foi de fontes oficiais (ministros, governador, defesa civil, prefeito).

Em relação ao caráter pedagógico (CP), das 268 notícias e reportagens analisadas, 179 (mais de 66%) apresentaram pontuação 0 ou 1 (não contribui/pouco contribui). Apenas 12 apresentaram pontuação máxima (3), sendo majoritariamente reportagens (11). Foram encontrados erros conceituais e de nomenclatura ambiental. O apoio de infográficos, mapas ou ilustrações para compreensão das matérias, que também auxiliam no critério de contextualização e dimensionamento (CD), é utilizado de maneira eventual e foi identificado

<https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-r-100-mil-de-indenizacao-ao-povo-kayapo-por-atos-racistas-de-antropologo-contra-o-cacique-raoni>. Acesso em: 7 de mai de 2023.

em uma variedade de temas, desde reportagens que abordam, por exemplo, fenômenos climáticos extremos (em AN, 21/04/2015, *Destruição no Oeste*; AN, 09/06/2014, *Médio Vale em alerta*), à questões de exploração econômica (DC, 07/01/2015, *Ministério diz que fez ampla pesquisa*; JSC, 02/06/2016, *Um porto para transatlânticos*; AN, 08 e 09/09/2018, *Novo traçado para o trem no Norte de SC*), comportamento e saúde (JSC, 21 e 22/06/2014, *Qual é o seu frio?*; (DC, 11/07/2015, *Alertas do frio no corpo*), e turismo (JSC, 28/02/2018, *Alargamento da Praia Central de Balneário Camboriú custará até R\$ 105 milhões*; DC, 24/01/2015, *SC planeja receber navios do exterior na próxima temporada*).

Quanto aos critérios de mobilização (MB) e constituição (CT) o cenário geral observado foi deficitário. Somente duas reportagens tiveram pontuação máxima (3) em relação à mobilização (função política), ambas do AN no ano de 2017: *Como estão nossos cartões-postais?* (28 e 29/01/2017) e *Dia para avaliar novo projeto portuário* (14/09/2017). A primeira foi produzida por Alex Sander Magdyel, então estagiário de jornalismo na redação do AN na época. Durante oito dias ele verificou todos os pontos turísticos e de lazer ao ar livre, como praças, parques e jardins em Joinville, para averiguar as condições de conservação destes espaços públicos para a população. Após o diagnóstico apresentado pela reportagem, a prefeitura se manifestou, por meio de nota da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), afirmando que estava realizando um levantamento para a recuperação das áreas degradadas e manutenção das estruturas de uso público.

Essa reportagem provocou alguns questionamentos pertinentes quando observada sob a perspectiva do direito à cidade, ao lazer e ao meio ambiente. Ambientes públicos de lazer com acesso gratuito são opções concretas para a convivência de diversos grupos sociais e possibilitam a construção de sociabilidades para além da lógica do trabalho. Neste aspecto, a falta de manutenção e de cuidado nestes espaços pode ser um indicativo de quem, de fato, é considerado cidadão (aqui provocando a retomada do vínculo do termo cidadão/cidade) pelo poder público (Pavez; Diaz, 2018).

A segunda reportagem alcançou a pontuação pelo fato de informar não só a data, local e hora da audiência pública destinada a debater o plano de instalação de projeto portuário na

baía da Babitonga¹⁰¹ em área de preservação, como também a forma como os moradores poderiam se deslocar até a audiência (transporte). Em adição, foram retomadas antigas notícias sobre o tema (contextualização), como o posicionamento contrário dos moradores ao empreendimento, externado em discussão prévia realizada na Câmara de Vereadores do município de Joinville seis meses antes da publicação. Como forma de enriquecer o conteúdo, poderiam também ter sido contempladas pelo texto informações acerca da relação dos moradores locais com a região em questão, adicionando aos dados aspectos de ordem histórica e cultural que permeiam a formação (meta)cidadã dessa população.

Uma reportagem de capa sobre a proposta de instalação do mesmo porto (em edição de fim de semana – AN, 02 e 03/12/2017 – não contemplada pelo *corpus* da análise de conteúdo em razão da técnica de distribuição), trouxe em destaque a manchete “Paisagem em debate”. Foram duas páginas completas dedicadas ao tema, que é destrinchado em cinco pontos com base no estudo de impacto ambiental: fauna e vegetação; solo, água e atmosfera; atividade de pesca; mobilidade e condições de vida; e paisagem e patrimônio. Porém, novamente, todas as fontes citadas ou são documentais ou especialistas, não houve sequer um morador ou pescador local entrevistado, reforçando a carência de pluralidade no material jornalístico do Grupo RBS e NC.

Na análise em relação ao critério de constituição (CT), a pontuação máxima alcançada foi 2 (contribui razoavelmente), em 7 matérias (03 notícias e 04 reportagens). O antropocentrismo foi a base predominante de constituição dos sentidos nas/das relações com o meio ambiente. Foram encontradas manchetes como *Serra faz mais uma vítima* (AN, 15/01/2014), que sugerem a responsabilidade ou causa dos acidentes de trânsito a uma formação geográfica (serra), à “Natureza má”, enquanto agente (é a Serra que age, ela *faz* uma vítima), como se fosse uma pessoa, e não aos responsáveis de fato: os agentes públicos e a sua inação quanto à vistoria periódica da estrada (iluminação, asfalto, sinalização, áreas de recuo, redutores de velocidade) e na fiscalização do tráfego, em especial, dos caminhões de carga

101 O projeto do Porto Brasil Sul teve a Licença Ambiental Prévia (LAP) negada em 2020. Os responsáveis pelo empreendimento manifestaram que “A empresa buscará todas as ações administrativas e legais para dar continuidade ao projeto”. Nota de Esclarecimento – Processo de licenciamento do Porto Brasil Sul, disponível em: <http://portobrasilsul.com.br/esclarecimento-sobre-o-processo-de-licenciamento-porto-brasil-sul/>. Acesso em: 25 jun. de 2023.

que transitam pelo local sem manutenção nos freios e com peso acima do recomendável para os veículos e para a via.

No caso das notícias e reportagens sobre eventos climáticos extremos, o padrão seguiu o mesmo: são as chuvas que *matam*, causam *prejuízos*, *caos*, *agonia*, etc., (JSC, 05/03/2014, *A agonia da chuva*; DC, 15/07/2015, *Chuva mata duas pessoas e afeta 2 mil*; DC, 26 e 27/03/2016, *Fortes chuvas causam prejuízo no Estado*; AN, 24/02/2017, *Depois da chuva, é hora do caos*), mas nunca a falta de planejamento, os licenciamentos indevidos, a falta de políticas de habitação e de adaptação climática para os ambientes urbanos assentados, o racismo ambiental (Silva, 2012) e tantos outros fatores já levantados ao longo desta pesquisa, frutos de políticas públicas econômicas, sociais e ambientais conduzidas por pessoas tomadoras de decisões e que, logo, aceitaram os riscos socioambientais inculcados em cada uma das escolhas.

No caso do tornado no Oeste catarinense registrado em 2015, a falta de peças no radar meteorológico de Lontras (DC, 22/04/2015) e a demora para a instalação de outros equipamentos semelhantes em outras regiões do estado – permitindo uma maior abrangência e previsibilidade de fenômenos extremos – é mencionada em uma das reportagens, acompanhada da observação de que “Mesmo se estivesse funcionando, o radar meteorológico de Lontras – em fase de testes desde setembro, não poderia ter previsto os tornados” (DC, 22/04/2015, p.08). Porém, então, quais seriam as demais opções para minimizar os danos e aumentar a segurança da população exposta a esse tipo de evento? Quatro meses depois, na edição de 18/08/2015 (p. 07), o meteorologista do Grupo RBS Leandro Puchalski, escreve um comentário para a reportagem *SC aguarda dois novos radares* no qual defende que apenas radares não são suficientes para evitar desastres, mas que a instalação destes equipamentos deve ser feita acompanhada de outras medidas de prevenção – mas não exemplifica quais poderiam ser essas medidas.

Leves concessões no discurso antropocêntrico foram observadas em relação aos animais domésticos e seu bem-estar, em abordagens que englobaram desde a responsabilidade pública em relação aos animais abandonados e o controle de zoonoses (JSC, 01/04/2014, *Esperança para cães e gatos*; JSC, 18/07/2014, *Animais. Centro tem prazo para abrir até o*

fim do mês; JSC, 10/10/2014, *Centro de animais sem alvará*; AN, 12/12/2018, *Centro de animais segue fechado*), ao lazer (AN, 11/12/2017, *Parque para cães é inaugurado em Joinville*) e até mesmo na segurança pública (JSC, 27/03/2018, *Reforço de quatro patas*). De qualquer forma, os animais domésticos são vistos enquanto bens (possuem donos/proprietários), e/ou instrumentos para um determinado fim, como é o caso do uso de cães na força policial para a busca de drogas, armas e foragidos, e a preocupação com a sua saúde e lazer está atrelada à saúde humana (zoonoses) e ao benefício da relação oriunda do convívio das famílias humanas.

Quantos aos animais abatidos em larga escala pela indústria de alimentos (especialmente suínos e aves, em Santa Catarina), estes não são alvo de preocupação, as descrições se limitam ao volume de exportações, à vantagem competitiva do estado por causa de seu *status* de área livre de aftosa sem vacinação e às perspectivas de ampliação que gerem empregos e investimentos nos municípios que abrigam as plantas de produção de carne (DC, 22/06/2015, *Agroindústria impulsiona SC*). A esquizofrenia moral, conceito de Gary Francione discutido por Daniela Caniçali Martins Pinto (2021, p. 161-170), sobre os animais não humanos (quais animais não humanos são dignos de compaixão e cuidado, e quais não são), fica clara quando comparamos o tratamento dispensado às vacas, bois, galinhas, porcos, por exemplo, daquele em relação aos cães e gatos. “Esse fato por si expressa a arbitrariedade e hipocrisia na nossa relação com as demais espécies.

Por vezes, até mesmo animais da mesma espécie recebem tratamentos completamente diferentes conforme os ‘usos’ a que se destinam” (Pinto, 2021, p. 167). Um caso típico no estado que retrata esse comportamento em relação aos usos são os bovinos que, ao mesmo tempo em que não podem estar presentes na Farra do Boi (JSC, 10/03/2015, *PM revê plano contra farra do boi*), em razão dos maus tratos aos quais são submetidos, mas que podem ser sujeitados sistematicamente a um ciclo de vida formatado para o abate ou extração intensiva de leite que lhes inflige sofrimento prolongado.

4.3.2 Análise discursiva individualizada: reportagens selecionadas

Após a avaliação qualitativa, apenas 05 (cinco) reportagens obtiveram pontuação acima de 10 (dez). Destas, entretanto, duas obtiveram avaliação 0 (zero) em pelo menos um dos cinco critérios qualitativos. Considerando que, para caracterização enquanto jornalismo ambiental, todos os elementos qualitativos relacionados devem estar presentes na notícia/reportagem, em maior ou menor grau, restaram apenas 03 (três) reportagens com pontuação acima de 10 (dez), e com pontuação mínima de 01 (um) em todos os critérios, a saber:

1. **Jornal:** A Notícia

Data: 05/06/2014

Título: *Sem aterro público, rejeitos acabam em lugar inadequado*

Gênero: Reportagem

Editoria: Caderno AN Verde

Autoria: Luisa Martin

Identificador: ID 01

2. **Jornal:** Diário Catarinense

Data: 10/11/2015

Título: *Descobridor de espécies*

Gênero: Reportagem

Editoria: Notícias

Autoria: Hyury Potter

Identificador: ID 06

3. **Jornal:** A Notícia

Data: 02/09/2016

Título: *Turismo e lazer em sintonia*

Gênero: Reportagem

Editoria: Notícias

Autoria: Claudia Morriesen, Jean Balbinotti, Maykon Lammerhirt e Gabriela Florência

Identificador: ID 03

Com esse *corpus* final, partimos então para a análise discursiva crítica detalhada de cada uma delas, tomando como fio condutor a análise tridimensional de Fairclough (2001a) – discurso enquanto *texto* (âmbito descritivo), *prática discursiva* e *prática social* (âmbitos interpretativos). Mesmo quando procedemos à análise no âmbito descritivo, textual, estamos, ao mesmo tempo, interconectando esta ao estrato interpretativo, pois todas as camadas do discurso se relacionam dialeticamente. É isso o que permite ao discurso (considerada sua dimensão prática, enquanto ação/ato) operar mudanças na realidade do mundo e sobre as pessoas, assim como os modos de representação que surgem a partir/em razão dessas práticas.

As práticas sociais são responsáveis por mediar e organizar as relações entre estruturas sociais (economia, classe social, parentesco, etc.) e os eventos, podendo ser encaradas como “modos de controlar a seleção de certas possibilidades estruturais e a exclusão de outras e a retenção destas seleções ao longo do tempo, em áreas particulares da vida social” (Fairclough, 2003, p. 23, tradução nossa). Como bem levantado por Locatelli (2011) em sua tese, as práticas sociais encontram em suas funções correlações com as abordagens do enquadramento (*framing*) na Comunicação:

De modo mais usual, enquadramento tende a ser compreendido como um processo pelo qual as pessoas desenvolvem uma determinada forma de perceber um problema ou orientar o pensamento sobre um assunto. Quando associado à comunicação, a noção de enquadramento tende a ser compreendida como uma comunicação que "organiza a realidade cotidiana" (Tuchman, 1978), fornece um significado para os "acontecimentos" (Gamson e Modigliani, 1987, 1989) e promove e promove "definições particulares e interpretações de questões políticas" (Shah *et al.* 2002) (LOCATELLI, 2011, p. 188).

Fairclough exemplifica a definição das práticas sociais a partir de uma diferenciação entre as práticas de ensino e pesquisa e práticas de gestão. Ambas são afetadas a diferentes instituições, setores e locais simbólicos da vida social. Entretanto a estreita relação entre ambas na sociedade capitalista contemporânea tem levado cada vez mais a uma “gerencialização” ou “mercantilização” da educação superior e da pesquisa – basta considerarmos que hoje não basta você ser um (a) bom (boa) pesquisador (a), você também tem que ser responsável pela captação de recursos para financiamento da pesquisa, defendê-la perante comitês nas universidades e institutos, elaborar relatórios periódicos de resultados, etc.

Dentro deste contexto do novo capitalismo (como Fairclough denomina o presente período econômico) há, assim, uma proliferação dos “gêneros promocionais” que privilegiam abordagens focadas na venda – seja ela de serviços, marcas, organizações, indivíduos ou, como observamos no estudo de Silva (2010), cidades. O meio ambiente não passa imune a essas pressões, estando também sujeito à colonização discursiva pelo mercado, quando tematizado pela esfera pública e, por consequência, pelo Jornalismo. Nesta linha, Fairclough considera a mídia uma das áreas da vida social mais sujeitas à falta de fronteiras claras entre práticas, em razão da hibridização interdiscursiva: notícias e entretenimento/publicidade, fatos e ficções e etc. se mesclam ao ponto do(s) público(s) não reconhecer mais quais estruturas definem o quê (Fairclough, 2003, p. 30-35).

Os elementos abarcados pelas práticas sociais (relações sociais, ações e interações, pessoas, mundo material, discursos) se articulam de diversas maneiras e se associam a diferentes áreas da vida social. Fairclough (2003, p. 26-27) destaca três tipos principais de sentidos textuais – Ação, Representação e Identificação – e também três formas principais em

que o discurso se exprime na prática social coordenado com esses tipos de sentidos: gêneros (modos de ação); discursos (modos de representação) e estilos (modos de ser)¹⁰². Em resumo, “Gêneros, discursos e estilos são, respectivamente, *formas* relativamente estáveis e duráveis de agir, representar e identificar. São identificados como elementos de ordens de discurso ao nível das práticas sociais” (Fairclough, 2003, p. 28, tradução nossa, grifo do autor). Para detalhar a relação dialética estabelecida entre os sentidos de texto, Fairclough recorre a três eixos que compõem obra foucaltiana – conhecimento, poder e ética – e também busca em Bourdieu uma correlação possível do sentido textual da Identificação com o *habitus* (disposições incorporadas que o sujeito possui de agir ou ver as coisas de determinada maneira baseado em suas experiências e socialização):

Representação tem a ver com conhecimento, mas também deste modo com 'controle sobre as coisas'; Ação tem a ver geralmente com relações com os outros, mas também 'ação sobre outros', e poder. Identificação tem a ver com as relações consigo mesmo, ética, e o 'sujeito moral' (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28, tradução nossa).

Sinteticamente, podemos expressar esta etapa final como: uma análise discursiva que toma como objeto a prática jornalística (e, por consequência, o conhecimento gerado por meio desta prática), quando revestida do gênero reportagem e os discursos ambientais presentes nesta prática (enquanto jornalismo ambiental), que está inserida em um contexto econômico globalizado e capitalista, no qual o antropocentrismo enquanto paradigma científico e constitutivo dos sujeitos – desde a modernidade até a contemporaneidade – se mantém hegemônico, tanto na concentração e/ou distribuição do poder e do reconhecimento entre os humanos em suas relações sociais e políticas (democracia; metacidadanias), quanto nas relações interespécies (direitos humanos e direitos da Natureza).

102 “Observe que ‘discurso’ está sendo usado aqui em dois sentidos: abstratamente, como um substantivo abstrato, significando linguagem e outros tipos de semiose como elementos da vida social; mais concretamente, como um substantivo contável, significando formas particulares de representar parte do mundo” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26, tradução nossa).

4.3.2.1 *A Notícia – Sem aterro público, rejeitos acabam em lugar inadequado*

A reportagem de duas páginas do *A Notícia* compõe o Caderno *AN Verde*, editado no Dia Mundial do Meio Ambiente (05/06/2014). Como tema principal do caderno para a efeméride, foi escolhido o destino dos resíduos sólidos em Joinville-SC, maior cidade catarinense e polo industrial que concentra empresas do setor metalmeccânico, de plásticos, de têxteis, entre outros. Apesar de o discurso publicitário não ser alvo desta pesquisa, julgamos importante salientar sua presença no espaço do caderno especial, pela correlação entre forças políticas e econômicas socialmente presentes. Na página que antecede a reportagem (que compõe uma série com outras duas no *AN Verde*) encontramos um anúncio de página inteira, tabloide, da fundição Tupy (multinacional brasileira com sede em Joinville) na qual a empresa dá visibilidade, em números, às suas ações de reciclagem de sucatas metálicas, tratamento de efluentes, destinação adequada de seus resíduos sólidos e os investimentos em gestão ambiental. Em destaque, ao final, a frase: “Já deu para perceber que, na hora de cuidar do planeta, nós não economizamos”.

Já dentro do espaço de diagramação reservado à reportagem, na sua segunda página, há um anúncio publicitário de duas colunas, que ocupa a altura de meia página, da Veolia, multinacional francesa com atuação em gestão da água, resíduos e energia. Em seu site oficial¹⁰³, a empresa afirma ter como ambição “tornar-se a empresa de referência da transformação ecológica”. Na foto que ilustra o anúncio, uma criança branca do sexo feminino abraça um globo terrestre com sorriso no rosto, com uma frase acima que diz “Envolve o planeta, abraça o meio ambiente”. Abaixo, um texto alusivo ao Dia Mundial do Meio Ambiente, no qual a empresa afirma estar “cada vez mais envolvida com a preservação ambiental” e que diariamente aplica “tecnologias que garantem a integridade do meio ambiente e promovem a qualidade de vida das pessoas”. Finaliza com um chamado para a ação: “Proteger a natureza é obrigação de cada um, é dever de todo nós. Envolve-se e abraça o nosso planeta para preservar a vida”. A empresa não deixa claro, no entanto, quais são tais

103 Site: <https://www.veolia.com/latamib/pt/quem-somos/o-grupo-veolia-no-mundo>. Acesso em: 9 de jul de 2023.

tecnologias empregadas ou como é possível envolver-se ativamente na proteção do meio ambiente.

Partindo para a reportagem, seu tema principal foi a falta de destinação adequada para resíduos especiais, particularmente aqueles oriundos de atividades da construção civil, em Joinville. Sem um centro para recolhimento e processamentos destes materiais, os mesmos estavam sendo descartados inadequadamente em áreas próximas à nascente do Rio Cachoeira, neste caso, em ponto localizado na rua Rui Barbosa, no bairro Costa e Silva, na rua Daniel Becker, no bairro Jardim Iririú e a avenida Beira Mangue (identificada na reportagem apenas como “a rua que circunda o manguezal próximo ao CEI Espinheiros”), no bairro Comasa.

A pontuação qualitativa ficou assim distribuída:

PF	CP	CD	MB	CT	Total
3	2	2	1	2	10

Lembrando que:

PF – pluralismo de fontes
 CP – caráter pedagógico
 CD – contextualização e dimensionamento
 MB – mobilização
 CT – constituição

Pontuação:

0 - não contribui
 1 - pouco contribui
 2 - contribui razoavelmente
 3 - contribui satisfatoriamente

Em um primeiro momento, tendo como base os critérios qualitativos elencados na etapa anterior, foi possível averiguar:

1. Pluralismo de fontes: a seleção de fontes foi além da relatoria documental ou do poder público ou dos *experts* (acadêmicos, profissionais técnicos, etc.), incorporando depoimentos dos moradores (ainda que de apenas um dos bairros citados na reportagem). Houve um equilíbrio de gênero, pois observamos como fontes três homens e três mulheres, uma delas, entretanto, não teve o nome divulgado, sendo identificada de forma genérica:

- Virgínia Barros – professora e engenheira ambiental
- Débora Jaretta Magna – coordenadora do núcleo de resíduos da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville (Fundema)
- Eleandro Felício – morador da rua Daniel Becker, onde há o despejo ilegal dos resíduos. Identificado como bacharel em Direito.
- Antônio Hipólito – morador da rua Daniel Becker, onde há o despejo ilegal dos resíduos.
- Vizinha da frente da casa de Antônio (nome não identificado) – moradora da rua Daniel Becker, onde há o despejo ilegal dos resíduos.
- Ivan Kisner – identificado como gerente. A reportagem é falha em determinar qual a organização na qual a fonte exerce tal cargo. Inferimos pelo texto que é gerente de alguma empresa de recolhimento de resíduos.

2. Caráter pedagógico: trouxe elementos para reflexão e educação do leitor, tais como possíveis alternativas de uso dos resíduos, as consequências da destinação inadequada (vetores de doenças, impermeabilização do solo, enchentes, etc.), a periculosidade de alguns dos materiais para a saúde humana e traz ainda um quadro (*box*) com as classes dos resíduos (A, B, C ou D) e qual a destinação adequada para cada uma. Porém, houve a repetição de erros conceituais ao longo do texto.

3. Contextualização e dimensionamento: indicou que não havia previsão para instalação de aterro próprio para receber os resíduos no município, nem uma política de recolhimentos dos pequenos produtores deste tipo de material, descartado em reformas ou construções. Para os empreendimentos maiores, a reportagem ressaltou a obrigatoriedade, para as construtoras, de um plano de resíduos para obtenção da licença ambiental. Tratando-se de um caderno especial, consideramos ainda a interconexão entre os demais textos do *AN Verde*.

4. Mobilização: de acordo com a reportagem, um dos moradores, Eleandro, realizou denúncias e realizou a solicitação de placas para evitar o despejo ilegal dos materiais na rua. Foi apontado como uma das pessoas que fiscalizava o local. Mencionou-se que não há previsão, por parte da prefeitura, para a implantação de uma coleta de resíduos especiais, mas também não houve uma cobrança mais efetiva sobre o tema¹⁰⁴.

5. Constituição: logo no início do texto, uma das entrevistadas declarou “O rio já nasce morto”, uma metáfora que transfere uma qualidade/condição possível aos seres vivos ao rio, neste caso, também considerado um ente passível de possuir ou comportar vida. Essa metáfora acompanha uma forma comum na língua portuguesa que é a atribuição do verbo nascer aos rios: assim como um rio nasce (e não simplesmente se origina, brota, surge, aflora ou emerge) ele também morre. Em uma avaliação geral, predominou o referencial antropocêntrico.

Partindo para a primeira etapa de análise do texto, de ordem descritiva, tratando-se de uma produção jornalística nos moldes informativos houve a predominância da impessoalidade no texto. A repórter, Luiza Martin (que produziu todos os textos do caderno, três reportagens no total), manteve o uso da terceira pessoa e, nas sentenças, predominou o tom afirmativo e o tempo presente. Intercalaram-se os discursos indireto e direto, com a narração dos fatos e os depoimentos das fontes. A reportagem se dividiu em três retrancas: a primeira sobre a ausência de coleta e destinação adequada para os resíduos de construção, a segunda sobre os

104 No mesmo caderno, a reportagem *Solução a caminho* (p. 6-7), se propôs a desenvolver melhor esse tema, mas ainda assim, o fez de forma refratária.

impactos do descarte inadequado dos resíduos e a terceira focada nos depoimentos dos moradores da rua Daniel Becker.

Em uma primeira sequência discursiva, retirada do primeiro parágrafo da reportagem, identificamos um erro perpetuado em outras partes do texto, que foi o uso dos termos *rejeitos*, *resíduos* e *dejetos* como sinônimos quando, na verdade, não o são:

*(R1.SD1) Nem no próximo mês ou no próximo ano. Não há previsão para que Joinville possa lidar adequadamente com os **resíduos** especiais – principalmente sobras de construção civil – que produz. A cidade não tem aterro público para depósito deste tipo de **dejeito**. Na região, os dois que hoje recebem gesso, tijolos, cimento e outros **rejeitos** pertencem à iniciativa privada. Um fica na zona industrial, outro em Araquari (grifos nossos).*

A própria Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) traz definições que diferenciam cada categoria em seu Art. 3º:

XV – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. (BRASIL, 2010)

Dejetos, por sua vez, é uma terminologia que faz referência a excrementos, comumente, àqueles gerados pelos animais durante a produção agropecuária (dejetos de suínos, bovinos, etc.). Na própria reportagem consta um *box* (quadro) com a classificação dos resíduos por

classe e na reportagem seguinte, produzida pela mesma repórter, é citada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, inclusive com uma retranca na qual foram evidenciadas as categorias de classificação dos resíduos. Portanto, ou houve problemas de revisão ou então o (a) próprio (a) editor (a) do *AN Verde* não observou essa incongruência quando do fechamento da versão final. Esse tipo de inexactidão, além de confundir o público, prejudica o caráter pedagógico que é uma das funções do jornalismo ambiental.

A repórter prosseguiu com a primeira fonte, a engenheira ambiental Virgínia Barros, na rua Rui Barbosa, um dos locais onde ocorreu o descarte ilegal dos materiais. Virgínia em tom declaratório afirmou que “O rio já nasce morto”, referindo-se à contaminação presente no local que fica próximo à nascente do rio Cachoeira. As sequências seguintes enfatizaram o valor monetário dos resíduos:

(R1.SD2) E onde muitos enxergam lixo, a engenheira vê dinheiro jogado fora aos montes. Montanhas de pallets que poderiam virar móveis ou energia por meio da queima estão desperdiçados na rua. Restos de computadores que têm chumbo e silício – metais pesados – causam danos extremos à natureza e seriam valiosos se destinados corretamente (grifos nossos).

(R1.SD3) – Chegará o momento em que não teremos de onde tirar recursos, por isso esses resíduos, se tratados de forma adequada, são tão valiosos – concluiu a engenheira ambiental (grifos nossos).

Na sua fala, a engenheira trouxe elementos de reflexão e alerta em relação à finitude dos recursos (neste caso, minérios e madeira) e aos danos ambientais, em uma argumentação ancorada no uso econômico – ou seja, a queima de madeira poderia gerar energia (*waste-to-energy*) e o silício e o chumbo poderiam ser aplicados em novos eletrônicos. Especificamente sobre os resíduos de construção, enfatizados pela reportagem, uma nova sequência também revelou apelo à reaplicação comercial:

(R1.SD4) *Cimento, gesso, argila e saibro são exemplos desses resíduos. Todos podem ser reaproveitados como “agregados” para fazer volume na pavimentação de ruas e no alicerce de casas, por exemplo (grifos nossos).*

A partir dessas sequências foi possível formularmos algumas hipóteses, dentre elas a de que o descarte ilegal de resíduos em local inadequado, ocasionando poluição e a propagação de vetores, não é motivo suficiente para que haja uma sensibilização do público sobre a problemática: é preciso trazer a tona o valor monetário dos materiais e/ou sua aplicação utilitária para que o seu desperdício venha a ser categorizado, por este público, como algo que extrapola o limite do aceitável. Ou seja, *dinheiro jogado fora aos montes* (R1.SD2), isso sim é um absurdo.

Quando a reportagem partiu para a origem do problema (os resíduos de construção), entrou em cena a segunda fonte, a coordenadora do núcleo de resíduos da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville, Débora Jaretta Magna. Em relação às construtoras, a representante do poder público afirmou que a apresentação de um plano de resíduos é um requisito para que os empreendimentos consigam a licença ambiental:

(R1.SD5) – *No plano, deve constar como será gerado, separado, classificado, armazenado e a destinação final dos rejeitos – explicou Magna.*

Já para pequenos produtores de resíduos, como no caso de uma pessoa que decide fazer uma reforma na sua casa, por exemplo, a reportagem afirmou que não há coleta como a que ocorre para o lixo orgânico e o reciclável. Entretanto, não houve questionamento se os planos preconizados pelas construtoras, quando da obtenção das licenças ambientais, são, de fato, fiscalizados pelo poder público e cumpridos pelos agentes privados que dela gozam. Tampouco foi realizada entrevista com algum (a) representante do segmento para tentar obter

esse tipo de informação. O texto se deteve às declarações da coordenadora e trouxe a constatação de que a “falha no sistema”, agregada ao fato dos locais de despejo serem mal iluminados, seria a causadora do problema:

(R1.SD6) *Para os pequenos produtores o sistema é falho. Não existe uma coleta coletiva* [seletiva] de rejeitos da construção civil, como há para o lixo orgânico e o reciclável. Por isso, alguns locais acabam virando lixões. A maioria não tem iluminação e são lugares com poucas testemunhas, como a rua que margeia o rio Cachoeira e a que circunda o manguezal próximo ao CEI Espinheiros** (*erros de digitação do próprio texto; grifos nossos)

Aqui observamos o que Fairclough (2003, p. 12-13) denomina como nominalização, quando processos são representados como entidades, neste caso, o sistema. A sentença *Para os pequenos produtores o sistema é falho* contém ainda uma adjetivação passiva - *é falho*. A partir de formações desta natureza, ocultam-se os agentes dos processos que, nesta sequência, seriam os agentes públicos responsáveis pela coleta do material. Ao colocar que *o sistema é falho* e não *a coleta pública municipal é falha*; ou especificar qual seria tal sistema – *o sistema de coleta público é falho*; ou não questionar se o sistema de fiscalização dos planos das construtoras realmente ocorre, a reportagem desloca para um ente abstrato, *o sistema*, a problemática e não para quem tem o poder de agir em prol das soluções concretas. Cabe lembrança ainda o conceito habermasiano de sistema enquanto referência às esferas do Estado e do mercado.

Outra pergunta suscitada pelo texto foi: com uma coleta ineficiente, por que esses e não outros locais da cidade foram alvos do despejo ilegal de resíduos? De acordo com a reportagem, porque são áreas com poucas testemunhas e mal iluminadas. Mas seriam esses fatores suficientes para estimular a ação? Afinal, tratando-se da maior cidade do estado de Santa Catarina, podemos levantar a hipótese de que locais com características semelhantes devem se fazer presentes em muitos outros bairros. Em uma rápida pesquisa online sobre os bairros nos quais estão as ruas citadas – Comasa, Costa e Silva e Jardim Iririú – conseguimos elencar alguns pontos:

1. De acordo com o relatório Cidade em Dados de 2022¹⁰⁵, elaborado pelo município de Joinville, os bairros Comasa e Jardim Iririú apresentam quase a totalidade de seus territórios com a maior densidade populacional da cidade (acima de 50 hab/hect). O bairro Costa e Silva também é um dos mais populosos da cidade (Joinville, 2017, p. 53), possuindo uma concentração habitacional mais na fronteira com o bairro Zona Industrial Norte, sendo a rua Rui Barbosa a que demarca a divisão entre os bairros e com uma extensão que alcança áreas próximas à BR 101. Os três bairros encontram-se entre a lista dos dez mais habitados da cidade.
2. O bairro Comasa teve origem com os trabalhadores da Fundação Tupy, que instalaram suas casas nas proximidades da indústria a partir da década de 1950: “Palco de muitas enchentes, com ruas não calçadas, a região foi recebendo melhorias aos poucos, por iniciativa dos moradores, abrindo ruas e reivindicando a implantação de tubulação e pavimentação das mesmas” (Joinville, 2017, p. 49). O bairro Costa e Silva possui formação sócio-histórica semelhante, ancorada nos trabalhadores da Zona Industrial do município na década de 1970. Já o bairro Jardim Iririú é uma das zonas povoadas mais antigas da cidade, com ocupação anterior à 1851, e concentra muitos trabalhadores de origem nordestina – anualmente a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Iririú promove a tradicional Festa Nordestina de Joinville (Batista, M. C.; Rizzotto, 2017). Os três bairros, portanto, têm a classe trabalhadora como origem e traço em comum (Joinville, 2017).
3. A renda média dos habitantes dos três bairros é, predominantemente, de 01 a 03 salários-mínimos. Fatia significativa recebe até 01 salário-mínimo. A média geral é de 1,52 salários-mínimos para os bairros Comasa e Jardim Iririú, e 2,61 para o bairro Costa e Silva. Os bairros Comasa e Jardim Iririú, em 2017, não possuíam construções ligadas à rede de esgoto. No bairro Costa e Silva, no qual a população já superava 30 mil pessoas em 2016, foram registradas mais de 16 mil ligações (Joinville, 2017).

105 Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/Joinville-Cidade-em-Dados-2022-Desenvolvimento-Social.pdf>. Acesso em: 23 de jul de 2023.

4. No quesito de uso do solo, os três bairros apresentam os seguintes índices de terrenos baldios: Comasa – 2,5%, Costa e Silva – 6,4% e Jardim Iririú – 10,1%. Em comparação, bairros como América (população com renda média de 5,74 salários-mínimos), possui 5,8% de terrenos baldios; no bairro Atiradores (renda média da população de 6,46 salários-mínimos) temos 4,3%; e no bairro Glória (renda média da população de 4,22 salários-mínimos), 10,9%. Ou seja, a média de baldios não é tão discrepante ao compararmos os bairros com renda média baixa e alta (Joinville, 2017).
5. Os bairros Comasa e Jardim Iririú compartilham um meio ambiente entrecortado pelo ecossistema litorâneo do mangue, predominando características da zona de transição entre os ecossistemas terrestre e marinho. No Comasa, temos ainda a foz do rio Fortuna/Guaxanduva. O Costa e Silva concentra as áreas de nascente do Cachoeira, como explicitado na reportagem.

Com essas informações foi deduzível que os locais onde ocorreram os despejos são, em geral, áreas em bairros nos quais predomina uma população de classe trabalhadora que ganha, no máximo, 2,61 salários-mínimos, onde há uma intersecção entre os ecossistemas terrestre e aquático e que possuem uma conexão por proximidade (como é o caso do bairro Costa e Silva) ou sócio-histórica com a atividade industrial. No caso das áreas de mangue e mata ciliar, a própria vegetação pode contribuir como fator para a ocultação dos resíduos.

A reportagem se furtou de questionar sobre de onde vem/quem gera esses resíduos, ressaltando apenas o tipo (de construção). Se não há coleta pública, quais são as empresas privadas que realizam esse serviço e quais são os bairros de onde partem a maioria das solicitações de recolhimento? Este tipo de investigação, que é o que se esperaria de um bom jornalismo, ajudaria a elucidar se as populações dos três bairros presentes na reportagem seriam alvos de racismo ambiental ou não. Por meio do breve intercruzamento de informações aqui exposto, foi possível detectar pistas de que houve um certo privilégio por áreas habitadas por pessoas de menor renda.

Ao prosseguirmos para a próxima sequência discursiva, observamos o estabelecimento de uma relação de causa e consequência que elucidou ao leitor os riscos que os resíduos podem oferecer aos humanos, com destaque para as enchentes:

(R1.SD7) *A destinação inadequada pode levar à impermeabilização do solo. O cimento, de acordo com Virgínia, é um dos agentes impermeabilizantes que podem contribuir com enchentes ao se acumular na superfície do solo. Telhas, tijolos e o próprio acúmulo dos resíduos em montes podem ser habitat de animais **perigosos** e criadouros de mosquito da dengue (grifos nossos).*

Em seguida, a reportagem chamou a atenção para o amianto, considerado o mais perigoso dos resíduos:

(R1.SD8) *Dos piores resíduos da construção civil, o amianto é o mais **perigoso**. A fibra, proveniente de uma rocha, não se decompõe na natureza por ser mineral. Quando queimado, o cimento que faz a liga do material deteriora e fragmentos da fibra ficam soltos no ar. A inalação dessas partículas pode causar câncer (grifos nossos).*

Em ambas as sequências temos a presença do adjetivo *perigoso*, sendo na R1.SD7 atribuído ao substantivo *animais* e na R1.SD8 ao substantivo *amianto*. Essa preconcepção de que animais não domesticados ou não domesticáveis são *perigosos* nos remete a cisão humano x Natureza na qual o que é *o selvagem, o não humano*, sempre é um fator de risco. Sim, é certo que alguns animais são *peçonhentos* (neste caso, os entulhos podem servir de abrigo para aranhas, cobras ou escorpiões) ou então podem ser *vetores para a transmissão de doenças* para os humanos (mosquito da dengue, ratos, dentre outros), mas esses animais *se tornam perigosos* em decorrência de uma ação humana que cria as condições para tanto.

Joinville possui mais de 60% de cobertura de Mata Atlântica, bioma com uma das taxas de biodiversidade mais altas do planeta. É presumível que, ao gerar uma pressão sobre sistemas naturais por meio da ocupação indevida dos solos ou do ambiente aquático, os demais seres que coabitam a zona de mata também buscarão, legitimamente, seu espaço. Neste caso, a elucidação dos leitores embasada em uma pedagogia ambiental que enfatize “a importância de não acumular entulhos, pois os mesmos podem servir de abrigo para animais peçonhentos, aumentando assim a chance de acidentes para os humanos”, seria mais adequada considerando um olhar biocêntrico.

Os parágrafos finais da reportagem foram dedicados às vozes dos moradores da rua Daniel Becker, no bairro Jardim Iririú. A razão pela qual os habitantes das demais localidades citadas na reportagem não foram entrevistados restou sem respostas. Eleandro Felício, bacharel de Direito, assim identificado, abriu os depoimentos:

(R1.SD9) *Ele já fez inúmeras **denúncias**, **solicitou** instalação de placas, **reclamou** com vizinhos, mas nada resolveu o despejo ilegal de detritos na região. A poluição aumenta quando chove, sobe a maré e o rio engole toda a sujeira da margem.*

*“O rio já está poluído mesmo” é o que Eleandro escuta quando **reclama** com os vizinhos. (Grifos nossos)*

Já na identificação do entrevistado houve uma associação simbólica de autoridade: o bacharel em Direito com a figura do advogado, ou seja, aquele que possui a tendência para *chamar, intimidar, patrocinar* causa em benefício de outrem¹⁰⁶. Da mesma forma Eleandro *denuncia, solicita, reclama* não só com os próprios vizinhos, mas com as instâncias competentes do poder público. Repetiu-se na passagem o uso incorreto da palavra detritos.

A interação com o personagem seguinte, Antônio Hipólito, é descrita da seguinte forma:

106 DE QUEIROZ, Otávio, A. P. **Dicionário Latim-Português**. São Paulo: LEP S.A., 1963.

(R1.SD10) *Com as luvas de borracha sujas de cimento fresco, o morador Antônio hipólito é categórico.*

– *Todo mundo joga – disse, abrindo os braços.*

Antônio foi econômico com as palavras, não pela situação, mas porque depois de um derrame passou a falar com esforço. O cimento, o barro, a areia e os tijolos, para ele, fazem parte da terapia. Ele mesmo molda tijolos e reboca o muro da casa (grifos nossos).

Nesta sequência identificamos alguns aspectos que evocam a figura do morador simples, porém trabalhador de Joinville (Batista, M. C.; Rizzotto, 2017), que supera as adversidades (neste caso, físicas) para fazer sua casa com as próprias mãos. A atividade (ou uma possível situação de precariedade?), entretanto, é considerada uma terapia. A descrição da condição física do entrevistado reforça o efeito dramático do parágrafo.

A próxima personagem, que não teve o nome revelado, relatou a queima ilegal dos resíduos:

(R1.SD11) *A vizinha da frente da casa de Antônio, depois de despejar o conteúdo de uma panela de pressão na margem do rio, reclamou das queimas de objetos perto de sua casa, que faz esquina com o rio.*

– *Já sei quando estão queimando coisas. É quando me falta o ar, geralmente à noite – contou ela (grifos nossos).*

Os motivos da ausência de identificação da mulher – se foi a pedido da entrevistada, por exemplo – não foram explicitados no texto. Entre as mulheres entrevistadas na reportagem (a professora e engenheira ambiental, Virgínia Barros e a coordenadora do núcleo de resíduos da Fundema, Débora Magna) ela foi a única não nomeada, sendo identificada apenas como *a vizinha da frente da casa de Antônio*. Aqui a ausência de um cargo ou de um título de “bacharel em Direito”, aliados às questões de classe e gênero deixaram margens para questionarmos as razões dessa invisibilização.

A ação da moradora descrita anteriormente à sua fala (*depois de despejar o conteúdo de uma panela de pressão na margem do rio, reclamou...*), abriu espaço para a desautorização/deslegitimação da própria reclamação, expressada logo em seguida, e que acabou por corroborar a afirmação *Todo mundo joga* feita pelo seu vizinho Antônio (R1.SD10). Porém, tampouco ficou claro se o conteúdo da panela despejado na margem do rio seria algo poluente, ou apenas água ou restos de alimentos. Também não foi questionado se, para além da ausência de coleta dos resíduos especiais: a) as coletas de lixo orgânico ou reciclável são eficientes, ocorrendo de forma regular no bairro; b) se há uma orientação da prefeitura em relação ao armazenamento correto do lixo até a realização da coleta; c) se há contêineres para depósito de lixo orgânico/reciclável na rua; dentre outras informações orientativas à população. As respostas a esses questionamentos poderiam abrir alguns caminhos interpretativos para os leitores indagarem se outros fatores influenciariam negativamente o comportamento dos habitantes locais, como foi o caso da vizinha que optou por despejar o conteúdo da panela na margem do rio. Sem o desvelamento de possíveis faltas estruturais no bairro, a causa do problema recaiu unicamente sobre o comportamento individual do cidadão “mal educado”.

Nos parágrafos finais, os moradores afirmaram que havia, outrora, duas caçambas na rua para o recolhimento dos resíduos de construção, mas que não sabiam quem tinha sido responsável pela contratação e se seriam novamente instaladas no local. Não constou no texto apuração em relação a esta informação. Ao final da reportagem temos a presença de mais um entrevistado, Ivan Kisner, identificado como “gerente”:

(R1.SD12) *Por R\$ 140, durante três dias ou conforme contrato, o gerente Ivan Kisner disponibilizaria uma caçamba de sua empresa para pequenos e médios produtores de resíduos. Ivan pede que os consumidores desconfiem quando o preço for muito mais baixo.*

– Pode ser sinal de que a caçamba é descarregada em terreno baldio – explicou.

*As empresas de caçamba pagam para depositar os **dejetos** nos aterros privados, já que o município não tem aterro público para este fim. Para Ivan, quem joga em local impróprio, **de graça e às custas da natureza** cobra mais barato. Por isso o consumidor deve checar o carimbo do aterro na nota do serviço prestado. Essa é a garantia que o desejo* foi para o local correto (*erro de digitação do próprio texto; grifos nossos).*

Inferimos que Ivan seja gerente de uma empresa de recolhimento de resíduos especiais e que ofereceria seus serviços para os pequenos e médios produtores de resíduos do bairro ou da rua, porém isso também não fica claro no texto. Novamente, houve a utilização incorreta do termo dejetos para o contexto. O entrevistado prosseguiu com algumas dicas sobre como o consumidor poderia se certificar sobre a destinação adequada dos resíduos – questões como preço e o carimbo na nota de serviço foram ressaltados como fatores de atenção.

Neste trecho percebeu-se o deslocamento da responsabilidade de um problema coletivo, mais uma vez, para o indivíduo. O indivíduo deve saber, de antemão: que deve contratar um serviço para recolhimento de resíduos especiais, pagar e se certificar que ele foi executado conforme previsto, independentemente se há condições econômicas para tanto. Não foi questionado, por exemplo, se seria viável que a própria prefeitura firmasse um contrato ou convênio com as empresas de recolhimento e os aterros privados para disponibilizar gratuitamente o serviço à população (ou para parcela dela) com certa frequência (mensal, trimestral, semestral), evitando assim que os cidadãos fizessem uso de alternativas duvidosas. Também não se falou sobre a existência ou não de mecanismos de fiscalização pública sobre as empresas privadas de recolhimento, com a finalidade de atestar que a destinação estava sendo cumprida conforme dispõe a legislação. Programas continuados de educação ambiental e de conscientização sobre o manejo de lixo junto aos habitantes dos bairros não foram mencionados, assim como não foram apontados canais de denúncia para os quais os cidadãos pudessem, eventualmente, contribuir com informações ao presenciar o despejo irregular. O potencial caráter mobilizador da pauta restou, ao final, esvaziado em prol de uma solução reducionista e privada.

Por fim, na sentença atribuída a Ivan – *quem joga em local impróprio, de graça e às custas da natureza cobra mais barato* – apresentou-se uma oposição entre a gratuidade do ato de despejo ilegal e um sacrifício da Natureza para a absorção deste impacto. Elementos no próprio texto auxiliam a dissolver a ilusão de separação entre humanos e meio ambiente e de que existiria uma transferência da absorção do dano para a “entidade” Natureza. Em especial, quando foram relacionadas as consequências para a população do despejo irregular, como na

ocasião de enchentes: a gratuidade é apenas aparente, enquanto que as custas são, na verdade, compartilhadas por humanos e não humanos.

4.3.2.2 *Diário Catarinense – Descobridor de espécies*

A reportagem de duas páginas foi uma de três que compuseram uma série em celebração aos 40 anos do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro¹⁰⁷. Criado em 1975, em Santa Catarina, a unidade de conservação abrange áreas dos municípios de Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Paulo Lopes e Garopaba. Também integram o parque as ilhas do Siriú, dos Cardos, do Largo, do Andrade e do Coral, e os arquipélagos das Três Irmãs e Moleques do Sul.

A série abordou o histórico do parque sob três perspectivas: uma reportagem sobre as águas, a segunda sobre preservação e a terceira sobre “o descobridor”, neste caso, o padre e botânico Raulino Reitz, cuja pesquisa e atuação contribuíram não apenas para a criação do Parque da Serra do Tabuleiro, como também para a criação da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (que viria a ser a FATMA), dentre outras unidades de conservação no estado. Na edição impressa selecionada, constou a última reportagem escrita pelo repórter Hyury Potter (que também realizou a apuração para as outras duas matérias da série), a qual priorizou os estudos de Reitz na área da botânica e a abrangência do seu trabalho. A pontuação qualitativa da matéria totalizou o seguinte:

PF	CP	CD	MB	CT	Total
3	3	2	1	2	11

Visualmente destacaram-se a utilização não apenas de fotografias, como também uma reprodução de documento datilografado (fac-símile), uma linha do tempo e também uma linha

¹⁰⁷ A série em formato digital está disponível no link: https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_tabuleiro/index.html. Acesso em: 01 de ago de 2023.

de referência para o leitor, no rodapé da segunda página do conteúdo (p.07), sobre a sequência temporal da publicação das reportagens da série nas edições do jornal. Não foram encontrados anúncios publicitários nas páginas da reportagem. Correlacionando a pontuação aos critérios qualitativos obtivemos:

1. Pluralismo de fontes: para além das fontes documentais, foram registradas entrevistas com familiares, amigos e pesquisadores que trabalharam Raulino Reitz, sendo duas mulheres e dois homens:
 - Beloni Paulo Merterer – sobrinha-neta de Raulino Reitz.
 - Padre Besen – ex-aluno e amigo de Raulino Reitz.
 - Ademir Reis – botânico e diretor científico do Herbário Barbosa Rodrigues de Itajaí-SC.
 - Lenir Alda do Rosário – ornitóloga especialista em aves de Santa Catarina

Mantendo o caráter biográfico, as fontes escolhidas são personalidades que eram próximas a Raulino e que nutriam admiração pelo botânico. Pesquisadores, familiares e o amigo padre. O círculo de convivência, portanto, seguiu restrito em uma certa classe de autoridade simbólica ou acadêmica. Não foram ouvidas demais pessoas eventualmente impactadas pelo trabalho de Reitz para além deste círculo.

2. Caráter pedagógico: tratando-se de uma reportagem pertencente à ID 6 (Ciência, cultura, cidadania e educação ambiental) era esperado um desenvolvimento mais cuidadoso da redação em relação a este aspecto. Entre os fatores que contribuíram para uma boa avaliação qualitativa neste item estiveram o fato da reportagem integrar uma série, considerando a conexão intertextual entre as edições; o uso de outros recursos visuais para além do corpo de texto regular, como linha do tempo com fotos e legendas; e a reprodução de documento fac-símile. A reportagem também trouxe, para além dos feitos profissionais, algumas informações da biografia de Raulino Reitz.

3. Contextualização e dimensionamento: a reportagem trouxe elementos que auxiliaram na compreensão sobre o impacto e a amplitude do trabalho de Reitz, com destaque para o inventário *Flora Ilustrada Catarinense*. Geograficamente também ficou compreensível a significância da área do parque, que ocupa cerca de 1% do território catarinense e que abriga importantes mananciais de água doce. Alguns comparativos entre o legado de Raulino e de outros ecologistas brasileiros poderiam ter sido estabelecidos para melhor contextualizar o posicionamento do cientista catarinense no rol dos naturalistas do país.
4. Mobilização: a matéria focou na trajetória científica de Raulino Reitz e expôs brevemente, em um parágrafo, a preocupação do botânico com a preservação dos mananciais, que estariam ameaçados pelo avanço da urbanização e da agricultura. Questões mais sensíveis que pudessem suscitar questionamentos sobre a forma com que o botânico conduziu a defesa dessas bandeiras não foram adentradas.
5. Constituição: a reportagem evidenciou a precaução do botânico em relação à preservação dos mananciais, especialmente, à escassez de água que os habitantes humanos poderiam experimentar futuramente e seus impactos sociais e econômicos. A visão antropocêntrica dos usos, todavia, foi acompanhada por um pleito pela manutenção de espécies não humanas da flora e da fauna terrestre e oceânica, bem como da orografia local.

Descritivamente, a reportagem se subdividiu em quatro partes, identificadas por subtítulos, e uma linha do tempo no topo da segunda página com fotos e dados do trabalho de Raulino ao longo dos anos. Predominou o caráter histórico e biográfico, com o uso do tempo verbal nos pretéritos perfeito e imperfeito, no qual intercalaram-se os discursos indireto e direto, a partir das entrevistas com as fontes.

No início do primeiro parágrafo, o componente histórico da reportagem foi tratado por meio de uma singularidade calcada na ideia da oposição entre ciência e religião, neste caso, entre as investigações botânicas de Raulino e sua atuação como padre:

(R2.SD1) *O padre Raulino Reitz, o principal idealizador do Parque da Serra do Tabuleiro e da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), era um católico darwinista. A definição é da sua sobrinha-neta, Beloni Paulo Merterer. Mesmo após o reconhecimento como expoente de estudos botânicos em Santa Catarina, ele nunca deixou de realizar missas em Antônio Carlos, sua terra natal. Foi assim que a dualidade entre ciência e religião conviveram com o padre ao longo dos seus 71 anos em sintonia* (grifos nossos).

A sequência resgatou a discussão teórica promovida no primeiro capítulo desta pesquisa, corroborando a existência, até hoje, de uma aproximação multifacetada que a ciência e a religião possuem, desde a Antiguidade, em relação à Natureza e que aqui se atualiza por meio do jornalismo. O padre católico, pela lógica de sua fé, deveria ser filiado a uma concepção criacionista das espécies, porém, de forma diversa, tornou-se um especialista em “desvendar os mistérios da criação” por meio da ciência moderna, aproximando-se da abordagem evolucionista preconizada por Darwin. Essa “convivência com a dualidade entre ciência e religião” instiga no leitor a formação de uma imagem de um personagem cuja a complexa personalidade foi capaz de elaborar uma síntese entre opostos: conhecer a Natureza a partir da ciência sem deturpar seu aspecto sagrado.

A educação recebida por Raulino durante seus anos iniciais de vida, em particular quando do ingresso nos seminários em Brusque-SC e São Leopoldo-RS, onde participou de aulas de Filosofia e Teologia, foi mencionada na sua descrição biográfica (R2.SD3). Com isso em tela, algumas considerações foram suscitadas ao lançarmos um olhar sobre o contexto educacional da primeira metade do Século XX no país. A educação básica universal (e laica) ainda era um projeto em andamento e muitas iniciativas públicas eram encampadas por governos estaduais não havendo uma coordenação em nível nacional, como foi o caso da constituição dos Grupos Escolares do período republicano (especialmente em São Paulo), que acabaram mirando as classes médias urbanas e oligarquias.

Em Santa Catarina, o modelo foi introduzido inicialmente no Colégio Municipal de Joinville (Grupo Escolar Conselheiro Mafra), sendo reproduzido em sequência nas cidades de

Laguna, Florianópolis, Lages, Itajaí, Blumenau e Tubarão. A relação entre religião e o ensino sempre esteve presente no Brasil desde o período colonial com os jesuítas (Silva, 2006; Saviani, 2003) – inclusive o seminário frequentado por Raulino no estado vizinho era administrado por esta congregação¹⁰⁸. Nesta época, o ingresso em seminários católicos significava, para muitos jovens homens, uma oportunidade de acesso a uma educação formal. Pelo texto, entretanto, não se sabe se seria este o caso dos descendentes da família Reitz.

Em outra sequência, houve a seguinte associação:

(R2.SD2) Seus dois irmãos mais velhos, Afonso e João, também foram padres. A escolha pela batina acabou sendo natural, assim como o amor pelas plantas. Chegou a escrever um livro sobre a saga da família Reitz da cidade alemã de Hirschfeld até a região do Alto Biguaçu, hoje município de Antônio Carlos, no século 19 (grifos nossos).

A tentativa de uma relação de causa e consequência, expressa nessa sequência, carece de amparo contextual, pois, como já afirmamos, o texto não forneceu elementos suficientes para afirmarmos que as escolhas do botânico se deram por pura espontaneidade. Ainda, ao afirmar que “a escolha pela batina foi natural, assim como o amor às plantas”, há ainda uma outra inferência subjacente: a inclinação a uma vida dedicada ao sacerdócio facilitaria uma postura benevolente ou interessada em relação à Natureza – o que também pode não ser totalmente verdadeiro, tendo em vista concepções católicas primitivas da Natureza enquanto uma criação divina à disposição para uso pelos humanos. Na verdade, Raulino teve contato com outro botânico em seus anos de seminário, o que pode ter influenciado de maneira decisiva em seu “amor natural às plantas”:

108 BORGES, Marcos. Conheça a história do padre Raulino Reitz: o pai da botânica catarinense. **O Município**, Brusque, 18 de nov. de 2019. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/padre-raulino-reitz-o-pai-da-botanica-catarinense/>. Acesso em 11 ago de 2023.

(R2.SD3) *Nascido em 1919, Reitz fez os estudos primários e ginásial no Seminário de Azambuja, em Brusque, onde ficou até 1937, quando cursou Filosofia e Teologia no Seminário Central de São Leopoldo. Lá conheceu o padre e botânico Balduino Rambo. Esses detalhes estarão no livro Histórias de Padres de Santa Catarina, do sacerdote Artulino João Besen, que deve ser lançado ainda em 2015 (grifos nossos).*

Balduino Rambo é considerado, junto com José Lutzenberger e Henrique Luis Roessler, um dos expoentes do ambientalismo no Rio Grande do Sul. Identifica-se uma forte influência da sua metodologia de pesquisa de campo nos trabalhos de Reitz: os mapeamentos aéreos, as longas expedições de catalogação, além do pleito pela consolidação de parques naturais – o parque de Aparados da Serra e a preservação dos cânions entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul se devem em grande parte aos seus trabalhos. Sua principal obra foi *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, de 1942, mesmo ano em que Raulino Reitz fundou o Herbário Barbosa Rodrigues, em Itajaí, citado na reportagem (Wenzel, 2018; Marchioretto, 2013).

Ainda acerca do terceiro período da R2.SD2, percebemos o emprego da palavra *saga* para se referir a história da migração da família Reitz, denotando um paralelismo com as narrativas mitológicas: *saga*, de acordo com o dicionário Oxford, se refere às canções populares e lendárias (em especial, cheias de aventuras e feitos heroicos); e na referência escandinava, denomina especificamente as narrativas e lendas daqueles povos. Não é incomum ver esse tipo de associação sendo reproduzida em textos de órgãos públicos do estado, dos municípios catarinenses e na mídia local quando o tema é a imigração de italianos e alemães para o sul do Brasil¹⁰⁹.

109 PREFEITURA DE RIO DOS CEDROS. Livro narra a saga dos imigrantes trentinos. Rio dos Cedros, 2007. Disponível em: <https://riodoscedros.sc.gov.br/noticia-234343/>. Acesso em 12 de ago 2023; Como foi a saga dos primeiros imigrantes que vieram da Europa para Joinville com a Barca Colon. **A Notícia**, Joinville, 08 de mar de 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/como-foi-a-saga-dos-primeiros-imigrantes-que-vieram-da-europa-para-joinville-com-a-barca>. Acesso em 12 de ago 2023; DAMIÃO, Carlos. A saga dos imigrantes alemães em Santa Catarina começou há 190 anos. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 27 de out de 2018. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/saga-dos-alemaes-em-santa-catarina-comecou-ha-190-anos/>. Acesso em: 12 de ago 2023; PREFEITURA DE TUBARÃO. Mostra de fotografias sobre imigrantes italianos será realizada em Tubarão. Tubarão, 7 de nov 2022. Disponível em: <https://tubarao.sc.gov.br/noticia-751117/>. Acesso em: 12 de ago 2023; AGÊNCIA AL. Sessão solene marca os 145 anos da imigração italiana no Sul do estado. Florianópolis, 29 de abr 2022. Disponível em: https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/sessao-marca-os-145-anos-da-imigracao-italiana-no-sul-do-estado. Acesso em 12 de ago 2023.

A ideia do imigrante que chegou ao estado em condições de transporte insalubres, desprovidos de bens materiais, para “desbravar” as terras numa região remota e inóspita e por meio do seu esforço tornou sua colônia em uma cidade economicamente próspera é marca do imaginário local (o próprio título da reportagem como o *descobridor*, restaura esta aura). Esse mito reforça e atualiza a invisibilidade das comunidades indígenas que aqui habitavam, das populações negras que, de fato, construíram o país em condições desumanas ao longo de séculos e corrobora o estereótipo do homem branco europeu racional, que conseguiu “domesticar” a Natureza selvagem tornado-a fonte de riqueza e de desenvolvimento.

Outras duas sequências ressaltaram o pioneirismo do botânico em relação à preservação do meio ambiente na época:

(R2.SD4) – *Foi uma pessoa muito dedicada e inspiradora, e isso estimulou outras pessoas ao redor a trabalhar pelo meio ambiente **numa época em que isso não era tema comum**. Se Santa Catarina ainda possui muitas florestas preservadas, com certeza o trabalho do padre Raulino tem uma grande participação – afirma Beloni (grifos nossos).*

(R2.SD5) – *Uma unidade de conservação com 90 mil hectares, incluindo ilhas costeiras, é sinônimo de ambição. E ele fez isso pensando na preservação das águas, **algo inimaginável na época** – relata o botânico Ademir Reis, que atualmente é diretor científico do Herbário Barbosa Rodrigues, de Itajaí (grifos nossos).*

Os estudos de campo de Raulino iniciaram na primeira metade do Século XX, sendo que na segunda metade, em 1975, seu trabalho culminou com a proposta de criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Quatorze anos antes, ele criou e implantou o Parque Botânico do Morro do Baú, em Ilhota-SC (como aparece na linha do tempo da reportagem). A afirmação de que a preocupação com o meio ambiente não era comum para a época é parcialmente verdadeira – poderia não ser uma preocupação *no sul do Brasil* naquele momento – pois, como debatemos nos primeiros capítulos, em outros países a implantação de

áreas de conservação já ganhava força desde o final do Século XIX¹¹⁰. Raulino construiu parte da sua formação em botânica nos Estados Unidos, na Iowa State University (1955), assim como seu colega, Balduino Rambo, esteve em visita àquele país durante três meses em 1959, a convite do governo estadunidense, oportunidade na qual visitou parques nacionais, museus e institutos de ciências naturais (Marchioretto, 2013; Besen, 2019).

Uma ausência na reportagem forneceu indicações sobre a influência que o modelo preservacionista preconizado por Muir (o “pai do sistema de parques nacionais”) nos Estados Unidos pode ter tido sobre Reitz: as populações tradicionais que habitavam as regiões alvo de criação do parque em nenhum momento foram citadas. A aparência geral validada pelo texto jornalístico é a de que a área possuía um grande “vazio humano”, quando não só a presença dos indígenas Guarani na Serra do Tabuleiro era, e é, uma realidade até hoje, como um tema em discussão pública quanto à demarcação das suas terras sobrepostas à área do parque. Mesmo ao alongarmos a análise pelos caminhos da intertextualidade do corpo de textos da própria série de reportagens da qual esta fez parte, os problemas relativos à ausência de regularização fundiária do parque, apesar de citados na segunda reportagem (*A preservação*), também não mencionam explicitamente as comunidades tradicionais nem suas reivindicações.

Um dos entrevistados pela reportagem do DC, padre Bensen, amigo de Reitz, em outro texto de sua autoria reproduzido no site da prefeitura de Antônio Carlos-SC, em comemoração ao centenário do nascimento de botânico, em 2019, fez a seguinte descrição:

Era fascinado pelo ideal do “progresso” alcançado pelo trabalho humano.

Não admitia a existência de povos pobres sem a culpa da preguiça. Seu grande totem era a América do Norte, país da ciência, da indústria, do progresso. Quando esteve estudando na Universidade de Ames, Iowa, em 1955, onde foi classificado com a nota 99, primeiro lugar entre 45 alunos, recebeu de Dom Joaquim uma cartinha que o estimulava a ir à Europa: “Os Estados Unidos são o País do Progresso. A Europa é o Tesouro da Tradição!”. Claro que Pe. Reitz foi à Europa: tinha lá um bocado de botânicos para contatar...

110 Cabe lembrar que, no Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia foi criado em 1937, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em 1939. Ou seja, já havia alguma mobilização no país neste sentido.

Este ideal fez desenvolver nele algum **preconceito étnico**, adotando uma visão muito otimista dos anglos e teutos. Isso aparece bem claro em seus livros históricos, onde **o alemão aparece como “superior”, que vence pela inteligência e pelo trabalho**. São condicionamentos humanos que já nascem no Alto Biguaçu, sua terra natal, numa colônia alemã. Lá aprendera a olhar os “brasileiros” como inferiores. E ainda se aprende, infelizmente.

Politicamente, Pe. Raulino via com bons olhos os regimes de autoridade forte e centralizada. Podemos buscar a origem dessa simpatia nos anos 30. Sua família era entusiasta do Integralismo, de Plínio Salgado. Seu pai foi enterrado em grande estilo, com bandeira integralista e bandeira nacional cobrindo o esquife, braços erguidos ao grito de “Anauê”. No túmulo, o símbolo do Sigma. Em 1945, com a volta da democracia, os ex-camisas-verdes filiaram-se à UDN, partido que não primou pela visão democrática do Estado. Pe. Raulino sempre foi udenista. Natural que pelo seu estilo de vida regrado, trabalho incessante, busca de progresso, um regime político mais forte exercia mais atração (BENSEN, 2019, grifos nossos).

Esse texto de Bensen ainda não havia sido publicado quando esta reportagem foi produzida, o que não significa, necessariamente, que tais informações não pudessem estar disponíveis por outros meios e também considerada a coincidência da fonte. Em nenhum momento da reportagem as filiações ideológicas de Raulino foram incorporadas na sua breve biografia: talvez não tenham sido levantadas durante os procedimentos de apuração? Se foram, houve escolhas por mantê-las apartadas da edição final do texto? Se sim, por quê?

A relação linear de causa-consequência que assume que os humanos são causadores da devastação ambiental e, por este motivo, deveriam ser apartados do “meio natural” para preservá-lo, não só fere direitos fundamentais das populações originárias, como também assume que *todos* os humanos interagem com o meio ambiente de maneira predatória obrigatoriamente – confirmando que, para um colonizador branco europeu, essa é uma pré suposição válida, tendo em vista que essa foi sua forma constitutiva de interação ambiental que lhe coube dentro do capitalismo e universalizada por meio da ciência moderna¹¹¹.

111 Há inúmeros estudos sobre a relação da extrema-direita com o ambientalismo que podem elucidar melhor esta questão (ecofascismo, ecologismo de extrema-direita, tec.), mas que não serão tratados aqui devido à extensão do tema.

Em continuidade, a descrição de Reitz pelo padre Bensen como alguém que advogava em prol do “progresso” nos moldes do capitalismo estadunidense, desvela certa incongruência com a dedução presente na reportagem, referente ao documento no qual Reitz expôs seus argumentos para a criação do parque:

(R2.SD6) *No texto datilografado por Reitz no começo dos anos 1970 já é possível observar a preocupação do padre com a preservação dos mananciais, já sob risco do avanço da ocupação urbana e da agricultura.* (grifos nossos).

A questão suspensa neste caso foi: se o progresso capitalista é algo bom, quais seriam então os modelos de ocupação urbana e de agricultura responsáveis pela pressão sobre as águas do Tabuleiro e dos quais a região deveria ser protegida? Havendo o apoio das comunidades tradicionais já presentes no local não seria, talvez, mais fácil executar o manejo e a fiscalização da área em prol da manutenção dos seus ecossistemas?¹¹² Vale destacar ainda que no fac-símile do documento não apenas o cuidado com os mananciais é realçado pelo padre como também o interesse na proteção “*da flora, da fauna, de determinados fenômenos geológicos, e paisagem e de locais apropriados ao lazer e à atividade turística*”, esta última sendo uma preocupação de interesse econômico recorrente entre os representantes políticos do estado.

A terceira parte da reportagem, introduzida sob o subtítulo “Um professor da natureza”, possibilitou uma dupla interpretação devido ao emprego da preposição da (de+a).

112 A tese da pesquisadora Ângela Maria de Moraes Bertho (2005) traz uma valiosa informação neste sentido. Havia um pleito do pesquisador Silvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, e coordenador de um convênio de pesquisa entre a UFSC e a Fatma, efetivado em 1976, para estudo da presença indígena no local, para transformar o parque da Serra do Tabuleiro em um parque indígena, tendo como base o que fora realizado no Parque Indígena do Xingu, em 1961. A proposta foi rechaçada. Ver em: BERTHO, Ângela Maria de Moares. “**Os Índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a Conservação da Natureza**” (Uma perspectiva etnoambiental). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101583/225282.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 de ago 2023.

Foi possível estabelecer tanto uma relação de origem ou pertencimento (um professor que advém da Natureza, que resulta dela), como de subordinação (como por exemplo, o professor das crianças) no sentido de uma posição hierárquica, de poder, diferenciada sobre o outro. Combinado ao título da reportagem, “O descobridor de espécies”, essa relação de poder ocorre também no sentido simbólico de *dar existência ao nomear*. Materialmente as espécies sempre existiram, porém coube a Reitz sua catalogação e, portanto, assim conferir-lhes uma existência perante os humanos.

A ornitóloga Lenir Alda do Rosário, enalteceu a experiência de ter trabalhado com Reitz e Helmut Sick, na época em que era estudante de biologia da UFSC, da seguinte maneira:

(R2.SD7) *Para mim, receber aulas ao ar livre da maior personalidade que trabalhou com ecologia ambiental em Santa Catarina foi uma honra (grifos nossos).*

O tom de reverência ao trabalho do padre botânico se manteve até fechamento da reportagem, que narrou a premiação de Raulino Reitz pela ONU, em 1990, por sua atuação na preservação ambiental. A proposta de criação de uma nova unidade de conservação no estado com seu nome e a denominação de espécies em sua homenagem foram mencionadas:

(R2.SD8) *Mesmo após a sua morte, Reitz continuou sendo lembrado, seja por outros botânicos, que batizaram espécies com a terminologia Reitzii para homenagear o mestre. Uma delas está a caminho de se tornar em unidade de conservação. O Refúgio Estadual de Vida Silvestre **Raulinoa** está em fase avançada de estudos e deve ser efetivada como a primeira reserva ambiental criada especificamente para proteger uma espécie: o arbusto **Raulinoa Echinata Cowan**, planta popularmente conhecida como cutia-de-espinhos. Rara, ela só pode ser encontrada em SC, às margens do rio Itajaí-Açu, entre Lontras e Indaial. Estudos farmacológicos indicam que a planta tem potencial para tratar a Doença de Chagas (grifos nossos).*

A ideia de uma continuidade “mesmo após a sua morte”, cristalizada neste caso por meio de um nome que se perpetua (“batizaram” espécies), novamente coloca em contato a ideia da ciência e da religião, assim como o título de mestre inspira uma alusão a alguém que exerceu o domínio sobre uma ciência, arte ou técnica, além de invocar referências culturais ocidentais e orientais à figura de uma pessoa revestida em certa sabedoria. Ao final, novamente, é feito um apelo à preservação guiado pela potencial utilidade da planta cutia-de-espinhos aos humanos, neste caso, para a formulação de medicamentos.

Cabe nota que a unidade de conservação proposta até hoje não foi aprovada pela FATMA e segue em fase de estudos.

4.3.2.3 A Notícia – Turismo e lazer em sintonia

A última reportagem analisada também integrou uma série chamada *Desafios para o futuro*, composta por dez matérias publicadas, semanalmente, em razão das eleições municipais de 2016. Cada uma abordou uma temática (segurança, educação, cultura, saúde, infraestrutura, etc.), sendo meio ambiente a última da série. Descritivamente, a reportagem ocupou um espaço de três páginas tabloide, sem anúncios, sendo subdividida em cinco partes ordenadas pelo título principal e por subtítulos. Além do corpo de texto, foram utilizados recursos como fotografias; um *box* (quadro) com o cronograma das reportagens publicadas na série, com a contextualização da iniciativa e o expediente; citações em destaque tipo olho (totalizando quatro); além de uma coluna do tipo lista que relaciona as unidades de conservação presentes no município com nome, categoria, grupo, área e objetivos. O texto foi creditado à repórter Claudia Morriesen e a edição à Jean Balbinotti.

Apesar de integrar uma série elaborada em razão das eleições, a reportagem foi enquadrada na ID 3 – Turismo, esportes e lazer (natureza como atrativo e meio de lazer e esportes), pois o enfoque dado pela matéria se desenvolveu no sentido de como os próximos gestores municipais poderiam utilizar o potencial ecológico de Joinville para o turismo e o lazer da população rumo a um desenvolvimento sustentável. A pontuação qualitativa da reportagem, com as seguintes considerações acerca de cada um dos critérios foi a seguinte:

PF	CP	CD	MB	CT	Total
2	3	2	2	2	11

1. Pluralidade de fontes: para além de fontes documentais, a reportagem se baseou nas contribuições de três entrevistados, sendo duas mulheres e um homem:
 - Nelson Wendel – ambientalista, com experiência de atuação profissional no Ministério do Meio Ambiente.
 - Luana Siewert Pretto – diretora-executiva da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Sema) de Joinville.
 - Therezinha de Oliveira – coordenadora do programa de pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente da Univille.

Foram três perfis ligados às áreas do poder público, técnica e acadêmica, o que manteve uma pontuação razoável na avaliação devido à ausência de entrevistados de perfis étnico-raciais, educacionais e de classe diversos.

2. Caráter pedagógico: considerando que a série tinha como objetivo “ajudar o cidadão a entender como está a cidade em cada uma das áreas da administração pública e no que precisa melhorar” (p. 04) avaliamos que houve um bom esforço no quesito pedagógico ao trazer explicações sobre as atribuições e a composição do orçamento da Sema, os ecossistemas do município e a lista das unidades de conservação com seus respectivos objetivos, gestão de resíduos orgânicos, recursos hídricos e fiscalização.
3. Contextualização e dimensionamento: houve o uso de dados para dimensionar como está a preservação da Mata Atlântica no município, informações sobre a gestão da bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Norte e a ligação das questões ambientais com as demais áreas de administração do município. Porém não foram efetuados comparativos com municípios similares (se há municípios que agregam características parecidas e como é feita sua gestão ambiental), os impactos de uma boa ou má gestão ambiental em Joinville sobre toda a microrregião, além de não ter deixado claro qual o

modelo de “desenvolvimento sustentável” utilizado como base para a avaliação positiva ou negativa das ações da prefeitura.

4. Mobilização: a vinculação da reportagem com um evento político – as eleições municipais – trouxe consigo um tom mobilizador na própria explicação da série presente no rodapé da p. 04: informar o cidadão para que ele esteja melhor preparado para a sua escolha nas urnas. Porém, a ausência de entrevistados da própria comunidade e a priorização de fontes acadêmicas e oficiais manteve o debate em uma esfera discursiva menos permeável a questionamentos incômodos ou frontalmente críticos aos grupos de poder estabelecidos na gestão municipal.
5. Constituição: há afirmações na reportagem sobre os benefícios da manutenção de um meio ambiente saudável para a biodiversidade local, ainda que sem muito aprofundamento. Na lista das unidades de conservação, seus objetivos englobaram aspectos como a manutenção da fauna e da flora silvestre, a valorização histórica, cultural e arqueológica de alguns locais. Também constou informação sobre estudo em andamento para mapeamentos das espécies vegetais e animais habitantes dos cursos d’água do município. De forma geral, a predominância de uma constituição antropocêntrica ainda foi reconhecida.

A reportagem introduz o leitor a uma argumentação inicial desorganizada. O primeiro parágrafo trouxe o que parece ser uma tentativa de demonstrar que Joinville ainda possui uma considerável área preservada, mas que seria preciso melhorar os mecanismos de garantia desta proteção, aliando a preservação ao desenvolvimento da cidade. Porém, isso foi feito de maneira confusa e, em alguns momentos, até mesmo contraditória. Vejamos:

*(R3. SD1) Joinville **podia ser considerada um oásis no Brasil. Mesmo que o País seja rico em belezas naturais, a cidade aparece em uma posição privilegiada em posse de biodiversidade e de recursos hídricos. Por isso, a primeira palavra de ordem para esta área parece ser preservação, mas não é** (grifos nossos).*

O período iniciou com o uso do futuro do pretérito, indicando um fato/ação que poderia ter acontecido após uma ação passada, mas não ocorreu. Neste caso, a ideia é de incerteza: Joinville *poderia ser* considerada um oásis no Brasil, *mas não é*. Imediatamente vem à mente o questionamento: por quê? Na sequência, há uma afirmação de que a cidade encontra-se em uma posição privilegiada e em posse de biodiversidade e de recursos hídricos – de fato, o município está inserido em faixa de Mata Atlântica, localizado entre serra e mar. Se a cidade ainda se encontra *em posse* desses recursos, pressupõe-se que: ou ela ainda não os exauriu, ou eles ainda estão acessíveis aos seus habitantes (ou para parte deles), ou indicaria sua manutenção relativamente satisfatória. A frase de fechamento, entretanto, asseverou que preservação não é uma “palavra de ordem na cidade”.

O segundo parágrafo seguiu:

(R3. SD2) *Neste ponto, o município conseguiu chegar ao momento atual **sem que grandes danos tivessem sido feitos à maior parte do seu território**, e precisa **manter essa cultura** por meio de leis, fiscalização e conscientização da população* (grifos nossos).

Entre os possíveis sentidos, o que pareceu mais expressivo foi aquele que transmite a ideia de que, apesar da “palavra de ordem” não ser preservação, a cidade tem conseguido manter a maior parte do seu território sem grandes impactos ao meio ambiente. Esse comportamento contraditório (preservação não é palavra de ordem, porém o território estaria preservado em sua maioria) seria, então, decorrente de uma questão cultural e não, necessariamente, impulsionado por políticas públicas deliberadas (*precisa manter essa cultura* – já existente – *por meio de leis, fiscalização* – aparentemente ainda insuficientes). Entretanto, de novo, ao final do período, foi citada a conscientização da população como um meio de manter essa suposta cultura de baixo dano ambiental. Então, se não a população, quem ou o quê tem sustentado essa cultura de baixo dano? Antigos gestores municipais, empresário, moradores

nativos da região, políticas de preservação anteriores cujos resultados de longo prazo impactaram no presente?

O terceiro parágrafo retomou a comparação com o “oásis”, presente no início, e sugeriu a existência de desafios:

(R3.SD3) Os desafios para o meio ambiente em Joinville referem-se à utilização desse potencial ainda pouco explorado para garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos seus moradores. Quem compara a cidade catarinense às pequenas porções de vegetação em meio ao deserto é o ambientalista Nelson Wendel (grifos nossos).

Pressupomos que o “potencial pouco explorado” referiu-se à biodiversidade e aos recursos hídricos em posse do município (que, aparentemente, não são preservados de forma intencional pela gestão pública, mas que ainda existem – por alguma “questão cultural” de preservação não desenvolvida no texto – em quantidade satisfatória e/ou abundante a ponto de serem considerados um potencial ainda pouco explorado). A finalização do parágrafo retomou a ideia do oásis *que poderia ser* e cuja comparação foi creditada ao ambientalista entrevistado pela reportagem. Enfim, chega o leitor ao final de três parágrafos conduzido por um texto um tanto dúbio, qualidade que aparentou estar mais relacionada a uma edição apressada da reportagem do que por inabilidade da redatora.

Em outros momentos do texto, a construção dessa imagem do “oásis” foi sendo retomada a partir da acentuação da cobertura hídrica e vegetal do município:

(R3.SD4) – Quase 50% do nosso território é coberto por Mata Atlântica e mangue. Essa diversidade, a considero uma das maiores do planeta, pois começamos no mar e vamos até a serra – diz Wendel.

(R3.SD5) Ao olhar Joinville do alto, é possível entender o porquê de a cidade estar no topo da lista nos levantamentos sobre cobertura de Mata Atlântica e mata nativa: ela é entrecortada e circundada por áreas verdes que a fazem ser o segundo

município com maior floresta nativa de Santa Catarina (52,4 mil hectares) e a ter a maior floresta atlântica contínua em área urbana do Brasil.

(R3.SD6) A disponibilidade de recursos hídricos pode não ter figurado entre os problemas enfrentados pela comunidade joinvilense, mas, ainda que o município seja privilegiado neste fator – a bacia hidrográfica do rio Cubatão do Norte é uma das principais da região e tem cerca de 80% de sua área inserida em território de Joinville – a quantidade e a qualidade da água é assunto que não pode ficar fora da lista de prioridades.

Outra alegoria evocada pela reportagem foi a da floresta como “pulmão”, no subtítulo *Mata Atlântica, pulmão da cidade* (p. 05). Muito utilizada para se referir especialmente à Amazônia – o “pulmão” do mundo – a comparação visa ressaltar a importância da floresta para a produção do oxigênio que respiramos (uma vez que as plantas produzem o gás durante a fotossíntese). Essa analogia, todavia, é incorreta do ponto de vista científico e segue sendo difundida em textos sobre meio ambiente na imprensa em geral prejudicando a função pedagógica.

(R3.SD7) Entre trabalhos burocráticos como emissão de alvarás, fiscalização de obras, administração de cemitérios e zeladoria sobre áreas públicas como calçadas e praças, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sema), órgão que substituiu a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema) em 2014, é a responsável pela gestão das áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, a fiscalização e a educação ambiental da cidade (grifos nossos).

Nesta sequência foi possível vislumbrar a perspectiva que a reportagem trouxe ao leitor sobre quais seriam atribuições *mais* ou *menos* legítimas afetas à gestão ambiental do município. Popularmente, a referência à burocracia é imbuída de significados negativos, especialmente quando se trata dos serviços oferecidos pelos órgãos públicos. “O serviço público é ineficiente porque é muito burocrático”, é uma afirmação de senso comum no Brasil (lembrando que o senso comum opera de forma ideológica, como já discutimos). Ao colocar

na relação de trabalhos *burocráticos* a emissão de alvarás, fiscalização de obras, administração de cemitérios e zeladoria sobre áreas públicas, o texto passa uma impressão ao leitor leigo de que essas atividades seriam menos importantes ou residuais em comparação a outras “mais legítimas” para o escopo de atuação desta Secretaria, como a gestão das áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, a fiscalização e a educação ambiental, listadas no fechamento do parágrafo. Uma declaração da Diretora da Sema nos últimos parágrafos da reportagem reforçou essa ideia:

(R3.SD8) – Tanto os licenciamentos ambientais quanto os alvarás de construção estão relacionados à burocracia e à dificuldade de agilidade nos processos – comenta a diretora da Sema, Luana Pretto.

Conforme ela, trata-se de um grande desafio que envolve transparência para que a pessoa possa consultar na internet, protocolar o pedido na hora que ela quiser e não depender de estacionamento (grifos nossos).

Quando examinamos o ambiente urbano, essas “funções burocráticas” que parecem não ter relação com meio ambiente revelam-se de suma importância para o ordenamento da vida social, econômica e da segurança da população, pensando no impacto dos alvarás e da fiscalização de obras, por exemplo, para a prevenção ou mitigação dos efeitos de eventos climáticos extremos. Essas correlações, porém, não ficam explícitas, deixando nas entrelinhas serem estes protocolos burocráticos “para cumprir tabela” que foram “absorvidos” pela Sema desde 2014, pois anteriormente eles estavam sob responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura Urbana do município.

A última parte da reportagem salientou, então, a aplicação das tecnologias digitais para dar celeridade aos processos de concessão de alvarás e licenciamentos de obras (*para que a pessoa possa consultar na internet, protocolar o pedido na hora que ela quiser e não depender de estacionamento*), o que pode ser avaliado como benéfico para o requisitante. Entretanto, para que esses processos cumpram com sua finalidade, a fiscalização desempenha

um papel determinante. Para isso, foram mencionados convênios com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (Crea/SC) e com a Polícia Militar Ambiental. A reportagem finalizou com esta informação, não havendo um balanço sobre a eficácia das parcerias.

De forma sutil foi perceptível a reprodução de uma linha abissal, como diria Boaventura de Sousa Santos, dentro dos próprios limites do território municipal, entre o considerado como “mais meio ambiente” (áreas de preservação e unidades de conservação) do que seria “menos meio ambiente” (ambiente construído/cidade). Outra sequência trouxe pistas sobre os efeitos desta cisão:

(R3.SD9) *Se a questão ambiental fosse prioridade nas decisões da administração pública, é bem possível que áreas como saúde, infraestrutura urbana, saneamento básico, assistência social, turismo e lazer contassem com menos problemas.*

Para a professora Therezinha de Oliveira, elas são estratégicas porque mexem com a qualidade de vida das pessoas, mas dificilmente são consideradas (grifos nossos).

A fonte entrevistada expôs uma perspectiva alinhada ao que Leff (2001) pondera acerca da “complexidade do mundo” embutida na sua definição de ambiente. A questão ambiental não é considerada prioridade (*se fosse/dificilmente são consideradas*), diante das várias outras áreas citadas, pelo fato de que a aproximação, por parte daqueles que possuem a prerrogativa do exercício do poder estatal, é uma aproximação fragmentada. Essa postura deriva, como nos elucidou o autor, das hierarquias de poder presentes nas formas dominantes de conhecimento – neste caso, a hegemonia do conhecimento de base moderna. Deste modo, separam-se as áreas a fim de operar uma análise dos problemas, porém há uma falha na síntese das soluções.

Na mesma sequência, a entrevistada não afirmou de forma contundente que *se a questão ambiental fosse prioridade*, a saúde, infraestrutura urbana, saneamento básico, assistência social, turismo e lazer *teriam* menos problemas. E sim, colocou como uma probabilidade – *é bem possível que* – deixando espaço para certo grau de incerteza. Essa fala

permitiu inferir que o sucesso de uma abordagem integrada é multifatorial, podendo produzir resultados distintos de acordo com os variados modos de condução das políticas. Como já discutimos, interagir com o meio ambiente é agir tendo em conta a existência da incerteza.

Sobre os modelos de aproveitamento da potencialidade ecológica do município, a reportagem priorizou o turismo como enfoque:

(R3.SD10) *É ela que, com 8,65 km², dá o título de maior cobertura de mata atlântica dentro do perímetro urbano e, por isso, foi transformada em Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie). Recentemente, o local ganhou uso turístico novamente, com a reinauguração do mirante após seis anos em obras. Já os outros nomes na lista das unidades de conservação são menos famosos em divulgação e visitas: Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca, Arie do Morro do Iriiriú, Parque Natural Municipal da Caieira e Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral (grifos nossos).*

(R3.SD11) *Na área urbana, e também com potencial para pontos turísticos, estão o Morro do Iriiriú, o Parque Caieira e o Morro do Amaral. Mas, transformá-los em locais com estrutura para atender a população e despertar o interesse do morador no ecoturismo ainda são pautas para o futuro (grifos nossos).*

(R3.SD12) – *Isso é realmente um desafio, trabalhar a parte de turismo com a natureza é uma mudança de cultura. Chegar no Parque Caieira e não encontrar uma lanchonete por lá, só poder contemplar a natureza, é algo que a população vai se acostumando ao longo do tempo – afirma Luana Pretto, da Sema, referindo-se ao fato de o parque no bairro Adhemar Garcia não permitir a entrada de alimentos por se tratar de um patrimônio histórico e ambiental (grifos nossos).*

A partir destas sequências constatamos que a geração de interesse do público pelo turismo estaria diretamente ligada à existência de infraestrutura com foco em serviços (acesso, alimentação e atrações) que extrapolam a contemplação, gerando para os humanos algum tipo de entretenimento. Quando a entrevistada afirmou que *trabalhar a parte de turismo com a natureza é uma mudança de cultura*, reiterou-se a ideia de Natureza enquanto um lugar apartado (o “local intocado”), o que pode parecer um pensamento contraditório uma vez que a

publicidade do turismo em Santa Catarina baseia-se, majoritariamente, na “venda da Natureza” aos turistas. Ou seja, o binômio turismo/Natureza não é algo incomum no estado¹¹³: o que é incomum são modalidades turísticas que fujam da lógica de mercantilização do meio ambiente.

Na menção ao Parque Caieira, a diretora executiva da Sema ao julgar que a ausência desses serviços em uma área de preservação *é algo que a população vai se acostumando ao longo do tempo*, gerou uma pressuposição de que esta mesma população precisaria ser educada ambientalmente para compreender os motivos das restrições naqueles locais. Este aspecto pedagógico foi levado em consideração e desdobrado no parágrafo seguinte:

(R3.SD13) Segundo a diretora da Sema, há projetos de trilhas ecológicas e visitas à Áreas de Preservação Ambiental (APA), além de incentivo à conscientização de crianças, com promoção de tour ambiental nas unidades de conservação. Mais do que opções de turismo e lazer, esses locais são importantes para manter o ciclo de vida de Joinville. Eles mantêm a biodiversidade da região, controlam a erosão, permitem a recarga dos lençóis freáticos e são reguladores do clima (grifos nossos).

Todavia, o uso do verbo haver na frase *há projetos de trilhas ecológicas e visitas à Áreas de Preservação Ambiental (APA)*, denotando impessoalidade, fez com que o texto se limitasse a mencionar a existência dos projetos de trilhas e visitas sem indicar responsabilidades, como a população poderia ter acesso a essas iniciativas ou de que modo as crianças poderiam participar dos *tours* nas unidades de conservação (por meio de parceria com escolas, associações e entidades específicas ou seria possível agendar uma vaga em um grupo a qualquer tempo na Secretaria?). A visibilidade sobre os meios de envolvimento dos cidadãos com os locais de preservação restou prejudicada e, deste modo, dificultou a plena realização das funções pedagógicas e mobilizadoras do jornalismo ambiental, pois, como nos lembram Paulo Freire e Enrique Leff, para que haja efetivamente um processo de ensinar-aprender é preciso posicionarmos o sujeito em relação com a outridade/outredade.

¹¹³ Uma rápida leitura na descrição inicial do Portal do Estado proporciona uma dimensão dessa relação: <https://estado.sc.gov.br/conheca-sc/turismo/>. Acesso em: 09 de set. 2023.

Ao assumir que *Mais do que opções de turismo e lazer, esses locais são importantes para manter o ciclo de vida de Joinville*, temos a admissão de que essas áreas possuem um papel que extrapola as duas primeiras funções, sendo seu valor vital para a região, com exemplos listados na oração seguinte para corroborar sua importância (são importantes *porque* mantém a biodiversidade da região, controlam a erosão, permitem a recarga dos lençóis freáticos e são reguladores do clima). Curioso que, ao textualizar *ciclo de vida de Joinville* é possível incluir, no conjunto do município, muitos outros elementos além da população humana. Por exemplo, poderia ter sido escrito *ciclo de vida dos habitantes de Joinville* ou *da população de Joinville*. Porém, o ciclo de vida *de Joinville* abriu brechas para que o (a) leitor (a) incluísse sentidos próprios sobre o que seria a cidade: Joinville é sua população humana, mas também a não humana, suas características geográficas e suas interações sociais e culturais. A vida *de Joinville*, portanto, se realiza de forma complexa e a manutenção desse ciclo está intimamente conectada ao seu ambiente.

Ressurgências dessa teia de relações são perceptíveis em outros momentos da reportagem, em especial, quando as fontes Therezinha de Oliveira, professora da Univille, e o ambientalista Nelson Wendel acompanharam a argumentação presente no corpo do texto sobre o manejo de resíduos e a preservação das águas:

(R3.SD14) – *Joinville, no verão, não dá para andar no Centro da cidade. As pessoas acham que deixar aquele 30% (de Mata Atlântica assegurados por lei como cobertura florestal) quando compram um terreno para loteamento é absurdo porque poderia juntar tudo isso num lugar só, **mas estas áreas pontuais dentro da cidade são importantes para regular o clima e manter a biodiversidade** – afirma a professora Therezinha de Oliveira, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente da Univille (grifos nossos).*

(R3.SD15) *Segundo ela, Joinville gera em torno de 400 toneladas de lixo por dia, as quais poderiam ser transformadas em matéria-prima: 51% é de matéria orgânica que **poderia ser compostada e virar 200 toneladas de condicionadores de solo usados nas áreas públicas da cidade, como ajardinamento de praças e hortas escolares.***

– *Estamos **enterrando energia** e transformando o nosso solo em aterro sanitário, lamenta Therezinha (grifos nossos).*

(R3.SD16) *O crescimento da população e das atividades industriais no município e no seu entorno representam um aumento significativo no consumo.*

– *A gente quer que venham indústrias, empregos e pessoas para cá, **mas água não cresce, nem aumenta. O que temos de água hoje é o que teremos no futuro** (grifos nossos).*

(R3.SD17) *Segundo o ambientalista Nelson Wendel, os dados do CCJ mostram que, enquanto o rio Cachoeira está apresentando redução da carga poluente, o rio Cubatão está perdendo qualidade.*

– *À primeira vista, **parece ter água em abundância**, com o (rio) Pirai e o Cubatão, **mas não temos sistema de armazenamento de água em açude ou algo assim**. Não precisa construir um açude imenso. **O que tem que ser feito é dar prioridade à preservação das florestas da Serra do Mar para manter essa produtividade de água** – afirma Wendel (grifos nossos).*

As explicações fornecidas pelos entrevistados auxiliaram a identificação de correlações entre leis que, em um primeiro momento, parecem sem sentido e seus impactos concretos no dia a dia, assim como as cadeias causais que se desenrolam nas interações humanas com florestas, solos e rios.

A analogia presente na R3.SD15 – “enterrar energia” – recordou fala semelhante de fonte entrevistada na R1.SD2 da reportagem *Sem aterro público, rejeitos acabam em lugar inadequado*, também do jornal *A Notícia*. Neste caso, o conceito de energia aplicado ao ciclo biológico, pode parecer estranho ao público leigo tendo em mente a associação de energia a outras manifestações, em geral, à energia elétrica, mas dificilmente à energia contida ou liberada no processo de geração de biomassa ou da transferência energética que ocorre entre os seres, por exemplo, no processo da alimentação (calorias).

Na R3.SD16 verificamos, sob o aspecto pedagógico, uma valiosa informação a respeito ao ciclo da água: *O que temos de água hoje é o que teremos no futuro*. Realmente, não é viável “fabricar” água em quantidade suficiente para o abastecimento humano, de forma que toda a água que existe hoje no planeta remete à época de sua formação, sendo menos de 1% de água doce de acesso disponível. As políticas públicas de gestão hídrica merecem, desta forma, atenção mesmo nos cenários em que esse elemento se mostra abundante. Mas, apesar

do crescimento da população ser um fator de pressão hídrica a ser considerado, ele é menos relevante quando comparado ao uso da água para irrigação de (mono)culturas, como indica o Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos de 2021 divulgado pela Agência Nacional de Águas do Brasil¹¹⁴. No entanto, a responsabilização individual dos consumidores continua sendo a tônica das campanhas de economia de água na mídia, sendo incentivados a tomarem banhos mais curtos ou a fecharem a torneira ao escovar os dentes.

Por fim, dentro da “tese de conciliação” entre o meio ambiente e demais atividades humanas predominante no texto (turismo e áreas de preservação; atividade industrial e crescimento populacional com abastecimento de água; gestão de unidades de conservação e gestão de alvarás e fiscalização, etc.) foi possível reconhecer a existência de um discurso protocolar por parte da representante da Sema e na linha fina que acompanha o título da reportagem:

(R3.SD18) – Joinville tem um **potencial imenso de desenvolvimento**. Sabendo sempre da **importância de se alinhar o desenvolvimento econômico com o ambiental**, a cidade será um modelo para outras por ter toda essa beleza natural que tem e conseguir conservá-la para que possa ter um **desenvolvimento sustentável** – afirma a diretora-executiva da Sema, Luana Siewert Pretto (grifos nossos).

(R3.SD19) Na última reportagem da série, “AN” mostra o **potencial ecológico** de Joinville como a cidade que alia conhecimentos para garantir o **desenvolvimento sustentável** (grifos nossos).

A R3.SD3 mencionou como um desafio a *utilização desse potencial ainda pouco explorado* de Joinville. Porém em nenhum momento esteve explícito o que seria esse potencial ecológico ou qual o modelo de desenvolvimento almejado ou tomado como referencial para a cidade.

114 Somente a irrigação é responsável pelo consumo de 50% da água captada, sendo os outros 50% distribuídos entre o abastecimento urbano, rural, para uso industrial, mineração, dentre outras atividades. Disponível digitalmente em: <https://relatorio-conjuntura-ana-2021.webflow.io/capitulos/usos-da-agua>. Acesso em: 09 de set. de 2023.

O conceito de potencial ecológico, presente na Teoria Geossistêmica cujos expoentes são Sotchava e Bertrand, possui raízes na Teoria Geral dos Sistemas. O potencial ecológico juntamente a outros dois pilares – exploração biológica e ação antrópica – permite a análise geossistêmica a partir de um estudo integrado das paisagens. De forma resumida, o potencial ecológico agrega geomorfologia, o clima e hidrologia, resultando na expressão da qualidade estrutural e de funcionamento de um ecossistema (Guerra *et al*, 2012; Do Nascimento; Sampaio, 2004). Porém não transpareceu ser este o sentido pretendido pela reportagem, que mais se filiou à ideia de potencial enquanto algo que ainda não foi realizado ou uma capacidade ainda não explorada. Neste caso, dado o enfoque da matéria, o potencial *ecológico* esteve mais para potencial *turístico* do que ecológico propriamente.

Podemos tecer considerações semelhantes quanto à palavra desenvolvimento, registrada por três vezes na declaração da diretora executiva da Sema (R3.SD18). Como bem retomado pelo pesquisador Andrei Cechin, em seu livro *A natureza como limite da economia* (2010), o conceito de desenvolvimento em si, hoje, é muito diferente daquele preconizado por Amartya Sen, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998. Para Sen, desenvolvimento não se subjugua ao processo econômico, o processo econômico é um meio para o desenvolvimento, sendo este último enfim “um processo de ampliação das liberdades humanas, ou seja, de expansão das escolhas que as pessoas têm para terem vidas plenas e criativas” (Cechin, 2010, p. 174). Assim sendo, o desenvolvimento deve auxiliar na ampliação das capacidades humanas, a saber: ter uma boa vida, saúde, educação, recursos para um modo de vida digno e de participação da vida em comunidade. Percebe-se no pensamento de Sen uma aproximação com o conceito indígena do bem viver e correlações com a efetivação de direitos humanos e da Natureza.

Porém, o conceito de desenvolvimento atualmente confunde-se com o de performance econômica e, com isso, surge uma nova provocação: “Se as sociedades que interagem há milênios com seus ambientes de maneira sustentável não são consideradas desenvolvidas tampouco em desenvolvimento, será que há na novíssima expressão desenvolvimento sustentável algo além de mera inovação teórica?” (Cechin, 2010, p. 174). Para melhor ilustrar esse tópico, o autor resgata o movimento de legitimação do termo desenvolvimento sustentável atrelada ao Relatório Brundtland (1987), da Comissão Mundial de Meio Ambiente

da ONU, que trouxe na definição do conceito a associação do desenvolvimento à satisfação das necessidades da geração presente sem prejuízo das gerações futuras.

Todavia, enxergar o desenvolvimento apenas como um processo de satisfação de necessidades restringe muito a dimensão do problema. A questão do desenvolvimento sustentável está relacionada à possibilidade de que as gerações futuras continuem o processo de expansão das liberdades. De um lado, a base material que possibilita o desenvolvimento não pode ser depredada de maneira míope, de outro, a liberdade de as gerações futuras usufruírem um ar limpo ou uma bela paisagem pode não ter nenhuma relação com satisfação de necessidades ou mesmo com o padrão de vida das sociedades (CECHIN, 2010, p. 177).

Diferentemente da representante da Sema, a professora da Univille não faz uso da palavra desenvolvimento ao discorrer sobre o que seria preciso para que houvesse um acréscimo na qualidade de vida das pessoas em Joinville:

(R3.SD20) – *É preciso ter os três eixos caminhando juntos: crescimento econômico, dignidade social e a qualidade ambiental. A cidade tem que crescer, gerar emprego, mas respeitar os limites do meio ambiente – avalia Therezinha (grifos nossos).*

Listados uma a um, os três eixos são relacionáveis entre si, mas não se confundem. Contudo, mais uma vez, a conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental foi colocada como uma possibilidade viável, desde que tal equilíbrio fosse observado pelos gestores públicos, empresários, etc. Nota-se, ademais, a ênfase verbal em “*tem que crescer, mas respeitar os limites*”. Como já restou discutido extensivamente nesta pesquisa, a ideologia econômica do crescimento infinito é incompatível com os limites planetários, havendo uma espécie de esquizofrenia discursiva que se reproduz, acriticamente, ao se advogar pela plausibilidade dessa compatibilização. Porém, ela segue dando o tom tanto para as

declarações das fontes acadêmicas consultadas pela reportagem, quanto para aquelas ligadas ao poder público.

Ao final desta etapa, correlacionando os resultados obtidos pela análise das três reportagens, constatamos sinteticamente os seguintes pontos:

1. Em relação às fontes (quem fala/como fala/de qual posição de poder fala), houve uma flagrante hegemonia das fontes oficiais, oriundas de órgãos do poder público e de fontes acadêmicas, os chamados *experts*. Na segunda reportagem, adicionaram-se ao rol as fontes de liderança religiosa de base católica, como foi o caso do padre Bensen e do próprio personagem principal da reportagem, Raulino Reitz, que também era padre. Apenas na primeira reportagem apareceram os moradores locais, sendo um deles identificado como um bacharel em Direito, conferindo à fonte o domínio sobre determinada área de conhecimento, e outro como gerente de uma empresa. Nas três reportagens juntas, somente três fontes não tiveram sua identificação acompanhada de cargos ou títulos. Uma delas, uma mulher, sequer foi nomeada (R1.SD11). O acesso à esfera pública midiática se viu, portanto, restrito a integrantes de classe e grupos sociais historicamente beneficiados com tal trânsito pelos jornais do estado.
2. A predominância de fontes oriundas de locais sociais de poder (político, estatal ou simbólico) manteve as práticas discursivas das reportagens delimitadas a concepções econômicas, sociais e ecológicas concebidas a partir da ideologia capitalista (e da ciência) moderna. Por consequência, houve um destaque das formas de conhecer e conviver com o meio ambiente ou dentro de uma lógica de manejo de recursos com vistas à eficiência (R1 e R3) ou da preservação que exclui humanos da equação (R2). Como exemplo típico, temos na terceira reportagem o fato de que não se fez necessário explicar para o leitor o que seria um “desenvolvimento sustentável” porque este termo já foi largamente apropriado pela lógica de desenvolvimento econômico vigente e se coloca ao público, por meio dos jornais, como um debate conceitual superado: sustentável é, portanto, crescer economicamente, sem prejudicar (muito) o

meio ambiente. Este consenso aparente foi explicitado na R3.SD20. Da mesma maneira, questões possivelmente incômodas sobre a real possibilidade de conciliação entre um modelo econômico de crescimento capitalista com o respeito aos direitos humanos e da Natureza, não foram realizadas aos representantes das secretarias, prefeituras, aos acadêmicos e assim por diante.

3. Ainda dentro da hegemonia ideológica capitalista detectada nos textos, também foi possível verificar a relevância editorial de se agregar às reportagens a ênfase econômica da preservação (por meio do aproveitamento turístico), do reaproveitamento de resíduos (retorno financeiro) ou dos usos humanos quando se fala em meio ambiente. Mais do que a garantia à existência digna e ao pleno desenvolvimento da vida dos seres humanos e não humanos, foi preciso acompanhar tais temas com uma garantia de ganhos econômicos. O meio ambiente foi compreendido pelo jornalismo como “mais uma área a ser gerida de forma eficiente”, seja pelo Estado, empresas ou demais organizações sociais. Consoante a este imperativo da eficiência, uma prática social de inspiração “gerencialista” (como identificada por Fairclough em relação à educação), foi visível em relação ao meio ambiente especialmente na primeira e na terceira reportagem analisada; enquanto que uma prática social alinhada a um discurso preservacionista, que remete ao ideal da “natureza intocada”, predominou na segunda. Essas práticas vincularam-se de forma simétrica com as fontes priorizadas e, por consequência, aos grupos sociais e instituições por elas representadas (academia, estado, igreja, etc.).
4. Mesmo quando a reportagem se propôs a ter um papel político de esclarecimento dos eleitores, como foi o caso da terceira reportagem de *A Notícia*, sequer foi ouvida uma pessoa da sociedade civil sobre o que ela, enquanto cidadã, espera de um cuidado com o meio ambiente na sua cidade, denotando uma indisponibilidade do espaço midiático às fontes das comunidades. Ao invés disso, a pauta foi formatada por meio de três fontes: uma do poder público e outros dois *experts*, que avaliaram de acordo com o seu julgamento técnico o que deveria ser feito pela próxima gestão. Acreditamos ser possível aliar um debate técnico qualificado com os anseios da população, se há primeiramente uma intenção de ouvir os pleitos daqueles cidadãos “comuns” que

vivem a cidade dia a dia. Da mesma forma, foi ignorada a existência de “muitas cidades dentro de uma mesma cidade”: seria mesmo uma urgência criar uma infraestrutura para exploração turística nas áreas de preservação ou seria melhor priorizar o acesso à coleta integral de resíduos a todos os bairros (como foi o caso retratado pela primeira reportagem)? Percebemos uma universalização da população das cidades ou regiões, como se todos os grupos e classes sociais carecessem das mesmas coisas ou almejassem os mesmos modelos de ocupação espacial, gerando um apagamento da diversidade.

5. Essa universalização dos sujeitos se confrontou diretamente com o reconhecimento e incremento, por parte da mídia, das metacidadanias ecológicas em potencial presentes em cada região. Caso flagrante foi revelado, ironicamente, mediante as ausências detectadas na segunda reportagem, onde não se trouxe histórico, impacto ou mesmo questionamentos sobre a ocupação humana prévia da área da Serra do Tabuleiro e as consequências da criação do parque para estes grupos. Em relação à região de Joinville, o mesmo se operou diante da riqueza ecossistêmica presente na região, na qual populações criam suas identidades sociais, culturais, estéticas em contato com serras, mangues, praias, rios e florestas. Pudemos avaliar, portanto, que as brechas abertas pelas ausências presentes foram utilizadas pelos jornalistas não para a mudança, mas para o reforço discursivo das pautas em favor de angulações alinhadas ao capitalismo verde, além de possivelmente escamotear situações de violações de direitos humanos de povos originários, comunidades tradicionais ou de populações economicamente vulneráveis.
6. Em nenhuma das reportagens os direitos da Natureza foram vislumbrados enquanto uma possibilidade argumentativa contra-hegemônica verossímil. Mesmo com a ocorrência de desastres e crimes ambientais de grandes proporções no estado e no país durante o período elegido para esta pesquisa, poucos traços foram encontrados no sentido de uma autorreflexão crítica das coberturas ambientais por parte dos jornais e/ou dos jornalistas. *Admitir existência de* – como foi perceptível na menção às espécies não humanas e outros elementos ecológicos – não significou, no material avaliado, *reconhecer o direito à existência de*. O antropocentrismo foi, seguramente,

no período avaliado, o paradigma constitutivo da produção jornalística ambiental catarinense, revelando a carência de uma práxis jornalística comprometida com a formação de novos saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos analisar o discurso do jornalismo ambiental catarinense em um período de mudanças no cenário da mídia hegemônica no estado com a venda das operações do Grupo RBS para o Grupo NC, e de finalização de um ciclo do jornalismo impresso no *A Notícia*, *Diário Catarinense* e *Jornal de Santa Catarina* (2014-2018). A partir de uma reflexão teórica e empírica, pretendemos compreender se os discursos presentes nos textos jornalísticos contribuíram para a promoção de uma conscientização crítica e reflexiva dos leitores sobre os temas pautados, conjugada socialmente à efetivação de direitos humanos básicos – à vida, a um ambiente ecologicamente equilibrado, por exemplo – e da Natureza. Para isso, propusemo-nos a realizar uma investigação estruturada sobre uma etapa quantitativa (Análise de Conteúdo) e outra qualitativa, com ênfase na última por meio da Análise Crítica de Discurso (ACD), para obtermos um panorama sobre qual “meio ambiente” o leitor encontrou nas páginas dos impressos entre 2014 e 2018.

Partindo das perguntas que motivaram esta investigação (p. 16-19), conseguimos traçar algumas inferências que, sem pretensão de serem totalizantes – afinal, seguimos o conselho de Morin que afirma que “a totalidade é a não-verdade” (2005b, p. 69) – apostam na continuidade desta investigação e no desdobramento dos estudos deste tema por outros e outras colegas do campo jornalístico.

Ao retomarmos os questionamentos expostos na introdução deste trabalho – *se um leitor abrisse um jornal catarinense, em um dia qualquer* (no período abrangido por esta pesquisa), *ele se depararia com notícias ou reportagens ambientais? Se sim, com que tipo de jornalismo ambiental ele teria contato? Onde e como este meio ambiente se apresentaria?* – constatamos que os leitores tiveram contato com uma ampla variedade de temas e conteúdos sobre meio ambiente em *A Notícia*, *Diário Catarinense* e *Jornal de Santa Catarina* em cinco anos (ver Tabela 2, p. 173). Aferimos que as questões ambientais relacionadas especialmente ao meio ambiente urbano como a concessão de licenças e alvarás ambientais, gestão e fiscalização ambiental (ID 1) predominaram sobre os demais temas. Em segundo lugar, destacaram-se as notícias e reportagens relacionadas a desastres e eventos climáticos (ID 2).

Porém, em relação ao jornalismo ambiental, este universo se viu restrito a 31 matérias que pontuaram pelo menos 1 (um) em todos os critérios qualitativos (PF – pluralismo de fontes; CP – caráter pedagógico; CD – contextualização e dimensionamento; MB – mobilização; e CT – constituição), entre reportagens (28) e notícias (03), sendo no primeiro gênero o maior desenvolvimento desta prática jornalística. Apenas cinco matérias alcançaram pontuação superior a 10 (dez) e destas, somente três computaram pelo menos um ponto em todos os critérios. Ou seja, constatamos que muito se falou *sobre meio ambiente* nos três jornais impressos, porém, muito pouco se produziu em termos de *jornalismo ambiental* (6,2 matérias/ano).

Em linhas gerais, os impressos do grupo econômico de comunicação hegemônico em Santa Catarina levaram ao seu público, em seus últimos anos de circulação regular, um jornalismo ambiental pouco desenvolvido dentro dos parâmetros defendidos nesta pesquisa (Bueno, 2007; Girardi *et. al.*, 2012; Belmonte *et al.*, 2014), com baixa participação das comunidades e dependente de fontes oficiais e acadêmicas. Também foi um jornalismo praticado por repórteres não exclusivos, com uma familiaridade aparentemente insuficiente com os conceitos da área (incorrendo, às vezes, em erros e imprecisões) e com conteúdos dispersados entre editoriais generalistas (em especial, pós-reforma editorial de 2015, na proposta *Nosso estado de ponto a ponto*). Houve ainda o acréscimo na pulverização dos conteúdos ambientais por meio de notas de colonistas, a partir de 2016, período da concretização da venda das operações do Grupo RBS para o Grupo NC. Estas constatações se alinharam às preocupações de Sachsman e Valenti (2020) sobre a qualidade da cobertura em jornalismo ambiental frente a um cenário de declínio das redações tradicionais e do achatamento das equipes nas empresas jornalísticas.

Também ficou demonstrado que o “viés modernizante”, indicado por Arnt (1994, p.79, *apud* Belmonte, 2017, p. 115-116), foi a angulação prevalente na cobertura ambiental catarinense, com um reforço do discurso do “desenvolvimento sustentável” de base capitalista, ou seja, a reafirmação da possibilidade de conciliação entre o atual modelo de desenvolvimento econômico e a conservação socioambiental. Globalmente, essa tendência se manifestou nas negociações no Acordo de Paris firmado na COP 21 (2015), a qual teve como foco o estabelecimento, por cada país, de sua contribuição de redução de emissões dos gases

de efeito estufa (NDC). Entretanto, a questão do financiamento climático para ações de adaptação e mitigação climática, com impacto direto nos países em desenvolvimento, essa somente ganhou fôlego na COP 27 (2022) e ainda segue com ambições muito abaixo do esperado.

Coberturas mais extensivas foram detectadas em ocasiões como efemérides relacionadas ao meio ambiente, eventos políticos, eventos climáticos extremos, ou em razão de grandes projetos de impacto ambiental vinculados ao estabelecimento de estruturas para o escoamento produtivo (estradas, portos, etc.) ou no caso de obras para a captação turística. As três reportagens analisadas criticamente nos revelaram que, mesmo quando o meio ambiente é a pauta principal, houve um não aprofundamento deliberado (Bacchetta, 2000, p. 20) de determinados tópicos (presença de comunidades tradicionais ou socialmente vulneráveis em determinados territórios, extensão da responsabilidade e efetividade das ações do poder público) ou a presença de fontes que pudessem suscitar questionamentos incômodos à esfera política ou de mercado. Esta característica, aliada à predileção por fontes técnicas e políticas corroborou o que Hansen (2020, p. 42-43), com base em Miller & Dinan (2015), afirmou sobre a cobertura ambiental na mídia tradicional manter uma orientação para a autoridade, seja ela governamental, científica, técnica ou política, apesar de reivindicar para si uma posição de maior comprometimento com a mudança social.

Entre as três reportagens com mais alta pontuação qualitativa analisadas não houve a presença do *Jornal de Santa Catarina*. Este fato nos chamou a atenção por haver uma relação histórica do veículo com entidades ambientais da região – incluída a presença de um membro da Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena) em seu corpo de colonistas e sua atuação como fonte regular em reportagens e notícias ambientais para o mesmo veículo. Sendo assim, pudemos inferir que a presença de um colunista da área ambiental e sua disponibilidade enquanto fonte pode até ter contribuído na receptividade do jornal a tais pautas, porém não foi o suficiente para garantir a qualidade do jornalismo ambiental desempenhado pela redação local.

Neste sentido, reconhecemos uma carência de integração e interlocução entre as diversas áreas de conhecimento (e de outras formas de conhecimento) a fim de alcançar patamares qualitativos (Rögener e Wormer, 2017) que garantissem um compromisso do

jornalismo ambiental catarinense com a efetivação dos direitos humanos e da Natureza. Um indicativo disso foi a identificação das cinco síndromes do jornalismo ambiental apontadas por Bueno (2007) – zoom ou olhar vesgo; muro alto; lattelização das fontes; indulgências verdes e da baleia encalhada – no material explorado pela pesquisa quando da etapa de Análise de Conteúdo e de, pelo menos, três síndromes (zoom ou olhar vesgo; muro alto; lattelização das fontes) nas três reportagens da etapa qualitativa da Análise Crítica de Discurso.

Considerando o triplo lócus de poder dos grupos RBS e NC (Aguiar, 2019) – acumulação de capital, poder político e de exercício da cidadania – esteve presente a retroalimentação de conteúdos entre um jornal e outro, não apenas com a ocorrência da reprodução dos mesmos textos jornalísticos em alguns casos, como também de pessoal (padronização dos colunistas), sendo eliminados eventuais traços regionais dos impressos. O poder político exercido pelo grupo, ao sustentar discursivamente a ideologia das classes políticas e econômicas dominantes no estado, que compreende o desenvolvimento sob um viés utilitarista de apropriação da Natureza (Gudynas, 2019, p. 21-22), refletiu-se na preponderância de uma constituição antropocêntrica e de base científica moderna em relação ao meio ambiente, sendo este abordado majoritariamente numa relação dual humano x Natureza e, por vezes, fatalista ao furta-se do debate da responsabilização e das possíveis soluções diante de desastres derivados de eventos climáticos.

Neste cenário de monopólio dos meios no estado, as funções do jornalismo junto ao sistema político, elencadas por Maia (2008a, p. 98) – disponibilizar informações aos cidadãos para que possam realizar escolhas conscientes; fiscalizar a atuação dos representantes eleitos, evitando abusos e garantindo a proteção de direitos; propiciar um ambiente de “fórum de debates” entre membros do governo, partidos e sociedade civil; e ser um agente de mobilização – e que encontram correlação com as funções do jornalismo ambiental propostas por Bueno (2007) se viram claramente prejudicadas. Por consequência, o exercício da cidadania a partir do reconhecimento ou visibilidade de metacidadanias ecológicas existentes no estado, assim como o caráter de mobilização da esfera pública por meio de um jornalismo ambiental engajado, foi frustrado em razão da ausência flagrante de pluralidade discursiva,

refletindo-se em uma baixa capacidade de inserção e de *advocacy* de outros grupos sociais nestes meios.

Como nos trouxe Montipó (2022), se não há cidadãos sem democracia, nem democracia sem cidadãos, chegamos a mais uma indagação ao longo desta pesquisa: se não há democracia sem cidadãos e não há democracia sem um jornalismo livre e plural, onde estiveram os cidadãos no jornalismo ambiental catarinense? Pelas nossas investigações, foram em grande medida substituídos por relatórios, notas oficiais e análises técnicas. Se no “mercado de ideias” da esfera pública somente circularam um conjunto de pontos de vista similares (opinião pública) em relação ao meio ambiente, como há de prevalecer o melhor argumento? Qual a “opção de compra”, dentre as representações apresentadas, que restou a este cidadão encarado simploriamente como “consumidor”? (Locatelli, 2011; Krenak, 2019; Gudynas, 2009).

O Grupo RBS, apesar de gozar de uma posição destacada de exercício de poder político (mobilização) e simbólico, consolidada por décadas de presença em Santa Catarina, teria uma “margem de manobra” em potencial junto ao público para abrir espaço em seus veículos a outros argumentos e fontes. Porém, sua história foi marcada por um conjunto de relações estratégicas com as esferas política e econômica do estado, em um compartilhamento de interesses solidários. O Grupo NC, ao assumir as operações da RBS em Santa Catarina, não modificou essa dinâmica: em certa medida, acentou a exclusão de possibilidades editoriais que pudessem inserir atores e atrizes de outras camadas da sociedade.

Mesmo em um período com o registro de eventos climáticos extremos no estado, questionamentos críticos sobre o que pode ou o que está sendo feito pelo poder público para adaptar as comunidades urbanas e rurais frente a um cenário global de mudanças climáticas foram poucos, quando não inexistentes. A presença insuficiente de fontes de origem comunitária, a adoção acrítica dos discursos técnicos e a carência de uma práxis jornalística capaz de auxiliar na criação de outros sentidos e narrativas sobre a relação entre os seres humanos e o meio ambiente tendeu ao reforço do afastamento do debate socioambiental das comunidades tradicionais e da sociedade civil (Berna, 2000). Sendo este um direcionamento que predominou no material analisado, foram tolhidos o caráter pedagógico e a possibilidade

de construção de identidades coletivas baseadas em saberes ambientais que incorporam princípios éticos, como nos trouxe Leff (2009).

Por exemplo, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado não significa somente a preservação de bosques e nascentes, mas também a garantia do usufruto saudável dos espaços urbanos e rurais por seus habitantes. Questões como porque bairros nobres são mais iluminados ou arborizados do que os periféricos; porque escolas, postos de saúde, praças ou aterros são instalados em determinadas áreas e não em outras; como está a abrangência, acessibilidade e integração da rede de transportes; em quais regiões o acesso às redes de esgoto e água tratada é priorizada, tudo isso é passível (e possível) de ser analisado sob as lentes do jornalismo ambiental. Essas lacunas ficaram evidentes especialmente na análise das reportagens *Sem aterro público, rejeitos acabam em lugar inadequado* e *Turismo e lazer em sintonia*, ambas publicadas em *A Notícia*.

As três reportagens analisadas apresentaram um jornalismo que recorreu a um leque muito estreito de indagações e um comprometimento limitado com a busca por respostas outras que pudessem ser confrontadas com aquelas fornecidas pelas fontes oficiais. Até mesmo entre as informações concedidas por estas próprias fontes, houve uma baixa dedicação na realização de possíveis conexões, a fim de instigar outras interpretações pelo público. A partir dessas observações, ao tomarmos como base a produção jornalística final, a aparência foi de um esforço insuficiente ou inexistente do (a) jornalista de colocar-se como sujeito crítico diante dos fenômenos contemplados/vivenciados. A apropriação da práxis, nos termos versados por Adelmo Genro Filho, careceu de reverberação entre os profissionais dos grupos. Convém, é claro, investigar futuramente essa aparente falta de autorreflexão sob o prisma das relações internas de poder nas empresas jornalísticas e, também, dos aspectos que permeiam a formação (ou falta dela) dos jornalistas em temas como direitos humanos, direitos da Natureza e meio ambiente – tanto nas universidades, quanto dentro próprio veículo jornalístico.

Ao tocarmos no ponto da formação, recuperamos os diálogos teóricos empreendidos nesta pesquisa sobre os aspectos epistemológicos da ciência moderna e seus impactos na percepção de mundo dos sujeitos e, por consequência, da Natureza/meio ambiente enquanto parte deste mundo. Falamos, logo, em escalas de valoração do (s) conhecimento (s). Os

sistemas de valor construídos durante a Modernidade, e transplantados para o Sul global por meio da colonização, que privilegiaram, por séculos, as ciências chamadas de Exatas em detrimento das demais formas de conhecimento, se mantiveram dominantes na produção jornalística analisada, sendo detectável em ambas as etapas metodológicas. Assim sendo, o trabalho de resgate das epistemologias originárias e tradicionais e a busca pelo diálogo de saberes com o intuito de reformularmos a práxis jornalística, muito longe de ser um mero “modismo”, se coloca como uma frente para contribuirmos, enquanto profissionais e pesquisadores (as) da área, com a reparação não apenas do que se sabe (ou do que supomos saber) acerca de nossa vida social, da nossa história e do nosso meio ambiente, como também para uma reparação cognitiva dos indivíduos e da sociedade (Santos, 2007).

Retomando Edgar Morin (2005b, p. 177-193), não se trata de descartar o uso da razão, mas sim de compreender que mesmo a razão possui suas limitações. E que a partir dela podemos, inclusive, reconhecer tais limitações e nos colocarmos em uma posição de receptividade em vez de reforçarmos a “síndrome do muro alto” (Bueno, 2007). Se advogamos que o jornalismo é uma forma social de conhecimento, precisamos nos lembrar cotidianamente de que somos, antes de tudo, cidadãos – ou seja, somos duplamente sujeitos e assujeitados neste processo, em um movimento de retroação e de reintrodução do conhecido em todo o conhecimento. Vestir-nos da postura dialógica, como recomenda Paulo Freire (1996, p. 84-90), a fim de experimentarmos atos epistemológicos em comunhão (Medina, 2006, p. 14) é uma urgência em um mundo que nos demonstra, dia após dia, que não há solução individual para problemas coletivos – sobretudo, para os ambientais. Desta forma, ao avaliarmos, por fim, se as notícias e reportagens de jornalismo ambiental, produzidas em Santa Catarina, estabeleceram relações discursivas com uma gama de direitos – como a efetivação dos Direitos Humanos e da Natureza – para além do idealismo romântico, ou da lógica fatalista e econômica, aliando-se assim ao interesse público, à cidadania e à educação de seus leitores, chegamos a um resultado que nos demonstrou a insuficiência e, por vezes, a inexistência, dessas relações.

Há uma frase corrente no campo jurídico que diz: “Quando a sociedade muda, o Direito também deve mudar”. Mesmo assim, ao contemplarmos o cenário das nossas instituições jurídicas, elas seguem sendo constantemente criticadas tanto pela sua falta de

diversidade de gênero, étnica e racial, quanto pela rigidez e dificuldade de resposta às questões contemporâneas na velocidade das mudanças sociais (especialmente no tocante àquelas relativas à tecnologia). Porém, quando observamos a fundamentação e, em determinados casos, o acolhimento das teses jurídicas embasadas nos Direitos da Natureza por meio de decisões concretas das Cortes, verificamos movimentos de busca pela constituição de uma ética ambiental que se colocam, talvez, a frente do atual estado de amadurecimento moral da coletividade sobre o tema. Será que desta vez seriam as empresas jornalísticas menos responsivas, em suas práticas discursivas, à crise ecológica do que o próprio Direito? Se caso esta hipótese encontre amparo na realidade, o temor concernente a um quadro de apatia social frente aos desafios ambientais em curso será mais do que plausível, pois o esforço do Direito certamente torna-se menos efetivo sem o amparo de uma esfera pública pujante capaz de incentivar a revitalização das pautas democráticas na arena política.

Por conseguinte, uma conduta engajada do jornalista ambiental com a vida é hoje mais necessária do que nunca, diante dos prospectos de uma nova grande extinção em massa (Ceballos *et. al*, 2015) acelerada pela era industrial e exacerbada, globalmente e localmente, pelas mudanças climáticas. A compressão das motivações que levariam o (a) sujeito jornalista a adotar uma postura ativista, a partir da perspectiva de um giro biocêntrico e decolonial em sua práxis, talvez encontre pistas mais robustas a partir do desenvolvimento da ideia-chave do *componente ético-epistemológico*, iniciada por Ijuim (2023) a partir de reflexões sobre os critérios de noticiabilidade (Silva, 2005) e direitos humanos:

Este componente ético-epistemológico estipula o que visualizamos como pauta e como a lemos, assim como quais são as fontes, que perguntas fazemos a elas, quais conhecimentos produzimos em nossas notícias. Este componente ético-epistemológico, inerente a cada profissional, precisa ser decolonizado de modo a nos fazer reconhecer, perceber e incorporar as múltiplas possibilidades de pensar e fazer jornalismo (IJUIM, 2023, p. 89).

Cabe a nós, desta maneira, seguirmos no trabalho crítico do pensar. Mas, sobretudo, sem negligenciarmos o agir.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciano Adilio. Impactos Socioambientais da Agroindústria no Oeste Catarinense. **História em Debate**: IV Seminário de Pesquisa do PPGH/UFFS e IV Seminário de Pesquisa em História da UFFS, p. 30. Volume 2, número 1, novembro de 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marlon-Brandt-2/publication/337829485_Anais_Historia_em_Debate_Seminario_de_Pesquisa_do_PPGHUFFS_e_Seminario_de_Pesquisa_em_Historia_da_UFFS_v_2_n_1/links/5deda97f4585159aa46e8385/Anais-Historia-em-Debate-Seminario-de-Pesquisa-do-PPGH-UFFS-e-Seminario-de-Pesquisa-em-Historia-da-UFFS-v-2-n-1.pdf#page=30. Acesso em: 28 de nov. 2021.

AGÊNCIA CÂMARA. Plenário mantém alteração em Parque de São Joaquim e conclui votação de MP. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 16 de maio de 2017. disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/514168-plenario-mantem-alteracao-em-parque-de-sao-joaquim-e-conclui-votacao-de-mp>. Acesso em: 20 de fev. de 2023.

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (AGECOM UFSC). Pesquisadores da UFSC emitem nota técnica sobre consequências do rompimento de barragem na Lagoa da Conceição. **Portal da Universidade Federal de Santa Catarina (ufsc.br)**. Florianópolis, 25 de nov. de 2021. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2021/11/pesquisadores-da-ufsc-emitem-nota-tecnica-sobre-consequencias-do-rompimento-da-barragem-na-lagoa-da-conceicao/>. Acesso em: 16 de jan. 2022.

AGUIAR, Itamar. **A Operação Zelotes e a venda do grupo RBS**. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2019. Disponível em: <https://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/a-operacao-zelotes-e-a-venda-do-grupo-rbs>.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 23, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10715/7947>. Acesso em: 18 de jan. 2022.

BACCA, Lauro Eduardo. Santa foi o primeiro jornal de Blumenau a abrir espaço à conscientização ambiental. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 25 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.nsetotal.com.br/noticias/lauro-bacca-santa-foi-primeiro-jornal-de-blumenau-abrir-espaco-conscientizacao-ambiental>. Acesso em: 24 de fev. 2023.

BACCHETTA, Victor. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, Victor (Org.). **Ciudadania planetária**. Montevideo: IFEJ/FES, 2000. p.18-21.

BARBOSA, Maria Lúcia; TEIXEIRA, João Paulo Allain. Neoconstitucionalismo e Novo Constitucionalismo Latino Americano: dois olhares sobre igualdade, diferença e participação. **Revista Direito e Práxis** [online], v. 8, n. 2, 2017, p. 1113-1142. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2017.23083>. Acesso em 16 de jan. 2022.

BARCELLOS, Bruna Luíza; FERNANDES, Mário Luis. Jornal *A Notícia* e o discurso nazista em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 7, n. 2, p. 127-135, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747518003.pdf>. Acesso em 14 de jan. de 2023.

BATISTA, M. C.; RIZZOTTO, C. C. Identidades estereotipadas: análise da representação dos moradores de Joinville no quadro JA nos Bairros. **Intexto**, Porto Alegre, n. 38, p. 60–79, 2017. DOI: 10.19132/1807-8583201738.60-79. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/64219>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BELMONTE, Roberto Villar; STEIGLEDER, Débora Gallas; MOTTER, Sarah Bueno. Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite. **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?oi=bibs&cluster=17864789392996863425&btnI=1&hl=pt-BR>. Acesso em: 28 de nov. 2021.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>. Acesso em: 28 de nov. 2021.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 107-122.

BERNA, Vilmar. La percepción de la ecología. In: BACCHETTA, Victor (Org.). **Ciudadania planetária**. Montevideo: IFEJ/FES, 2000. p.13-17.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 35-68.

BESEN, José Artulino Pe. Patrono da Ecologia Catarinense. Centenário de Raulino Reitz – 19 de setembro. **Prefeitura de Antônio Carlos**. Disponível em: <https://antoniocarlos.sc.gov.br/noticia-576424/>. Acesso em: 19 de ago. de 2023.

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORTONE, Elaine. O governo Jair Bolsonaro e os empresários da indústria farmacêutica. **Marx e o Marxismo** -Revista do NIEP-Marx, v. 9, n. 17, 2021. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/447>. Acesso em: 22 de jan. de 2023.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cidadania e Direitos: Aproximações e Relações. In: BOTELHO, A. SCHWARCZ, L. M. (Org.) **Cidadania, um projeto em construção - minorias, justiça e direitos**. 1a edição, São Paulo, Claro Enigma, 2012. p. 06-27.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de Vida Imperial**: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global. São Paulo: Elefante, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Brasília: MDR, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/579494/publicacao/16434817>. Acesso em 2 de jan. 2022.

BRITO, Fausto Alves de *et al.* A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010. **Cedeplar**, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cdp/texdis/td464.html>. Acesso em: 28 de nov. 2021.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: Explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 15, p. 33–44, 2007. doi:10.5380/dma.v15i0.11897. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/11897/8391>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BUENO, Wilson da Costa. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 13, n. 13, p. 113-126, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/2196>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BUENO, Sérgio Ruck; BRIGATTO, Gustavo. Grupo RBS vende Canal Rural à holding J&F. **Valor Econômico**, Porto Alegre e São Paulo, 21 de fev. de 2013. Disponível em:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2013/02/21/grupo-rbs-vende-canal-rural-a-holding-j-f.ghtml>. Acesso em 15 de jan. de 2023.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. O patrimônio cultural e o protagonismo indígena na Constituinte de 1987/88. Entrevista com Ailton Krenak. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, p. 371-389, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/DCg3Ln7t7zkDTxFjRTQzwqz/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 de jan 2022.

CARRAL, Guillermo Torres. Reflexiones alrededor de la epistemología ambiental. **Revista de estudios sociales**, n. 58, p. 39-51, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/313>. Acesso em: 21 de abr 2022.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 21, n. 29, p. 63-82, 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/329>. Acesso em: 28 de nov. 2021.

CARVALHO, Marivaldo Aparecido de. Natureza: o eterno paradigma humano. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 7, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10335>. Acesso em: 02 de dez. 2021.

CARTA CAPITAL. Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório. **Carta Capital**, São Paulo, 31 de out. de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>. Acesso em: 21 de jan. de 2023.

CASTRO, Daniel Stella. Um Estudo Sobre o Conceito de Natureza. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, v. 38, p. 17-30, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/155804>. Acesso em: 07 de dez. 2021.

CEBALLOS, Gerardo *et al.* Accelerated modern human-induced species losses: Entering the sixth mass extinction. **Science Advances**, Volume 1, Issue 5, June 2015. DOI:10.1126/sciadv.1400253. Disponível em: <https://www.science.org/doi/full/10.1126/sciadv.1400253>. Acesso em: 18 de out. de 2023.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia**: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Senac/Edusp, 2010.

CEROZZI, Melissa. Apontamentos da pauta no jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Alterjor**, ano 6, vol. 02, ed. 12, jun-dez 2015, p.149-166. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/aj12-a011>. Acesso em: 08 de jan. de 2022.

CHAGAS, Viktor. **Por que é cidadão o jornalista cidadão. História das mídias e jornalismo cidadão de base comunitária no Complexo da Maré**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2676/CPDOC2009ViktorHenriqueCarneirodeSouzaChagas.pdf?sequence=1>. Acesso: 29 ago. 2021.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Jornalismo: discurso em dois gêneros. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco (Orgs). **Gêneros Jornalísticos: estudos fundamentais**, p. 219-247. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2020.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Implicações da concentração de mídia na qualidade do jornalismo: ensaio de discussão e estudo de caso. **Interin**, v. 6, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5044/504450759006.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2023.

COELHO, Gabriela. Beach clubs de Jurerê Internacional não devem ser demolidos, diz STJ. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 19 de março de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mar-19/beach-clubs-jurere-internacional-nao-demolidos>. Acesso em: 26 de fev. 2023.

CORREIA, João Carlos. A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In: CABRERA, Ana; CUNHA, Isabel Ferin; SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Pesquisa em Media e Jornalismo: homenagem a Nelson Traquina**, p. 80-105, 2012.

COSTA, Eliane Silvia; SCHUCMAN, Lia Vainer. Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: o pardo e as ações afirmativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 466-484, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451873982002/451873982002.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2023.

CUSTÓDIO, Mônica. **Precarização do trabalho jornalístico no Diário Catarinense: estudo de caso do período de 2014-2016**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Graduação em Jornalismo. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180717>. Acesso em: 28 de out. 2023.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DELMAS, Magali A.; BURBANO, Vanessa Cuerel. The Drivers of Greenwashing. **California Management Review**, 54(1), 64–87. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/cm.2011.54.1.64>. Acesso em: 08 de jan. de 2022.

DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian *et al.* A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/39965>. Acesso em: 08 de jan. de 2022.

DEUZE, M. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. **Journalism**. November 2005, vol. 6, nº 4, p. 442-464. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1464884905056815>.

DE BRITO, Fausto Alves; DE PINHO, Breno Aloísio T. Duarte. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. 19 p. : il. - (Texto para discussão, 464). Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. **Revista de História**, n. 135, p. 41-59, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18795>. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

DO NASCIMENTO, Flávio Rodrigues; SAMPAIO, José Levi Furtado. Geografia física, geossistemas e estudos integrados da paisagem. **Revista da casa da geografia de Sobral**, v. 6, n. 1, p. 21, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4850568.pdf>. Acesso em: 09 de set. de 2023.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. **Brazilian journalism research**, v. 4, n. 2, p. 121-131, 2008. Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/167>. Acesso: 29 ago. 2021.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004. Disponível em: https://codap.ufs.br/uploads/page_attach/path/8695/8_DOC_3_ANO_TEXTO_NO_O_DE_NATUREZA_AMBIENTE_ETC..pdf. Acesso em: 09 abr. de 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001a.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. 2ª edição. Londres: Pearson Education ESL, 2001b.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

FANTE, Eliege Maria. **O jornalismo do Correio do Povo e o discurso do desmonte da política ambiental do Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/211242>. Acesso em: 28 de out. de 2023.

FAO e FILAC. **Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe**. Santiago, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb2953es/cb2953es.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

FATMA. Deputados aprovam projeto que transforma Fatma em Instituto. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SDE/SC)**, Florianópolis, 06 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://sde.sc.gov.br/index.php/noticias/2146-deputados-aprovam-projeto-que-transforma-fatma-em-instituto>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu editora, 2022.

FERNANDES, Mario Luis. Primeiros Passos da Imprensa Catarinense. In: 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR). **Anais**. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, 2005. Disponível em: https://redealcar.org/?page_id=5893. Acesso em 14 de jan. de 2022.

FIDALGO, Joaquim. Profissão, profissionalismo e profissionalização. In: **O Jornalista em construção**. Porto: Porto Editora, 2008. p. 11-64.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Carlos Machado de. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, p. 137-150, 2003. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v8n1/a11v08n1.pdf. Acesso em: 10 de abr. 2020.

FONSECA, Vera Lucia Imperatriz. A trajetória de um ambientalista, Paulo Nogueira Neto, revisitada no centenário de seu nascimento. **Jornal da USP**, São Paulo, 19 de abril de 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-trajetoria-de-um-ambientalista-paulo-nogueira-neto-revisitada-no-centenario-de-seu-nascimento/>. Acesso em: 24 de fev. 2023.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>. Acesso em: 05 de dez. de 2022.

GERN, Augusta Fehrmann. **Comunicação e meio ambiente nas salas de aula: um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal do Paraná, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/147517763.pdf>. Acesso em 08 de jan. de 2022.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do Canal 12 à compra do jornal A Notícia: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/169541/339032.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 de jan. de 2023.

GIRARDI, Ilza M. T.; SCHWAAB, Reges T.; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade** (Online), v.34, p.131-152, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/2972/3136>. Acesso em: 10 de abr. 2020.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho *et al.* **Jornalismo Ambiental**: teoria e prática. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.files.wordpress.com/2018/09/jornalismo-ambiental-teoria-e-prc3a1tica2.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2022.

GOLEMBIEWSKI, Carlos; SOMMER, Vera. A inserção do Diário Catarinense na imprensa de SC. In: 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR). **Anais**. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, 2005. Disponível em: https://redealcar.org/?page_id=5893. Acesso em 14 de jan. de 2022.

GOMES, Wilson. Apresentação. In: Maia, R. C. M. (Org.). **Mídia e deliberação**. 1. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2008a. ISBN 978-85-225-0700-9, p. 7–14.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e comunicação em Mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (Org.). **Comunicação e Democracia**: Problemas & Perspectivas. 1. ed., São Paulo: Paulus, 2008b (Comunicação). ISBN 9788534927970, p. 31–68.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Série Jornalismo a rigor, v 1. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, Teresinha Maria; DE ASSIS MENDONÇA, Francisco. Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção do carvão em Criciúma/SC (Brasil). **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, n. 14, p. 55-65. Curitiba: Editora UFPR, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/8276/9094>. Acesso em: 10 de abr. 2020.

GONÇALVES, Daniel Diniz; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. Direitos da natureza: reflexões sobre possíveis fundamentos axiológicos. **Revista Brasileira de Direito**, v. 14, n. 1, p. 340-360, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6787006>. Acesso em 15 de jan, 2022.

GORRESIO, Zilda. Da natureza e do inconsciente coletivo. **Junguiana**, v. 35, n. 2, p. 59-68, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252017000200007. Acesso em 4 de dez. 2021.

GREEN PRESS. Carta de Belo Horizonte. Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1992. Disponível em: http://www.pickupau.org.br/mundo/carta_belo_horizonte/carta_belo_horizonte.htm. Acesso: 12 abr. 2021.

GRUBBA, Leilane Serratine; RODRIGUES, Horácio Wanderlei; FABRIS, Myrtha Wandersleben Ferracini. Caminhos para uma cidadania planetária e ambiental. **Revista de direito internacional**, v. 9, n. 3, p. 1-14, 2012. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/download/1776/pdf>. Acesso em 30 de ago. 2021.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso**. Cascais: Princípia, 2006.

GUERRA, Maria Daniely Freire; DE SOUZA, Marcos José Nogueira; LUSTOSA, Jacqueline Pires Gonçalves. Revisitando a teoria geossistêmica de Bertrand no século XXI: aportes para o GTP (?). **Geografia em questão**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/5454>. Acesso em: 09 de set. de 2023.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. Igor Ojeda (trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. Cidadania ambiental e metacidadanias ecológicas: revisão e alternativas na América Latina. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 19, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13954>. Acesso em: 11 de fev. 2022.

GUTIERREZ, Gustavo L.; ALMEIDA, Marco A. B. de. Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): Estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas** (Porto Alegre), v. 58, n. 1, p. 151–173, 2013. doi:10.15448/1984-6746.2013.1.8691. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/8691>. Acesso em: 28 de out. 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Habermas, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online]. 1995, n. 36, p. 39-53. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200003>. Acesso em 08 de jan. de 2022.

HANSEN, Anders. Sources, strategic communication, and environmental journalism. In: SACHSMAN, David B.; VALENTI, JoAnn Myer (Org.). **Routledge Handbook of Environmental Journalism**. Londres: Routledge, 2020.

HIGGINS, Clarissa. Cidadania Planetária: um conceito que excede limites territoriais. In: **XI INTI International Conference La Plata 17 al 20 de octubre 2012 La Plata, Argentina. Inteligencia territorial y globalización: Tensiones, transición y transformación**. Universidad Nacional de La Plata-CONICET. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Centro de Investigaciones Geográficas, 2012. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev2659>. Acesso em 30 de ago. 2021.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da Agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/402899/historia-da-agricultura-na-amazonia-da-era-pre-colombiana-ao-terceiro-milenio>. Acesso em 14 de jan. 2022.

HOMEM, António Pedro Barbas; BRANDÃO, Claudio. Introdução: a conexão entre o Direito Natural e os Direitos Humanos. In: HOMEM, António Pedro Barbas; BRANDÃO, Claudio (org.). **Do Direito Natural aos Direitos Humanos**. Lisboa: Leya, 2015, p. 08-13.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed.34, 2003.

IJUIM, Jorge Kanehide. Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo. **Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, v. 10, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21874>. Acesso em 21 de out. de 2023.

JOINVILLE. Secretaria De Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável De Joinville. **Joinville Bairro a Bairro**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2017, 188p. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Joinville-Bairro-a-Bairro-2017.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2023.

KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Episteme** (Porto Alegre): filosofia e história das ciências em revista. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/135326/000590204.pdf?sequence=1>. Acesso em 10 de jan. de 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

JÚNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca. **Análise do Conteúdo**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas S.A, 2005, p. 280-303.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2001. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/ideologia-e-tecnica-da-noticia/>. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 34 (3): 17-24. set/dez, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515/6720>. Acesso em 05 de jan. 2022.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, vol. 14, nº 02, p. 309-335, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68422128007>. Acesso em: 11 de jan. 2022.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.

LENZI, M. H.; GONÇALVES, T. C. Urbanização, discursos e relações de poder: turismo e planejamento urbano em Florianópolis (1950-1980). **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 24, n. 3, p. 425-443, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.173193. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/173193>. Acesso em: 9 abr. 2021.

LIMA, Lucas Ferreira. **A Teoria Econômica e o Meio Ambiente: a Perspectiva Crítica da Economia Ecológica**. 73ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 18 a 24 de julho de 2021. Apresentação em pdf. 44 slides. Color. Minicurso Desenvolvimento em um mundo pós-pandêmico: integrando as visões da economia e da ecologia.

LIMA, Samuel Pantoja. Operação Moeda Verde: um fato, dois enquadramentos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 4, n. 2, p. 95-107, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2207/2058/6677>. Acesso em: 26 de fev. 2023.

LOCATELLI, Carlos Augusto. **Comunicação e barragens: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/37464>. Acesso em: 01 ago. 2021.

LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, n. 4, p. 37-57, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3684>. Acesso em: 12 de nov. de 2022.

LOOSE, Eloisa Beling. Análise de discursos especializados em meio ambiente: como o jornalismo ambiental pode contribuir para um novo olhar. **Razón y Palabra**, n. 79, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1995/199524411007.pdf>. Acesso em: 08 de jan. de 2022.

LOOSE, Eloisa B.; CAMANA, Ângela; BELMONTE, Roberto V. A (não) cobertura dos riscos ambientais: Debate sobre silenciamentos do jornalismo. **Revista FAMECOS**, v. 24, n. 3, ID 26545, p. 1–18, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2017.3.26545>. Acesso em 08 de jan. de 2022.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o Valor da Natureza? Uma introdução à ética ambiental**. São Paulo: elefante, 2019.

LÜCKMAN, Ana Paula. **A noção de contexto no Jornalismo**: uma proposição a partir da Teoria da Complexidade. Tese (Doutorado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/2538/ANA_PAULA_LUCKMAN_TESE%20UFRGS%202020.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 de out. 2023.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAIA, Rousiley C. M. Deliberação e mídia. In: Maia, R. C. M. (Org.). **Mídia e deliberação**. 1. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2008a. ISBN 978-85-225-0700-9, p. 93–122.

MAIA, Rousiley C. M. Introdução. In: MAIA, R. C. M. (Org.). **Mídia e deliberação**. 1. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2008b. ISBN 978-85-225-0700-9, p. 15–24.

MAIA, Rousiley. Esfera pública e os media na trajetória de pensamento de Jürgen Habermas. In: MARQUES, Â.; COSTA, C. T.; COELHO, C. N. P.; *et al.* (Org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**, Rio de Janeiro: E-papers, 2009. ISBN 978-85-7650-243-2, p. 48–69.

MAIO, Ana Maria Dantas de. Comunicação e representações sociais: o Pantanal que os brasileiros (des) conhecem. **Estudos em Comunicação**, nº 5, 217-226. **Labcom**, Universidade Da Beira Interior. Portugal: 2009. Disponível em: <http://ec.ubi.pt/ec/05/pdf/11-maio-comunicacao.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2020.

MANHÃES, Eduardo. **Análise do discurso**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas S.A, 2005, p. 305-315.

MARQUES, Luiz; POMPEIA, Sabine. Os Direitos Humanos são um caso particular dos direitos da natureza. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 23 de abr. de 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/os-direitos-humanos-sao-um-caso-particular-dos-direitos-da-natureza>. Acesso em: 2 de jan. 2022.

MARCHIORETTO, Maria Salete. Balduino Rambo – o botânico. **Balduinia**, n. 40, p. 27-31, 15-VI, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/balduinia/article/download/13989/8725>. Acesso em: 3 de ago 2023.

MANOEL, Paula Scheidt. **Cidade, Poder e Imprensa: Notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana em Florianópolis**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94070/281475.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 de jan. de 2023.

MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 67–102, 2020. DOI: 10.21057/10.21057/repamv14n2.2020.28759. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28759>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MATTEDI, Marcos Antonio. **Enchentes em Blumenau: um estudo sobre o comportamento do sistema político no período de 1983-1994**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Florianópolis, SC 1994. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76136>. Acesso em: 10 de abr. 2020.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **Historia de las teorías de la comunicación**. Barcelona: Paidós, 1997.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de; MARQUES, Maria Auxiliadora de Resende Braga. Habermas e a teoria do conhecimento. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2003. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/10403>. Acesso em: 11 de nov. 2022.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento. **Media & Jornalismo**, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2002. Disponível em: http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/mj_1.pdf#page=9. Acesso em: 12 de abr. 2020.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do conhecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

MELO, Nikson Anjo *et al.* Análise comparativa sobre a proteção ao meio ambiente nas constituições dos países membros do Mercosul. **XVI Seminário de Integração Regional do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Planejamento Regional e Gestão da Cidade**. Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes-RJ, 25 e 26 de outubro de 2017. Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/02/Análise-Comparativa-Sobre-A-Proteção-Ao-Meio-Ambiente.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

MELO, Álisson José Maia. Jurisprudência da terra, Direitos da Natureza e a ascensão da harmonia com a Natureza: rumo ao Direito Ecocêntrico? **Revista de Direito Brasileira**, [S.l.], v. 22, n. 9, p. 413-438, jun. 2019. ISSN 2358-1352. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/3264>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MELO, José Marques de. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.1, n.2, p.73-83, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2074>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201613>. Acesso em: 08 de jan. de 2022.

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MELO, José Marques de. Conceito, categorias e gêneros do jornalismo. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco (Orgs). **Gêneros Jornalísticos: estudos fundamentais**, p. 120-166. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2020.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGUEL, Alexandre. Em busca do direito perdido: uma crítica ao direito natural e ao direito positivo. **Revista de informação legislativa**, v. 40, n. 160, p. 307-315, out./dez. 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/920>. Acesso em: 02 de jan. 2022.

MOREL, Marco. La génesis de la opinion pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier. **Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008. Disponível em: <http://books.openedition.org/cemca/1446>. Acesso em: 12 de nov. de 2022.

MONTIPÓ, Criselli Maria. **Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216255>. Acesso em 8 de Jan de 2022.

MONTIPÓ, Criselli Maria. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: a experiência democrática na percepção de repórteres. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Unesp, v. 10 n. 2 (2022): jul./dez.(19). Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/147/79>. Acesso em 8 de Jan de 2022.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2016.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa

de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010. disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93519>. Acesso em: 28 de out. 2023.

MOSER, Magali. Ponto de Vista: Tornar o “Santa” frágil é uma forma de fazê-lo desaparecer?. **Objethos – Observatório da ética jornalística**, Florianópolis, 12 de nov de 2017. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2017/11/12/ponto-de-vista-tornar-o-santa-fragil-e-uma-forma-de-faze-lo-desaparecer/>. Acesso em 14 de jan. de 2023.

MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral da ONU, 1948. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em 5 de abr. 2021.

NÆSS, Arne. **Ecology, community and lifestyle**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

NEMETZ, Erian Karina. A Evolução histórica dos direitos humanos. **Revista De Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar**. v.7, n.2, p.233-242, jul./dez., 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5554512>. Acesso em 3 de jan. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, v. 3, 2001.

PARK, Robert Ezra. News as a Form of Knowledge: A Chapter in the Sociology of Knowledge. **American Journal of Sociology**, Mar., 1940, Vol. 45, No. 5 (Mar., 1940), pp. 669-686. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2770043>. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

PAVEZ, C. M. P.; DIAS, V. L. N. O Lazer no Pedaco: A Área Central de Joinville/SC e as Categorias de José Magnani. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 96–116, 2018. DOI: 10.35699/1981-3171.2018.1932. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1932>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PEREIRA, Elenita Malta. A Economia como um capítulo da Ecologia: a economia ecológica no pensamento do ambientalista José Lutzenberger. **Diálogos Latinoamericanos** [Internet], nº 25, p. 5-18, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16249406001>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

PEZZULLO, Phaedra C.; COX, Robert. **Environmental communication and the public sphere**. 5. ed., Los Angeles: SAGE, 2018. ISBN 9781506363615.

PINTO, Daniela Caniçali Martins. **Pode o animal falar? Um estudo sobre o especismo no jornalismo brasileiro contemporâneo**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227047>. Acesso em 8 de Jan de 2022.

PONTES, Felipe Simão. **Teoria e história do jornalismo: desafios epistemológicos**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis, 2009. disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93007>. Acesso em 28 de out. 2023.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo no Brasil: uma análise crítica**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135113>. Acesso em 28 de out. 2023.

POTENZA, Renata Fragoso *et al.* **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil – Documento analítico SEEG 9 (1990-2020)**. Sistema De Estimativas De Emissões e Remoções De Gases De Efeito Estufa (SEEG). Disponível em: https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_9/OC_03_relatorio_2021_FINAL.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

REIS, Rossana Rocha. A América Latina e os direitos humanos. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 2, p. 101-101, 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/42>. Acesso em: 04 de jan. de 2022.

REVISTA REALIDADE. São Paulo, edição nº 74, ano 7, maio de 1972. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/213659/per213659_1972_00074.pdf. Acesso em: 10 de abr. 2020.

RIBEIRO, Job Antonio Garcia; CAVASSAN, Osmar. Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados. **Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las ciencias** (Bogotá, Colombia), v. 8, n. 2, p. 61-76, 2013. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/GDLA/article/view/5149/6768>. Acesso em: 1º de jan. 2022.

RIBEIRO, Ângelo Augusto; WINQUES, Kérley; TURCI, Raíssa. Decisões editoriais e as demandas dos públicos. In: MICK, Jacques; CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel Pantoja (Org.). **Jornalismo local a serviço dos públicos**: como práticas de governança social podem oferecer respostas às crises do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2021. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/jornalismo-local-a-servico-dos-publicos-como-praticas-de-governanca-social-podem-oferecer-respostas-as-criSES-do-jornalismo/>. Acesso em: 23 de out. 2023.

RÖGENER, Wiebke; WORMER, Holger. Defining criteria for good environmental journalism and testing their applicability: An environmental news review as a first step to more evidence based environmental science reporting. **Public Understanding of Science**, v. 26, n. 4, p. 418–433, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0963662515597195>. Acesso em: 08 de jan de 2022.

SACHSMAN, David B.; VALENTI, JoAnn Myer. Introduction: Environmental journalism. In: SACHSMAN, D. B.; VALENTI, J. A. M. (Org.). **Routledge handbook of environmental journalism**, Oxon: Routledge, 2020 (Routledge international handbooks). ISBN 978-1-138-47850-3, p. 1–15.

SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1989. Disponível em: http://leis.aleSC.sc.gov.br/html/constituicao_estadual_1989.html. Acesso em 2 de jan. 2022.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados** [online], 1992, v. 6, n. 14, p. 95-106. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000100007>. Acesso em: 02 de jan. 2022.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **GeoTextos**, v. 1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/3033/2142>. Acesso em: 10 de abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados** [online], v. 2, n. 2, pp. 46-71, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>. Acesso em: 30 de dez. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1285>. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], nº 78, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/753>. Acesso em 15 de jan 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAÚÍ, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral. In: **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária**. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 175-205.

SAVIANI, Dermeval. A história da escola pública no Brasil. **Revista de Ciências da Educação**, v. 5, n. 8, p. 185-201, 2003. Disponível em: <https://revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/issue/download/40/7>. Acesso em: 11 de ago de 2023.

SCHWAAB, Reges Toni. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. **Em Questão**, v. 13, n. 1, p. 11-23, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645956002.pdf>. Acesso em: 04 de fev 2022.

SCHÜTZ, Rosalvo. A concepção multifacetada de natureza em Kant. **Veritas** (Porto Alegre), v. 54, n. 1, 30 abr. 2009. Acesso em 10 dez 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/5076>. Acesso em: 28 de out. 2023.

SIEBERT, Claudia. Resiliência urbana: planejando as cidades para conviver com fenômenos climáticos extremos. **VI Encontro Nacional da Anppas**, Belém-PA Set, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/download/37991143/resiliencia_urban_a.pdf. Acesso em: 28 de out. 2023.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006. Disponível

em: http://www.historia.art.br/arquivos/id_submenu/2317/4.grupos_escolares.pdf. Acesso em: 11 de ago de 2023.

SILVA, Adriana Gondran Carvalho da. **Make-up Urbanism: The gap between promise and performance of Florianópolis (Brazil)**. Tese – doutorado. Bauhaus-Universität Weimar - Fakultät Architektur und Urbanistik [bis 2014 Fakultät Architektur], 2010. Disponível em: <https://e-pub.uni-weimar.de/opus4/frontdoor/index/index/docId/1444>. Acesso em 26 de fev. 2023.

SILVA, Lays Helena Paes. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **e-cadernos CES**, n. 17, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em 09 de out. de 2023.

SILVA, Mariana da Rosa; MORAES, Marília Crispi de; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Gestão, controle e propriedade dos meios. In: MICK, Jacques; CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel Pantoja (Org.). **Jornalismo local a serviço dos públicos: como práticas de governança social podem oferecer respostas às crises do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2021. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/jornalismo-local-a-servico-dos-publicos-como-praticas-de-governanca-social-podem-oferecer-respostas-as-criises-do-jornalismo/>. Acesso em: 28 de out. 2023.

SILVA, Gislene. Introdução à cobertura jornalística e à noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; VOGEL, Daisi; SILVA, Terezinha (Org.). **Apuração, redação e edição jornalística**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-072-8>. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

SILVAN, Denison. **Trabalhadores da Juta na Amazônia: trajetórias de luta, suor e sofrimento**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2018. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6631/5/Tese_Denison%20Silvan. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O discurso constitucional da dignidade da pessoa humana: uma proposta de concretização do direito justo no pós-positivismo brasileiro**. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Direito, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10500/1/Ricardo%20Mauricio.pdf>. Acesso em: 04 de jan. 2022.

SOARES, Murilo César. Jornalismo e cidadania, em duas abordagens. **XVII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós**. UNIP. São Paulo, SP, jun. 2008. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_373.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1993.

SOUSA, Luiz Henrique da Cruz. **A propriedade como direito natural na filosofia política de John Locke: subjetividade como fundamento de uma teoria da apropriação**. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília (UnB). Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Programa de Pós-Graduação, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33237>. Acesso em: 02 de jan. 2022.

SUNSERI, Thaddeus. **World War II and the Transformation of the Tanzanian Forests**. In J. Byfield, C. Brown, T. Parsons, & A. Sikainga (Eds.), *Africa and World War II* (pp. 238-256). Cambridge: Cambridge University Press, 2015. Doi:10.1017/CBO9781107282018.014. Disponível em: https://hero.epa.gov/hero/index.cfm/reference/details/reference_id/8753044. Acesso em: 28 de out. 2023.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.

TERSO, Tamara. **Políticos Donos da Mídia violam a Constituição e fragilizam a democracia. Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 27 de set. de 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/politicos-donos-da-midia-violam-a-constituicao-e-fragilizam-a-democracia/>. Acesso em 21 de jan. de 2023.

TOMAZONI, Joni César; GOLEMBIEWSKI, Carlos. A história da TV Coligadas de Blumenau. In: FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU, **Blumenau em Cadernos**, tomo 49, número 4, julho/agosto 2008. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/2008/BLU2008007.pdf>. Acesso em 14 de jan. de 2022.

TRICHES, Janete; TEIXEIRA, Pedro Junior da Luz. Configuração do monopólio da mídia impressa em Santa Catarina e suas conseqüências para a democracia. **Amicus Curiae**, v.8, n.8 (2011), 2011. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/amicus/article/view/573/560>. Acesso em: 21 de jan. de 2023.

TRINTA, Aloísio R.; NEVES, Teresa CC. A função cognitiva do jornalismo: a contribuição de Robert E. Park. **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/16523720091757871551995647517951473973.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2023.

TUCHMAN, Gaye (1972). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e história**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131.

UNESCO. **La educación ambiental: las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi**. Paris, 1980. Disponível em: <https://eaterciario.files.wordpress.com/2015/09/orientaciones-de-la-conferencia-de-tbilisi-unesco.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2021

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Human Rights Council Forty-eighth session 13 September - 11 October 2021. **Resolution 48/13**: The human right to a clean, healthy and sustainable environment. HRC, 8 October 2021. Disponível em: <https://undocs.org/A/HRC/RES/48/13>. Acesso em: 01 nov. 2021.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. **UN Secretary General António Guterres' at the Opening Ceremony of the World Leaders Summit | #COP26**. Youtube, 1º de nov. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OtkW6W9R2nc>. Acesso em: 14 de jan. 2022.

VAN DIJK, Teun A.; MEDEIROS, Breno Wilson Leite; ANDRADE, Maria Lúcia CVO. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha d'Água**, v. 26, n. 2, p. 351-381, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/65164>. Acesso em: 03 de fev. 2022.

VIBRANS, Alexander C. *et al.* **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: o que você deve saber sobre as florestas de Santa Catarina**. Blumenau: FURB, 2015. Disponível em: <https://www.iff.sc.gov.br/nossas-ações/inventário-florestal/publicações/cartilhas>. Acesso em: 11 nov. de 2022.

WEBER, MAX. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEISS, Cristian Edel; ALMEIDA, Airton Lorenzoni. Jornal de Santa Catarina: da Ambição Nacional ao Foco no Vale do Itajaí. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais eletrônicos**. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2278-1.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2023.

WHITE JR, Lynn. The Historical Roots of Our Ecologic Crisis. **Science**, 10 Mar 1967, Vol. 155, Issue 3.767, p. 1203-1207. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.155.3767.1203>. Acesso em: 31 de dez. 2020.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Agência Senado**, Brasília, 14 de set. de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

YOUNG, Carlos EF. Causas socioeconômicas do desmatamento da Mata Atlântica brasileira. **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas. Belo Horizonte: Fundação SOS Mata Atlântica and Conservação Internacional**, p. 103-118, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325382161_Causas_socioeconomicas_do_desmatamento_da_Mata_Atlantica_brasileira. Acesso em: 15 de fev. 2022.

ZIMMER, Katarina. Desmatamento está causando aumento de doenças infecciosas em humanos. **National Geographic Brasil**, São Paulo, 4 dez. 2019 e atualizado 5 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/12/desmatamento-esta-causando-aumento-de-doencas-infecciosas-em-humanos>. Acesso em: 10 de abr. 2020.

ANEXO I

Tabela de distribuição de edições dos jornais, por ano: [clique no link para acessar](#).

ANEXO II

Tabela de Análise de Conteúdo e avaliação qualitativa: [clique no link para acessar](#).

(Para melhor visualização dos dados, utilize os filtros de seleção nas colunas e também as opções de expandir ou recolher colunas ocultas).

ANEXO III

Jornal: *A Notícia*

Data: 05/06/2014

Título: Sem aterro público, rejeitos acabam em lugar inadequado

ANVerde

Sem aterro público, rejeitos acabam em lugar inadequado

Locais como área da nascente do rio Cachoeira, às margens da rua Rui Barbosa, viram depósitos de materiais, como restos de construção, que deveriam ser recolhidos por caçambas alugadas

Nem no próximo mês ou no próximo ano. Não há previsão para que Joinville possa lidar adequadamente com os resíduos especiais – principalmente sobras da construção civil – que produz. A cidade não tem aterro público para depósito desse tipo de dejetos. Na região, os dois que hoje recebem gesso, tijolos, cimento e outros rejeitos pertencem à iniciativa privada. Um fica na zona industrial, outro em Araquari.

E não ter local adequado faz com que dejetos sejam jogados em locais públicos completamente inadequados. Próximo à nascente do rio Cachoeira, às margens da rua Rui Barbosa, no bairro Costa e Silva, é formado um “lixão a céu aberto”, conforme classifica a professora e engenheira ambiental Virgínia Barros.

– O rio já nasce morto – lamenta. E onde muitos enxergam lixo, a engenheira vê dinheiro jogado fora aos montes. Montanhas de *pallets* que poderiam virar móveis ou energia por meio da queima estão desperdiçados na rua. Restos de computadores que têm chumbo e silício – metais pesados – causam danos extremos à natureza e seriam valiosos se destinados corretamente.

– Já foi criada uma maneira de reaproveitar isopor – afirmou ela, apontando para um pedaço no chão.

– Chegará o momento em que não teremos de onde tirar recursos, por isso esses resíduos, se tratados de forma adequada, são tão valiosos – concluiu a engenheira ambiental.

O controle sobre a produção e a destinação correta dos resíduos gerados por grandes produtores, como as construtoras, é mais organizado do que aquele que envolve pequenas reformas em residências. A coordenadora do núcleo de resíduos da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema) de Joinville, Débora Jaretta Magna, garante que as construtoras devem ter um

“plano de resíduos” para cada empreendimento. Somente assim é expedida a licença ambiental.

– No plano, deve constar como será gerado, separado, classificado, armazenado e a destinação final dos rejeitos – explicou Magna.

Para os pequenos produtores, o sistema é falho. Não existe uma coleta coletiva de rejeitos da construção civil, como há para o lixo orgânico e o reciclável. Por isso, alguns locais acabam virando lixões. A maioria não tem iluminação e são lugares com poucas testemunhas, como a rua que margeia a nascente do rio Cachoeira e a que circunda o manguezal próximo ao CEI Espelheiros.

Impacto

Diferentemente do plástico e do papel que têm prazo para se decompor na natureza, os resíduos da construção civil apenas se diluem com o tempo.

– Minerais não se decompõem – explicou a professora Virgínia.

Cimento, gesso, argila e saibro são exemplos desses resíduos. Todos podem ser reaproveitados como “agregados” para fazer volume na pavimentação de ruas e no alicerce de casas, por exemplo.

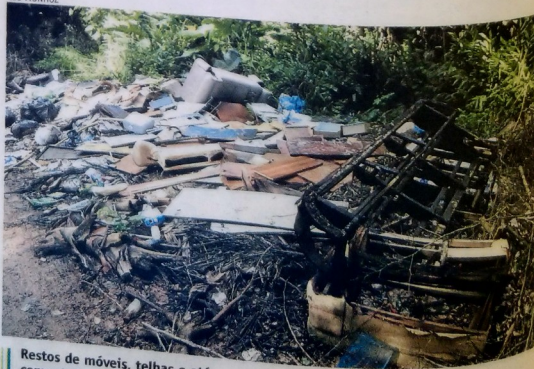
A destinação inadequada pode levar à impermeabilização do solo. O cimento, de acordo com Virgínia, é um dos agentes impermeabilizantes que podem contribuir com enchentes ao se acumular na superfície do solo. Telhas, tijolos e o próprio acúmulo dos resíduos em montes podem ser habitat de animais perigosos e criadouros do mosquito da dengue.

Dos piores resíduos da construção civil, o amianto é o mais perigoso. A fibra, proveniente de uma rocha, não se decompõe na natureza por ser mineral. Quando queimado, o cimento que faz a liga do material deteriora e fragmentos da fibra ficam soltos no ar. A inalação dessas partículas pode causar câncer.

RODRIGO PHILLIPS



LEO MUNHOZ



Restos de móveis, telhas e até computador depositados perto de onde nasce o Cachoeira trazem sérios danos ao meio ambiente

“
As construtoras devem ter um **PLANO** que vai dizer como o lixo será gerado, separado e destinado.

DÉBORA JARETTA MAGNA, coordenadora do núcleo de resíduos da Fundema

Eleandro Felício, que mora na rua Daniel Becker, denuncia o despejo ilegal de lixo perto do rio



“Todo mundo joga”, alegam moradores

Antes, havia duas caçambas. Agora, o lixo é jogado às margens de um rio no final da rua Daniel Becker, no bairro Jardim Iririri, onde mora o bacharel em direito Eleandro Felício. Ele já fez inúmeras denúncias, solicitou instalação de placas, reclamou com vizinhos, mas nada resolveu o despejo ilegal de detritos na região. A poluição aumenta quando chove, sobe a maré e o rio engole toda a sujeira da margem.

“O rio já está poluído mesmo” é o que Eleandro escuta quando reclama com os vizinhos.

Com as luvas de borracha sujas de cimento fresco, o morador Antônio Hipólito é categórico.

– Todo mundo joga – disse, abrindo os braços.

Antônio foi econômico com as palavras, não pela situação,

mas porque depois de um derrame passou a falar com esforço. O cimento, o barro, a areia e os tijolos, para ele, fazem parte da terapia. Ele mesmo molda tijolos e reboca o muro da casa.

A vizinha da frente da casa de Antônio, depois de despejar o conteúdo de uma panela de pressão na margem do rio, reclamou das queimas de objetos perto de sua casa, que faz esquina com o rio.

– Já sei quando estão queimando coisas. E quando me faltar o ar, geralmente à noite – contou ela.

Eleandro Felício, que acaba fiscalizando a rua, lembrou que até uma impressora, que tem material tóxico, já foi queimada ali. As caçambas, que, como vieram, sumiram, seriam a solução imediata para organizar o despejo de detritos na rua. Mas os moradores não sabem

quem as contratou.

Por R\$140, durante três dias ou conforme contrato, o gerente Ivan Kisner disponibilizaria uma caçamba de sua empresa para pequenos e médios produtores de resíduos. Ivan pede que os consumidores desconfiem quando o preço for muito mais baixo.

– Pode ser sinal de que a caçamba é descarregada em terreno baldio – explicou.

As empresas de caçamba pagam para depositar os detritos nos aterros privados, já que o município não tem aterro público para este fim. Para Ivan, quem joga em local próprio, de graça e às custas da natureza cobra mais barato. Por isso o consumidor deve checar o carimbo do aterro na nota do serviço prestado. Essa é a garantia de que o despejo foi para o local correto.

CLASSES DOS RESÍDUOS

Classe A

Compreende os blocos de concreto e tijolos.

Classe B

Recicláveis: papel, madeira e alumínio.

Classe C

Rejeitos que não contam com tecnologia de reciclagem, como sobras dos materiais que já não podem mais ser reaproveitados.

Classe D

A última classe é a dos perigosos por serem tóxicos, como tintas e solventes.

O destino correto desses resíduos

- ✓ Classe A – reaproveitamento – terraplenagem
- ✓ Classe B – cooperativas de triagem (quando sem contaminação)
- ✓ Classe C – aterro industrial ou retoma ao fabricante
- ✓ Classe D – aterro industrial

Envolve o planeta, abrace o meio ambiente.



Nós, da VEOLIA, estamos cada vez mais envolvidos com a preservação ambiental. Diariamente, criamos e aplicamos tecnologias que garantem a integridade do meio ambiente e promovem a qualidade de vida das pessoas. Proteger a natureza é obrigação de cada um, é dever de todos nós.

Envolve-se e abrace o nosso planeta para preservar a vida.

5 de junho.
Dia mundial do meio ambiente.

Renovando o mundo **VEOLIA**
CLE BRASIL

ANEXO IV

Jornal: *Diário Catarinense*

Data: 10/11/2015

Título: Descobridor de espécies



DESCOBRIDOR DE ESPÉCIES

**PADRE
RAULINO REITZ**
catalogou mais
de 28 mil tipos
de plantas e
ajudou a criar
o Parque
Estadual da
Serra do
Tabuleiro, que
completou 40
anos e é a maior
unidade de
conservação de
Santa Catarina

HYURY POTTER
hyury.potter@diariocatarinense.com.br

O padre Raulino Reitz, o principal idealizador do Parque da Serra do Tabuleiro e da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), era um católico darwinista. A definição é da sua sobrinha-neta, Beloni Paulo Merterer. Mesmo após o reconhecimento como expoente de estudos botânicos em Santa Catarina, ele nunca deixou de realizar missas em Antônio Carlos, sua terra natal. Foi assim que a dualidade entre ciência e religião conviveram com o padre ao longo dos seus 71 anos em sintonia. Reitz se dedicou ao catecismo e chegou a lecionar no Seminário de Azambuja, em Brusque, mas conseguiu um lugar na história por meio dos estudos botânicos.

Além de fazer parte de um gigantesco acervo da flora catarinense, é dele a responsabilidade dos estudos e argumentos que justificaram a criação do parque, além da base teórica para

elaborar outras reservas e da própria Fatma, órgão que presidiu.

– Foi uma pessoa muito dedicada e inspiradora, e isso estimulou outras pessoas ao redor a trabalhar pelo meio ambiente numa época em que isso não era um tema comum. Se Santa Catarina ainda possui muitas florestas preservadas, com certeza o trabalho do padre Raulino tem uma grande participação – afirma Beloni.

Nascido em 1919, Reitz fez os estudos primários e ginásial no Seminário de Azambuja, em Brusque, onde ficou até 1937, quando cursou Filosofia e Teologia no Seminário Central de São Leopoldo. Lá conheceu o padre e botânico Balduino Rambo. Esses detalhes estarão no livro Histórias de Padres de Santa Catarina, do sacerdote Artulino João Besen, que deve ser lançado ainda em 2015.

– Quando estava no segundo ano de Filosofia, começou a coletar plantas que integram o acervo do Herbário Barbosa Rodrigues. O padre Raulino, pela simplicidade e dedicação, foi um exemplo para a ciência e tam-



Raulino Reitz

bém para a Igreja – conta padre Besen, ex-aluno e amigo do padre Raulino.

Foram mais de 28 mil espécies de plantas catalogadas, sendo 350 descobertas, em meio século de carreira botânica. Ele faleceu em 19 de novembro de 1990, após um mal súbito durante uma homenagem à ele na Câmara de Vereadores de Itajaí. Foi sepultado em um jardim floreado com bronélias, a sua planta favorita, ao lado da Igreja Matriz de Antônio Carlos. Seus dois irmãos mais velhos, Afonso e João, também foram padres. A escolha pela brótina acabou sendo natural, assim como o amor pelas plantas. Chegou a escrever um livro sobre a saga da família Reitz da cidade alemã de Hirschfeld até a região do Alto Biguaçu, no município de Antônio Carlos, no século 19.

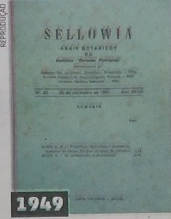
– Ele tinha muito orgulho de falar que o avô Johann Adam Reitz já plantava Inga como estratégia de manejo para recuperar o solo. Isso inclusive está na capa do livro sobre a nossa família, que o padre Raulino publicou em 1965 – lembra Beloni.

O LEGADO DE RAULINO



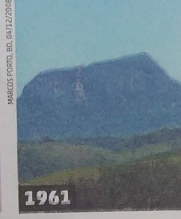
1942

O padre funda o Herbário Barbosa Rodrigues, que tem uma coleção de mais de 70 mil exsiccatas - amostras de plantas prensadas e secas.



1949

Como editor, Raulino publica a primeira edição da revista científica Sellowia, periódico de botânica da região Sul do país.



1961

Reitz criou e implantou o Parque Botânico do Morro do Baú, em Ilhota, com 750 hectares.

Entre as décadas de **1960 e 1970**

Idealizou e editou a **Flora Ilustrada Catarinense**, inventário com

150 famílias de plantas em

172 fascículos, totalizando

12,5 mil páginas de pesquisa.



1973

O padre foi um dos incentivadores para a regulamentação da orquídea Laelia Purpurata e da imbuia Ocotea Porosa como flor e a árvore símbolos de Santa Catarina.

1975

Após anos de estudos e pesquisas na região, Raulino Reitz cria o **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**, maior unidade de conservação do Estado, então com mais de

90 mil

hectares. Nos anos seguintes, colabora diretamente para a criação das reservas biológicas do Sassafrás (1977) e do Agualí e da Canela Preta (1980), do Parque Estadual da Serra Furada (1980), além de diversas estações ecológicas.

Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: motivos para sua criação.

RAULINO REITZ

Diante da dura realidade que é a destruição indiscriminada do manto vegetal que abriga nossa rica fauna, o catarinense exige a proteção de determinadas áreas privilegiadas, visando à finalidade múltipla de preservação dos mananciais de água, da flora, da fauna, de determinadas formações geológicas, de paisagem e de locais apropriados ao lazer e à atração turística. Uma região de excepcional valor sob todos esses aspectos é o complexo orográfico dominado pela Serra do Tabuleiro e a planície contígua, banhada pelas águas dos rios Maciamba e da Madre e as águas oceânicas incluindo ilhas oceânicas.

Uma das principais finalidades da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente é a criação de parques estaduais, ou reservas ecológicas equivalentes, uma das metas do Governo do Estado de Santa Catarina. Entre as considerações mais importantes, motivadoras desta exposição de motivos para a criação deste Parque - que, em sua maior parte, funcionará como reserva ecológica - destacam-se sobre a água, que, segundo os estudos de nosso futuro, será o recurso natural mais carente no litoral catarinense, e que condicionará o seu progresso econômico, e até mesmo o turístico. A este argumento básico acrescentam-se outros, igualmente importantes.

OS ARGUMENTOS

Após mais de 20 anos pesquisando a flora catarinense, o padre botânico Raulino Reitz produziu um documento (veja acima) de 11 páginas explicando os motivos para a criação do Parque do Tabuleiro. No texto datilografado por Reitz no começo dos anos 1970 já é possível observar a preocupação do padre com a preservação dos mananciais, já sob risco de

avanço da ocupação urbana e da agricultura. Além disso, ele destaca a diversidade da fauna e da flora na região, mencionando inclusive a barreira fitogeográfica formada devido ao relevo montanhoso próximo ao litoral. Após muita insistência e estudos, em 1975 era criada a maior unidade de conservação de Santa Catarina, com cerca de 1% do território do Estado.

UM PROFESSOR DA NATUREZA

No começo da década de 1970, como assistente do ecologista Roberto Klein, o professor de botânica Ademir Reis teve os primeiros contatos com o padre Raulino Reitz. Com Klein, Ademir ajudou a mapear os primeiros limites do território que viria a se tornar o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, o primeiro grande objetivo alcançado do padre.

Uma unidade de conservação com 90 mil hectares, incluindo ilhas costeiras, é sinônimo de ambição. E ele fez isso pensando na preservação das águas, algo inimaginável na época - relata o botânico Ademir Reis, que atualmente é diretor científico do Herbário Barbosa Rodrigues, de Itajaí.

Com a instalação do Parque do Tabuleiro, padre Raulino se esforçou para estudá-lo. Para isso, contou com a ajuda

do amigo alemão, naturalizado brasileiro, Helmut Sick, principal ornitólogo do Brasil, que ele conhecera anos antes, quando o catarinense foi diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Nessa época, Lenir Alda do Rosário era uma estudante de biologia que queria aprender sobre plantas com o padre Raulino. Acabou se tornando uma ornitóloga com o trabalho mais sólido sobre as aves de Santa Catarina. Ela lembra da saída a campo com Reitz e Sick.

Eram dois professores ainda mais completos em campo. O padre orientava sobre tipologia vegetal enquanto caminhávamos pelo parque. Para mim, receber aulas ao ar livre da maior personalidade que trabalhou com ecologia ambiental em Santa Catarina foi uma honra.

NOME PARA MAIS DE 100 PLANTAS

Foram mais de 100 espécies de plantas batizadas com o nome do padre Raulino Reitz. Além disso, ainda em vida, juntamente com o ecologista Roberto Klein, recebeu o prêmio Global 500 da ONU em 1990, dedicado a pesquisadores que defendem a preservação do meio ambiente no mundo. Mesmo após sua morte, Reitz continuou sendo lembrado, seja por outros botânicos, que batizaram espécies com a terminologia Reitzii para homenagear o mestre.

Uma delas está a caminho de se tornar em unidade de conservação. O Refúgio Estadual de Vida Silvestre Raulino está em fase avançada de estudos e no próximo ano deve ser efetivada como a

primeira reserva ambiental criada especificamente para preservar uma espécie: o arbusto Raulinoa Echinata Cowan, planta conhecida popularmente como cutia-de-espinhos. Rara, ela só pode ser encontrada em SC, às margens do rio Itajaí-Açu, entre Lontras e Indaial. Estudos farmacológicos indicam que a planta tem potencial para tratar a Doença de Chagas.

As homenagens expostas em trabalhos científicos e estudos sobre botânica deixam claro qual é o principal legado do padre Raulino, que é maior do que unidades de conservação, o acervo científico, que está praticamente completo no Herbário Barbosa Rodrigues, em Itajaí - comenta Beloni Pauli Marterer.

A SÉRIE



FIM DE SEMANA
As águas



ONTEM
A preservação



HOJE
O descobridor

DC:
diariocatarinense.com.br

Imagens contam a história do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

ANEXO V

Jornal: *A Notícia*

Data: 02/09/2016

Título: Turismo e lazer em sintonia

JOINVILLE
Desafios para o futuro



Turismo e lazer em SINTONIA



Na última reportagem da série, "AN" mostra o potencial ecológico de Joinville e como a cidade alia conhecimentos para garantir o desenvolvimento sustentável

Joinville poderia ser considerada um oásis no Brasil. Mesmo que o País seja rico em belezas naturais, a cidade aparece em posição privilegiada em posse de biodiversidade e recursos hídricos. Por isso, a primeira palavra de ordem para esta área parece ser preservação, mas não é.

Neste ponto, o município conseguiu chegar ao momento atual sem que grandes danos tivessem sido feitos à maior parte de seu território, e precisa apenas manter esta cultura por meio de leis, fiscalização e conscientização da população.

Os desafios para o meio ambiente em Joinville referem-se à utilização deste potencial ainda pouco explorado para garantir o

desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida de seus moradores. Quem compara a cidade catarinense às pequenas porções de vegetação em meio ao deserto é o ambientalista Nelson Wendel.

Depois de viajar pelo Brasil cumprindo compromissos nos seis anos em que trabalhou no Ministério do Meio Ambiente, ele confirma esta situação com base na experiência e nos fatos.

– Quase 50% do nosso território é ainda coberto por Mata Atlântica e mangue. E essa diversidade, a considero uma das maiores do planeta, pois começamos no mar e vamos até a serra – diz Wendel.

Entre trabalhos burocráticos como emissão de alvarás, fisca-

lização de obras, administração de cemitérios e zeladoria sobre áreas públicas como calçadas e praças, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sema), órgão que substituiu a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema) em 2014, é a responsável pela gestão das áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, a fiscalização e a educação ambiental da cidade.

O orçamento do órgão é composto por verbas do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), receitas de convênio com a Companhia Águas de Joinville e o Aterro Industrial, verba dos cemitérios, de reposição florestal e de multas, além do convênio com o Departamento Nacional de Mi-

neração (DNPM) e o pagamento dos serviços prestados diariamente aos contribuintes.

Dinheiro, portanto, não é problema para a administração, que atualmente trabalha para otimizar os serviços burocráticos e parametrizar as questões ambientais.

– Joinville tem um potencial imenso de desenvolvimento. Sabendo sempre da importância de se alinhar o desenvolvimento econômico com o ambiental, a cidade será um modelo para outras por ter toda essa beleza natural que tem e conseguir conservá-la para que possa ter um desenvolvimento sustentável – afirma a diretora-executiva da Sema, Luana Siewert Pretto.

“

Quase 50% do nosso território é ainda coberto por Mata Atlântica e mangue. E essa diversidade, a considero uma das maiores do planeta, pois começamos no mar e vamos até a serra.

NELSON WENDEL,
ambientalista

EXPEDIENTE

TEXTO
Claudia Morriesen
EDIÇÃO
Jean Balbinotti
IMAGEM
Maykon Lammerhirt
DESIGN
Gabriela Florêncio

AS REPORTAGENS

O jornal "A Notícia" iniciou a série Desafios para o futuro no dia 30 de junho com o objetivo de ajudar o cidadão a entender como está a cidade em cada uma das grandes áreas da administração pública e no que ela precisa melhorar. Assim, este mesmo cidadão estará mais bem informado e mais preparado para

fazer suas escolhas na eleição municipal de outubro. Hoje, chegamos à última reportagem da série, que publicações todas as semanas no jornal impresso e no site AN.com.br. O conteúdo proporcionou ao leitor um mergulho nestes grandes temas e contribuiu para avaliar os principais desafios para o futuro.

CRONOGRAMA

CULTURA
30 DE JUNHO

ASSISTÊNCIA SOCIAL
4 DE AGOSTO

TURISMO E LAZER
HOJE

ESPORTE
11 DE AGOSTO

SEGURANÇA
14 DE JULHO

HABITAÇÃO
18 DE AGOSTO

EDUCAÇÃO
21 DE JULHO

INFRAESTRUTURA URBANA
25 DE AGOSTO

SALUDE
28 DE JULHO

MEIO AMBIENTE
2 DE SETEMBRO



DIFERENCIAL
Em tempos de industrialização, Joinville se destaca pela mata nativa dentro da área urbana

Mata Atlântica, pulmão da cidade

Ao olhar Joinville do alto, é possível entender o porquê de a cidade estar no topo da lista nos levantamentos sobre cobertura de Mata Atlântica e mata nativa: ela é entrecortada e circundada por áreas verdes, que a fazem ser o segundo município com maior floresta nativa de Santa Catarina (52,4 mil hectares) e ter a maior floresta atlântica contínua em área urbana do Brasil. Um local para se ter esta experiência é o alto do Morro da Boa Vista, uma das seis unidades de conservação ambiental do município (que ainda divide mais uma unidade com o município de Schroeder).

E ela que, com 8,65 km², dá o título de maior cobertura de mata atlântica dentro do perímetro urbano e, por isso, foi transformada em Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie). Recentemente, o local ganhou uso turístico novamente, com a reinauguração do mirante após seis anos em obras. Já os outros nomes na lista das unidades de conservação são menos famosos em divulgação e visitas: Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca, Arie do Morro do Iriú, Parque Natural Municipal da Caieira e Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral.

Na área urbana, e também com potencial para pontos turísticos, estão o Morro do Iriú, o Parque Caieira e o Morro do Amaral. Mas, transformá-los em locais com estrutura para atender a população e despertar o interesse do morador no ecoturismo ainda são pautas para o futuro.

— Isso é realmente um desafio: trabalhar a parte de turismo com a natureza é uma mudança de cultura. Chegar no Parque Caieira e não encontrar uma lanchonete lá, só poder contemplar a natureza, é algo que a população vai se acostumando ao longo do tempo — afirma Luana Pretto, da Sema, referindo-se ao fato de o parque no bairro Adhemar Garcia não permitir a entrada de alimentos por se tratar de um patrimônio histórico e ambiental.

Segundo a diretora da Sema, há projetos de trilhas ecológicas e visitas a Áreas de Preservação Ambiental (APA), além de incentivo à conscientização de crianças, com promoção de *tour* ambiental nas unidades de conservação. Mais do que opções de turismo e lazer, esses locais são importantes para manter o ciclo de vida de Joinville. Eles mantêm a biodiversidade da região, controlam a erosão, permitem a recarga dos lençóis freáticos e são reguladores do clima.

— Joinville, no verão, não dá para andar no Centro da cidade. As pessoas acham que deixar aquele 30% (de Mata Atlântica assegurados por lei como cobertura florestal) quando compram um terreno para loteamento é absurdo porque poderia ajudar tudo isso num lugar só, mas estas áreas pontuais dentro da cidade são importantes para regular o clima e manter a biodiversidade — afirma a professora Therezinha de Oliveira, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente da Univille.



PARQUE CAIEIRA
Opção de lazer em Joinville

“

Chegar ao Parque Caieira e não encontrar uma lanchonete lá, só poder contemplar a natureza, é algo que a população vai se acostumando ao longo do tempo.

LUANA PRETTO, diretora-executiva da Secretaria de Meio Ambiente

Especialista sugere evolução da coleta seletiva

Se a questão ambiental fosse prioridade nas decisões da administração pública, é bem possível que áreas como saúde, infraestrutura urbana, saneamento básico, assistência social, turismo e lazer contassem com menos problemas.

Para a professora Therezinha de Oliveira, elas são estratégicas porque mexem com a qualidade de vida das pessoas, mas dificilmente são consideradas.

— É preciso ter os três eixos caminhando juntos: crescimento econômico, dignidade social e a qualidade ambiental. A

cidade tem que crescer, gerar emprego, mas respeitar os limites do meio ambiente — avalia Therezinha.

Entre as sugestões da especialista estão a evolução do sistema de coleta seletiva, com o reaproveitamento de resíduos. Segundo ela, Joinville gera em torno de 400 toneladas de lixo por dia, as quais poderiam ser transformadas em matéria-prima: 51% é de matéria orgânica, que poderia ser compostada e virar 200 toneladas de condicionadores de solo usados nas áreas públicas da cidade, como ajardinamento de praças e hortas escolares.

— Estamos enterrando energia e transformando o nosso solo em aterro sanitário — lamenta Therezinha.

A Sema ainda caminha para este projeto, com acompanhamento das cooperativas de coleta e triagem de lixo, em parceria com a Secretaria de Assistência Social, e criou um programa de compostagem na Ceasa. Lá, será feito um trabalho de educação ambiental de separação e posse dos resíduos, além de fazer compostagem no aterro sanitário.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA

Categoria: Área de proteção ambiental

Grupo: Uso sustentável

Área (km²): 404.917

Objetivos: proteger os recursos hídricos, garantir a conservação de remanescentes de Mata Atlântica, proteger a fauna silvestre, melhorar a qualidade de vida das populações residentes por meio da orientação e da disciplina das atividades econômicas locais, fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental, etc.

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CAIEIRA

Categoria: Parque

Grupo: Proteção integral

Área (km²): 1.419

Objetivos: Preservar e proteger a história do município, além de conservar um dos últimos remanescentes de mangue e restinga em perímetro urbano; oferecer a possibilidade de acesso a ambientes ecológicos para atividades de educação e recreação em contato com a natureza.

ARIE DO MORRO DO BOA VISTA

Categoria: Área de relevante interesse ecológico (Arie)

Grupo: Uso sustentável

Área (km²): 8.650

Objetivos: Conservar a vegetação remanescente da Mata Atlântica inserida na malha urbana; cobrir uma eventual ocupação indesejável e corrigir problemas decorrentes da atual ocupação; oferecer ao público em geral a possibilidade de acesso a ambientes ecológicos para o lazer, ativo e contemplativo, em contato com a natureza.

ARIE DO MORRO DO IRIÚ

Categoria: Área de relevante interesse ecológico (Arie)

Grupo: Uso sustentável

Área (km²): 4.977

Objetivos: Garantir a proteção dos remanescentes do Bioma Mata Atlântica em ambiente urbano, mais especificamente os ecossistemas de Floresta Ombrófila Densa, visando ao equilíbrio ecológico e a qualidade de vida; proteger a fauna e a flora silvestres, visando a manutenção genética da biodiversidade local; disciplinar o uso e a ocupação do solo, restringindo novas ocupações; disciplinar atividades potencialmente poluidoras na região com controle, monitoramento e fiscalização ambiental; fomentar o turismo ecológico, pesquisa científica e educação ambiental.

RDS DA ILHA DO MORRO DO AMARAL

Categoria: Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS)

Grupo: Uso sustentável

Área (km²): 3.455

Objetivos: preservar a natureza, com a proteção de remanescente da Mata Atlântica, da Floresta Ombrófila densa e seus ecossistemas, mangue e lagoa; proteger a fauna e a flora silvestre; assegurar as condições e os meios para a melhoria da qualidade de vida da população local; fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental; preservar e valorizar a cultura, história e tradições locais; preservar os sítios arqueológicos (sambaquis).

JOINVILLE

Desafios para o futuro

“

A gente quer que venham indústrias, empregos e pessoas para cá, mas água não cresce, nem aumenta. O que temos de água hoje é o que teremos no futuro.

THEREZINHA DE OLIVEIRA, coordenadora do programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente da Univille

Mananciais de água precisam de cuidados

A disponibilidade de recursos hídricos pode não ter figurado entre os problemas enfrentados pela comunidade joinvilense, mas, ainda que o município seja privilegiado neste fator – a bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Norte é uma das principais da região e tem cerca de 80% de sua área total inserida em território de Joinville – a quantidade e a qualidade da água é assunto que não pode ficar de fora na lista de prioridades. O crescimento da população e das atividades industriais no município e no seu entorno representam um aumento significativo no consumo.

– A gente quer que venham indústrias, empregos e pessoas para cá, mas água não cresce, nem aumenta. O que temos de água hoje é o que teremos no futuro. Também se falava que São Paulo era a terra da garoa e hoje há falta de água lá – alerta a professora da Univille, Therezinha de Oliveira.

Ela acredita que o primeiro passo para essa mudança seja a criação do grupo de trabalho da Prefeitura de Joinville para reunir as informações colhidas pelo Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos rios Cubatão e Cachoeira (CCJ), pela Secretaria do Meio Ambiente e pela Companhia Águas de Joinville. Integradas, elas poderão discutir as mudanças climáticas e os recursos hídricos.

Segundo o ambientalista Nelson Wendel, os dados do CCJ mostram que, enquanto o rio Cachoeira está apresentando redução da carga poluente, o rio Cubatão está perdendo qualidade.

– À primeira vista, parece ter água em abundância, com o (rio) Pirai e o Cubatão, mas não temos sistema de armazenamento de água em açude ou algo assim. Não precisa construir um açude imenso. O que tem de ser feito é dar prioridade à preservação das florestas da Serra do Mar para manter essa produtividade de água – afirma Wendel.

Atualmente, a Sema está focada em um estudo para caracterizar a fauna e flora das áreas marginais e dos cursos de águas nas nascentes dos rios de Joinville. Nesse estudo, a ideia é verificar quais são as espécies de vegetação e quais são que vivem nos cursos de água.



PREOCUPAÇÃO

Wendel ressalta que a água do rio Cachoeira (foto acima) está com menos carga poluente

“

Não precisa construir um açude imenso (em Joinville). O que tem de ser feito é dar prioridade à preservação das florestas da Serra do Mar para manter essa produtividade de água.

NELSON WENDEL, ambientalista

Tecnologia é aliada na concessão de alvarás

Desde que a Fundema foi transformada em secretaria, em 2014, cabe a ela fazer a fiscalização e conceder o licenciamento de obras – antes, a responsabilidade era da Secretaria de Infraestrutura Urbana. Além disso, a Secretaria de Meio Ambiente controla a conservação de áreas públicas e trabalha para que estes serviços administrativos, unidos àqueles que já eram atendidos pela Fundema, sejam otimizados e simplificados. Para isso, conta com a tecnologia e aliados para desenvolver o conhecimento necessário para fazer evoluir a gestão em meio ambiente no município.

– Tanto os licenciamentos ambientais quanto os alvarás de construção estão relacionados à burocracia e à dificuldade de agilidade nos processos – comenta a diretora da Sema, Luana Pretto.

Conforme ela, trata-se de um grande desafio que envolve transparência para

que a pessoa possa consultar na internet, protocolar o pedido na hora que ela quiser e não depender de estacionamento.

No dia 4 de julho, os licenciamentos ambientais começaram a ser feitos eletronicamente e, agora, a secretaria espera fazer o mesmo com os alvarás de construção. Este projeto trouxe outras prefeituras a Joinville para conhecer como funciona a tramitação eletrônica de licenciamento eletrônico, da mesma forma que a Sema buscou informações em outras cidades para desenvolver ações como o Projeto Legal – um conjunto de peças gráficas utilizado como padrão a ser apresentado para a emissão do alvará de construção – e o diagnóstico socioambiental, que apresentou propostas de mudanças no licenciamento ambiental da cidade, produzido a partir do Guia de Atuação no Ordenamento Territorial e Meio Ambiente produzido pelo Ministério

Público de Santa Catarina.

– Uma dificuldade muito grande que a gente tinha era o fato de estar aplicando a área de preservação permanente de 30 metros dentro do município, mesmo sabendo que havia muitas regiões onde já tinha uma área consolidada. A gente acabava ficando de mãos atadas porque não havia solução – lembra Luana.

A Sema deu início a convênios que colaboram nas duas vias. Na parte burocrática, já está em execução o convênio com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de SC (Crea) para que o mesmo trabalho de inspeção não seja repetido. Assim, caso encontrem alguma irregularidade, o Crea informa a Prefeitura para que um fiscal da Sema seja enviado ao local. Da mesma forma, a PM Ambiental colabora na vigilância das áreas de preservação ambiental, evitando construções irregulares.